

ORGANIZADORES

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW
ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

Estudos sobre História, Imprensa e Mídias Digitais



Organizadores

Leticia Sabina Wermeier Krilow
Aristeu Elisandro Machado Lopes

Estudos sobre História, Imprensa e Mídias Digitais



PASSO FUNDO
2025

© Dos Autores, 2025
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa

Retrato do anarquista Stefan Michalski, editor do jornal *A Luta* e membro da União Operária Internacional, oferecido ao amigo Valentim De Cesaro, em 29 de outubro de 1906. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

Imagem da 4ª Capa

Capa do jornal *A Imprensa* em 1º de dezembro de 1912. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierrez (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (UnivR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA)
Marta Chiappe (UdelAR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E82 Estudos sobre história, imprensa e mídias digitais [recurso eletrônico] / organizadores, Letícia Sabina Wermeier Krilow, Aristeu Elisandro Machado Lopes. – Passo Fundo : Acervus, 2025.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5230-043-0.

1. Imprensa - História. 2. Cultura. 3. Memória. 4. Mídia digital. I. Krilow, Letícia Sabina Wermeier, org. II. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, org.

CDU: 981

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

Sumário

Apresentação 5

Parte I. Impressão e imagens no tardo-Medievo

Adança da morte (1526) de Hans Holbein, o jovem sob luz da análise estrutural da narrativa 15
Euarda Wille Zarnott

Parte II. Grande imprensa e pequena imprensa: conceitos e metodologias

Revistas semanais como parte da *grande imprensa* brasileira: Fon-Fon e Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1900-1914 35
Euler Fabres Zanetti

A *pequena imprensa* e os jornais escolares: as lacunas da grande imprensa preenchidas pela *pequena imprensa* e a presença da História nesses periódicos 63
Mara Inês Alflen

Staffetta Riograndense e os preparativos para o Centenário da Independência política do Brasil 79
Leticia Sabina Wermeier Krilow | Darlan De Mamann Marchi

Parte III. Imprensa e Gênero

Quando elas se tornam notícia: as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro (1910-1914) 111
Bethânia Luisa Lessa Werner

“É polvilho! Que envenena!? E rugem uns, riem outros”: a representação de libertas “criminosas” na Imprensa e na Literatura de Pelotas/RS de 1880-1890	135
<i>Geza Carús Guedes</i>	

Parte IV. Imprensa e Política

O jornal <i>Diário Popular</i> e a campanha eleitoral para prefeitura de Pelotas (1959)	167
<i>Isabelle Chaves</i>	

Das urnas ao governo: uma análise dos editoriais de <i>O Libertador</i> acerca da presidência estadual de Getúlio Vargas (1927-1929)	195
<i>Fernando Antônio de Oliveira Brod</i>	

Trabalhadores jornalistas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: histórias de trabalho e fotografias 3x4 nos anos 1930/1940	217
<i>Aristeu Elisandro Machado Lopes</i>	

Parte V. Mídias Digitais

A aplicação da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios (<i>Two-Step Flow</i>) na disseminação de mensagens negacionistas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil	249
<i>Maria Portilho Bagesteiro</i>	

O mal da terra: a luta indígena frente a repercussão midiática	269
<i>Janine Barthimann</i>	

Sobre os autores e autoras	287
-----------------------------------	------------

Apresentação

Com a constante renovação no fazer historiográfico advinda da incorporação de novos temas, objetos e fontes, as mídias de modo geral e a imprensa em particular possuem espaço de destaque. A partir do que torna necessária a permanente discussão teórico-metodológica, para suprir essa demanda, foi pensada a disciplina Estudos sobre História e Imprensa, ministrada no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel) no primeiro semestre de 2024¹.

A disciplina visava oferecer elementos para que o/a investigador/a desenvolvesse mecanismos para conhecer mais detalhadamente sua fonte e/ou objeto de pesquisa. Para tanto, o curso foi

¹ Esse livro é oriundo das atividades desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPel), através do Projeto “Comemorações e identidades na fronteira sul: o Primeiro Centenário da Independência (1922) pelo interior do Rio Grande do Sul” contando com o financiamento da CAPES pelo Edital 16/2022 do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Pós-Doutorado Estratégico.

dividido em três grandes momentos: na parte inicial trouxemos um panorama geral sobre a história da imprensa no Brasil, desde a chegada da Impressão Régia (1808) até os dias atuais. Nesse momento, discutimos distintas definições como: gazetas oficiais ou oficiosas, jornais de opinião, jornais político-partidários; jornais literários, grande imprensa, pequena imprensa, imprensa negra, imprensa operária, imprensa comercial, imprensa digital, entre outros. Na segunda parte da disciplina fizemos um apanhado das principais escolas de teoria de comunicação. Por fim, na terceira parte, a partir de uma abordagem interdisciplinar, abordamos alguns conceitos que auxiliariam na construção do objeto de pesquisa, como os conceitos de jornalismo; acontecimento, notícia, narrativa jornalística, polifonia, dialogismo, critérios de noticiabilidade e muitos outros.

Dessa forma, o presente livro é resultado dos debates e discussões decorrentes das leituras indicadas. Os textos de excelência, pertencem a pesquisadores/as em distintas fases de suas trajetórias acadêmicas, possuímos contribuições de discentes, em nível de mestrado e doutorado, de pós-doutores e de docentes em nível superior. Como forma de organização do livro, o mesmo foi dividido em cinco partes de acordo com aproximações temáticas: I) *Impressão e imagens no tardo-medieval*; II) *Grande Imprensa e Pequena imprensa: conceitos e metodologias*; III) *Imprensa e gênero*; IV) *Imprensa e política*; V) *Mídias digitais*.

Na Parte I, *Impressão e imagens no tardo-medieval*, há o texto intitulado *A dança da morte (1526) de Hans Holbein, o jovem sob luz da análise estrutural da narrativa*, de Eduarda Wille Zarnott. A autora faz um excelente trabalho ao analisar duas xilogravuras de Hans Holbein, o Jovem, a partir da abordagem estrutural da narrativa proposta por Jules Gritti (2009) para analisar textos de

imprensa. Busca não apenas entender o que essas imagens refletem do imaginário de morte tardo-medieval e no contexto do começo do Renascimento, mas também como elas se articulam em torno de temas universais, como a morte, o ciclo da vida, e a inevitabilidade do destino humano. Concluindo que a narrativa, seja ela visual ou textual, opera por meio de sequências, que arte de Holbein, como a análise estrutural da narrativa por Gritti, reflete a tentativa humana de estruturar o inefável, de dar sentido a algo que, por sua própria natureza, escapa à compreensão total: a morte.

A Parte II do livro tem como temas centrais conceitos e metodologias ligados aos periódicos classificados como *grande imprensa* ou *pequena imprensa*. O texto de abertura da discussão é de Euler Fabres Zanetti, que no capítulo *Revistas semanais como parte da grande imprensa brasileira: Fon-Fon e Revista da Semana, Rio de Janeiro, 1900-1914* explicitou o processo de transformação da imprensa em fonte histórica. Ao preocupar-se em identificar as estratégias editoriais das revistas, suas formas de venda, discutir o uso de imagens, investigar o número de edições por ano e a média de páginas por edição e apropriar-se das formas de autopromoção dos semanários, o autor demonstrou, na prática, que antes de o/a pesquisador/a analisar os textos provenientes da imprensa um longo caminho para conhecer os periódicos deve ser percorrido. Evidenciando o posicionamento das revistas como veículos de vanguarda no cenário editorial brasileiro.

Na sequência, com o título sugestivo *A pequena imprensa e os jornais escolares: as lacunas da grande imprensa preenchidas pela pequena imprensa e a presença da História nesses periódicos*, Mara Inês Alflen, através do conceito de *pequena imprensa e imprensa estudantil* explora a relevância dos jornais escolares no Brasil da primeira metade do século XX. Concluindo que a análise de dois

jornais escolares, *A Voz da Escola* e *Correio do Colegial*, revela que esses periódicos desempenhavam um papel importante na formação moral e cívica dos estudantes, transmitindo valores patrióticos e temas históricos relevantes para o desenvolvimento de uma identidade nacional. Através de textos sobre figuras heroicas e eventos cívicos, esses periódicos mostram como o ensino de história contribuía para a construção de um ideal de cidadania.

Encerrando essa temática, em Staffetta Riograndense e os preparativos para o Centenário da Independência política do Brasil, Letícia Sabina Wermeier Krilow e Darlan De Mamann Marchi, utilizam o conceito de *pequena imprensa* para analisar como os preparativos do Primeiro Centenário da Independência política do Brasil foram abordados no periódico da serra gaúcha, o *Staffetta Riograndense*. Em um primeiro momento o texto visa ser um esforço de detalhamento dos passos teórico-metodológicos envolvidos na pesquisa, desde a formação do *corpus* documental até a discussão sobre as especificidades da fonte. Chegando à conclusão de que, no período dos preparativos para o Centenário da Independência, o jornal trabalhou na construção de uma identidade local muito vinculada a sua especificidade de ser – periódico católico e vinculado a etnia italiana –, mas sem perder a pretensão de contribuir para a construção de uma identidade nacional.

A Parte III que possui como temática central a imprensa e gênero possui dois textos. Bethânia Luisa Lessa Werner em *Quando elas se tornam notícia: as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro (1910-1914)* faz um importante trabalho discutindo os conceitos de notícia, acontecimento e critérios de noticiabilidade a partir das perspectivas de Nelson Traquina e Rodrigo Alsina. A autora investigou em quais momentos e a partir de quais situações as, então, primeiras-damas

receberam destaque nas páginas da imprensa da capital federal. Como resultado, aponta para a necessidade de compreensão destas notícias em diálogo com os contextos histórico, social, político e econômico, os quais permitem observar a não existência de espaço de fala a estas mulheres nas páginas dos jornais que falam sobre elas, refletindo as relações de gênero e poder que permeiam as narrativas destas notícias.

Em “*É polvilho! Que envenena!? E rugem uns, riem outros*”: a representação de libertas “criminosas” na Imprensa e na Literatura de Pelotas/RS de 1880-1890, Geza Lisiane Carús Guedes, a partir do conceito de representação de Stuart Hall, traz abordagens literárias e ilustrações de jornais correspondentes a dois crimes que tiveram como réis e vítimas mulheres libertas, entre 1880-1890, em Pelotas-RS. Buscando compreender como foram construídas representações racializadas das mulheres criminosas na literatura e na imprensa pelotense do século XIX, conclui que, a partir de uma leitura pormenorizada das fontes, foi possível encontrar recortes de representações que escaparam do discurso jurídico presente nos processos crime.

A Parte IV é aberta pelo texto *O jornal Diário Popular e a campanha eleitoral para prefeitura de Pelotas (1959)* de Isabelle Brancão Chaves. A autora utiliza as teorias de Rodrigo Alsina sobre a construção da notícia e o conceito de dialogismo desenvolvido por Mikhail Bakhtin para analisar a campanha eleitoral para prefeitura de Pelotas-RS em 1959 no jornal pelotense *Diário Popular*. Para a realização do estudo, a autora investigou a presença de santinhos de campanha política no referido jornal. Verificando a quantidade e tamanho dos santinhos, fez um excelente trabalho com a fonte. Conclui fazendo uma importante reflexão sobre a necessidade de uma leitura crítica sobre o papel dos veículos midiáticos na conso-

lidação de valores e projetos políticos.

Fernando Antônio de Oliveira Brod, no capítulo *Das urnas ao governo: uma análise dos editoriais de O Libertador acerca da presidência estadual de Getúlio Vargas (1927-1929)*, partiu do tripé conceitual dos “grupos sociais”, “polos editores” e “representações sociais”, para analisar a maneira como os editoriais de capa do jornal *O Libertador*, órgão oficial da Aliança Libertadora, e, posteriormente, do Partido Libertador (PL), do município de Pelotas, cidade localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, abordaram as características do governo estadual do presidente Getúlio Dornelles Vargas. Identificando, a partir de uma leitura atenta do corpus documental, um posicionamento característico do jornal oposicionista pelotense acerca do governo de Vargas, distinguindo-se de outros grupos “libertadores” mais críticos.

Para fechar essa temática, Aristeu Elisandro Machado Lopes nos brinda com o texto *Trabalhadores jornalistas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: Histórias de trabalho e fotografias 3x4 nos anos 1930/1940*. Através da rica análise de fichas de qualificação profissional, efetua importantes reflexões sobre a complexa relação entre o reconhecimento da profissão de jornalista, a partir do Decreto-Lei nº 910 de 1938, e o aumento na solicitação da carteira profissional de trabalho por jornalistas. O estudo das informações registradas em tais fichas também permitiu compreender elementos das trajetórias de jornalistas e da própria história dos impressos que circulavam no Rio Grande do Sul no final dos anos 1930 e no começo da década seguinte

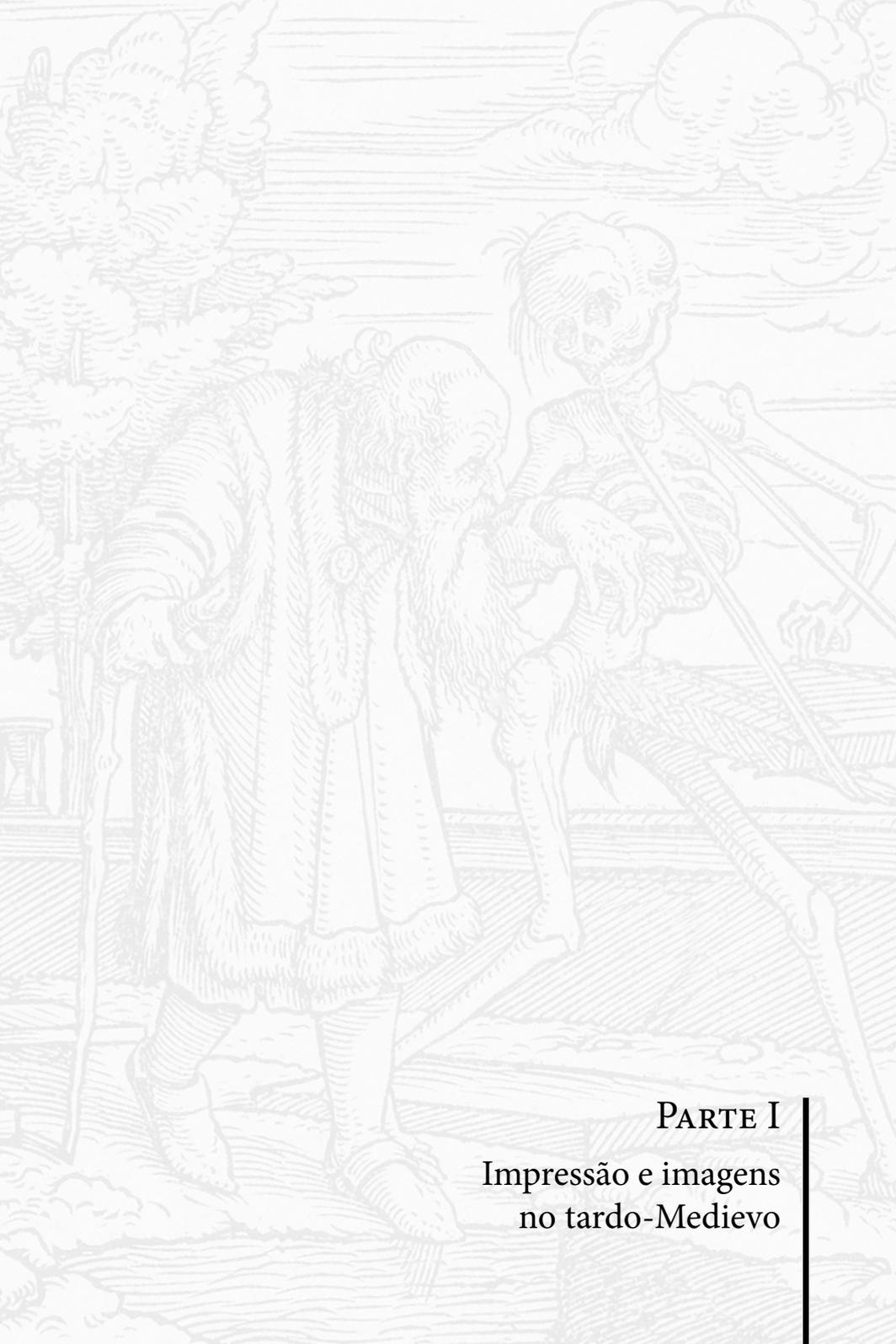
Fechando o livro, partimos para a Parte V com discussões envolvendo *mídias digitais*. *A aplicação da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios (Two-Step Flow) na disseminação de mensagens negacionistas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil*

é o texto de Maria Portilho Bagesteiro. Em um contexto de mediação da sociedade, a autora busca, a partir da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios, de Paul Lazarsfeld, identificar como o ex-presidente Jair Bolsonaro, através de seu perfil no *Twitter*, e seus apoiadores atuaram como líderes de opinião, promovendo a desinformação sobre as vacinas, as medidas de proteção e ao tratamento precoce. Concluindo que a aplicação da teoria permitiu compreender como as mensagens de Bolsonaro foram filtradas e interpretadas por determinados mediadores, que ampliaram seu discurso no jornal *Gazeta do Povo*.

O texto que encerra o livro é intitulado *O mal da terra: a luta indígena frente a repercussão midiática* de Janine Azevedo Barthmann Carvalho no qual a autora realiza uma reflexão acerca da luta dos povos originários, no Mato Grosso do Sul, em defesa da terra e da natureza, como parte de uma filosofia de vida e de suas raízes ancestrais, junto a ambição humana na extração de matéria-prima no ciclo capitalista. Para tanto, a autora utiliza reportagens de jornais *online* e a rede social *Instagram* da deputada Célia Xakriabá como fontes de pesquisa. Conclui que a repercussão jornalística, apesar de ser uma fonte de visibilidade, ainda é superficial, de outra parte, a rede social *Instagram*, especificamente da deputada Célia Xakriabá, vem sendo uma ferramenta didática e democrática no auxílio a defesa dos povos originários.

Desejamos ótima leitura!

Aristeu e Letícia,
Organizadores



PARTE I
Impressão e imagens
no tardo-Medieval

A dança da morte (1526) de
Hans Holbein, o jovem sob luz da
análise estrutural da narrativa

EDUARDA WILLE ZARNOTT

O presente texto se propõe a analisar duas xilogravuras de Hans Holbein, o Jovem, *O Velho* e *O Lavrador*, inseridas em sua célebre série *A Dança da Morte* (1526). Por meio da abordagem estrutural da narrativa proposta por Jules Gritti (2009), busca-se não apenas entender o que essas imagens refletem do imaginário de morte¹ tardo-medieval e no contexto do começo do Renascimento, mas também como elas se articulam em torno de temas universais, como a morte, o ciclo da vida, e a inevitabilidade do destino humano. Este trabalho integra uma investigação mais ampla desenvolvida em minha dissertação de mestrado, na qual examino as interações dos personagens da *Dança* (1526) de Holbein, com foco

¹ De acordo com Michel Vovelle (1997, p. 28-30), o imaginário da morte pode ser entendido como um conjunto dinâmico e coletivo de representações simbólicas, visuais, literárias e rituais que refletem as formas como diferentes sociedades, ao longo do tempo, compreenderam, enfrentaram e expressaram a ideia da morte e do além-vida. Ele é alimentado por elementos culturais, religiosos, artísticos e sociais, que variam conforme o contexto histórico e as mudanças de sensibilidades.

nas atitudes dos esqueletos, representando a Morte, e também na reação dos vivos frente ao destino final.

Como ressalta Oexle (1996 *apud* Schmitt, 2023, p. 15), “a história da morte é um ramo da historiografia que trata das atitudes e comportamentos dos homens diante da morte, bem como das mudanças que estes sofreram no decorrer dos séculos até o presente nas diferentes sociedades”. Essa perspectiva permite uma leitura mais ampla das xilogravuras de Holbein, inserindo-as em um contínuo diálogo entre imagem e discurso sobre a morte, no qual as representações visuais não apenas refletem concepções históricas, mas também influenciam a maneira como diferentes sociedades percebem e elaboram a finitude humana.

A Dança da Morte, por sua vez, como gênero visual e literário, emerge no final da Idade Média como uma forma de reflexão moral e social sobre a inevitabilidade da morte, independentemente da posição social ou do poder terreno. Holbein, ao reinterpretar esse tema em suas xilogravuras, não apenas atualiza a tradição medieval para um público renascentista, mas também adiciona camadas de ironia e crítica à condição humana. Suas gravuras evidenciam não apenas o destino inexorável que une ricos e pobres, jovens e velhos, mas também as tensões entre o efêmero e o eterno, o material e o espiritual.

Para realizar de forma aprofundada essa análise, recorreremos aos conceitos de *transitividade*, *disjunção* e *dilema*, formulados por Gritti (2009) em sua investigação sobre a narrativa jornalística da morte do papa João XXIII. Embora, à primeira vista, o tratamento da morte na imprensa e as representações artísticas de Holbein pareçam universos distintos, a relação entre ambos revela-se fundamental para compreender como a morte é estruturada e narrada em diferentes formas de discurso. Assim como o jornalismo constrói sentidos em torno do desaparecimento de figuras públicas, as

xilogravuras de Holbein articulam visualmente uma reflexão sobre a finitude humana, conferindo-lhe uma dimensão simbólica que transcende seu tempo e continua a provocar indagações sobre o destino e a condição humana.

Hans Holbein e a modernização da Dança da Morte

Hans Holbein, o Jovem (1498-1543), destacou-se como um dos artistas mais renomados do Renascimento, pertencendo a uma família com uma longa tradição artística. Nascido em Augsburg, no sul da Alemanha, ele cresceu no ateliê de seu pai, Hans Holbein, o Velho (1465-1524), um respeitado pintor do estilo gótico alemão. Além de seu pai, Hans teve como referências artísticas seu irmão Ambrosius Holbein (1494-1519) e seu tio Sigmund Holbein (1470-1540), ambos reconhecidos por suas contribuições à arte do período, consolidando a influência da família no cenário artístico da época. Holbein estudou e se aperfeiçoou em uma época de grandes mudanças culturais e técnicas no Renascimento europeu, com maior foco na cidade da Basileia. A ascensão da imprensa gráfica e a popularização das xilogravuras permitiram uma circulação mais ampla de imagens religiosas e alegóricas.

Em sua trajetória, Holbein, o jovem contou com mais do que a influência familiar e o contexto artístico-cultural. Seu talento abriu portas para conexões inestimáveis de patronagem com figuras importantes da época, como o teólogo Oswald Myconius (1488-1552) e Erasmo de Roterdã (1466-1536), cuja relação lhe proporcionou contatos ainda mais influentes nos anos seguintes. É possível que essas conexões tenham começado cedo, como no caso de “Jakob Meyer zum Hasen, prefeito de Basileia, para quem Holbein teria sido recomendado por seu cunhado, Ludwig Baer, cômico no local

onde o jovem artista estudava latim”, destacando a importância de sua rede de contatos para sua carreira (Bätschmann; Griener, 2014, p. 18 *apud* Zarnott, 2022, p. 16).

Além de seus patronos, Holbein também apresentava uma característica que se destacava aos olhos: sua versatilidade. Famoso por seus retratos de pessoas notórias, o artista também se aventurou na decoração de arcos e de tetos, na ilustração em margens de livros, no mercado de joias e ourives, produzindo desenhos de peças como uma fonte de mesa¹ para Ana Bolena e uma taça² para Jane Seymour, e, ainda, tornou-se pintor real de Henrique VIII (Zarnott, 2022, p. 19). Não obstante, Holbein também encontrava tempo e inspiração para desenvolver desenhos que se transformariam em xilogravuras. Segundo Zarnott (2022, p. 21) por xilogravuras, entende-se o processo artístico no qual a obra é entalhada em blocos de madeira por meio de instrumentos afiados. Tais objetos são mergulhados em tinta que marca a madeira e que, mais tarde, é prensada em folhas de papel.

[...] a utilização da xilogravura como traço medieval europeu, reflete diretamente no processo da impressão de livros ilustrados, que, por sua vez, remete à cultura da imagem sociocultural. E a conexão entre esses pontos encontra-se na difusão de material religioso que, devido à alta demanda e alta influência da igreja, era responsável pela maior parte dos temas retratados nas xilogravuras. (Tatsch, 2013, p. 239 *apud* Zarnott, 2022, p. 21)

Desta técnica, resultou a famosa série A Dança da Morte, de autoria de Hans Holbein, O Jovem, e com os blocos de madeira cortados por Hans Lützelburger (1495-1526), um renomado gravador da época. Criada em 1526 e publicada em 1538, essa série

de 41 gravuras oferece uma visão única sobre a relação entre vida e morte, apresentando a Morte como uma figura ativa e inevitável, que permeia todos os estratos sociais — desde o Papa e o Imperador até a freira e o juiz.

A série de Holbein se destaca pela modernização do gênero dança macabra, amplamente popular desde o século XIV. Segundo Schmitt (2018, p. 129), a *Dança Macabra* foi um motivo imagético e poético que ganhou destaque por enfatizar o corpo humano em putrefação *post mortem*, reforçando a fragilidade da vida e a igualdade perante a morte. Essa obsessão imagética da decomposição foi intensificada após a grande crise demográfica do século XIV, marcada pela Peste Negra e suas sucessivas ondas de mortalidade. Como aponta Chaunu:

assistimos, portanto, para além da viragem de 1346-1375, a uma dialética particular, a da ascética da morte, como meio de despojamento e de espiritualização, tal como era praticada tradicionalmente no topo e, por outro lado, às enormes necessidades de uma massa ainda em grande parte analfabeta, profundamente traumatizada pela multiplicação da visão da morte (Chaunu, 1975, p. 157).

Esse contexto resultou em um impacto profundo na cultura visual da morte, intensificando a necessidade de representações simbólicas que articulassem esse trauma coletivo.

Por volta do final do século XIV, esse imaginário foi sendo progressivamente incorporado às artes plásticas, consolidando a centralidade da morte na cultura visual europeia. Ainda segundo Chaunu (1975, p. 157-158), “a expressão da morte é profundamente modificada pela mutação cultural que sofre. A morte é dominada pela imagem da decrepitude carnal, da podridão, da decomposição

material do corpo”. Essa ênfase na degradação física transformou-se no tema dominante e devorante das representações da morte, conforme o autor observa ao referir-se à obsessão imagética que se intensificou após 1375, com o impacto psicológico acumulado de quatro grandes pestes. Essa mudança marcou uma transição entre a literatura clerical e a cultura popular, possibilitando uma maior difusão do tema da morte nos meios visuais, incluindo a xilogravura, que se tornaria um dos veículos fundamentais para essa iconografia macabra.

Contudo, ao longo do tempo, os elementos mais grotescos desse imaginário foram sendo ressignificados. De acordo com Corvisier (1998, p. 59, apud Schmitt, 2018, p. 129), esse processo levou a uma “perda de alma” nas representações artísticas do tema, à medida que o *transi* — o corpo em decomposição, viscoso e amedrontador — foi substituído pelo esqueleto, uma representação mais estilizada e simbólica da morte. Holbein reflete essa tendência em suas xilogravuras, nas quais a morte aparece exclusivamente na forma esquelética, rompendo com a tradição medieval mais visceral.

A ruptura visual proposta pelo artista vai além da escolha do esqueleto em lugar do *transi*. Sua obra também reflete uma nova concepção de narrativa visual em que a morte deixa de ser apenas um evento final coletivo e passa a ser vivenciado individualmente, enfatizando a tensão dramática entre o cotidiano e a finitude. Enquanto os originais medievais apresentavam os vivos e os mortos reunidos em uma espécie de “fila” alegórica, Holbein introduz os vivos em seus ambientes cotidianos, surpreendidos pela Morte enquanto realizam suas atividades rotineiras. Essa abordagem modernizada enfatiza a imprevisibilidade da morte e confere às cenas um caráter mais realista e detalhado. Como destacam Hélène e Bertrand Utzinger (apud Schmitt, 2018, p. 130), a obra de Hol-

bein conquistou enorme sucesso comercial, superando em alcance e impacto as danças medievais originais, influenciando produções artísticas até o século XX.

Entretanto, além do impacto das inovações macabras propostas por Holbein em sua *Dança da Morte* (1526), ela ainda segue alguns padrões já estabelecidos pelas antigas danças medievais, como, por exemplo, a estratificação social representada por figuras diversas, incluindo parte do imaginário bíblico com a presença de Adão e Eva³, a nobre senhora⁴ e a condessa⁵ como parte da elite, e por fim, os mais humildes, como o velho e o lavrador, cuja análise é o foco da presente pesquisa. A escolha de Holbein em retratar figuras como o velho e o lavrador dentro da estrutura da Dança da Morte reflete uma abordagem que, ao mesmo tempo em que moderniza o gênero, preserva sua função moralizante e crítica. Essas representações destacam a universalidade da morte, que atinge todos sem distinção, mas também evidenciam as tensões sociais e econômicas que permeavam a Europa do início do século XVI.

No caso específico do *Velho* e do *Lavrador*, percebe-se uma diferença significativa na forma como a morte é encenada. O *Velho*, um homem de idade avançada, parece resignado diante de seu destino, sugerindo uma aceitação natural da finitude. Seu corpo curvado e suas vestes simples remetem à ideia de um ciclo de vida que se encerra com conformidade. Já o *Lavrador*, em contrapartida, encontra-se em plena atividade quando a Morte o surpreende. Ele segura a enxada, símbolo do trabalho árduo e contínuo, enquanto o esqueleto que representa a morte o instiga a segui-lo.

Essas cenas dialogam diretamente com a tradição imagética da Dança Macabra, mas também refletem mudanças culturais e ideológicas do Renascimento. Holbein se afasta da representação medieval da decomposição grotesca e aposta na figura do esque-

leto como um agente ativo da morte. Esse aspecto está alinhado com a transformação da percepção da morte na cultura europeia, que, como aponta Chaunu (1975, p. 157), passou a ser “dominada pela imagem da decrepitude carnal, da podridão, da decomposição material do corpo”. Ainda que Holbein não explore explicitamente essa putrefação em suas xilogravuras, a presença dinâmica do esqueleto mantém a ideia da morte como uma força inescapável e irônica, que interrompe a vida nos momentos mais inesperados.

Além disso, a cena do *Lavrador* carrega um simbolismo social importante. Ao contrário das figuras da elite, muitas vezes retratadas com sinais de surpresa ou revolta ao serem levadas pela Morte, o camponês parece menos resistente, sugerindo que sua vida já era marcada pela dureza e pela inevitabilidade do sofrimento. Dessa forma, ao analisar *O Velho* e *O Lavrador*, percebe-se que Holbein não apenas perpetua uma tradição visual herdada da Idade Média, mas a transforma, conferindo-lhe um tom de ironia e realismo que ressoa com seu contexto renascentista. A Dança da Morte, em sua versão holbeiniana, não é apenas um lembrete da morte inevitável, mas também um espelho das tensões sociais, econômicas e culturais de sua época.

A teoria de Jules Gritti e a estrutura narrativa

Jules Gritti, em sua obra sobre a narrativa da morte de figuras públicas, desenvolve uma análise estruturalista baseada em conceitos centrais como *transitividade*, *disjunção* e *dilema*, entre outros. Esses elementos narrativos, aplicados à cobertura jornalística da morte do Papa João XXIII, oferecem uma compreensão detalhada de como os jornais estruturam os acontecimentos em uma narrativa coesa e significativa. A segmentação proposta por Gritti revela uma

espécie de “esqueleto narrativo” por trás dos relatos jornalísticos, que também pode ser utilizada para analisar representações artísticas, como as xilografuras de Hans Holbein em *A Dança da Morte*.

Transitividade, na teoria de Gritti, refere-se ao processo pelo qual os eventos da vida real são convertidos em uma estrutura narrativa. É a maneira como ações e acontecimentos, que inicialmente são fatos isolados, são traduzidos para dentro de uma sequência coerente e com sentido. No caso da morte do Papa João XXIII, os jornais transformam os sinais físicos da doença e as informações médicas em eventos narrativos, seguindo um desenvolvimento progressivo que busca oferecer ao leitor uma sensação de continuidade e expectativa.

Um exemplo oferecido por Gritti (2009, p. 168) é a maneira como o jornal *Le Figaro* constrói sua narrativa sobre a morte do Papa. O jornal desenvolve uma sequência de seis momentos distintos: começa com a doença misteriosa, torna-se incurável, passa por uma fase de calma seguida de melhora provisória e termina com o agravamento e a agonia inevitável. Essa estrutura oferece aos leitores um caminho linear, mantendo uma expectativa sobre o desfecho, enquanto as oscilações no estado de saúde do Papa são transformadas em marcos narrativos que guiam a percepção do público.

Já o *France-Soir* (Gritti, 2009, p. 168) segue uma abordagem mais direta e ágil, trabalhando com apenas quatro sequências: doença incurável, melhora, agravamento e agonia. Isso cria uma narrativa mais concisa, mas igualmente estruturada. Ao organizar os eventos dessa forma, os jornais permitem que o público siga a progressão dos fatos de maneira clara e linear, o que espelha o fluxo de vida que se desenrola até o desfecho fatal.

A *disjunção*, por sua vez, refere-se a um ponto da narrativa onde duas alternativas opostas são apresentadas, mas sem uma re-

solução imediata. Gritti (2009) exemplifica essa estrutura ao descrever a incerteza quanto à recuperação ou falecimento do Papa João XXIII. A narrativa, nesse ponto, se encontra suspensa entre sinais de uma possível recuperação e a iminência da morte, mantendo os leitores em suspense.

Nos relatos jornalísticos, Gritti (2009) aponta que essa *disjunção* muitas vezes aparece sob a forma de uma dicotomia entre a esperança e a fatalidade. O *Le Parisien Libéré*, por exemplo, demonstra hesitação ao anunciar um agravamento definitivo da saúde do Papa, preferindo manter a possibilidade de uma recuperação milagrosa em jogo. Essa abordagem cria uma tensão narrativa, onde o leitor é conduzido por uma linha de suspense enquanto aguarda o desfecho incerto. Outro exemplo é o caso do *L'Aurore*, que, ao relatar a melhora temporária do Papa, adianta o desfecho da agonia, mas depois observa que essa fase se prolonga, criando uma pausa na expectativa do público sobre o desenlace final.

Finalmente, o *dilema*, outro conceito central para Gritti (2009), envolve uma situação em que duas alternativas são apresentadas, mas em que qualquer escolha leva ao mesmo desfecho inevitável. No contexto das narrativas da morte de figuras públicas, como no caso de João XXIII, o dilema frequentemente se manifesta na escolha entre diferentes diagnósticos ou tratamentos, onde, independentemente da escolha, a morte permanece certa.

Gritti exemplifica essa estrutura com os jornais que relatam a possibilidade de duas doenças diferentes, ambas incuráveis, ou com a questão de saber se o Papa morrerá em questão de horas ou semanas. No *France-Soir*, por exemplo, o dilema se manifesta claramente quando o jornal descreve as opções entre diferentes tratamentos para o Papa, mas destaca que, independentemente da escolha, a morte é certa. Em qualquer um dos casos, a conclusão

permanece a mesma: a morte é inevitável (2009, p. 167). No *La Croix*, essa estrutura aparece quando a narrativa transita entre uma doença incurável e uma melhora provisória, mas o agravamento final é tratado como um ponto de não retorno, culminando no desfecho inevitável (2009, p. 168).

Aplicações da segmentação narrativa

Conforme mencionado, estrutura narrativa proposta por Gritti (2009), não se limita à análise de reportagens sobre a morte de figuras públicas. Essa segmentação também pode ser utilizada para entender o fluxo narrativo em representações artísticas como as xilogravuras de Hans Holbein em *A Dança da Morte*. Essas gravuras, apesar de estáticas, são narrativas visuais densas que exploram a interação entre vida e morte de maneira rica e multifacetada. Cada xilogravura de Holbein pode ser vista como uma sequência visual onde diferentes momentos da vida encontram a morte em uma coreografia inevitável.

Por exemplo, na Figura 1, temos a xilogravura *O Velho* (1526), na qual o conceito de *transitividade* está presente no ato contínuo de caminhar em direção ao fim da vida. Holbein constrói a imagem como uma jornada visual em que o idoso avança em direção ao seu destino final, representado pela figura da Morte, que o acompanha de perto. Nesse caso, a *transitividade* está associada ao fluxo da vida e ao seu desenrolar inevitável, onde cada movimento é um passo em direção à morte.



Figura 1. The Old Man. Fonte: HOLBEIN, Hans (O Jovem). *The Old Man*. 1526. Xilogravura, 6.5 x 4.9 cm, The Metropolitan Museum of Art.

A *disjunção* pode ser identificada na tensão entre o continuar da vida, embora debilitada, e a aceitação do destino que se aproxima. O idoso, retratado ainda em movimento, hesita simbolicamente entre persistir na sua caminhada ou sucumbir ao fim iminente. Esse momento de hesitação visual é reforçado pelo contraste entre a figura da Morte, que está firmemente ao seu lado, e o velho, que continua avançando como se ainda tivesse controle sobre o próprio destino. Contudo, o espectador sabe que a Morte o acompanhará até o fim, tornando essa *disjunção* uma ilusão de escolha.

Já o *dilema* final é explícito e inevitável: a morte chegará, independentemente das decisões tomadas ao longo dessa jornada. Seja continuar caminhando ou parar, o resultado final será sempre o mesmo. Essa representação traz à tona uma reflexão sobre a inevitabilidade do fim, e como as escolhas feitas ao longo do caminho pouco importam no resultado final. No contexto de *O Velho*, o *dilema* está na luta interna entre resistir à morte e aceitá-la, mesmo sabendo que o desfecho é imutável.

De forma semelhante, a análise de Gritti sobre a estrutura narrativa dos jornais pode ser aplicada a outra gravura de Holbein, *O Lavrador* (1526) (Figura 2, na página a seguir).

A *transitividade* aqui está na ação do lavrador, que continua a trabalhar, enquanto a Morte chicoteia os bois, acelerando o seu trabalho. Holbein captura a essência do movimento, transformando a cena em uma metáfora da vida produtiva que segue seu curso, mesmo quando a Morte já está presente. Assim como nas narrativas jornalísticas onde a vida e a morte são gradualmente entrelaçadas em uma sequência de eventos, a imagem do lavrador evoca a sensação de que a Morte é uma companheira constante no processo da vida, conduzindo o destino, mas sem interromper imediatamente o fluxo dos eventos.



Figura 2. The Peasant (or Ploughman). Fonte: HOLBEIN, Hans (O Jovem).
The Peasant (or Ploughman). 1526. Xilogravura, 6,5 x 4,9 cm, The Metropolitan
Museum of Art.

A *disjunção* visual também se faz presente em *O Lavrador*, onde a incerteza paira sobre quando, exatamente, o trabalhador sucumbirá à Morte. Embora o fim seja iminente, o lavrador ainda persiste em seus afazeres, dando a impressão de que, por um breve momento, a vida pode resistir. A suspensão entre a continuidade do trabalho e o fim inevitável gera uma sensação de incerteza temporária, semelhante à forma como os jornais mantêm a tensão ao relatar a possível recuperação de uma figura pública em estado terminal, antes de revelar o desfecho final.

Por fim, o *dilema* está explícito na narrativa visual: o lavrador não tem escolha a não ser continuar seu trabalho, mesmo sabendo que a Morte está à espreita. Tal como nas narrativas jornalísticas em que o dilema se manifesta na escolha entre tratamentos, todos ineficazes, Holbein apresenta uma situação onde o lavrador não pode escapar de seu destino. A presença da Morte ao seu lado, direcionando os bois, simboliza a inevitabilidade do desfecho, independentemente das ações do lavrador. Aqui, Holbein transforma a cena cotidiana em um poderoso comentário sobre a condição humana, espelhando o ciclo narrativo da vida e da morte que Gritti analisa em suas teorias.

Considerações finais

A análise detalhada das xilogravuras de Hans Holbein à luz da teoria de Jules Gritti nos permite compreender melhor as sutilezas da representação da Morte na arte tardo-medieval/renascentista. A interação entre vida e morte, ação e resignação, cria uma narrativa visual profunda que transcende o contexto histórico e cultural da época de Holbein. A Morte, em *A Dança da Morte*, não é apenas

um evento, mas um processo narrativo que se desenrola em diferentes fases da vida, sempre presente, sempre iminente.

Essa estrutura narrativa observada nas xilogravuras de Holbein, com suas disjunções e dilemas, reflete a inevitabilidade da morte, que se insinua de maneira constante e, ao mesmo tempo, incerta. Assim como na narrativa jornalística da morte de figuras públicas estudada por Gritti, em que há uma oscilação entre a recuperação e o agravamento, nas xilogravuras de Holbein há um equilíbrio delicado entre a vida e a morte, onde o desfecho — a morte — é certo, mas a trajetória até ela é incerta e multifacetada.

Ao estudar as duas xilogravuras em mais detalhes, percebemos que elas não apenas ilustram a morte, mas propõem uma meditação sobre o tempo e o ciclo inevitável da vida. A aceitação resignada do velho, no contexto de uma vida completa, e a resistência ativa do lavrador, que segue arando a terra em plena consciência da presença da Morte, criam um diálogo profundo sobre as várias maneiras pelas quais a humanidade lida com a mortalidade.

Holbein e Gritti, cada um em seu contexto, nos mostram que a morte é tanto um fim quanto um processo. A narrativa, seja ela visual ou textual, opera por meio de sequências que alternam entre tensão e resolução, entre vida e morte. A arte de Holbein, como a análise estrutural da narrativa por Gritti, reflete a tentativa humana de estruturar o inefável, de dar sentido a algo que, por sua própria natureza, escapa à compreensão total: a morte.

Referências iconográficas

HOLBEIN, Hans (O Jovem). **The Peasant (or Ploughman)**. 1526. Xilogravura, 6,5 x 4,9 cm. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/336312>> Acesso em: 24 out. 2024.

. **The Old Man**. 1526. Xilogravura, 6,5 x 4,9 cm. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/365206>> Acesso em: 24 out. 2024.

Referências bibliográficas

CHAUNU, Pierre. O tempo das reformas (1250-1550): **História religiosa e sistema de civilização, vol. 1**. Tradução de Cristina Diamantino. Lisboa: Edições 70, 1975.

GRITTI, Jules. Uma Narrativa de Imprensa: Os Últimos Dias de um “Grande Homem”. In.: BARTHES, R. et al. **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (p. 163-173).

SCHMITT, Juliana. **O Imaginário Macabro: Idade Média - Romantismo**. 1 ed. São Paulo - SP: Editora Alameda, 2018.

SCHMITT, Juliana. **Três lições da história da morte**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2023.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. Tradução de Maria Julia Cottvasser. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1997.

ZARNOTT, Eduarda Wille. **Uma análise d'A Dança da Morte de Hans Holbein, o jovem (1498-1543)**. Orientadora: Daniele Gallindo Gonçalves. 2022. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Notas finais

¹ HOLBEIN, Hans (O jovem). **Design for a Table Fountain with the Badge of Anne Boleyn**. 1533. Disponível em: <<https://hans-holbein.org/Design-For-A-Table-Fountain-With-The-Badge-Of-Anne-Boleyn.html>> Acesso em: 27 jan. 2025.

² HOLBEIN, Hans (O jovem). **Jane Seymour's Cup**. 1536. Disponível em: <https://www.wga.hu/html_m/h/holbein/hans_y/4misc/2cup.html> Acesso em: 27 jan. 2025.

³ HOLBEIN, Hans (O jovem). **Adam Tills the Soil**. 1526. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/community.36642211>> Acesso em: 27 jan. 2025.

⁴ HOLBEIN, Hans (O jovem). **The noble lady**. 1526. Disponível em: <<https://hans-holbein.org/The-Noble-Lady-From-Dance-Of-Death-1524-26.html>> Acesso em: 27 jan. 2025.

⁵ HOLBEIN, Hans (O jovem). **The countess**. 1526. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/365207>> Acesso em: 27 jan. 2025.

Revistas semanais como parte da *grande imprensa* brasileira:

Fon-Fon e Revista da Semana,
Rio de Janeiro, 1900-1914

EULER FABRES ZANETTI

A imprensa diária no Brasil experimentou um desenvolvimento acelerado no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, representando as mudanças ocorridas na sociedade e nos meios de comunicação. Esse progresso não foi apenas impulsionado por inovações tecnológicas, mas também acompanhou as transformações políticas, sociais e econômicas do país na época (Rüdiger, 2003). Simultaneamente, as revistas semanais desempenharam um papel fundamental nesse contexto, sendo reconhecidas como fontes valiosas de informação. Com um formato mais longo em comparação aos jornais diários, as revistas ofereciam uma análise mais profunda de notícias e temas, possibilitando uma exploração mais detalhada de questões culturais, sociais, políticas e científicas (Luca, 2021).

A Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889 foram amplamente noticiadas pela imprensa na-

cional, devido ao impacto que tiveram na reorganização do sistema político brasileiro. A imprensa teve um papel fundamental na disseminação das informações sobre esses eventos (Alonso, 2014). Nos anos seguintes, a população, autoridades públicas e entidades privadas celebraram com entusiasmo os aniversários desses marcos históricos em diversas regiões do Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro (Domingues, 2011). Essas celebrações não apenas sublinharam a relevância contínua da Abolição e da República, mas também reforçaram a memória coletiva em torno desses acontecimentos (Carvalho, 1990).

O objetivo deste artigo é tentar aplicar o conceito de grande imprensa para entender os periódicos *Revista da Semana* e *Fon-Fon*. A seleção das revistas semanais como fonte de pesquisa, em vez dos jornais diários, fundamenta-se nos resultados obtidos durante a investigação conduzida no âmbito do mestrado¹, os quais evidenciaram uma maior diversidade de conteúdo nesse tipo de publicação. Entre os elementos destacados, encontram-se ilustrações, charges, caricaturas, fotografias e outros recursos visuais e textuais que enriquecem a análise histórica. Essas publicações oferecem uma amálgama das perspectivas e opiniões vigentes na sociedade da época, proporcionando reflexões importantes sobre a forma como as celebrações e eventos eram percebidos e interpretados pelos contemporâneos, especialmente no contexto do período pós-abolição. Dessa forma, as revistas diversas^{II} configuram-se como documentos históricos de grande valor, capazes de representar os significados atribuídos àquela sociedade.

¹ Pesquisa que originou a dissertação intitulada “As comemorações da Lei Áurea pelas páginas dos jornais A Federação (RS) e O Paiz (RJ), 1888-1928”.

^{II} Neste contexto, estamos empregando o termo “revista diversa”, de Tania de Luca, para nos referirmos às revistas semanais.

Contexto histórico

As primeiras décadas do século XX apresentam um momento de grande transformação no Brasil, a partir de mudanças sociais, políticas e culturais. Vale ressaltar que as revistas semanais frequentemente traziam conteúdos visuais e literários em suas publicações, permitindo uma análise dos significados culturais associados à abolição, incluindo imagens, poemas e outros elementos que contribuíram para a construção da memória coletiva.

Difundindo-se substancialmente nos primeiros decênios do século XX, as revistas diversas ganharam destaque e se tornaram um espaço para análises críticas, ensaios, e debates sobre questões contemporâneas, contribuindo para a formação de princípios e costumes de uma esfera social mais abastada. Personalidades, intelectuais e escritores renomados frequentemente contribuíam com artigos e ensaios nas revistas, ampliando o alcance dessas publicações (Luca, 2021, p. 18).

As décadas de 1880 e 1890 foram marcadas pela Abolição da Escravidão e pela Proclamação da República. Parlamentares contrários ao fim da escravidão argumentavam que a libertação dos escravizados causaria “desordem social” (Mendonça, 2001). A elite brasileira, temendo um “descontrole social” pós-abolição, buscava uma transição segura para os libertos, articulando estratégias para “gerir” e “civilizar” as camadas populares (Azevedo, 2004). A concepção de que os pobres eram propensos à “vagabundagem” estava enraizada na associação entre pobreza e criminalidade, fundamentada em referências francesas que apontavam os pobres como predominantes entre os criminosos. Essa visão contribuiu para a crença de que a pobreza era resultado de uma suposta “degeneração”, levando os pobres a evitar o trabalho e recorrer ao crime como meio de subsistência (Chalhoub, 1996).

Apesar das tensões sociais nos últimos decênios do século XIX, o dia 13 de maio foi celebrado e se tornou feriado nacional no Brasil em 1890 por meio do Decreto nº 155-B¹, durante o Governo Provisório da República. O decreto enfatizava a importância das festividades públicas para promover o sentimento de fraternidade universal, considerado essencial para o regime republicano. O objetivo era preservar essa tradição ao longo das gerações. De acordo com Lúcia Oliveira (1989), essas comemorações, organizadas pelos setores mais influentes da sociedade, tinham a intenção de fortalecer a coesão social, moldando o comportamento e a ordem social por meio de símbolos.

Durante o Governo Provisório da República, liderado por Manoel Deodoro da Fonseca, o código penal foi atualizado em 1890 a partir do Decreto nº 847², no qual o Capítulo XIII era dedicado à criminalização de determinados grupos sociais, como os “vadios” e os praticantes de capoeira. A capoeira, uma arte marcial de origem africana, foi associada a práticas vistas como “perigosas” e “subversivas”³. Os artigos 399, 400 e 401 abordavam a criminalização da “vadiagem”, englobando pessoas vagabundas, malandras ou desocupadas. Já os artigos 402, 403 e 404 tratavam da proibição da prática da capoeira, considerando seus praticantes como uma ameaça à ordem pública. Esse trecho do Código Penal demonstra uma postura repressiva em relação a esses grupos, em sua maioria negros, classificando-os como criminosos e aplicando punições específicas.

No período de transição entre os séculos XIX e XX, as elites modernizadoras assumiram a responsabilidade de integrar as camadas populares, especialmente os recém-libertos, aos padrões do sistema capitalista, com ênfase no trabalho. O foco era promover a adoção de “novos hábitos” e “pensamentos” alinhados com as aspirações de parte da sociedade (Vargas, 2002). O objetivo era evitar

que aqueles considerados “vadios” e “ociosos” fossem atraídos para atividades criminosas, inserindo-os na lógica capitalista do trabalho, além de proibir a prática da capoeira.

A estratégia de modernização no Brasil envolveu diversos setores sociais, com destaque para o fim da escravidão, o aumento expressivo da imigração e a participação crescente de empresas estrangeiras na modernização urbana. A imprensa teve um papel crucial nesse processo, como evidenciado pelo surgimento de periódicos ilustrados com fotografias nas primeiras décadas do século XX. Esses semanários ilustrados “encapsularam os eventos em notícias” (Mauad; Louzada; Souza Jr., 2021, p. 226), criando uma narrativa visual dos acontecimentos, o que demonstra a inserção do Brasil na dinâmica global da modernização capitalista.

As revistas semanais e o conceito de grande imprensa

A *Revista da Semana* foi fundada em 20 de maio de 1900 por Álvaro de Teffé, no Rio de Janeiro, permanecendo em atividade até 1959. Álvaro era filho de Antônio Luís von Hoonholtz, o Barão de Teffé, e sua família era bastante próxima de nomes muito influentes na capital federal. Sua irmã, Nair de Teffé, por exemplo, é considerada a primeira caricaturista mulher do mundo (Luca, 2021, p. 8), publicando sob o pseudônimo Rian (Nair, de trás para frente), na revista semanal *Fon-Fon* (1907-1958). Após três meses de inauguração, o título e as oficinas do periódico foram vendidos para o *Jornal do Brasil* (1891-2019), tornando a *Revista da Semana* a edição ilustrada do respectivo jornal, sob a direção de Álvaro de Teffé.

A revista semanal *Fon-Fon* foi fundada em 13 de abril de 1907 pelo grupo de simbolistas Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes (Sodré, 1966,

p. 345), no Rio de Janeiro, mantendo-se em atividade até 1958^{III}. Como escrito em suas primeiras páginas, era um “semanário alegre, político, crítico e esfuziante, noticiário avariado, telegrafia sem arame e crônica epidêmica”, com a intenção de “fazer rir, alegrar a tua boa alma carinhosa (...) com o comentário leve das coisas da atualidade (...)”⁴.

Ambas as revistas diversas foram inauguradas poucos anos após o fim do regime escravista, tornando-se importante por ter um breve distanciamento geracional, o que possibilita encontrar publicações contemporâneas aos recém libertos. Além disso, acompanha o período da história do Brasil de inserção ao capitalismo global e de modernização do Estado.

Segundo Tania de Luca, o conceito de grande imprensa “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidades, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (2008, p. 149), ou seja, se refere ao grupo de jornais e revistas que, em um determinado contexto, são os mais relevantes em termos de quantidade de exemplares distribuídos (circulação), sua durabilidade ao longo do tempo (perenidade), e também pela infraestrutura que possuem, tanto no aspecto técnico e organizacional quanto no financeiro. Esses veículos de comunicação se destacam por serem os mais influentes e/ou prestigiados em um determinado cenário.

Com isso em mente, é importante destacar esses atributos da *Revista da Semana* e da *Fon-Fon*. Em relação às formas de venda e valores, a *Revista da Semana* cobrava pela compra da edição em diferentes formatos e preços, como verificado na Figura 1:

^{III} As edições de aniversário da revista Fon-Fon simbolizam seu prestígio, publicando edições com mais de 100 páginas, por exemplo a edição 15, de 12 de abril de 1913, que possui 107 páginas.

ANNUNCIOS E ASSIGNATURAS
~ DA ~
REVISTA DA SEMANA

Enquanto não ficar instalado o escriptorio na rua do Ouvidor, os annuncios e assignaturas para a REVISTA DA SEMANA são provisoriamente recebidos no escriptorio d' A NOTICIA.

PREÇOS

Assignaturas

Por um anno	15\$000	Por seis mezes	8\$000
-----------------------	---------	--------------------------	--------

Annuncios com photo-gravura			Annuncios sem photo-gravura		
	UMA VEZ	REPETIÇÃO		UMA VEZ	REPETIÇÃO
Pagina	250\$000	150\$000	Pagina	150\$000	80\$000
1/2 pagina	150\$000	80\$000	1/2 pagina	80\$000	50\$000
1/4 de pagina.	80\$000	50\$000	1/4 de pagina.	50\$000	30\$000
1/8 de pagina.	—	—	1/8 de pagina.	30\$000	20\$000

Os annuncios com photo-gravura são recebidos até quarta-feira ao meio dia.	Os annuncios sem photo-gravura são recebidos até quinta-feira á noite.
--	--

A NOTICIA - 123 Rua do Ouvidor 123

Figura 1. Publicação das formas de venda da *Revista da Semana*. Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 27 mai. 1900, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Além do modelo de comercialização baseado em assinaturas, a *Revista da Semana* disponibilizava a venda avulsa por edição, ao preço unitário de 300 réis. Adicionalmente, oferecia planos de assinatura anual e semestral, com valores correspondentes a 15\$000 réis e 8\$000 réis, respectivamente. Essa estrutura de comercialização, que combinava opções de aquisição pontual e periódica, permitia à publicação ampliar seu alcance e adaptar-se às diferentes demandas e capacidades financeiras de seu público leitor. Tal estratégia caracteriza uma abordagem comercial diversificada, alinhada

às práticas de mercado da época e voltada para a consolidação de uma base de assinantes fidelizados.

Já a revista semanal *Fon-Fon* vendia suas publicações de forma avulsa e também por assinatura, com as seguintes determinações de valores:

AVULSO			ASSIGNATURA ANNUAL	
Capital	rs. 400		Capital	20\$000
Estados	rs. 500		Estados	22\$000

Figura 2. Publicação das formas de venda da Revista *Fon-Fon*. Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1907, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Percebe-se que o valor cobrado pelas assinaturas era superior para localidades situadas fora da capital federal, provavelmente em decorrência dos custos adicionais associados ao transporte e à logística de distribuição necessários para a entrega das revistas aos assinantes. Esse diferencial de preço indica, ainda, que as publicações alcançavam um público significativo em regiões distantes do Rio de Janeiro, evidenciando sua ampla penetração geográfica e a expansão de seu mercado consumidor.

Ao comparar os valores das assinaturas anuais da revista *Fon-Fon* com os da *Revista da Semana*, constata-se que a primeira apresentava um custo consideravelmente mais elevado, com uma diferença de 5\$000 réis para assinantes na capital e de 7\$000 réis para aqueles localizados em outras cidades. Essa disparidade de preços pode estar relacionada a fatores como a qualidade editorial, o prestígio da marca ou a abrangência do conteúdo oferecido por cada publicação.

Desde suas fundações, ambos os periódicos contavam com um aparato técnico avançado, dotado de maquinário tipográfico

moderno e de alta qualidade, o que permitia a produção de impressões refinadas e visualmente atraentes. Ademais, é relevante destacar que já em suas primeiras edições, essas publicações incorporaram o uso de fotografias, um recurso inovador para a época, que será analisado em maior detalhe a seguir. Essa adoção precoce de tecnologias de ponta e de elementos visuais modernos reforçava o posicionamento das revistas como veículos de vanguarda no cenário editorial brasileiro.

Para exemplificar, trouxemos capa da primeira edição da *Revista da Semana*, a qual documentou um evento comemorativo alusivo ao quarto centenário do denominado “descobrimento” do Brasil. O registro focaliza o monumento erguido em homenagem a Pedro Álvares Cabral, localizado na Praça Nossa Senhora da Glória, na então capital federal. A imagem captura não apenas a solenidade do acontecimento, mas também a relevância histórica e simbólica do marco comemorativo, retratando o contexto cultural e político da época. Esse registro fotográfico evidencia o papel da revista como veículo de documentação e difusão de eventos de grande impacto nacional, ao mesmo tempo em que destaca a integração entre a memória histórica e a representação visual no espaço urbano, como observado na Figura 3:



Figura 3. Capa da primeira edição da *Revista da Semana*. Legenda: O monumento comemorativo do descobrimento do Brasil, trabalho do escultor Rodolpho Bernardelli. Vista da praça da Glória no dia 3 de maio. Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1900, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Por seu turno, a figura 4 trata-se de um registro fotográfico, caracterizado como um “instantâneo”, capturado durante um dia de votação para intendentess municipais – cargo equivalente, atualmente, ao de prefeito – na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

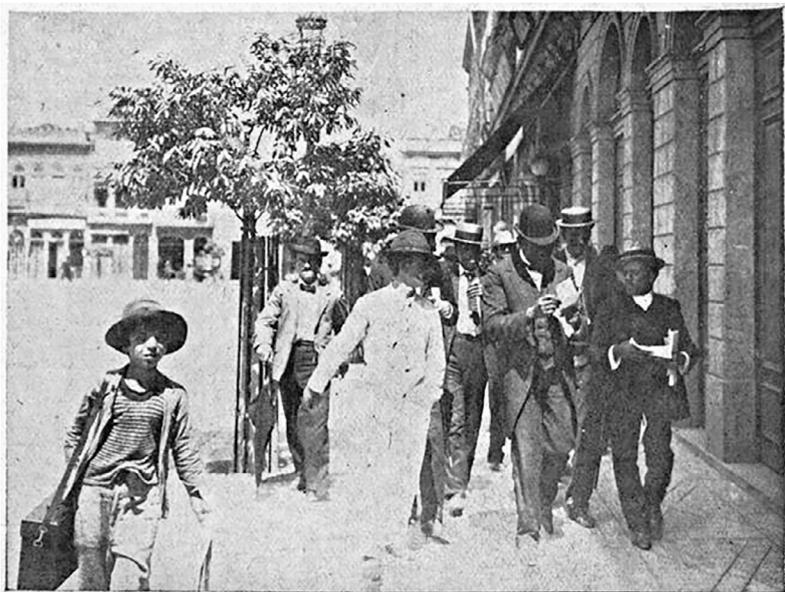


Figura 4: “Instantâneo” na revista *Fon-Fon*. Legenda: Instantâneo eleitoral. Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1907, p. 5. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Observa-se que tanto a imagem publicada pela *Revista da Semana* quanto pela *Fon-Fon* permite identificar, com precisão, os eventos que transcorreram naquele momento específico, graças à infraestrutura tecnológica avançada e ao maquinário moderno empregado por ambas as publicações semanais. Esse aparato técnico possibilitou a reprodução fidedigna da cena, conferindo ao registro um caráter documental e informativo, que reflete não apenas o contexto político da época, mas também a capacidade dessas revistas de incorporar inovações tecnológicas em sua produção editorial.

Em relação à *Revista da Semana*, Tania de Luca afirma que:

[...] os leitores foram apresentados às instalações das oficinas, por meio de um conjunto de fotografias relativas ao edifício; às salas da redação, escritório e

direção técnica; ao ateliê fotográfico; às seções de fotogravura, similigravura e ao laboratório químico; às de cromofotografia, zincografia e fotozincografia; à de brochura e preparação de madeira para clichês; além da rotativa Voirin, modelo que integrou a seção consagrada às máquinas na Exposição Universal realizada em 1900 na capital francesa. Tratava-se de atestar a atualização e modernidade técnica do empreendimento (Luca, 2021, p. 13).

Ainda, a *Revista da Semana* foi pioneira no ramo empresarial da imprensa ao inserir fotografias impressas em suas publicações com a tecnologia de autotipia, isto é, uma técnica de impressão que utiliza uma matriz de pontos para reproduzir imagens em alta qualidade em papel ou outros materiais (Luca, 2021, p. 10-11). Observando as fotografias reproduzidas na *Fon-Fon*, parece que o estúdio também utilizava essa mesma técnica.

Enquanto a *Fon-Fon* ironiza sua própria tiragem com a frase “100.000 quilômetros, por hora”⁵, a *Revista da Semana* declara, em publicação realizada no dia 26 de agosto de 1900⁶, que a compra da revista pelo *Jornal do Brasil* a “solidificou [...] até o ponto de rivalizar com as mais célebres publicações estrangeiras”, principalmente por sua “tiragem”, sua “variedade”, pela “importância de suas informações” e pela “estima do público”.

Um ponto importante sobre ambos os periódicos é o longo período em que estiveram ativas: ambas circularam por cinco décadas. A *Revista da Semana* teve sua última edição em 1959, e a *Fon-Fon* em 1958. Isso nos leva a considerar o contexto histórico brasileiro ao longo desse período. É consenso historiográfico que a Primeira República brasileira compreende o período de 1889 a 1930. Em 1930, Getúlio Vargas e seus aliados dão um golpe de Estado, encerrando com a representação paulista do governo federal

naquele momento, instaurando o Governo Provisório, que se estende até 1934. Neste ano, uma nova Constituição é promulgada, dando início ao período conhecido como Governo Constitucionalista, que dura até 1937, sendo marcado pela acentuação do centralismo político sob a figura do presidente da república. Em 1937, Vargas instaura o Estado Novo, uma ditadura que se prolonga até outubro de 1945, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas aproximou-se de ideologias autoritárias, como na criação da “Ação Integralista Brasileira” e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP tinha o objetivo de controlar a informação e fazer propaganda do governo, consolidando a imagem de Vargas e promovendo a ideologia nacionalista do regime. O DIP controlava o conteúdo de jornais, rádios, teatros e até do cinema, tendo a autoridade de censurar qualquer informação que fosse da vontade do órgão, ou seja, do governo. Notícias, textos e programas de entretenimento passavam pela aprovação do departamento, por exemplo. O Departamento de Imprensa e Propaganda também incentivava produções culturais que estivessem alinhadas com a ideologia do Estado Novo. Filmes, músicas e peças de teatro foram usados para difundir valores nacionalistas e, ao mesmo tempo, suprimir temas considerados subversivos. É em 1943, por exemplo, que o governo federal bane a utilização de idiomas estrangeiros, permitindo somente o uso do português. Ainda, o governo perseguiu opositores, censurou a imprensa e controlou os sindicatos, principalmente com a utilização do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado anteriormente, em 1924. A polícia política (DOPS) foi utilizada para prender e torturar dissidentes, violando direitos humanos e limitando a liberdade de expressão, tanto de pessoas quanto de instituições.

Assim, mesmo nesse contexto de radicalismo político e social que permeia a história do Brasil desde sempre, os semanários *Fon-Fon* e *Revista da Semana* permaneceram em circulação. Pelo fato de as revistas diversas serem diferentes dos jornais diários, possuindo conteúdo bastante diversificado, a adaptação dos temas publicados não foi impraticável. A *Revista da Semana*, edição ilustrada do *Jornal do Brasil*, por exemplo, não possuía vínculo partidário oficial e já se apresentava dessa forma desde o primeiro ano de edição:

Diferentemente de jornais diários e outras publicações mais engajadas politicamente, as revistas semanais apresentavam um conteúdo diversificado, incluindo entretenimento, cultura, moda e variedades, o que facilitou sua adaptação a qualquer diretriz imposta pelos governos. O caráter ilustrado e de variedades desses periódicos ajudava a torná-los uma publicação de ampla adesão popular, sem representar uma ameaça direta aos governos. Enquanto jornais diários estavam mais sujeitos a censura devido à sua cobertura de temas políticos imediatos, revistas diversas podiam ajustar seu conteúdo de forma mais estratégica, focando em temas mais neutros ou alinhados com o contexto vigente.

O uso da expressão “órgão dos interesses do povo”, como observado na figura 5, busca transmitir a imagem de um jornal comprometido com a sociedade em geral, e não com grupos políticos específicos. Esse posicionamento pretendia atrair um público mais abrangente, incluindo leitores de diferentes orientações políticas, e reforçar a credibilidade da publicação. Além disso, a noção de representar os interesses populares podia ser uma maneira de se proteger contra acusações de parcialidade, já que o discurso de estar a serviço do povo era menos arriscado do que apoiar um partido ou ideologia específica. Porém, é importante lembrar que a famí-

lia fundadora da *Revista da Semana* possuía fortes vínculos com o governo federal, fazendo parte da elite dominante do Brasil, o que também coloca a revista semanal em uma posição privilegiada quanto às eventuais retaliações.



Figura 5. Apresentação da *Revista da Semana*. Fonte: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1900, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Ainda, a independência política podia ser, também, um diferencial de mercado. Em um cenário em que muitos jornais eram associados a partidos ou grupos ideológicos, um periódico que se apresentava como neutro poderia conquistar leitores que buscavam informações sem viés partidário explícito. Isso ajudava a fortalecer a marca do *Jornal do Brasil* como uma fonte confiável e abrangente de notícias, favorecendo sua longevidade em tempos instáveis.

Enquanto isso, a revista *Fon-Fon*, desde sua fundação, já possuía em seu título a nomenclatura do humor:



Figura 6. Título e subtítulo da Revista *Fon-Fon*. Fonte: *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1907, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

O contexto histórico das transformações políticas e sociais no Brasil durante a circulação de publicações periódicas, como jornais diários e revistas semanais, revela a adoção de estratégias diferenciadas por parte desses veículos para manter sua operação e fidelizar seu público. Uma dessas estratégias está diretamente relacionada à estruturação editorial e gráfica das publicações, que buscavam equilibrar a manutenção de uma identidade visual reconhecível com a flexibilidade necessária para adaptar-se às demandas do mercado e ao contexto sociopolítico em constante mudança.

Nesse sentido, observa-se que a capa da revista *Fon-Fon* assumia um papel central na manutenção da identidade visual da publicação. Ao longo dos anos, a capa manteve-se como o elemento mais consistente e semelhante em todas as edições, caracterizando-se por um desenho chamativo, vibrante e cuidadosamente elaborado para atrair a atenção do leitor. Essa consistência na capa funcionava como um elemento de familiaridade, garantindo que o público

reconhecesse imediatamente a publicação, mesmo em meio a um cenário de intensa competição e transformações.

No entanto, ao contrário da capa, as páginas internas das revistas não seguiam um padrão fixo ou previsível. Cada edição apresentava uma organização distinta, sem seções dedicadas de forma permanente ou recorrente. Por exemplo, na edição número 12, as páginas iniciais poderiam ser ocupadas por propagandas, enquanto na edição número 31, as mesmas páginas poderiam ser preenchidas por fotografias relacionadas a notícias ou reportagens especiais. Essa flexibilidade permitia que as publicações adaptassem seu conteúdo de acordo com as demandas do momento, seja para atender a interesses comerciais, seja para responder a eventos políticos ou sociais relevantes.

Essa estratégia editorial configura uma abordagem dinâmica e pragmática, na qual o periódico mantinha sua identidade visual por meio da capa, mas permitia que o restante da publicação fosse moldado conforme as necessidades e oportunidades de cada edição. Dessa forma, as publicações conseguiam equilibrar a consistência necessária para construir uma marca reconhecível com a adaptabilidade essencial para sobreviver em um mercado em constante transformação.

A *Revista da Semana* optou por variar o tema da capa a cada edição, utilizando recursos como ilustrações, fotografias ou notícias, fossem estrangeiras ou não. Essa abordagem permitia que as capas apresentassem os assuntos mais relevantes da semana, conectando-se diretamente com os interesses imediatos dos leitores e com o contexto sociopolítico do momento.

As ilustrações, por exemplo, eram frequentemente empregadas como um recurso artístico e informativo, capaz de transmitir mensagens complexas de forma visualmente atraente. Em

períodos de intensa efervescência política ou cultural, as capas ilustradas podiam assumir um tom satírico, crítico ou até mesmo comemorativo, dependendo do enfoque editorial da revista. Já as fotografias, por sua vez, traziam um caráter de instantaneidade e realismo, capturando eventos importantes, personalidades em destaque ou cenários que despertavam o interesse do público. Essas imagens, muitas vezes acompanhadas de notícias, tinham a intenção de chamar a atenção e gerar curiosidade, incentivando a compra do periódico.

Além disso, algumas revistas utilizavam as capas para destacar notícias de grande relevância, transformando-as em verdadeiras vitrines do conteúdo interno. Essa estratégia era particularmente eficaz em momentos de crise política, descobertas científicas ou eventos culturais marcantes, como as comemorações do 13 de maio, nos quais a capa funcionava como um convite para que o leitor se aprofundasse na leitura. A variedade de abordagens nas capas representava não apenas a versatilidade editorial dessas publicações, mas também sua capacidade de se adaptar às expectativas e aos hábitos de consumo de seu público.

Essa diversificação do conteúdo das capas era, portanto, uma estratégia pensada e projetada para manter a relevância e o engajamento dos leitores. Ao alternar entre ilustrações, fotografias e notícias, a *Revista da Semana* conseguia equilibrar a necessidade de manter uma identidade visual reconhecível com a flexibilidade necessária para abordar temas variados e contemporâneos. Essa prática não apenas reforçava o papel das revistas como veículos de informação e entretenimento, mas também as posicionava como reflexo dinâmico das transformações sociais, políticas e culturais do Brasil ao longo do tempo.

Os periódicos em números

As tabelas que serão apresentadas a seguir foram construídas com base em dados das revistas *Fon-Fon* e *Revista da Semana*, destacando dois aspectos principais: o número de edições por ano e a média de páginas por edição. Esses dados permitem analisar a evolução e as características de cada publicação ao longo dos anos.

Ano	Número de edições no ano	Média de páginas por edição
1900	33	10,67
1901	52	9,90
1902	51	13,71
1903	52	12,40
1904	26	23,12
1905	52	23,63
1906	52	27,98
1907	52	30,98
1908	52	28,19
1909	52	34,31
1910	52	36,77
1911	53	31,45
1912	52	36,56
1913	48	49,94
1914	46	40,54

Tabela 1. Dados de publicações da Revista da Semana (1900-1914). Fonte: Elaboração própria.

Para obtermos a média de páginas por edição, foi necessário somar o total de páginas e dividir o resultado pelo número de edições. Assim, percebemos que entre os anos de 1900 e 1914, a

Revista da Semana passou por um processo de crescimento significativo em termos de volume e estrutura editorial. A análise dos dados revela uma evolução constante no número médio de páginas por edição, bem como variações na periodicidade da publicação, indicando momentos de expansão e possíveis desafios enfrentados ao longo do período.

Nos primeiros anos, entre 1900 e 1903, as edições eram relativamente curtas, com uma média inferior a 15 páginas. Em 1900, a revista possuía cerca de 10,67 páginas por edição, crescendo gradualmente até 1903, quando atingiu 12,40 páginas por edição. No entanto, a partir de 1904, houve um salto expressivo no volume de páginas, com a média quase dobrando para 23,12 páginas. Esse crescimento seguiu uma trajetória ascendente nos anos seguintes, alcançando 30,98 páginas em 1907 e ultrapassando 36 páginas em 1910. O ápice ocorreu em 1913, quando a revista atingiu uma média de 49,94 páginas por edição, sinalizando um período de grande expansão editorial.

Paralelamente ao aumento no volume das edições, observam-se oscilações no número de publicações anuais. A maioria dos anos apresenta 52 edições, indicando uma periodicidade semanal bem estabelecida. No entanto, algumas exceções chamam a atenção. Em 1900, houve apenas 33 edições, possivelmente porque a publicação começou somente no mês de maio. Em 1904, ocorreu uma redução drástica para 26 edições, o que pode ter sido resultado de mudanças na gestão editorial, pois no ano de 1904 a revista já não apresentava mais o nome do redator-gerente, Dr. Candido Mendes, do redator-chefe, Dr. Fernando Mendes de Almeida, e do diretor-técnico, Gaspar de Souza, no cabeçalho da capa. Nos anos de 1913 e 1914, verifica-se uma nova diminuição para 48 e 46 edições, respectivamente, o que pode estar relacionado situações

externas à revista, como, por exemplo, a instabilidade econômica e política no contexto pré-Primeira Guerra Mundial, como já verificado em jornais diários (Zanetti, 2022, p. 42).

Um aspecto interessante é a relação inversa entre o número de edições e a quantidade de páginas por edição em alguns períodos. Nos anos em que houve uma diminuição no número de publicações, a média de páginas por edição aumentou. Em 1904, por exemplo, mesmo com apenas 26 edições, a média de páginas foi de 23,12, um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Da mesma forma, em 1913, com apenas 48 edições, registrou-se o maior número de páginas da série histórica, com uma média de 49,94 páginas por edição. Essa tendência sugere que, quando houve necessidade de reduzir a frequência das publicações, a revista compensou com edições mais longas e detalhadas.

Para compilarmos os dados da revista *Fon-Fon*, segue Tabela 2:

Ano	Número de edições no ano	Média de páginas por edição
1907	38	30,95
1908	46	31,22
1909	50	31,62
1910	49	42,86
1911	52	58,52
1912	48	73,00
1913	52	76,23
1914	52	71,40

Tabela 2. Dados de publicações da revista *Fon-Fon* (1907-1914). Fonte: Elaboração própria.

A revista *Fon-Fon* passou por um processo de crescimento significativo ao longo dos anos, tanto em número médio de páginas

por edição quanto em sua regularidade. No ano de inauguração, em 1907, a revista contava com uma média de 30,95 páginas por edição. Esse número aumentou gradativamente até atingir 71,40 páginas em 1914, representando um crescimento de aproximadamente 130,7%.

Embora o número de edições anuais tenha variado no início, com apenas 38 publicações em 1907, a partir de 1911 a revista se estabilizou entre 48 e 52 edições por ano, indicando sua consolidação como uma publicação de periodicidade semanal. O aumento expressivo no número médio de páginas por edição pode ter sido influenciado por fatores como crescimento do público e o sucesso comercial da revista. O conteúdo também foi ampliado, fosse por meio da diversificação dos temas abordados, do acréscimo de ilustrações e reportagens mais longas ou mesmo da inclusão de mais espaço para publicidade.

Alguns momentos de crescimento se destacam nesse período. Entre 1909 e 1911, houve um aumento expressivo no número médio de páginas por edição, passando de 31,62 para 58,52. Posteriormente, entre 1911 e 1913, essa média continuou subindo até atingir 76,23 páginas. Em 1914, no entanto, observou-se uma leve redução para 71,40 páginas, possivelmente indicando uma estabilização ou ajustes no formato da publicação.

Dessa forma, os dados analisados demonstram que a revista *Fon-Fon* teve uma evolução consistente ao longo dos anos, tornando-se uma publicação mais robusta e consolidada no cenário editorial da época. Esse crescimento sugere que a revista alcançou um papel cada vez mais relevante no meio social, cultural e jornalístico do período.

No gráfico a seguir, foi conduzida uma análise comparativa do número médio de páginas por edição e do número de edições anuais das revistas, no período compreendido entre 1900 e 1914.

Média de Páginas por Edição e Número de Edições por Ano (1900-1914)

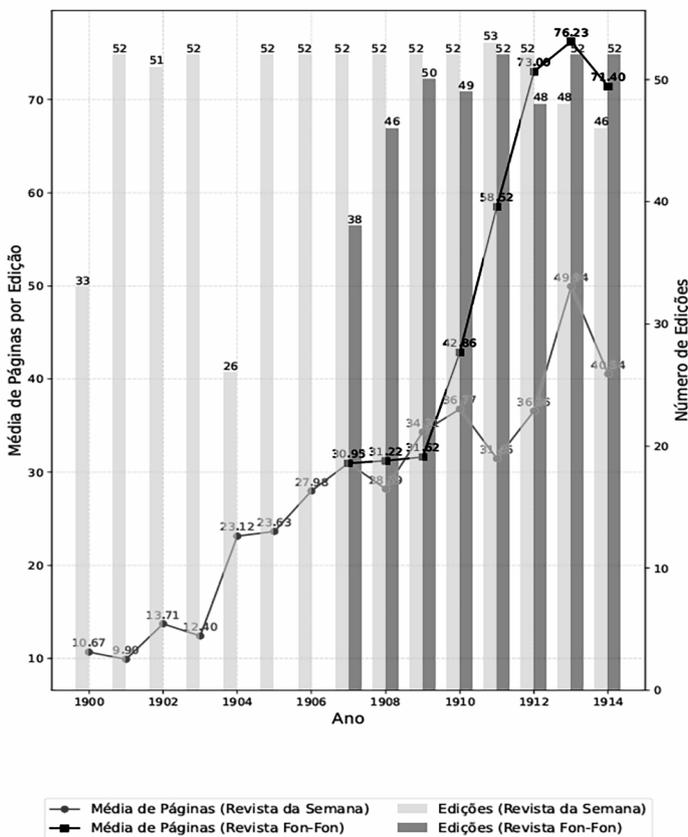


Gráfico 1. Média de páginas por edição e número de edições por ano (1900-1914).
Fonte: Elaboração própria.

O objetivo central foi examinar as interseções e divergências nos dados, permitindo uma avaliação detalhada das tendências editoriais, da evolução do volume de conteúdo e da periodicidade de publicações de ambas as revistas ao longo do tempo. Essa análise visa identificar padrões e possíveis fatores contextuais que influenciaram o desempenho dessas publicações no cenário editorial da época.

O gráfico comparativo entre a *Revista da Semana* e a *Fon-Fon* ilustra detalhadamente a evolução dessas duas publicações ao longo dos anos, destacando tanto o volume de conteúdo (média de páginas por edição) quanto a frequência de publicações (número de edições por ano). A intenção desse gráfico é visualizar com mais clareza os dados contidos nas tabelas.

O crescimento e as estratégias editoriais das duas revistas também revelam diferenças significativas. A *Revista da Semana* teve um crescimento gradual, tanto em número de edições quanto em média de páginas, representando uma estratégia de mercado editorial mais conservadora. Já a *Fon-Fon* apresentou um crescimento mais acelerado e dinâmico, com um aumento expressivo no volume de páginas por edição e uma rápida consolidação da periodicidade semanal. A estratégia da *Fon-Fon* parece ter sido mais ousada, com foco em oferecer mais conteúdo para conquistar e fidelizar leitores.

Conclusão

O desenvolvimento empresarial da imprensa no Brasil durante a primeira metade do século XX desempenhou um papel crucial na construção da memória coletiva e na disseminação de valores e ideais da época. As revistas diversas, como a *Revista da Semana* e *Fon-Fon*, foram fundamentais para promover uma visão mais ilustrativa dos eventos contemporâneos, acompanhando de perto as mudanças políticas e sociais em um período de transição para a modernidade capitalista da democracia liberal. Ao retratar temas culturais e políticos e ao utilizar inovações técnicas e tecnológicas, essas publicações alcançaram relevância e influência no cenário nacional.

Além disso, a longevidade dessas revistas, que atravessaram momentos históricos como a Primeira República, o Estado Novo e parte da República Populista demonstra a capacidade de adaptação da imprensa semanal aos contextos de repressão e censura, ajustando seu conteúdo para manter-se ativa e relevante. Por esses motivos, entendo que tanto a *Revista da Semana* quanto a *Fon-Fon* podem estar inseridas na chamada “grande imprensa”. A análise desses periódicos permite, assim, compreender a complexa relação entre a imprensa, o governo e a sociedade brasileira, possibilitando reflexões sobre as dinâmicas de um país em busca de modernização e inserção no cenário global.

Fontes

Fon-Fon, Rio de Janeiro, 13 abr. 1907, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Fon-Fon, Rio de Janeiro, 13 abr. 1907, p. 5. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Fon-Fon, Rio de Janeiro, 20 abr. 1907, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 20 mai. 1900, p. 1. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 26 ago. 1900, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Revista da Semana, Rio de Janeiro, 27 mai. 1900, p. 11. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

Referências eletrônicas

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

Referências bibliográficas

ALONSO, Angela. Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 115-137, 2014.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2004, 250p.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 166p.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOMINGUES, Petrônio José. “A redenção da nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48, 2011.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 149 - 175.

LUCA, Tania Regina de. A inserção do registro fotográfico na Revista da Semana: trajetória em 1900. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 23, n. 43, p. 7-34, jul.-dez. 2021.

MAUAD, Ana Maria. LOUZADA, Silvana. SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente: itinerários da prática fotográfica no Brasil do século XX. **Fotocinema, Revista Científica de Cine y Fotografia**. Málaga, n. 22, 2021, p. 221-254.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2001, 119 p.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 4, p. 172-189, Rio de Janeiro, 1989.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, 144p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 583p.

VARGAS, Anderson Zalewski. A luta contra as liberdades: imprensa, reforma e exclusão social na Porto Alegre do início do século XX. **Claroscuro**, Rosario, n. 2, p. 113-141, 2002.

ZANETTI, Euler Fabres. **As comemorações da Lei Áurea pelas páginas dos jornais A Federação (RS) e O Paiz (RJ), 1888-1928**. 137 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

Notas finais

¹ Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D155-B.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

² Portal do Palácio do Planalto. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm>. Acesso em: 20 out. 2024.

³ Sobre a capoeira, ver: SOARES, Carlos Eugenio Libano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. 606 p.

⁴ *Fon-Fon*, 13 de abril de 1907. Edição 1, p. 3. A grafia dos textos está com o idioma atualizado.

⁵ *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1907, p. 3. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

⁶ *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 26 ago. 1900, p. 6. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, Fundação Biblioteca Nacional.

*A pequena imprensa e os jornais escolares:
as lacunas da grande imprensa preenchidas pela pequena
imprensa e a presença da História nesses periódicos*

MARA INÊS ALFLEN

Este texto explora a relevância dos jornais escolares no Brasil da primeira metade do século XX, posicionando-os como integrantes da *pequena imprensa*, caracterizada por produções locais e institucionais de menor circulação e forte caráter educativo. Influenciados pela pedagogia de Freinet, esses jornais eram ferramentas que refletiam a vida escolar e promoviam a formação crítica e cívica dos estudantes, abordando temas históricos e patrióticos sob a supervisão de professores. A análise fundamenta-se nos conceitos da história da imprensa propostos por Tania Regina de Luca, que distingue a *grande imprensa* da *pequena imprensa*, sendo esta última composta por publicações como os jornais escolares. Para compor o corpus documental, foram selecionados dois periódicos brasileiros que atendem aos critérios de mais de cinco edições e presença de textos históricos: *A Voz da Escola* e *Correio do Colegial*, fontes valiosas para investigar a cultura escolar e o ensino de história do período.

A pequena imprensa e os jornais escolares

Estudar história da imprensa se faz necessário para contemplar as dinâmicas de produção e circulação de jornais, que são, de certa forma, balizadores para a produção de jornais dentro das escolas, atividade comum na primeira metade do século XX, devido aos princípios da pedagogia de Freinet, amplamente adotados pelos docentes do período.

Se tratando de história da imprensa, conceitos fundamentais para categorizar esses impressos são trazidos por Tania Regina de Luca, que exemplifica:

A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares, em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica, designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro. (2008, p. 149)

Já a *pequena imprensa*, definida aqui como “um conjunto extremamente diversificado de folhetos, revistas e jornais de bairros, casas comerciais, órgãos recreativos, educacionais, comerciais, humorísticos, étnicos, sem esquecer a ativa imprensa operária” (Luca, 2008, p. 151).

A partir de tais termos, inclui-se os jornais escolares no segundo grupo, o da *pequena imprensa*, pois se tratam de periódicos de produção mais artesanal, fruto de atividades educativas permeadas pelo crivo dos professores e diretores dos educandários, sendo de menor circulação, geralmente restrito à comunidade escolar.

Assim, vale trazer estudos do campo da “Imprensa estudantil”, como o realizado por Martinelli e Machado, que no artigo “A produção periódica estudantil oitocentista”, realizam um mapeamento de publicações periódicas estudantis do século dezoito a partir do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, apresentando a produção brasileira do período e discutindo possibilidades de análise de tais periódicos (Martinelli; Machado, 2021, p.3). Em tal estudo apontam, quantitativamente, que o auge da produção de periódicos estudantis se dá nas décadas de 1870 e 80, período que compreende o fim da monarquia no Brasil, sendo os jornais espaço de discussão e debate entre republicanos e monarquistas (Martinelli; Machado, 2021, p.16).

As autoras observam a relevância do jornal estudantil no contexto brasileiro, pois este cumpria “o papel de preencher uma lacuna por materiais de leitura para a mocidade brasileira, além de servir como um espaço de escrita e expressão das ideias juvenis” (Martinelli; Machado, 2021, p.4). Nesse sentido, os textos nos periódicos eram de natureza diversa e contemplavam em seu bojo também a escrita literária, que compensava a falta de livros, sendo espaço de iniciação escritora para autores brasileiros renomados, como Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo e Machado de Assis (ARNT, 1990 apud Martinelli; Machado, 2021, p.22).

É necessário lembrar que o recorte temporal das autoras é referente à Monarquia, período em que a escola era restrita à elite, sendo assim uma população majoritariamente analfabeta, de pouca produção editorial de livros. Assim, pode-se dizer que “por meio dos jornais literários, a literatura circulou e se popularizou, ganhando estima do público leitor brasileiro” (Martinelli; Machado, 2021, p.22).

Ao fazer o levantamento dos jornais estudantis, as autoras indicam que há poucos jornais que tenham sido salvaguardadas

todas as edições, e que a maior parte das publicações era efêmera, sendo em geral, muito oneroso para os estudantes manter o jornal. Os periódicos eram vendidos aos estudantes, o que financiava sua produção; era comum que no jornal os estudantes apelassem aos seus colegas, para que fosse viável seguir a publicação (Martinelli; Machado, 2021, p.24)

No estudo de Martinelli e Machado (2021), a “Imprensa estudantil” é definida de maneira a privilegiar a autoria dos estudantes, sem se limitar ao ambiente onde a produção ocorre. As autoras sugerem que o conceito deve se referir aos periódicos escritos por estudantes, independentemente do espaço de criação, a fim de destacar a voz e a autonomia dos sujeitos envolvidos. Elas propõem uma distinção entre jornais escolares e jornais estudantis com base no local de produção e no grau de autonomia dos estudantes.

O jornal escolar é caracterizado como uma atividade realizada dentro do ambiente escolar e solicitada pela instituição, o que implica a presença de uma mediação adulta, seja para orientar, seja para limitar o conteúdo. Em contrapartida, o jornal estudantil pode abarcar produções que ocorrem fora do controle direto da escola, expressando de forma mais livre as opiniões e interesses dos estudantes. (Martinelli; Machado, 2021, p.6).

Bastos (2013) analisa os escritos de alunos do ensino primário do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS), publicados no jornal *A Voz da Escola* (1934-1940), no qual observa essa fonte como vestígio de práticas de “formação pessoal, cívica e religiosa, de aprendizagem da moral ou da civilidade”. A pesquisa centra-se em analisar os discursos dos estudantes que relatam práticas curriculares do cotidiano escolar, impactando na forma de pensar e agir dos mesmos, que se encontram em processo formativo (Bastos, 2013, p. 148).

Ao deter-se sobre os jornais, a autora descreve o conjunto de textos que constitui o jornal, composto de redações com temas variados e textos sobre História, que podem ser frutos das aulas de Português e História. Outros textos como “poemas, pensamentos, adivinhas, enigmas, anedotas, correspondências, recebidas ou enviadas por alunos, autobiografias, listas de nomes com as notas dos melhores alunos” são frequentemente publicados (Bastos, 2013, p.158).

De forma a especificar mais:

A maioria dos textos é de temas ligados à disciplina de Estudos Sociais, que compreendia conteúdos de História, Geografia, Moral e Cívica e que compunham o currículo do ensino primário. Parte significativa tem estreita ligação com datas e festas cívicas. As festividades de veneração à pátria - de seus símbolos, heróis, datas, fatos - exteriorizavam a ação pedagógica da escola na formação do novo homem brasileiro com padrões cívicos e nacionalistas. (Bastos, 2013, p. 159-160)

Ou seja, havia nessa instituição pretensões no ensino de História, de caráter patriótico, que por vezes deveria ser reproduzido pelos estudantes, como atividade de fixação desses valores.

Ainda, de acordo com Bastos, o jornal escolar era uma instituição complementar, associada e auxiliadora da escola, que no início do século XX foi estimulada pelos princípios da Escola Nova. Nesse sentido “destaca-se o jornal escolar elaborado pelos alunos, como atividade de sala de aula ou extraclasse”, sendo possível encontrar os vestígios desses jornais no Brasil desde o século XIX (2013, p. 7).

A autora aponta:

Os impressos de alunos, em diferentes níveis de ensino, são documentos importantes para analisar

a cultura escolar e suas práticas. Na historiografia da História da Educação no Brasil encontram-se vários estudos com impressos escolares ou impressos estudantis, mas são poucas as pesquisas que privilegiam aqueles produzidos por alunos, de diferentes níveis de ensino – ensino primário, ensino médio e ensino superior - que decorre da sua pouca conservação, pois muitos deles foram manuscritos. (Bastos, 2013, p. 9).

Dessa maneira, a autora sinaliza a escassez de estudos em fontes produzidas no ambiente escolar pelos sujeitos que majoritariamente o frequentam: os alunos. Tendo em vista a descartabilidade desses materiais tão ordinários do cotidiano infantil e juvenil, há dificuldades em pesquisar essas fontes, uma vez que os acervos possuem lacunas temporais, dificilmente são completos e sequenciais (Bastos, 2013, p. 9).

Ao se tratar de estudos que tomam jornais produzidos no mesmo período do jornal *Correio Colegial*, faz-se pertinente apresentar o trabalho de Cunha (2013), denominado “*Das mãos para as mentes: Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952)*”, pesquisa realizada em jornais escolares de Santa Catarina, visando protocolos de civilidade no momento em que o Brasil posiciona-se e participa da Segunda Guerra Mundial. Tal trabalho contribui para refletir sobre as práticas educativas do século passado reproduzidas nas escritas dos estudantes (Cunha, 2013, p. 150).

Para a autora:

Pode-se considerar as práticas escolares desenvolvidas no âmbito dessas associações como um produto das exaltações cívicas, imbuídas de um certo fervor patriótico de cunho nacionalista para promover o revigoramento do amor pátrio em razão

da participação, considerada vitoriosa, do Brasil na Segunda Grande Guerra e pode-se constatar que tais iniciativas constituíam o cerne dos projetos políticos do Estado traçados especialmente para a educação e cultura (Cunha, 2013, p.150).

Por conseguinte, ao realizar a análise da fonte (jornal escolar) compreender a conjuntura política do momento de produção, as leis de ensino que regiam os espaços de escrita, ajudam a desmistificar os textos escritos pelos estudantes de outrora. Pensando no contexto de produção do *Correio Colegial*, o movimento da Escola Nova e Estado Novo são elementos a serem considerados.

Cunha e Bereta (2020), em outro artigo, tomam como fonte o *Jornal Pétalas*, escrito e ilustrado manualmente por meninas, que ostenta vestígios de práticas educativas e culturais referentes à protocolos de civilidade, possibilitando compreender permanências e mudanças da cultura escrita e escolar, contribuindo para as áreas da história da educação e do ensino de história (p. 155-156).

De acordo com Cunha, o período de produção do *Jornal Pétalas*, contava com estímulos legislativos e foi “um recurso de ensino que contribuiu para dinamizar a ação educativa e estimular a participação discente na vida escolar”, por meio de seu envolvimento na produção, circulação e leitura (2013, p. 156).

Este artigo tem como intuito situar os jornais escolares e *pequena imprensa* como meios de menor circulação, mas que cumprem papel importante onde a *grande imprensa* e os livros estão ausentes, uma vez que a aparição de uma não anula a outra, e que elas coexistiram ao longo do século XX.

Seguindo as orientações de Bardin, como a regra da homogeneidade (Bardin, 2011, p. 98), os jornais selecionados para formar o corpus documental são aqueles que contêm textos sobre eventos

e figuras históricas, pois este estudo se propõe a pesquisar especificamente estes textos dentro deste suporte.

Para este artigo, foram consultados os acervos do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEDOC) e da Biblioteca Pública Epifânio Dória. Em cada acervo, foi selecionado um jornal estudantil com base no critério de conter mais de cinco números e incluir uma quantidade significativa de textos históricos. No CEDOC, foram encontrados materiais sobre história educacional regional que atendiam a esses critérios, enquanto, na Biblioteca Epifânio Dória, a escolha foi direcionada pelo acervo digital do projeto “Os jornais estudantis de Sergipe (1874-1959),” que oferece uma visão abrangente das práticas educativas na cidade, com o jornal *Correio do Colegial* possuindo 103 edições.

O Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, criado em 2002 na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas/RS, reúne pesquisadores da história da educação com foco em temas como instituições escolares, cultura escolar e material didático. Como centro de documentação, valoriza especialmente a história educacional da região, preservando e organizando acervos temáticos de fontes impressas, manuscritas e iconográficas. Além de colecionar dissertações e teses, o centro busca reconstituir a materialidade das práticas escolares, como móveis e materiais de uso cotidiano, catalogar doações e promover exposições que destacam a história da educação.

Ao consultar a ficha catalográfica do acervo CEDOC, foi criado um primeiro quadro:

Nome do periódico	Quantidade de edições	Ano de publicação
O acadêmico	1	1946
Alvorada	3	1930
Agros	21	1947-1956
O arauto	3	1939
Argumento	4	1976
A aspiração	?	?
Atuação	5	1975-1989
O avançado	1	1945
Boletim do III congresso brasileiro dos antigos alunos maristas	12	1963-1964
Complementarista	8	1932
O condor	10	1949
Debates econômicos	5	1970
Ecos Gonzagueanos	4	1945-1958
O embrião	?	?
A época	?	1940-1955
Escrevendo educação	2	2010-2013
O especialista	?	1980
Estudante	1	?
Estudante	4	1948
O estudante gaúcho	5	1946
Feupa	3	1943
A galera	2	1939-1940
O gymnasial	10	1908
Ginásio paraense externo	1	1941
Hebe	1	1952
Jornal do DCE	1	1970
O julinho	2	1962
O meu colégio	3	1951-1952

Nome do periódico	Quantidade de edições	Ano de publicação
O momento	2	?
O movimento etepeano	?	?
Normalista	5	1948-1952
Nossa J.O.C	12	1938-1939
Nosso Jornal	?	1965
O onze de agosto	1	1930
A palavra do estudante	2	1961
O rapaz	?	1924
Revista debate	?	1996-1996
Revista da escola militar	?	1932
Revista da escola preparatória	6	1947-1953
Revista do Instituto de Educação	1	1942
Revista Idade Nova	?	1948-1954
Revista técnica	3	1945
O São José	3	1950
Scientia et virtus	1	1956
O seminário	17	1957-1962
A vitória colegial	18	1958-1964
A voz da escola	8	1938
A voz do I.T.E	1	1956

Quadro 1. Periódicos do CEDOC. Fonte: Elaboração própria.

Esse quadro, criado a partir da ficha, possibilita identificar os jornais que podem ser usados na pesquisa. Partindo do recorte temporal já previamente estabelecido (primeira metade do século XX) e da natureza do período que se pretende analisar, além da necessidade de que o jornal possua mais cinco edições, é aqui selecionado um periódico que passará pela leitura flutuante, *A voz da escola*.

De acordo com Piotrowski, o impresso *A voz da escola* foi um jornal de periodicidade mensal produzido pelo Colégio Elementar Souza Lobo da cidade de Porto Alegre, por alunos do 6º ano. O Colégio teve sua fundação em 1914 e seu nome faz homenagem ao professor José Theodoro de Souza Lobo, que foi inspetor das escolas do estado, professor e autor de obras relacionadas à educação.

O Colégio estava dedicado ao ensino primário, atendendo seis séries. *A voz da escola* era formado principalmente pelos escritos dos alunos do 6º ano, assim como sua editoração, contando com participação de textos por vezes de outros alunos, do 2º ao 6º ano, estudantes de 8 a 16 anos de idade (Piotrowski, 2022).

Em relação à materialidade, possuía o tamanho de 24 cm x 33 cm, havendo algumas imagens (desenhos) e fotos, a diagramação das páginas era dividida em três colunas. *A Voz da Escola* era vendido por exemplar, e contém propagandas na última página. Na primeira página é possível identificar dados tipográficos, como data da publicação, instituição que produz o jornal e nomes de alunos e profissionais da escola envolvidos no processo (Piotrowski, 2022).

Os exemplares encontrados no acervo CeDoc são 8 no total, publicados no ano de 1938, de março a novembro, ou seja, no período letivo. Esses exemplares seriam referentes ao quinto ano de publicação do jornal. Os textos que o compõe tem autoria, e são em boa parte escritos a partir de assuntos abordados nas aulas:

Fica bastante evidenciado que os assuntos abordados nos textos de contribuição dos estudantes eram, muitas vezes, o resultado de assuntos ou tópicos abordados nas aulas pelos professores em diferentes disciplinas como Português, História, Geografia, Moral e Cívica e Ciências Naturais. Por exemplo, textos cumprindo a tarefa de descrever a sala de aula, a escola ou ainda as características e

utilidades de animais; textos relacionados a datas comemorativas, festas/feriados, 81 festividades cívicas e heróis nacionais; textos criativos de redação com histórias fictícias; entre outros (Piotrowski, 2022).

De tal forma, é possível localizar textos sobre a disciplina de História (eventos e figuras) escritos pelos estudantes, em consonância com as aulas e eventos cívicos promovidos pela instituição. A partir da leitura flutuante, um dos componentes da primeira etapa da análise de conteúdo (Bardin, 2011, p. 96), foi criado o seguinte quadro:

Número	Ano	Mês	Título
N. 2	1938	Abr.	O patriarca da Independência
N. 2	1938	Abr.	Tiradentes
N. 2	1938	Abr.	Tiradentes
N. 2	1938	Abr.	Redação
N. 2	1938	Abr.	As cores da nossa bandeira
N. 2	1938	Abr.	Tiradentes
N. 3	1938	Mai.	Abolição da escravatura
N. 3	1938	Mai.	O trabalho
N. 3	1938	Mai.	O trabalho
N. 3	1938	Mai.	13 de maio
N. 3	1938	Mai.	13 de maio
N. 3	1938	Mai.	13 de maio
N. 4	1938	Jun.	24 de maio
N. 4	1938	Jun.	Batalha Naval do Riachuelo
N. 5	1938	Jul.	Carlos Gomes
N. 5	1938	Jul.	General Daltro Filho
N. 5	1938	Jul.	Glória ao colono
N. 6	1938	Ago; Set	A pátria

Número	Ano	Mês	Título
N. 6	1938	Ago; Set	Preparativos para a Semana da pátria
N. 6	1938	Ago; Set	Independência
N. 6	1938	Ago; Set	A nossa bandeira
N. 6	1938	Ago; Set	Brasil e a fé cristã
N. 6	1938	Ago; Set	7 de setembro
N. 6	1938	Ago; Set	A minha bandeira
N. 7	1938	Out.	A pátria

Quadro 2. Textos históricos no jornal *A voz da escola*. Fonte: elaboração própria.

Assim, é perceptível que apesar de não haver um número alto de publicações, há grande presença de textos sobre história no jornal, o que o torna fonte potencial para investigar a cultura histórica do período, uma vez que apresenta a forma como esses estudantes compreendem e interagem com a disciplina.

Já o jornal escolar *Correio do Colegial*, do Colégio Jackson de Figueiredo (Aracaju, SE), apresenta-se como fonte em potencial para o estudo da apropriação que os estudantes desta instituição de ensino produziam sobre a experiência histórica no tempo, possivelmente decorrente das aulas e do conteúdo trabalhado na disciplina de História. Vista a significativa quantidade de escritos com temas históricos que exaltam os heróis nacionais e denunciam os inimigos da pátria, publicados neste jornal, que apresentam indícios sobre o ensino e a relação com a história à época.

O *Correio do Colegial* é um jornal escolar da cidade de Aracaju, Sergipe, publicado de 1938 até 1973, pelo colégio particular, não confessional, Jackson de Figueiredo. O acervo físico está localizado na Biblioteca Pública Epifânio Doria, em Aracaju. Para a presente pesquisa foi consultado o acervo digital, criado através do projeto

“Os jornais estudantis de Sergipe (1874-1959): práticas educativas pela ótica dos discentes do secundário”, que engloba também outros jornais estudantis da cidade. O acervo do *Correio do Colegial* conta com 103 jornais, sendo analisados aqui apenas do número 1 ao 92, correspondentes aos anos de 1938 a 1959, escritos por estudantes do ensino primário e secundário.

Após mapear os textos de cunho histórico presentes em todas as edições do jornal, foi criada uma tabela com a localização da matéria, o título e uma breve descrição do conteúdo. Assim, foi possível verificar quais temáticas foram mais recorrentes no jornal *Correio do Colegial*. Os títulos costumam ser o nome de figuras históricas, ou eventos históricos, ou mesmo datas comemorativas, a título de exemplo: 15 de novembro, Tiradentes, Independência do Brasil.

Categorias	Quantidade
Bandeira, hino, pátria	29
Independência do Brasil, D Pedro I, 7 de setembro, Semana da pátria	28
Tiradentes e Inconfidência Mineira	21
Duque de Caxias, Guerra do Paraguai, Guerra dos Farrapos	14
Descobrimto da América / Brasil	13
Proclamação da República, D. Pedro II	11
Educação, livros, escritores, compositores, cientistas	11
Colonização do Brasil e povos originários	11
Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária, Brasil na Guerra	10
Escravidão e abolição	10
Personalidades históricas (José de Anchieta, Rui Barbosa, Getúlio Vargas, Santos Dumont, outros)	30

Quadro 3. Textos do *Correio do Colegial*. Fonte: elaboração própria.

Observa-se, a partir do quadro, como há um interesse institucional e talvez também por parte dos alunos, em escrever e publicar sobre essas temáticas. Essas práticas, são, de certa forma, recorrentes no período, como pode ser observado também no jornal *A voz da escola*.

Considerações finais

A análise de *A Voz da Escola* e *Correio do Colegial* revela que esses jornais escolares desempenhavam um papel importante na formação moral e cívica dos estudantes, transmitindo valores patrióticos e temas históricos relevantes para o desenvolvimento de uma identidade nacional. Através de textos sobre figuras heroicas e eventos cívicos, esses periódicos mostram como o ensino de história contribuía para a construção de um ideal de cidadania. O estudo desses impressos ressalta a imprensa escolar como um recurso que preenchia as lacunas da *grande imprensa* e da produção de livros, principalmente voltados ao público escolar, que aproximava os estudantes dos temas históricos de forma acessível e engajada, refletindo o contexto político e pedagógico da época. Assim, esta pesquisa contribui para a história da educação ao revelar o impacto dos jornais escolares na formação crítica e social dos alunos, evidenciando seu papel fundamental no imaginário cultural e na construção de um conhecimento histórico entre jovens brasileiros do século XX.

Referências

ALFLEN, Mara I. **Jornal Escolar**: um herói do Brasil nas páginas do Correio do Colegial (Sergipe, 1938-1959). 2023. 57 f. Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Jornal A voz da escola: escritas dos alunos do colégio elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS, 1934-1940)*. Porto Alegre: **História da Educação**, Vol. 17, Nº. 40, maio/ago., 2013, p. 143-173. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/xZDtDLJ4sCh6hKgy6s-pXKvK/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10. dez. 2023

BASTOS, Maria Helena Câmara. *Escritas estudantis em periódicos escolares*. Porto Alegre: **História da Educação**, Vol. 17, Nº. 40, maio/ago., 2013, págs 7-10. Disponível em : <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/38763/pdf>. Acesso em : 15. ago. 2023

CUNHA, Maria Teresa Santos; BERETA DA SILVA, Cristiani. *Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940-1960)*. **Sarmiento**, Nº. 24, 2020, págs. 127-159. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/28165> Acesso em: 22. set. 2022.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *Das mãos para as mentes: Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952)*. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 139-159, jul./set. 2013.

FREINET, Celestin. **O jornal escolar**. Lisboa: Editora Estampa, 1974.

MARTINELLI, Laís Pacifico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *A produção periódica estudantil oitocentista*. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, abr./jun. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PIOTROWSKI, Jaqueline de Gaspari. **O estudo de impressos estudantis em história da educação: uma abordagem a partir do impresso estudantil ‘O Gaúcho’ (1953-1955)** Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Centro de Estudos e Investigações em História da Educação**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ceihe/historia/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

Staffetta Riograndense e os preparativos para o Centenário da Independência política do Brasil

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW
DARLAN DE MAMANN MARCHI

O presente capítulo objetiva analisar como os preparativos do Primeiro Centenário da Independência política do Brasil foram abordados em um periódico da *pequena imprensa* da serra gaúcha, o *Staffetta Riograndense*¹. A hipótese geral da pesquisa é que, durante as comemorações do Primeiro Centenário da Independência no interior do Rio Grande do Sul, predominavam valores patrióticos e religiosos na construção de uma identidade nacional, mas que esse processo também foi influenciado por elementos étnicos e culturais específicos das localidades. Porém, mais do que trazer os resultados da investigação, o presente texto busca ser um esforço de detalhamento dos passos teórico-metodológicos envolvidos na pesquisa. Para tanto, inicia-se o texto com uma

¹ Esse texto é um recorte de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH/UFPEL), sob o título *Comemorações e identidades na fronteira sul: o Primeiro Centenário da Independência (1922) pelo interior do Rio Grande do Sul* e conta com o financiamento da CAPES através do Edital 16/2022 - Pós-doutorado estratégico.

apresentação da temática; na sequência será abordado o processo metodológico de formação do *corpus* documental; seguido de uma descrição do periódico analisado, o que envolve uma discussão sobre o conceito de *pequena imprensa*; para então se chegar a análise de como o periódico *Staffetta Riograndense* abordou os preparativos do Centenário da Independência, encerrando com algumas considerações finais.

Partimos da perspectiva que as comemorações, celebrações e os lugares de memória da Nação (Nora, 2008), por mais que sejam instituidores de uma memória coletiva, de uma narrativa nacional, não garantem o compartilhamento uniforme desta memória, mas, pelo contrário, estão envoltos por distintas seleções. Dessa forma, a análise das representações nas comemorações ocorridas em 1922 no interior do Rio Grande do Sul, e que levam em conta as fronteiras entre o local e o nacional, podem auxiliar no entendimento das distintas formas como operaram os processos de construção da nacionalidade brasileira naquele período e os contrastes presentes, em nível local.

As controvérsias da identidade nacional no contexto sul-riograndense foram amplamente discutidas numa perspectiva histórica e antropológica por Ruben Oliven (1986; 1988; 2011), o qual destacou as “tensões entre autonomia e integração” e os acontecimentos históricos que foram sendo atualizados, evocados para construção do discurso identitário do “gaúcho”, que ora se afasta ora se integra ao país, sobretudo em momentos de crise. A “identidade gaúcha” acomoda, entretanto, a diversidade dos grupos que constituíram o estado mais ao sul do Brasil e que podem ser vislumbradas em regiões culturais (Brum Neto, Bezzi, 2008) que produziram e mantiveram discursos identitários regionalizados mesmo inserindo-se à retórica ampla da nacionalidade.

O Rio Grande do Sul, neste período, estava imerso em divergências internas, na luta entre as elites políticas iniciada ainda em no final do século XIX e que levou ao enfrentamento armado quando das eleições de 1922. Todavia, estava sendo empregado pelo governo Borges de Medeiros um movimento de institucionalização de uma história oficial que inserisse o Rio Grande do Sul no contexto da história da pátria com a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e de instituições culturais públicas estaduais, como museu, biblioteca e arquivo (Marchi, 2025).

Da mesma forma, também em outras regiões do estado nas quais floresciam ou se acomodavam narrativas identitárias neste período, há a possibilidade de debate sobre as fronteiras dos discursos nacionalistas com aqueles utilizados em âmbito local, suas aderências ou rearranjos frente a interesses pontuais. Entre estes lugares estão, por exemplo, municípios da Serra, nos quais estava em construção a identidade em torno do “mito do imigrante”, valorizando a etnicidade italiana, o culto ao trabalho e os valores do catolicismo (Herédia, 2005).

Para auxiliar na construção dessa identidade vinculada à etnicidade italiana, os periódicos da chamada pequena imprensa possuem papel ímpar, ao mesmo tempo, como argumenta Anne-Marie Thiesse, a imprensa é “um instrumento importante na criação de uma consciência nacional” (2020, p. 24), ainda mais, “de modo mais geral, a imprensa é o lugar por excelência em que o ‘espaço público’, concepção característica da modernidade nacional, pode tomar forma e começar a se estruturar”. Nesse sentido, a imprensa acaba se tornando uma importante fonte para pensarmos essa complexa relação entre o local, o regional e o nacional, entre as diversas identidades possíveis no contexto do Centenário da Independência na serra gaúcha: de imigrante italiano, de gaúcho, de

brasileiro e muitas outras que podem surgir a partir do lugar social ocupado por cada agente (Bourdieu, 2007). Tudo isso em um período, a década de 1920, em que ainda estavam sendo gestadas as fronteiras destes discursos identitários nos diferentes níveis.

A imprensa atuando como difusora e cristalizadora de visões de mundo acaba intervindo enquanto formadora e armazenadora da memória social (Nora, 1988). Marialva Barbosa (2007) também reforça a concepção da imprensa como fundamental na construção de memórias e identidades sociais na sociedade contemporânea. Por todos esses fatores, é oportuno indagar como distintos impressos da serra gaúcha representaram os preparativos do Centenário da Independência política do Brasil? Como se processou essa articulação entre local e nacional? Quais identidades foram construídas?

Mas antes de entrarmos propriamente na análise das representações sobre os preparativos do Centenário da Independência nos periódicos da serra gaúcha, importa efetuar alguns comentários sobre a metodologia de formação do *corpus* documental, etapa basilar para legitimar pesquisas científica, mas que, em muitos casos, são negligenciadas na descrição dos trabalhos.

Construindo um corpus documental de análise: pequena imprensa em foco

O periódico analisado encontra-se disponível no portal de periódicos nacionais da Biblioteca Nacional Digital, a Hemeroteca Digital¹¹. Esse portal possui vários mecanismos de buscas, que

¹¹ Cf. site: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. A digitalização do periódico ocorreu através do Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul, que compõem os acervos do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul, depois foi passado para a Hemeroteca.

permitem efetuar a pesquisa por periódico^{III}, período^{IV} ou local^V. Como esta é uma pesquisa com foco em um lugar (serra gaúcha) e um período (1922) específico e não havíamos definido anteriormente em quais periódicos iríamos pesquisar, optamos por preencher primeiro o campo do período, selecionando o recorte de 1920 – 1929 e, na sequência, o campo local, Rio Grande do Sul (RS)^{VI}.

Através desse preenchimento, identificamos um total de quarenta periódicos, porém, a grande maioria não circulou – ou, pelo menos, não haviam edições digitalizadas - no ano de 1922, período foco da pesquisa, bem como, alguns periódicos eram de regiões que não pertenciam a serra gaúcha. Assim, feita essa triagem, restaram seis títulos, cinco de Caxias (*O Brasil: orgam republicano*; *Cittá di Caxias: Periodico Settimanale D’Interessi Coloniale*; *A Resistência*; *A Vanguarda*: folha independente; *O Democrata*: órgão do Comitê pró Assis Brasil) e um de Villa Garibaldi, *Staffetta Riograndense*.

Após efetuada essa etapa, utilizamos a ferramenta de busca por palavras ou expressões específicas nos seis periódicos, sendo os seguintes termos utilizados na pesquisa: Independencia; independença^{VII}; cem annos^{VIII}; centenário. A escolha dos termos não ocorreu de forma aleatória, mas a partir de critério objetivos: iniciamos

^{III} Preenche-se primeiro esse campo quando o/a pesquisador/a já possui o periódico objeto e/ou fonte de análise definido, pois o sistema trará apenas as digitalizações do periódico escolhido.

^{IV} Quando o/a pesquisador preenche primeiramente o campo período, que é dividido em décadas (1900 – 1909; 1910 – 1919; 1920 – 1929 etc.) o sistema fará uma varredura e trará todos os periódicos digitalizados que estão dentro do recorte temporal. Essa ferramenta é útil para averiguar quantos periódicos há digitalizados em um determinado recorte temporal.

^V Nesse campo o pesquisador delimita o local de publicação do periódico, mas essa segmentação ocorre apenas por estados (RS, SC, RJ, BH etc.). Essa ferramenta é extremamente útil para identificarmos quantos periódicos de cada esta estão há digitalizado na Hemeroteca.

^{VI} É possível efetuar as pesquisas individualmente na Hemeroteca, só pelo periódico, apenas pelo período ou somente pelo local. Mas também é possível fazer distintas combinações, como foi o caso de nossa pesquisa.

^{VII} Palavra em dialeto italiano em função da especificidade dos periódicos – ligados ao grupo étnico italiano.

^{VIII} Grafia utilizada no período.

a busca com a palavra centenário pois é tema central da pesquisa mais ampla, na sequência, utilizamos o termo independência que também está diretamente alinhada ao objetivo central da investigação. A partir dos primeiros resultados, identificamos algumas especificidades linguísticas dos periódicos, assim, acrescentamos a palavra “indipendenza” que significa independência em língua italiana e a expressão “cem annos” levando em consideração a grafia então usada.

Esses apontamentos são fundamentais para quem se aventure a utilizar a ferramenta de busca por palavras-chave, pois alerta para o fato de que a escolha de qualquer palavra deve ser justificada; o ideal é iniciar a busca com palavras centrais ao objetivo da pesquisa e depois identificar, na própria fonte, os demais termos; se a pesquisa for efetuada em mais de uma fonte, o mesmo termo deverá ser utilizado em todos os periódicos que farão parte da pesquisa.^{IX}

Dessa forma, nossa metodologia de formação do *corpus* documental foi a qualitativa pela ferramenta busca por palavras-chave. Tal metodologia é extremamente útil, versátil e amplamente utilizada em distintas pesquisas, porém alguns cuidados são necessários. Primeiro, escolher com base no objetivo central da pesquisa as palavras utilizadas para evitar buscas infrutífera ou mesmo o direcionamento da pesquisa para a comprovação de uma hipótese previa^X.

Depois de realizar a busca por palavras-chave, realizamos a

^{IX} Mesmo que uma palavra, ao ser aplicada a um periódico, não tenha fornecido muitos textos ao *corpus* documental, deve-se aplicar a mesma palavra ao(s) outro(s) periódico(s), pois a própria escassez de ocorrências já pode ser indicativa de posicionamentos.

^X Isso pode acontecer quando usamos a combinação de palavras, por exemplo ao pesquisarmos a palavra democracia e combinamos um termo a ela como corrupção [democracia+corrupção] estamos fazendo um associação direta entre democracia e corrupção, pois quando é feita a combinação de palavras o sistema marca as palavras escolhidas sempre que elas aparecerem na mesma página, independentemente de estarem no mesmo tipo de texto ou não.

leitura flutuante^{XI}, e com isso, conseguimos identificar que o periódico que mais se dedicou a abordar questões relacionadas aos preparativos para as comemorações do Centenário da Independência, foi o *Staffetta Riograndense*, por esse motivo e em função do estágio inicial da pesquisa e pelas limitações de um capítulo, este foi o periódico escolhido para ser analisado, no presente trabalho.

Em relação aos termos utilizados na ferramenta de busca por palavras-chave, mapeamos as ocorrências de cada termo, dentro do recorte temporal preestabelecido - de 1º de janeiro a 06 de setembro de 1922. Nesse mapeamento, identificamos as ocorrências que se referem a menção aos preparativos do Centenário da Independência e as ocorrências que se referem a temas diversos, como observado no quadro abaixo.

Termos	Nº de ocorrências que se referem aos preparativos do Centenário	Nº de ocorrências que não se referem aos preparativos do Centenário
Independencia	10	2
Indipendenza	3	1
Cem annos	4	--
Centenario	33	5
Total	50	8

Quadro 1. Especificação do número de ocorrências dos termos na ferramenta de busca por palavras-chave. Fonte: Elaboração própria.

Através do quadro é possível identificar que o termo com mais ocorrências, foi “centenário”, seguido de independência, mas tam-

^{XI} Uma das primeiras etapas da metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Neste texto fizemos uma mesclagem entre a metodologia de Análise de Conteúdo, utilizada para organizar as fontes e Análise de Discurso (Pinto, 2002), utilizada na leitura e análise intensiva do corpus documental.

bém devemos ponderar outra questão na utilização da metodologia de busca por palavras, nem todas as ocorrências das palavras buscadas podem se referir ao tema da pesquisa. Nessa pesquisa, tivemos êxito significativo. Além disso, é preciso estar ciente que a plataforma pode não pegar todas as ocorrências da palavra, mesmo registrando-se a grafia correta; existe uma margem de erro, assim, as palavras selecionadas precisam ser as mais assertivas possíveis.

A partir do quadro acima, também identificamos que ao todo tivemos 50 ocorrências dos termos utilizados na ferramenta de busca por palavras-chave. Mas como pode haver mais de um termo no mesmo texto ou a repetição do mesmo termo, essas 50 ocorrências estão inseridas em 24 textos distintos, e estes 24 textos encontram-se em 13 edições do *Staffetta Riograndense*, o que significa que de 1º de janeiro a 06 de setembro de 1922, foi identificada menção aos preparativos para Centenário em quase 40% das edições publicadas nesse período^{xii}.

Mas como alertam os/as pesquisadores da imprensa (Luca, 2005; Cruz e Peixoto, 2007; Barros, 2021; Krilow, 2019), para que se consiga compreender da melhor forma possível os textos provenientes da fonte imprensa, é necessário um considerável trabalho prévio de conhecer a fonte. Sendo esse exercício efetuado nos próximos parágrafos.

Iniciamos o processo situando o periódico dentro do universo jornalístico e uma das formas de classificar os impressos com base no critério de circulação e organização institucional, o que divide a imprensa em *grande imprensa* e *pequena imprensa*. O periódico selecionado, *Staffetta Riograndense*, integra o que os estudiosos do jornalismo denominam de *pequena imprensa*. Enquanto nos cen-

^{xii} De 1º de janeiro a 06 de setembro de 1922, foram publicadas 33 edições. O periódico era de periodicidade semanal.

tros maiores, a partir do século XX, a *grande imprensa*^{XIII} adquire progressivamente maior espaço e prestígio, em cidades interiores, o tipo de imprensa predominante ainda era a *pequena imprensa*, isto é, publicações ligadas a associações, a grupos étnicos, a entidades religiosas, movimentos sociais etc (Luca, 2011, p. 151). Tais folhas visam divulgar as propostas ou ideologias vinculadas a essas associações, grupos, entidades ou movimentos (Martins, 2011), não visam prioritariamente o lucro financeiro, embora seja necessário receita para viabilizar a manutenção da publicação.

No caso do jornal *Staffetta*, entrou em circulação em 13 de fevereiro de 1909 com o nome de *La Libertá*^{XIV} (*A Liberdade*), com subtítulo “*Giornale Settimanale Del Popolo*” (*jornal semanal do povo*), que se definia primeiramente como um jornal católico e alheio à política partidária. Nessa época, constava em suas páginas, como diretor e proprietário o Padre Carmine Fasulo, então pároco de Caxias. Segundo Valduga (2007, p. 85), em 1910 o jornal foi comprado por Adolfo Morreau e João Carlotto, que transferiram a tipografia para Garibaldi. Com auxílio de padres da Ordem dos Capuchinhos editaram e publicaram o jornal que passou a se chamar *Il Colono Italiano*^{XV} (*O Colono Italiano*) e em 11 de março de

^{XIII} Segundo Tânia de Luca, grande imprensa se refere ao “conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (2011. p. 149). Em outros termos, seria constituída por periódicos direcionados para o mercado, organizam-se como empresas jornalísticas voltadas para a obtenção do lucro, assim, seu objetivo é atingir um público mais amplo possível. Possuem circulação regular e alcançam as maiores tiragens no período determinado.

^{XIV} Em seu editorial de lançamento afirmava: “O nosso jornal será semanal e de carácter pura e essencialmente católico, apostólico, romano; será papal no sentido mais estrito da palavra. [...] o nosso jornal tratará exclusivamente de questões religiosas. Forneceremos aos nossos estimados leitores todas as informações que também possam interessá-los do ponto de vista material. Assim trataremos da agricultura, da indústria, da higiene e também um pouco de medicina prática, todas coisas que consideramos não só úteis, mas também necessárias para o desenvolvimento da vida social. [...] Com amor à Religião, pretendemos consolidar no coração dos nossos leitores o amor à sua pátria de origem e à sua pátria de adoção” (*La Libertá*, 13/02/1909, p. 1) [tradução nossa]

^{XV} Em editorial anunciando a troca do nome argumenta-se: “Numerosos pedidos insistentes e bem estabelecidos foram-nos feitos, tanto verbalmente como por carta, para que o título do jornal pu-

1911, inseriu o subtítulo: *Organo Degli Interessi Coloniali* (Orgão de interesse colonial).

Em 05 de julho de 1917 passou a ser chamado de *Staffetta Rio-Grandense* (*O Mensageiro Rio-Grandense*), data em que reforçou que continuaria sendo um jornal genuíno e francamente católico^{xvi}. Os Padres Capuchinhos tornam-se os proprietários do periódico, em 1921, e na edição nº 25 de 28 de setembro de 1921 inseriram novamente o nome do gerente, agora José Lorenzi, que permaneceu na gestão do periódico até início de julho de 1933. Embora houvesse espaço para textos em língua portuguesa, a língua predominante era a italiana.

A mudança de nome do periódico, por si só, oferece uma oportunidade de problematizar as transformações na maneira como ele se apresentava à comunidade. Inicialmente denominado *La Libertà: Giornale Settimanale Del Popolo* (*A Liberdade: jornal semanal do povo*), o nome era amplo e inclusivo, sugerindo a diversidade étnica que compunha a ideia de povo. Embora reafirmasse o compromisso com o catolicismo, o periódico também fazia referência aos valores pátrios, buscando, conforme o editorial, “consolidar no coração dos nossos leitores o amor à sua pátria de origem e à sua pátria de adoção”. A troca de nome para *Il Colono Italiano* (*O Colono Italiano*) no ano seguinte parece indicar um movimento de encapsulamento do periódico, que passa a assumir o papel de representante específico do imigrante, prezando por valores ligados a essa identidade étni-

desse ser alterado. [...] O objetivo principal do jornal deve ser portanto o colono italiano, a natureza do jornal deve corresponder às necessidades do colono italiano, portanto o jornal deve ser chamado de um nome que expresse tal propósito, que ele seja chamado IL COLONO ITALIANO” (*Il Colono Italiano*, 03/1910, p. 1) [tradução nossa].

^{xvi} Em um editorial publicado em 29 de abril de 1922 fica evidente a linha de continuidade entre os três títulos, pois se anunciava que “Com esta edição a STAFFETTA RIOGRANDENSE inicia seu décimo quarto ano de vida” (*Staffetta Riograndense*, 29/04/1922, p. 1). A linha de continuidade do periódico também é evidenciada pelo número das edições, pois, a última edição de *Il Colono Italiano* é nº. 13, de 21 de junho de 1917, e a primeira edição do *Staffetta Rio-Grandense* não é a nº 1, mas sim, a nº. 14, do dia 05 de julho de 1917.

ca. A mudança em 1917 para *Staffetta Rio-Grandense* (*O Mensageiro Rio-Grandense*), ainda voltada à colônia italiana, parece buscar uma conexão com os valores regionais, refletindo uma tentativa de ampliar seu alcance representativo. Esse movimento pode envolver não apenas intenções políticas e culturais internas ao espaço colonial, que buscavam uma projeção em função do desenvolvimento econômico e social das colônias, mas também influências externas, vindas do centro do poder estadual.

A maioria das informações acima foram adquiridas de pesquisa efetuada no próprio periódico, o que evidencia uma significativa diferença em relação aos periódicos da grande imprensa. Estes últimos, geralmente possuem pesquisas ou mesmo informações sobre sua história, já nos periódicos da pequena imprensa, em muitos casos, as únicas informações que o/a pesquisador/a consegue ter acesso são as publicadas no próprio impresso, mas longe de ser um problema, essa situação torna o trabalho uma contribuição original e significativa para a historiografia.

A partir da descrição acima, ainda é possível identificar duas características típicas de impressos da pequena imprensa: a ligação a uma entidade religiosa, neste caso, a religião católica e especificamente a Ordem dos Capuchinhos e também a vinculação a um grupo étnico, os italianos, o que evidencia que seu público é bem segmentado. A segmentação do público também é perceptível quando identificamos que o periódico era vendido apenas por assinatura (anual ou semestral), não havendo informações de o mesmo ser vendido avulso. Dessa forma, o financiamento do jornal provinha das assinaturas e também dos diversos anúncios em suas páginas, inclusive, logo abaixo do título estava especificado que o periódico aceitava novas assinaturas todos os dias do ano e que nenhum anúncio seria publicado sem pagamento antecipado. Em

1922 as companhias de colonização eram grandes anunciantes do jornal. Sua periodicidade era semanal, outra característica de impressos da pequena imprensa.

Congregando essas informações, se compreende melhor a longevidade do periódico, que circulou até 1941, isto é, foram mais 30 anos de duração, algo incomum para o período e tipo de periódico. Não conseguimos maiores informações sobre a tiragem.

Graficamente o semanário apresentava quatro páginas. A primeira página era dividida em seis colunas separadas por linhas verticais; o nome do jornal e as informações sobre o periódico (periodicidade, valor, nomes da equipe diretiva, emblema do jornal etc.) estavam no topo, separadas por linhas horizontais, como observado na Figura 1, na página seguinte.

Em 1922, na primeira página, logo abaixo das informações sobre o jornal, no canto superior esquerdo, estava uma notícia sobre algum evento importante relacionado a religião católica (Congressos, Conferências, Encontros etc.) ou artigos (quando eram assinados, geralmente eram de padres, bispos, etc.), sempre em língua italiana. Por vezes, havia mais ao centro da página a coluna *La Santa Messa*, que depois foi substituída pela coluna *La Bibbia in famiglia*, seguido de artigo ou notícia em português, no qual o tema pode ser variado, mas o pano de fundo geralmente é uma defesa da religião católica, de seus pressupostos e modo de ver o mundo, então se critica tudo que possa colocar em cheque a visão de mundo defendida pela religião católica (o positivismo¹, o cinema²)^{xvii}. Por fim, no canto inferior direito da página, iniciava a coluna *Corriere dello Stato*, onde eram publicadas informações, enviadas ao jornal, as vezes assinadas outras não, sobre diversos municípios do Estado.

^{xvii} Em duas edições seguidas, 47 e 48, houve a reprodução de um artigo de Lacerda de Almeida, do periódico, também católico, A Ordem, no qual analisava o veto presidencial a lei de orçamento das despesas do ano de 1922.

Na página 2 se dava continuidade a coluna *Corriere dello Stato*, por vezes a coluna iniciava nessa página. Em algumas ocasiões a parte de baixo da página era dividida em apenas 3 colunas e se inseria uma espécie de crônica, também ligada a religião católica.

Na página 3, em início de 1922, iniciava a coluna *Per Il mondo*, que por seu turno, trazia notícias de vários países, mas especialmente da Itália. A partir do final de junho essa coluna ganhou mais espaço e passou a iniciar na página 2 e tinha continuidade na página 3. Dessa coluna, o que nos chama atenção é o fato de o Brasil aparecer muitas vezes, ou seja, quando os acontecimentos não tinham se desencadeado no Rio Grande do Sul, era colocado nessa coluna. Pode ser uma divisão sem maiores consequências, mas também pode indicar uma visão de mundo que vê o estado e a região de colonização italiana como afastados do restante do país, quase que como se não pertencessem a ele.

Ainda em relação a terceira página, metade ou mais era composta por avisos diversos, propagandas, anúncios e pela sessão comercial, com os preços de alguns produtos alimentícios em Porto Alegre e em Garibaldi (banha, batata, feijão, ovos, etc.). Através desses tabela de preços é possível fazer uma comparação do preço do jornal em relação a outros produtos. Por exemplo, o preço da dúzia de ovos entre janeiro e setembro de 1922 ficou em média \$790 réis^{xviii}, se compararmos com a assinatura anual do periódico que era de 8\$000 réis, e com a semestral 5\$000 réis, pode-se calcular que a assinatura anual equivalia ao preço de aproximadamente 10 dúzias de ovos e a semestral a 6 dúzias. Um preço considerado acessível, o que sugere que o periódico atingia diversas camadas sociais da população colonial.

^{xviii} Cálculo efetuado com base nos valores da dúzia de ovos publicados nas edições de janeiro a setembro de 1922.

A quarta e última página era preenchida por anúncios e propagandas, neste espaço ganhavam destaque os anúncios das Companhias de Colonização como: Meier, Annes Cia Lmted., a Empreza Constructora e colonizadora “Oeste Catharinense”, Ltda., e a Colônia Fortaleza. Também eram frequentes os anúncios de cooperativas agrícolas, do Banco Nacional do Commercio, do Colégio S. José e da Compagnia Strada di ferro S. Paolo-Rio Grande. Como identificado na Figura 2, na página seguinte.

O uso de imagens era basicamente para ilustrar os anúncios e propagandas. Quando o periódico ainda se chamava *La Libertá*, em algumas edições havia a especificação de que o semanário era impresso em uma máquina Marinoni, considerada uma das impressoras mais modernas para a época. Como não encontramos outra especificação no jornal e nem comentário sobre a troca de maquinário – algo muito recorrente na imprensa, a fim de construir seu *ethos* de moderna - acreditamos que a Marinoni também foi a máquina utilizada na impressão do *Staffetta*.

Dessa forma, é a partir desse conjunto de características que precisamos compreender as representações sobre os preparativos para o Centenário da Independência no periódico analisado. O que nos leva a indagar: como o periódico que têm o catolicismo como razão de ser e a questão étnica como elemento de amalgama construiu/concebeu/representou os preparativos para o Centenário da Independência? Qual sentidos são atribuídos a esse evento que ocorreu cinquenta anos antes da própria de imigração italiana para o Brasil, mas que foi comemorado cinquenta anos após esse processo?

Banco Nacional do Comercio

Capital Rs. 25.000:000\$000
Fundo de reserva Rs. 14.165:180\$520

SEDE EM PORTO ALEGRE

SUCURSAS NESSE ESTADO: Rio Grande, Poitós, Bage, Sao Gabriel, Livramento, Uruguaiana, Alegrete, Santa Maria, Cruz Alta, Ijuí, Passo Fundo, Cachoeira, Rosario, Rio Pardo, Montenegro, São Francisco de Assis, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Escorialada, São Sebastião do Cabry, Santiago do Bonfins, Caxias, Vitoria, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Guarapuá, Tupac, Capoeira, Estrela, Antonio Prado, D. Pedro, Jaguari, Julio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Pinheiro Machado, Quaraá, Sario Angelo, São Borja, Camaquã, Santo Antonio da Patrulha, Upanacertana, Garibaldi.

NO ESTADO DE SANTA CATARINA: Florianópolis, Lages, Laguna, Pôrto União, Joinville, Blumenau, Itajaí.
NO ESTADO DE PARANÁ: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro.
NO ESTADO MATO GROSSO: Curitiba, Capo Grande.

CORRESPONDENTES: Em todas as demais praças do Estado, Pôrto Alegre.

RECEBE DINHEIRO EM DEPOSITO, EM COTA CORRENTE, COM RETRIBUICAO FIXAS, AVISO PREVIO E PRAZO FIXO, PAGANDO AS MELHORES TAXAS

DEPOSITOS POPULARES: Nesta secção recebe se qualquer quantia, desde Rs. 200 até Rs. 50000\$000, pagando-se juros capitalizados semestralmente.

Secretario em Garibaldi: Geraldo Augusto Paganini.
Correspondente em Carlos Barbosa: Arthur Reuser.
Correspondente em Florianópolis: Paulo Dorigatti.
Correspondente em Pirajuru: João Frenselor Solorzano.
Correspondente em Boa Vista: Nicolau de Faria. (40. s.)

COLLEGIO S. JOSÉ

NA

VILLA GARIBALDI

dirigido pelas Irmãs de S. José

Enviai vossas filhas nesse EXCELLENTE ESTABELECIMENTO de educação religiosa e civil, e os resultados não deixarão de ser completamente satisfactorios.

Negocio de primo ordine!!!

E' em vendita uma colonia e um quarto insensal al Capelão de S. Antonio appena fuori della Villa. Vi è casa, stalla, poteroio tutto accerchiato di filo di ferro virgato e in po' di mata. Cinque ricetti l'attiravano.
Prezzo 10 contis di reis.
Chi intendo comprare si rivolga al Sig. José Valmorinha, in Villa Garibaldi. (n. 11. s. o.)

ELIXIR DE NOGUEIRA

Preparado com os melhores ingredientes...



AVISO

O Sig. José Petri não avendo più a carica de Representante Geral della nostra Impresa, domandamo:
non dirigersi più a Passio Fundo per speidr de taso o qualvisqia correspondenza, ma indirizarsi direttamente al nostro scrittorio centrale in Porto Alegre Rua dos Andraes 309 11 andar, oppare al nostro Amministratore delle colture
Sig. Alberto Maier, Estação Barro.
Per evitar ogni inganno, facciamo osservare che l'Impresa Lucio, Rosa e Cia. Ltda. non è e non è stata in modo alcuno legata coll'Impresa Meier, Annes e Cia. Ltda. della quale il Sig. José Petri è rappresentante Geral.
Lucio, Rosa e Cia. Ltda.
Porto Alegre, Rua dos Andraes 309, 11 andar. (n. 30. 4.)

Quaderni per latterie in questa Typ.

Dr. Eugenio Di Francesco

Medico Parteiro

IN SANANDUVA

Laureato nella Regia Università di Napoli.
Disponendo di una buona e igienica casa al centro della maggiore piazza della Villa, accetta ammalati in trattamento per modico prezzo. (n. 22-23)

Casa Commerciale

de José Lahude

Filigrano Peixoto

Avvisa la sua distinta frequencia che da oggi in avanti comprerà tutti i prodotti coloniali pagando i migliori e più alti prezzi del commercio.

José Lahude
Filigrano Peixoto, (Figueira de Mello) Garibaldi

COLONIZZAZIONE MEIER, ANNES Cia. Ltda. Colonie Sol de Maio e Sta. Elena

Constituta con 10 mila colonie di primissima qualità comprate legalmente e integralmente paghe, confero il titolo di proprietà definitivo apollo sotto il numero 06130, do 29 Luglio 1921, dall'Escl. Governo del Paraná e firmato dal Sig. Dr. Presidente dello Stato e Secretario Gerais dal 15 Gennaio 1922 insensal costruttore della nuova amministrazione del Sig. José Petri, Armando Annes e del Banco Francisco e Italiano per l'America del Sud, con lo Scrittorio Centrale in Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Dal 1º Marzo in avanti tutti quelli che hanno comprato terra dalla firma Meier Annes e Cia. Ltda. riceveranno, dopo saldato il debito, le loro rispettive scritture pubbliche.
I prezzi di vendita del 1º Gennaio 1922 saranno i seguenti:
1. 10 colonie di 25 ettari 1.250\$000
11 a 20 » » » 1.125\$000
21 a 30 » » » 1.000\$000
31 a 50 » » » 900\$000
51 a 100 » » » 800\$000
101 a 200 » » » 750\$000

I prezzi di 750\$, 800\$ e 900\$000 dovranno essere paghi integralmente dentro 90 giorni.
Le somme si prezzi di 1.000\$, 1.125\$ e 1.250\$000 dovranno essere paghe metà a vista e metà entro 6, e 12 mesi col juro di 7% all'anno. — I pagamenti a vista avranno uno sconto del 5%.
L'agenzia di vendita in Buenos Ayres come tutta la facciliatazione dell'Impresa e a carico del Banco Francisco-Italiano, per l'America del Sud.
Frazioni di 500 a 1000 colonie con pagamento a vista saranno vendute a juro di annualità:
Per maggiori informazioni dirigersi dal 1º Gennaio 1922 a Meier, Annes e Cia. Ltda. Caixa postal 3, Santa Maria.
Il Gerente: José Petri, il sub-gerente: Ernst F. Hammersmith. (35-13)

GENERAL REPRESENTOR DO BRASIL



TORNISI BATTISTA DE ALMEIDA
Rua Santa Vitoria-10-A Porto Alegre
... (text continues with details of representation and contact information)

Nuova Cooperativa Agricola

di Produzione e consumo

Con Sede in Carlos Barbosa

Il capitale della nostra Cooperativa è di 150 contos, non tutti però sono ancora versati. Questo capitale è variabile, e nuovi soci sono di continuo ammessi a farvi parte con nuove azioni.
La Cooperativa è formata d'un grande gruppo, con Azienda, milleria, frangere, case a macchina, etc. etc. Compra qualunque prodotto al prezzo corrente. Possiede in più un macello (carne) proprio, compra animali del macello. Possiede una fabbrica di salame, ossario, prosciutto, mortadella, ecc. ecc. — Possiede un molino tanto per frangere, come per molere. — Possiede l'Impresa della luce elettrica di Carlos Barbosa. — Tiene un agenzia di leiros e di geranos della Firma Standard.

Presto riceverò grande quantità di solido di rame, filo di ferro larpado e liso, che sarà ceduto ai soci a prezzi più bassi.
Covoni, nativi, associativi, e per il vostro interesse. Quanto più il capitale è maggiore, tanto meglio andranno gli affari.
Soci, comprate di preferenza nei nostri magazzini, e di preferenza vendete i vostri generi alla Cooperativa.
Chi vuole, può entrare come socio e avrà esento dal pagar juro.
Per altri schiarimenti rivolgersi in Carlos Barbosa al Signer: Giov. Battista Gilcomazzi, Presidente.

Figura 2. Quarta página do Staffetta Riograndense (25/01/1922), edição nº 42. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882038&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=948. Acessado em: 24 jan. 2025.

Preparativos do grande evento

Importa ressaltar que dentro de um periódico há distintos tipos de textos, no qual cada qual um apresenta objetivos e funcionalidades diferentes, então, para refinar análise, é necessário identificar quais são os tipos textuais em que há referências aos preparativos para o Centenário da Independência, tal identificação possibilita que se faça um mapeamento da composição do *corpus* de pesquisa, que está apresentado na tabela a seguir:

Tipos textuais que formam o <i>corpus</i> documental							
Artigo	Coluna Informativa	Notícia	Nota	Poema/poesia	Editais	Transcrição	Total
2 (pt)*	16 (it)**	2 (it)	1 (it)	1 (pt)	1 (pt)	1 (pt)	24

Quadro 2: Especificação do *corpus* documental. Fonte: Elaboração própria. *(pt): textos em português; **(it): textos em italiano.

Através dessa composição podemos identificar que o *corpus* é composto de 24 textos e que o tema do Centenário da Independência foi abordado em diversos tipos de textos jornalísticos, ganhando grande espaço nas colunas informativas. Sendo essas colunas a *Per Il Mondo* e a *Corriere dello Stato*. Cinco textos foram escritos em língua portuguesa, os demais em italiana.

A primeira referência aos preparativos do Centenário da Independência foi identificada em março, em uma pequena nota, na qual se apoia a iniciativa do governo federal que autorizou a “*Loteria del Centenario*”, isto é, “una grandiosa lotteria per commemora-

re le feste del centenario della nostra indipendenza (1822 – 1922)”³. Embora não seja uma nota muito grande – ocupa a largura de uma coluna e possui 28 linhas -, ela foi alocada na primeira página e a partir disso pode-se construir três argumentos: primeiro, revela um esforço por parte do governo central de propor e executar um conjunto extenso de ações relacionadas a efeméride que envolviam diversos setores da sociedade; segundo, o periódico ao ter apoiado a ideia, a ponto de divulgá-la em suas páginas, acabou atuando como um agente em favor das ações propostas pelo governo central; terceiro, ao desempenhar essa função, auxiliou na construção, entre seu público, da relevância do Centenário, mas especialmente, do sentimento de pertencimento, algo explícito pela utilização do pronome possessivo “nostra”, indicando que a efeméride diz respeito aos seus leitores, que são imigrantes, mas agora estão estabelecidos nessa terra.

Em abril de 1922, essas ideias reapareceram, quando foi publicado um artigo não assinado, em português, com o título “Exposição do Centenário”, referente ao evento que estava sendo preparado na capital federal para as comemorações. No texto se argumentava que a Exposição serviria como uma “demonstração de nossos trabalhos, riquezas, progressos e do quanto temos avançado na ordem econômica geral em que estão os maiores países mundiais”, dessa forma, “exhortamos de todos os dignos compatriotas os seus esforços coadjuvantes ao nosso Governo”, para tanto, deveriam contribuir “com suas obras de arte e literatura, com os seus produtos agrícolas e industriais”. Então, concluiu fazendo apelo aos seus leitores: “Assim sendo, é justo que não percamos um momento para o cumprimento desse dever de patriotismo, concorrendo com quanto em nos for possível para que o grande Certame da nossa Independência seja condignamente realizado”⁴.

A Exposição do Centenário^{XIX}, assim como outros eventos de 1922, vem sendo considerada um tema relevante para os pesquisadores preocupados com a questão da identidade nacional na década de 1920. Em nosso caso, chamamos a atenção para a atuação do periódico na construção dessa identidade. Ao argumentar que a celebração do Centenário deveria ser um esforço conjunto entre a sociedade e o governo, periódico utiliza os termos “compatriotas” e “patriotismo”, com isso, acabava inserindo seus leitores como integrantes da “pátria Brasil”. Porém, nessa construção, não há um papel passivo, e sim ativo, dos moradores de Garibaldi e região, pois estes deveriam contribuir com “quanto em nos for possível”, referindo-se aqui ao envio de produtos, modos de fazer, vestimentas etc. para a Exposição do Centenário. Em outros termos, os italianos católicos de Villa Garibaldi não se apropriavam nem simplesmente se conformavam à identidade nacional, mas estariam auxiliando na construção da mesma. Ainda mais a conjugação do verbo na terceira pessoa do plural, “percamos”, e o uso do pronome pessoal, “nos”, indicava que o próprio *Staffetta Riograndense* também se colocava nessa empreitada.

^{XIX} A Exposição do Centenário foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922 e se prolongou até o dia 24 de julho do ano seguinte. Mas o Decreto determinava a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário, foi assinado ainda em de 11 de novembro de 1920. Com o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a parte nacional da exposição se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos, bem como de avaliar a qualidade e a quantidade daqueles que deveriam ser admitidos na exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, bem como a realização de conferências sobre temas econômicos”. Ainda “Era prevista ainda a concessão de uma área contígua aos pavilhões nacionais para que governos ou industriais estrangeiros pudessem construir, por conta própria, pavilhões destinados à exibição de seus produtos.” (Motta, 2023, p. 1)

A partir de junho, o tema das comemorações do Centenário apareceu na coluna, em língua italiana, *Per Il Mondo*^{xx}, primeiramente a partir da divulgação de que uma associação de comerciantes japoneses pensava em visitar o Brasil durante a festa do Centenário⁵. Já nas edições seguintes, especificamente, nas edições 09, 11, 12, 13 e 14 o tema dos preparativos da comemoração do Centenário apareceu de modo transversal, pois o que preocupava o periódico era o conflito entre o Governo Federal e parte das Forças Armadas e que culminou na Revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922^{xxi}.

Na edição 09, do dia 21 de junho, encontra-se o relato de que em final de abril foi traçado um plano para o assassinato do presidente e usurpação do poder, tal plano foi descoberto e os jornais passaram a divulgar os detalhes do projeto e o nome dos culpados, entre os quais, em primeiro lugar, estariam oficiais do corpo de aviação naval. Então argumentava: “Que vergonha não teria sido celebrar o centenário da nossa independência com um crime político cruel!” [tradução nossa]⁶.

No dia em que eclodia a revolta no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, o periódico se mostrava preocupado com a situação da “*rivoluzione*” [revolução] e fazia uso de sua matriz católica, efetuava uma prece: “Deus não permita que no ano em que comemoramos o centenário de nossa independência, o Brasil seja per-

^{xx} A Coluna *Per Il Mondo* foi identificada já na primeira edição do periódico, quando este ainda se chamava *La Libertà*.

^{xxi} A Revolta do Forte de Copacabana pode ser considerado como “marco inicial das revoltas tenentistas que se estenderiam por toda a década de 1920 e culminariam na Revolução de 1930, o movimento foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922, contra punições de militares e contra o fechamento do Clube Militar. [...] A Revolta de 1922 ocorreu em uma conjuntura caracterizada por uma grande instabilidade política, quando apareceram de forma mais nítida as disputas e conflitos entre as oligarquias e o descontentamento dos militares e dos setores urbanos com a forma como era feito o encaminhamento das questões política” (Abreu, 2023, p.1).

turbado por uma revolução e por acontecimentos sangrentos que parecem tramados nas trevas.” [tradução nossa] ⁷.

A edição seguinte, foi marcada por um longo texto – ocupava a largura e altura de duas colunas – no qual efetuou-se uma análise descritiva dos acontecimentos políticos em âmbito nacional, especialmente sobre o levante do Forte de Copacabana. Argumentou-se que o governo não negligenciou quaisquer medidas legítimas [*misura legitima*] para dominar a situação e colocar a cidade em absoluta calma. Inclusive, aplicou medidas severas [*misura severa*] contra a imprensa favorável à insurreição, assim, alguns jornais tiveram suas edições confiscadas e os diretores e editores presos. Assim, na perspectiva do periódico, o Governo e o Exército “mostraram-se dignos e à altura da gravíssima situação” e “consolidaram-se na estima da nação, pouparam a nossa pátria da vergonha de celebrar o centenário da nossa independência com uma revolução sangrenta”⁸ [tradução nossa].

Sobre essa temática, O *Staffetta* foi favorável a forma como o Governo Federal, na figura do Presidente, Epitácio Pessoa, “sufocou” o “movimento de revolução”. Aplaudiu as diversas prisões que ocorreram e considerou como o “maior feito”, a dissolução do partido dissidente, liderado pelo candidato Nilo Peçanha⁹. Assim, na edição 14, do dia 26 de julho, o periódico argumentava que a “revolução felizmente acabou completamente” e agora “o governo trabalha arduamente para preparar a celebração do centenário” [tradução nossa]¹⁰.

Como um todo o que chama a atenção é o espaço dado pelo jornal à temática, as tomadas explícitas de posição em relação aos acontecimentos, especialmente, o fato de considerar todas as ações do governo legítimas e nem sequer mencionar as motivações dos revoltosos. Como hipótese pode-se aventar que, ao difundir o *que*

difundi e *como* difundiu^{xxii}, o periódico estaria preocupado em formar um leitor “patriota” específico, isto é, alguém que não entre em conflito com o *status quo* estabelecido, especialmente, que não se insurja contra a forma como era conduzida a política na Primeira República.

Conforme Hobsbawm (2013, p. 195-196), a identificação nacional pós-1918 adquiriu novos meios de expressão, especialmente por meio da comunicação de massa, com o uso da imprensa e, posteriormente, do rádio e do cinema. Esses recursos permitiram que os símbolos nacionais passassem a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, rompendo as barreiras entre as esferas privada e local, tradicionalmente vivenciadas pela maioria dos cidadãos, e as esferas pública e nacional. Dessa forma, é possível inferir, no caso do *Staffetta*, que a própria crise política nacional, arregimentada pelo governo como mais um elemento utilizado para reforçar o patriotismo e os valores nacionais entre a população, também acabava repercutindo na localidade. A agressão ao governo era percebida como uma agressão à pátria, e os opositores do governo eram colocados como representantes das “trevas”, em um discurso maniqueísta e carregado de apelos às crenças e sentimentos da população local.

Outra questão que surge é o acesso dos redatores do *Staffetta* às informações sobre o conflito. A resposta a esse questionamento pode ser identificada no próprio periódico, pois identificamos em diversas passagens que as informações haviam sido retiradas de outros periódicos, entretanto, só mapeamos a nomeação de um, o *Correio do Povo*. Situação que salienta a circulação e consumo de periódicos provenientes de centros maiores como Porto Alegre e talvez da própria capital da República, que em última instância evidencia a própria difusão de ideias e valores, que de alguma forma

^{xxii} Elementos basilares da metodologia de Análise de Conteúdo (Pinto, 2002).

interferem na formação de pensamento em nível local e com isso na própria constituição de identidades.

Contudo, depois de o jornal ter julgado que a “*rivoluzione*” havia sido encerrada, os preparativos para o Centenário foram abordados constantemente na coluna *Per Il Mondo*¹¹, enfatizando aspectos relativos à Exposição do Centenário, como a vinda de “nações amigas” para as celebrações, países americanos e europeus, entre eles Portugal e Japão. Por seu turno, os preparativos para o Centenário em nível estadual ganharam espaço na Coluna *Corriere dello Stato*, também redigida em língua italiana. Por exemplo, se difundia aspectos da organização das comemorações em Garibaldi¹², no Valle Veneta, no Vale Veneziano, em Encantado¹³ e Erechim¹⁴.

Sendo coerente com sua proposta de ser um jornal católico, abordava a relação entre a Igreja Católica e o Centenário. Com essa temática, o primeiro texto divulgado foi uma transcrição, na primeira página, de um editorial da revista *A Ordem*, periódico vinculado ao Centro Dom Vital, uma associação brasileira de católicos leigos de caráter nacional. Segundo o texto, a Igreja católica construiu o edifício social da “nossa pátria”, mas diante do “1º Centenário da sua independência. É preciso fazer o balanço das energias nacionais e, nele, saber o quanto monta o valor que nós, católicos, de fato, representamos”¹⁵.

No início do mês de agosto, o *Staffetta* publicou, em língua italiana, na primeira página, no canto superior esquerdo que, diante dos preparativos organizados pelas “autoridades civis”, “a autoridade religiosa e eclesiástica também não quer ficar para trás na celebração da grande data nacional” [tradução nossa]¹⁶, neste sentido, os Bispos pretendem promover festas religiosas nacionais, com o objetivo de contribuir “para a elevação moral, religiosa e social da pátria” [tradução nossa]¹⁷. Em homenagem ao Centenário o Con-

gresso Eucarístico realizado no Rio de Janeiro, em final de setembro de 1922 foi chamado de Congresso Eucarístico do Centenário. Ainda, como preparação para a “grande data”, nos três domingos anteriores ao dia do Centenário os vigários e capelães deveriam fazer “uma predica sobre a influência da Igreja Católica na civilização dos povos e sua ação na formação da nacionalidade brasileira”¹⁸.

Na edição 18, de 23 de agosto, foi publicado na primeira página, no canto superior esquerdo, uma notícia com o título, “Il Centenario e il Congresso Eucaristico”. Deste texto destacamos o trecho em que o jornal divulga a “These Geral do Congresso”, isto é, “A restauração christan do Brasil pela vida eucharistica, principalmente na família, na infância e mocidade” [sic]¹⁹.

Por fim, uma semana antes da festividade o *Staffeta* publicou as palavras de D. Francisco Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, que fazia votos para que os “cristãos” celebrem “condignamente o Primeiro Centenário da nossa emancipação política”²⁰. Mas antes disso, reforçava que os “corações dos católicos” pulsarão “no alvoroço do mais sincero patriotismo”, definindo que ser patriota é “exercer do melhor modo as próprias funções, cumprindo o dever, em público como em privado, praticando a solidariedade natural a todo organismo, concorrendo para equilíbrio da vida nacional, procurando enfim com os próprios atos a honra e felicidade da Pátria”. Acrescenta que o “patriotismo cristão é, além disto, amarmos a Pátria terrena, como imagem, que é, da celeste e eterna, para cuja cidadania devemos preparar-nos com o bom desempenho dos nossos deveres na terra”²¹.

Nos trechos acima o *Staffetta* buscava construir uma relação entre Centenário/Pátria/Religião Católica, imprimindo, com isso, a especificidade de ser um periódico católico nas publicações relacionadas ao Centenário da Independência. Em primeiro lugar,

considerava a religião católica como aquela que construiu a base da pátria e que teve influência na “formação da nacionalidade brasileira”, além disso, seria o “patriotismo cristão” necessário para o bom desempenho da cidadania.

Dentro dessa especificidade – periódico católico -, dois termos que já haviam sido identificados em textos anteriormente analisado chamam a atenção: “pátria” e “patriota”, o que reforça nossa hipótese de que o periódico estaria visando a construção de um cidadão, ou em seus termos, de um patriota, que deveria trabalhar em prol da pátria tendo o catolicismo como alicerce. Da mesma forma, ao defender o “equilíbrio da vida nacional” está criticando o que se contrapõe ao *status quo* estabelecido.

Elementos que também implicam na construção de uma determinada identidade: cidadão, brasileiro e católico. No entanto, podemos refletir sobre o aspecto étnico, já que o fato de o jornal ser escrito majoritariamente em língua italiana evidencia essa especificidade identitária ligada a uma etnia. Isso nos leva a considerar como a identidade nacional pode coexistir com marcadores culturais locais e étnicos, especialmente em contextos de imigração e colonização. Dessa forma, a identidade construída nesse contexto não se reduz a uma síntese simples de nacionalidade, mas se configura como um campo de disputa e negociação entre valores nacionais e heranças culturais.

Conclusão

A partir do presente texto buscamos analisar como os preparativos para o Centenário da Independência foi abordado pelo periódico católico *Staffetta Riograndense*. Mas antes de chegarmos aos resultados da pesquisa foi pertinente trazer os apontamentos de

caráter teórico-metodológico em relação a formação do corpus documental e uma discussão sobre as especificidades da fonte, atendendo especialmente para a caracterização do periódico *Staffetta Riograndense* como integrante da chamada “pequena imprensa”.

Em relação aos resultados pode-se concluir que o jornal trabalhou na construção de uma identidade local muito vinculada a sua especificidade de ser – periódico católico e vinculado a etnia italiana -, mas sem perder a pretensão de contribuir para a construção de uma identidade nacional, dessa forma, conseguimos comprovar a hipótese inicial de que no período das comemorações do Primeiro Centenário da Independência no interior do Rio Grande do Sul, havia o predomínio de valores patrióticos e religiosos na construção de uma identidade nacional, mas que elementos étnicos e culturais particulares destas localidades do estado interferiram na construção de tal identidade.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. Revolta de 5 de julho de 1922. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC [recurso digital], 2023. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA%20DE%205%20DE%20JULHO%20DE%201922.pdf>> Acesso em: 17/07/2024.

BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. O Método. In.: BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 93 – 150.

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, t. LII, 2021. p. 397-419.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUM NETO, Helena; BEZZI, Meri Lourdes. Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, 2008. p. 135-155.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 253-270.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 8, 2005. p. 233-244.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. 6ª edição. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: paz e Terra, 2013.

KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, jan./jun. 2019. p. 1-21.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCA, Tania R. A Grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149 - 175.

MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (org.). **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-80.

MARCHI, Darlan De M. **Políticas de Patrimônio nas Missões: História, Memórias e Identidades**. Porto Alegre: Casalettras, 2025. (no prelo)MOTTA, Marly. **Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC [recurso digital], 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil>. Acesso em 10 fev. 2025.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In.: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.) **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Trad. Laura Masello. Montevideo: Ediciones Trilce, 2008.

OLIVEN, Ruben G. O nacional e o regional na construção da identidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, nº 2, 1986.

OLIVEN, Ruben G. **O Rio Grande do Sul eo Brasil: uma relação contro-**

vertida. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1988.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2011.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso:** introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo.** Porto Alegre: UFRGS, 1993.

THIESSE, Anne-Marie. Papéis da imprensa na formação das identidades nacionais. Tradução de Weslei Estradiote Rodrigues e Pedro Giovanetti Cesar Pires. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.27.2, ago./set., 2020, p.22-30.

Notas finais

¹ Dom de Deus. Edição 41, de 18 de janeiro de 1922. Assinado por A. U.

² O cinema corruptor. Edição 46, de 08 de março de 1922. Assinado por A. T.

³ “Lotteria del Centenario”, *Staffeta Rio-Grandense*, 22/03/1922. Ed. 48. Nota, p. 1.

⁴ “Exposição do Centenário”, *Staffeta Rio-Grandense*, 26/04/1922. Ed. 001. Artigo não assinado, p. 2.

⁵ *Staffeta Rio-Grandense*, 14/06/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 008, p. 3.

⁶ *Staffeta Rio-Grandense*, 21/06/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 009, p. 3. Original: “Qual vergogna non serebbe stato celebrare il centenario della nostra indipendenza con un truce delitto politico!”

⁷ *Staffeta Rio-Grandense*, 05/07/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 011, p. 2. Original: “Dio non voglia che l’anno in cui celebriamo il centenario della nostra indipendenza, il Brasile venga turbato da una revoluzione e da fatti sanguinosi che sembra si stia tramando nelle tenebre”.

⁸ *Staffeta Rio-Grandense*, 12/07/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 012, p. 2. Original: “Governo e esercito si sono mostrati degni e all’altezza della gravissima situazione. [...] si sono imposti alla stima dela nazione, hanno risparmiato ala mostra pátria la vergogna di celectrare il centenário dela nostra indipendenza com uma rivoluziõe sanguinosa”.

⁹ *Staffeta Rio-Grandense*, 19/07/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 013, p. 2.

¹⁰ *Staffeta Rio-Grandense*, 26/07/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 014, p. 2. Original: “É felicemente e completamente terminata la rivoluziõe. Il governo lavora febrilmente a far preparativi per la celebraziõe del centenario”.

¹¹ *Saffeta Rio-Grandense*, 09/08/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 016, p. 2; *Saffeta Rio-Grandense*, 23/08/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 018, p. 2; *Saffeta Rio-Grandense*, 30/08/1922. Coluna *Per Il Mondo* (não assinada). Ed. 019, p. 2.

¹² *Staffeta Rio-Grandense*, 26/07/1922. Coluna *Corriere dello Stato* (não assinada). Ed. 014, p. 1.

¹³ *Staffeta Rio-Grandense*, 23/08/1922. Coluna *Corriere dello Stato* (não assinada). Ed. 018, p. 2.

- ¹⁴ *Staffeta Rio-Grandense*, 30/08/1922. Coluna *Corriere dello Stato* (não assinada). Ed. 019, p. 1.
- ¹⁵ O Centro D. Vital. *Staffeta Rio-Grandense*, 10/05/1922. Ed. 003. Transcrição do editorial da revista *A Ordem* (RJ), p. 1.
- ¹⁶ “Il Centenario”, *Staffeta Rio-Grandense*, 02/08/1922, Notícia, Ed. 15. p. 1. Original: “L'autorità religiosa ed eclesiastica non vuol rimanere neppur essa indietro, nella celebrazione della grande data nazione, nella glorificazione della patria comune”.
- ¹⁷ “Il Centenario”, *Staffeta Rio-Grandense*, 02/08/1922, Notícia, Ed. 15. p. 1. Original: “[...] contribuiranno potentemente all'elevazione morale, religiosa e sociale della pátria”.
- ¹⁸ “Il Centenario”, *Staffeta Rio-Grandense*, 02/08/1922, Notícia, Ed. 15. p. 1.
- ¹⁹ “Il Centenario e il Congresso Eucaristico”, *Staffeta Rio-Grandense*, 23/08/1922. Notícia. Ed. 18. p. 1.
- ²⁰ “O Centenário e o Patriotismo”, *Staffeta Rio-Grandense*, 30/08/1922. Artigo de D. Francisco Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá. Ed. 19. p. 1.
- ²¹ “O Centenário e o Patriotismo”, *Staffeta Rio-Grandense*, 30/08/1922, artigo de D. Francisco Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, p. 1.

Quando elas se tornam notícia:

as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro (1910-1914)

BETHÂNIA LUISA LESSA WERNER

Em uma simples pesquisa pelo termo “primeiras-damas” no Google, antes mesmo de iniciar a busca, um dos complementos sugeridos pelo site já indicam a quem está pesquisando: “primeiras-damas mais bonitas do mundo” ou “primeiras-damas mais bonitas do Brasil”. Este pode, portanto, ser visto enquanto um dos aspectos que balizam a veiculação de notícias sobre estas mulheres, nacional e internacionalmente. Ao dirigir um olhar de estranhamento a uma simples sugestão de busca, no entanto, são possíveis de serem analisadas quais foram as raízes das construções narrativas sobre determinados personagens ou acontecimentos na história, observando elementos do passado que refletem no tempo presente. De acordo com Butler, nesse sentido, é possível pensar na construção política dos sujeitos que “procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão” (Butler, 2003, p. 19), estando associada a elementos que foram naturalizados e produzidos por

cada sociedade. Tais construções, portanto, refletem nas escolhas, seleções e destaques dados às notícias ou acontecimentos em cada período e sociedade.

Importa, nessa perspectiva, compreender o que pode ser considerado notícia e, ainda, o que leva um acontecimento ou indivíduo a estampar as páginas (impresas ou virtuais) da imprensa em diferentes épocas. Segundo Traquina (2008), para conceituar notícia é necessário considerar que “os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia” (Traquina, 2008, p. 63). Ou seja, de acordo com cada época e período histórico, a existência de determinados aspectos para a classificação dos acontecimentos como noticiáveis ou não orienta a construção das narrativas e notícias que foram elaboradas.

Os jornais, dessa maneira, se apresentam enquanto meios de propagação de notícias, as quais são originalmente formadas a partir dos acontecimentos, os quais, segundo Alsina (1989, p. 81), não são alheios às construções sociais da realidade pelos sujeitos. Em outras palavras, as notícias derivam de acontecimentos que foram fenômenos sociais valorados a partir de diferentes aspectos em cada sociedade e período histórico, seja por sua significância, notoriedade, continuidade, composição ou relevância (Traquina, 2008), dentre outros critérios elaborados por cada sociedade.

Dessa maneira, ao elencar tais critérios, cada sociedade faz refletir algumas das orientações culturais vigentes em seu período, seja classificando o que é relevante ou quais atores possuem notoriedade para terem suas ações veiculadas pela imprensa. A partir dessas compreensões é possível ler criticamente as narrativas sobre diferentes acontecimentos veiculados pelos jornais, assim como é possível observar de que maneira estas foram construídas

e quais foram os motivos que levaram determinados indivíduos a aparecerem em suas páginas. Considerando estas noções, importa evidenciar quais podem ser alguns dos critérios de noticiabilidade escolhidos pelos produtores das notícias.

Como mencionado anteriormente, tais critérios variam historicamente. Entretanto, algumas continuidades podem ser observadas como a adoção de critérios como a amplitude do evento, a significância, a continuidade, o inesperado, a referência a pessoas e nações de elite e a personalização¹, por exemplo. Além disso, Traquina (2008) também propõe a separação dos critérios de noticiabilidade em critérios de seleção e de construção. Os critérios de seleção fazem referência aos “critérios que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, isto é, na decisão de escolher um acontecimento como candidato a sua transformação em notícia e esquecer outro acontecimento”, enquanto que os critérios de construção estão relacionados às “qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (Traquina, 2008, p. 78).

Dentre os critérios de seleção propostos por Traquina, portanto, estariam a notoriedade do ator principal do acontecimento, a morte, a relevância dos acontecimentos considerados importantes por determinada sociedade, o inesperado, a notabilidade, o dia noticioso^{II}, entre outros. Já entre os critérios de construção propostos pelo autor estão a amplificação - possibilitando que quanto mais

¹ Tais critérios são descritos por Traquina (2008) a partir dos estudos de Galtung e Ruge (1965/1993) e dos estudos de Ericson, Baranek e Chan (1987), a partir dos quais o autor propõe a sua própria classificação de critérios de noticiabilidade.

^{II} O dia noticioso, segundo Traquina (2008), está relacionado à existência de “dias ricos em acontecimentos com valor-notícia e outros dias pobres em acontecimentos com valor-notícia” (2008, p. 90).

amplificada, maior seja a chance da notícia ser notada - a relevância, a personalização e a dramatização, entre outros aspectos. Assim, a partir da compreensão destes critérios é possível que olhares críticos às buscas na internet por notícias, como apresentado no início deste texto, sejam produzidos de modo a questionar quais são as narrativas elaboradas sobre alguns grupos e personagens históricos.

Compreendendo que os acontecimentos que se tornam notícias são elaborados a partir de diferentes momentos e sociedades históricas, as quais determinaram e os selecionaram enquanto tais (Alsina, 1989, p. 82), são possíveis de serem propostos questionamentos como: Por que a beleza está associada às figuras das primeiras-damas em buscas recentes na imprensa? Assim como, de modo mais amplo e em diálogo com a análise que buscamos apresentar neste artigo: Quando estas mulheres se tornaram notícia?

Visando estabelecer um diálogo entre passado e presente, a análise aqui apresentada desloca o olhar para duas primeiras-damas nos primeiros anos da República no Brasil, momento cercado por circunstâncias que, segundo Luca (2011, p. 150) “favoreciam e demandavam a circulação da informação”, sendo também um momento marcado pelo surgimento de vários jornais e por disputas e tensões envolvendo a liberdade de imprensa. Com base nessas concepções e na análise dos critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2008), portanto, o objetivo deste artigo é o de analisar quais acontecimentos geraram notícias sobre as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé durante a Primeira República (1910-1924), observando de que forma estas foram construídas pela imprensa.

Inserido no âmbito de uma pesquisa mais ampla que busca analisar quais foram as atuações políticas destas duas primeiras-damas durante a Primeira República, o recorte de análise apresenta-

do no presente artigo direciona sua observação aos periódicos em circulação no Rio de Janeiro, capital federal à época e uma das cidades privilegiadas na distribuição destes pelo sistema de comunicações no período (Luca, 2011, p. 156). Dentre os jornais analisados encontram-se a *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *O Paiz*, *Correio da Manhã*, *A Imprensa*, *O Imparcial*, *A Noite* e *O Seculo*, assim como as revistas ilustradas *O Malho*, *Careta*, *Fon-Fon* e a *Revista da Semana*. Tais materiais foram acessados a partir da realização de buscas nominais^{III} na plataforma da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, através da qual foram encontradas menções à Orsina da Fonseca e Nair de Teffé em mais de 25 periódicos inseridos no recorte temporal de 1910 a 1924.

Dada a notável amplitude da veiculação de imagens e narrativas sobre ambas as personagens, as seguintes seções deste artigo estão organizadas de modo a apresentar individualmente cada uma das personagens e analisar dois momentos em cada uma de suas trajetórias em que estas mulheres receberam maior destaque na imprensa. Desse modo, cabe destacar que a seleção das notícias a serem analisadas foi baseada na amplitude de veiculação do acontecimento, sendo este encontrado em mais de um periódico, assim como na centralidade dada à figura da primeira-dama na construção da narrativa da notícia. Além disso, ao final serão propostas algumas considerações de modo a refletir sobre os critérios de noticiabilidade encontrados nas notícias sobre estas primeiras-damas, assim como sobre quais foram as semelhanças e diferenças observadas nas construções narrativas sobre elas.

^{III} A realização das buscas nominais buscou ampliar o espectro de encontro das personagens nas páginas da imprensa a partir do uso de diferentes termos que a elas pudessem se referir, sendo utilizados para a pesquisa as palavras-chave: Orsina da Fonseca, Nair de Teffé, Mme. Hermes da Fonseca, Nair da Fonseca, Sra. Hermes da Fonseca, Mme. Teffé, Sra. Hermes, Nair Hermes e viúva Hermes da Fonseca.

Um “modelo de esposa e mãe”: Orsina Francioni da Fonseca

Ao longo de sua trajetória ela recebeu diferentes denominações e elogiosas descrições pela imprensa. Foi lembrada enquanto “digna consorte”, enquanto exemplo “de recato, de modestia e correcção”, assim como um “modelo de esposa e mãe” (*O Paiz*, 17/12/1910, p. 3). Orsina Francioni da Fonseca foi considerada, portanto, um exemplo de mulher e primeira-dama. Nascida em 1858 no Rio de Janeiro, a personagem fazia parte de uma das famílias que já havia estabelecido uma íntima relação com o regime republicano desde sua recente instalação no país à época, a família Fonseca. Após seu casamento com o Marechal Hermes da Fonseca - que também era seu primo - no ano de 1877, Orsina teve cinco filhos, revelando a maternidade enquanto um aspecto presente desde jovem em sua trajetória.

Já em 1910, quando seu marido chegou ao cargo de presidente do país, a personagem ascendeu paralelamente à função de primeira-dama da nação, sendo possível percebê-la enquanto uma “mulher-pública” (Perrot, 1998). Suas qualificações, ações e comportamentos tornaram-se, ainda mais, de interesse da imprensa. Diga-se ainda mais pois, mesmo antes de ocupar a função de primeira-dama Orsina da Fonseca já fazia parte de diferentes organizações, por exemplo, de cunho público, voltadas principalmente à assistência social e a religião, as quais tinham suas ações veiculadas e publicizadas pela imprensa da capital.

Em meio a estas ações, as representações^{IV} sobre a persona-

^{IV} No âmbito deste artigo, compreendemos o conceito de representação a partir de Chartier (1994) que propõe a este uma tripla definição, considerando “as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem”, além da representação enquanto “formas de exibição do ser social ou do poder político” e, por fim, “a ‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade” (Chartier, 1994, p. 108).

gem foram sendo elaboradas através das narrativas nas páginas da imprensa. Por meio dessas notas, descrições, matérias e acontecimentos noticiados, portanto, Orsina da Fonseca foi concebida enquanto uma “senhora de altas virtudes, dotada de nobre dedicação às classes desfavorecidas da fortuna”, além de uma esposa e primeira-dama caracterizada por sua “imperturbabilidade na acção que tem exercido sobre os destinos do paiz” (*O Paiz*, 17/12/1911, p. 3). Tais notas permitem a observação de elementos que predominavam nas descrições ou acontecimentos noticiados relacionados à presença da primeira-dama, como a maternidade e sua dedicação às causas sociais. Dessa maneira, com o objetivo de analisar alguns dos momentos em que Orsina da Fonseca tornou-se notícia, foram selecionadas duas temáticas para observação: a vinculação da personagem ao Partido Republicano Feminino (PRF) e o seu falecimento, em 30 de novembro de 1912.

Sobre ambos os temas foram encontrados materiais em expressiva quantidade na imprensa, possibilitando a investigação sobre os critérios de noticiabilidade envolvidos nestes casos e, da mesma forma, quais foram as representações construídas acerca de Orsina da Fonseca nestes diferentes momentos. Em relação a estes aspectos, Alsina (1989, p. 86-87) destaca que ainda em meados do século XIX a construção do acontecimento se estabelecia, dentre outros aspectos, a partir das pessoas envolvidas e a partir da preponderância do poder político de determinado grupo ou indivíduo. No caso de nossa personagem, seus contextos social, econômico e político à época dialogam com tais elementos, na medida em que enquanto uma mulher das elites e, além disso, primeira-dama, o âmbito público e as esferas do poder político lhe foram cotidianos.

Considerando esse aspecto, ainda que Orsina da Fonseca tenha sido descrita pelo senador Ruy Barbosa enquanto um “exemplo

de primeira marechala, cuja discricção não assumiu jamais a menor parte na vida official do presidente” (*Anais do Senado Federal*, 1917, p. 110), supostamente não se relacionando com os assuntos políticos, a primeira-dama esteve associada às lutas por direitos das mulheres à época. Ao lado de mulheres como Leolinda Figueiredo Daltro e Gilka da Costa Machado, integrantes do grupo que fundou o Partido Republicano Feminino (PRF) no ano de 1910, é possível encontrar Orsina da Fonseca, tendo esta sido presidenta honorária do partido até o ano de 1912 (*A Lanterna*, 26/11/1916, p. 1).

Em meio às ações promovidas pelo PRF junto do apoio recebido pela primeira-dama, o mesmo fundou ainda uma escola em homenagem à personagem, denominando-a Escola Orsina da Fonseca.^v Dirigida pelo PRF e associada às concepções de que às mulheres deveria ser garantido o acesso à educação, a escola fundada em homenagem à primeira-dama promoveu diferentes conferências em seus espaços, destacando-se entre estas aquelas que versavam sobre a importância da emancipação feminina (*O Paiz*, 28/07/1912, p. 3; *O Paiz*, 13/08/1912, p. 3) e sobre a necessidade de adoção de uma educação feminista, movimento que ia ao encontro do “grande movimento feminista, actualmente em vigor na Europa” (*O Paiz*, 26/08/1912, p. 3). Além destes momentos, a escola também esteve associada à figura da primeira-dama na imprensa a partir das recepções de integrantes do PRF e da própria escola nas dependências do Palácio do Catete (*Careta*, 30/09/1911, p. 9), demonstrando a associação da figura de Orsina da Fonseca às lutas femininas nos primeiros anos da República e suas possíveis atuações políticas nesse sentido enquanto primeira-dama, como quando destinou seu apoio à criação e às posteriores atividades promovidas pelo PRF.

^v Em relação à Escola Orsina da Fonseca, ver Alves(2021); Sepulveda, Alves (2021); Gaspar, Vilela (2014).

O Partido, por sua vez, também colaborou na construção e na manutenção da imagem de Orsina da Fonseca enquanto uma mulher exemplar, concedendo-a “o título de protectora [...] em nome da família, do sexo, do partido feminino e como um culto á mulher, á mãe, á esposa virtuosa” (*O Paiz*, 19/06/1911, p. 6). Nessa perspectiva, é possível observar que na medida em que a imprensa cria espaço em suas páginas para a publicação de notícias que envolvam a primeira-dama, ao mesmo tempo a notoriedade desta, enquanto indivíduo principal do acontecimento, torna-se responsável pela circulação de notícias também sobre o PRF, sobre a escola, seus integrantes e suas atividades. Da mesma forma, outros critérios de noticiabilidade que podem ser observados no caso da ligação entre Orsina da Fonseca e o PRF podem ser o critério de notabilidade, estando este relacionado a quantidade de pessoas que envolvem determinado acontecimento (Traquina, 2008, p. 82), e o critério de associação às pessoas de elite, como apontam Galtung e Ruge (*apud* Traquina, 2008, p. 72), o qual considera as ações das pessoas deste grupo social enquanto hierarquicamente mais importantes e, portanto, noticiáveis. Ao ocupar a posição de primeira-dama do país, nesse sentido, Orsina da Fonseca também teria os olhares e as páginas da imprensa voltadas a si.

Nessa perspectiva, Traquina (2008) elenca a morte enquanto um critério de noticiabilidade que pode levar um acontecimento a tornar-se notícia. A exemplo desse aspecto, a morte da primeira-dama do país no ano de 1912 foi notícia amplamente divulgada pela imprensa ao longo de semanas e, inclusive, meses após o ocorrido. Acometida por ataques de uremia desde 1906, no final do mês de novembro de 1912 a primeira-dama novamente teve tais problemas de saúde. Nesse momento, destacam-se a cobertura da imprensa sobre o fato, dada a gravidade do estado de saúde de Orsina da Fon-

seca dia após dia, e a ampla busca por explicações sobre o motivo de seu adoecimento. Desde o dia 25 de novembro de 1912, quando nas páginas dos periódicos lia-se que “é gravíssimo o estado de saúde da exma. sra. Orsina da Fonseca” (*A Imprensa*, 25/11/1912, p. 1), até o dia 30 de novembro de 1912, quando esta veio a falecer, notas sobre as condições de saúde da primeira-dama ocuparam as primeiras páginas e seções de destaque em diferentes periódicos à época.

A cobertura diária sobre o acontecimento pode ser lida através da relação com o critério de continuidade (Traquina, 2008, p. 74), sendo o acontecimento transformado em notícia a partir de vários acontecimentos prévios que, neste caso, envolviam a melhora ou piora do estado de saúde da personagem. Nestas coberturas diárias é possível de serem observadas ainda tanto a presença de diferentes personagens do meio político quanto de instituições e/ou associações das quais Orsina da Fonseca fazia parte, como o próprio PRF que “até á hora d’ocorpo baixar ao tumulto o Partido Republicano Feminino não deixou D. Orsina da Fonseca...” (*A Noite*, 30/11/1912, p. 3). Assim, quando de seu falecimento em 30 de novembro de 1912, tanto imagens quanto notas foram expressivamente veiculadas pela imprensa.

Dentre estas, destacam-se notas como: “A Sra. Hermes da Fonseca: Causou grande consternação o falecimento da discinta senhora - O seu enterro foi extraordinariamente concorrido” (*Jornal do Brasil*, 01/12/1912, p. 15) e “foi hontem mesmo sepultado o corpo de d. Orsina da Fonseca - Ao marechal têm chegado muitas manifestações de pesar pelo triste acontecimento” (*Correio da Manhã*, 01/12/1912, p. 3), além das capas dos jornais *A Imprensa*, *A Noite* e *A Notícia*, por exemplo, que dedicaram toda a primeira página de suas edições ao assunto, incluindo imagens de Orsina da Fonseca e da cerimônia de enterro (Figura 1).

é a utilização da denominação “Madame Hermes da Fonseca” em detrimento do nome da própria personagem, fazendo referência à figura masculina de seu marido inclusive no momento de sua morte. Além disso, é possível perceber a construção da notícia a partir da amplificação desta - característica evidenciada pela presença de grande número de pessoas nas imagens relacionadas ao enterro da personagem, bem como o destaque dado a estas - além da personalização, da visualidade e da dramatização, reforçando o aspecto emocional do acontecimento na construção da notícia, como elenca Traquina (2008).

Ainda em relação ao falecimento de Orsina da Fonseca, cabe destacar que a veiculação desta notícia também teve caráter internacional, recebendo a personagem destaque na capa de periódicos europeus como o *Il Bersagliere* (01/12/1912, p. 1), revelando a notoriedade da personagem e o lugar social ocupado por ela. Em meio a construção de narrativas sobre a morte, Gritti (1976) destaca a possível coexistência de aspectos relacionados às funções ativas e às funções expressivas na construção das narrativas destas notícias. As funções ativas seriam aquelas vinculadas à assistência médica, eclesiástica e familiar, por exemplo, todas elas visíveis como elementos que caracterizam as notícias sobre a morte de Orsina da Fonseca, seja a partir do requerimento de diferentes profissionais para o tratamento da enfermidade ou a partir das inúmeras visitas que a mesma recebeu ao longo de seu período de adoecimento. Já as funções expressivas estariam relacionadas à inquietude e à esperança, também elementos visíveis nas narrativas dos periódicos quando da análise da morte de Orsina da Fonseca.

As imagens em torno da primeira-dama foram construídas pela imprensa enquanto a de uma mulher, mãe e esposa exemplar, assim como reiterou o PRF em diferentes discursos proferidos em

sua homenagem, adicionando às representações sobre Orsina da Fonseca características simbólicas que acompanharam a memória sobre a personagem após seu falecimento. Sobre tais narrativas, importa considerar quais foram as representações elaboradas pela imprensa sobre ela em relação ao cenário político, compreendendo criticamente as categorias de identidade, como destaca Butler, as quais “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2003, p. 22) os diferentes sujeitos, principalmente as mulheres. Em ambos os casos aqui analisados, quando de seu apoio em diferentes momentos ao PRF e posteriormente quando de seu falecimento, Orsina da Fonseca tornou-se notícia através dessas estruturas. Através desses momentos, portanto, a partir das notícias aqui apresentadas é possível perceber a personagem e sua proeminência e prestígios políticos sendo elaborados em diferentes contextos (Silva, Marques, 2021). Ou seja, é possível observar que as páginas da imprensa falaram sobre ela, de modo especialmente elogioso em diferentes momentos, criando narrativas e representações sobre a primeira-dama, mas deixando de fora apenas uma destas narrativas: a da própria personagem.

A literata, artista e pintora brasileira:

Nair de Teffé von Hoonholtz da Fonseca

Antes mesmo de tornar-se primeira-dama ela já ocupava as páginas da imprensa da capital. Enquanto a primeira mulher caricaturista a publicar na imprensa brasileira, ao longo de sua trajetória, Nair de Teffé teve diferentes contatos com o espaço público. Única filha mulher do Barão e da Baronesa de Teffé, recebeu incentivos da família quanto à educação e sua formação intelectual, realizada a partir das influências e da convivência no cenário da *belle*

époque francesa, no início do século XX. Ainda em solo europeu, foi durante sua infância que a personagem descobriu seu talento para as artes, especialmente para a caricatura, adotando o pseudônimo *Rian* para a assinatura de suas obras (Fonseca, 1974). Sua trajetória artística, por sua vez, a permitiu representar e expressar as diferentes maneiras pelas quais via a sociedade e os indivíduos das elites - pessoas com as quais convivia - através do humor de seu lápis (Campos, 2016).

De modo distinto ao de Orsina da Fonseca, Nair de Teffé teve, ainda que de maneira bastante restrita, espaço para tornar públicas algumas de suas opiniões sobre a sociedade em que se inseria, através das artes. Assim, em comparação com as demais mulheres das elites do período, que deveriam “ter bons modos - o que significava ser calada e quieta - ela fugia à regra, porque gostava de cantar, de tocar, de dançar e, principalmente, de fazer as pessoas rirem com suas charges” (Galetti, Simili, 2013, p. 141). Tais características derivadas de sua formação intelectual foram refletidas quando “Mlle. Nair de Teffé, literata, artista e pintora brasileira, foi nomeada Oficial de Instrução Pública” (*O Imparcial*, 10/11/1913, p. 7) pelo governo francês.

No momento em que recebeu esta condecoração, Nair de Teffé era noiva do presidente da República, o viúvo, Marechal Hermes da Fonseca. Tal acontecimento fez com que a personagem ocupasse a função de primeira-dama durante a segunda metade do mandato presidencial deste presidente, de 1913 a 1914, tornando-se uma das personalidades mais observadas pela imprensa naquele momento. Por conta disso, a distinção recebida pela personagem recebeu diferentes narrativas da imprensa, desde aquelas que centralizavam sua figura e talentos pessoais, como descrito anteriormente, até notas em que tal acontecimento foi descrito enquanto uma das “Victorias

da diplomacia brasileira: A noiva do marechal Official de Instrução Pública” (*Correio da Manhã*, 10/11/1913, p. 3), sem ao menos mencionar o seu nome e reduzindo-a ao seu status civil.

Dentre outros momentos, destacam-se no âmbito deste texto os episódios do casamento com o presidente da República em 1913 e o protagonismo de Nair de Teffé naquela que ficou conhecida como a Noite do Corta Jaca como dois momentos em que a figura da primeira-dama tornou-se notícia.

O “enlace Teffé-Fonseca” (*Correio da Noite*, 09/12/1913, p. 1) mobilizou a imprensa desde o anúncio do noivado entre ambos. Na comunicação oficial do contrato de casamento, tensões entre as famílias foram anunciadas como o não comparecimento de nenhum membro da família Fonseca (*A Epoca*, 18/09/1913, p. 1) na recepção organizada, destacando a figura do deputado Mário Hermes, um dos filhos do noivo, que não foi convidado ao evento.

Além disso, diferentes descrições sobre a noiva e, naquele momento, futura primeira-dama do país, ganharam publicidade em meio às notícias sobre o casamento, tendo sido a “primeira vez que na Republica vae se realizar a solemnidade do casamento do chefe do Estado” (*O Imparcial*, 16/09/1913, p. 5). Apesar de ser descrita enquanto “uma das mais finas e inteligentes da sociedade carioca” e como “descendente de uma illustre família” (*A Epoca*, 02/09/1913, p. 1), demonstrando tons elogiosos em relação a sua figura pela imprensa, Nair de Teffé também foi alvo de críticas que envolviam o governo e as ações em torno da realização do seu casamento com o presidente.

Entre essas esteve a notícia de realização de uma recepção organizada pela personagem a bordo do encouraçado “São Paulo”, em outubro de 1913, com o objetivo de comemorar o anúncio do noivado. Segundo notas da imprensa, esta teria sido uma dentre

as tantas festividades organizadas em torno de tal acontecimento, sendo considerado, portanto, um exagero e potencial desrespeito ao país visto os gastos públicos direcionados a tais fins. Em uma das notícias em tom crítico ao acontecimento, lia-se:

[...] Seja qual fôr a respeitabilidade, o prestígio e a graça da família Teffé, não padece duvida que seus illustres membros não têm o direito de receber parentes e amigos a bordo dos navios da esquadra e á custa dos cofres publicos. [...] É também impossivel que a gentilissima noiva do chefe do Estado, intelligente e arguta como é, não perceba o interecismo réles dos promotores destas inconcebíveis festanças, que estão compromettendo perante o paiz as sympathias que rodeam a sua mocidade e a distincção, bem como a gravidade de sua illustre familia. Não pode ficar esquecido o aspecto constitucional e protocollar desta lamentavel questão. A senhora do chefe do governo não tem direito a nenhuma representação official, conservando como esposa do presidente da Republica a mesma altissima posição no seu lar, que não depende dos encargos politicos de seu marido. A situação de mlle. Nair de Teffé, em relação ao sr. marechal Hermes ainda não está definida por um acto legal e irrevogável. As festas publicas, as representações officiaes da graciosa *mademoiselle* não são apenas uma inconveniencia social, mas também uma impertinencia política, que esta surprehendendo desagradavelmente todo o paiz. (*O Imparcial*, 29/10/1913, p. 3)

Nota-se, a partir da descrição acima, o quanto ainda sem estar oficialmente ocupando a função de primeira-dama as ações de Nair de Teffé já causavam diferentes incômodos, os quais por sua notoriedade e pela existência de potenciais conflitos ou infrações (Traquina, 2008) fizeram com que tais acontecimentos se tornas-

sem notícia em torno de sua figura. No mesmo sentido, enquanto mulher, ela teria suas ações e comportamentos cada vez mais vigiados pelos olhares da imprensa.

Da mesma forma, posteriormente enquanto primeira-dama, ao protagonizar a última recepção oficial do mandato presidencial do Marechal Hermes da Fonseca no Palácio do Catete, Nair de Teffé foi alvo, assim como o governo, de inúmeras críticas pela imprensa. Esta recepção, realizada em 26 de outubro de 1914, ficou conhecida como a Noite do Corta Jaca dada a interpretação da composição, sob o mesmo título, de Chiquinha Gonzaga por Nair de Tefé, junto ao músico Catulo da Paixão Cearense que acompanhou a primeira-dama com um violão. Nos dias seguintes, nas páginas da imprensa liam-se as notas: “O Corta Jaca andou tanto tempo pelos arraiaes da pandega e da população que se desmortalizou por completo, tornando-se indigno do Palácio das Aguias...” (*A Rua*, 06/11/1914, p. 1) ou, ainda, “[...] o idiota do presidente escancarava a bocca immensa na gargalhada alvar com que applaude o ‘corta jaca’ nos fandanguassús do Catete [...]” (*A Epoca*, 31/10/1914, p. 1), centralizando não a figura da primeira-dama nas notícias veiculadas, mas as ações por ela promovidas como o cantar e dançar junto ao violão a composição do Corta Jaca. Nesse contexto, a atitude da primeira-dama foi considerada audaciosa pois ousou inserir a música popular brasileira em um “[...] ambiente de formalidades onde imperava a música erudita” lançando “o ‘Corta-Jaca’, ritmo considerado cafona, barrado nos salões da elite por ser considerado vulgar e imoral pelos conservadores [...]” (Silva, Simili, 2011, p. 129). A recepção, por sua vez, assim como os comportamentos da primeira-dama, foi considerada escandalosa.

Tais posicionamentos críticos ao acontecimento foram lembrados nas memórias da personagem enquanto originados especial-

mente a partir da figura do senador Ruy Barbosa, considerado um dos líderes da oposição ao governo naquele momento. Nair de Teffé lembrou que “as críticas eram envolvidas em escabrosas piadas de mau gosto” e destacou que nesse contexto “Ruy Barbosa, aproveitou o lançamento do ‘Corta Jaca’ para inserir nos anais do Senado a sua costumeira verborragia [...] babando contra mim a sua orgulhosa cutilinária de insopitável ódio ao governo” (Fonseca, 1974, p. 45). Em relação às notícias sobre tal acontecimento e o discurso de Ruy Barbosa em tons críticos ao ocorrido, concordamos que, “nas censuras feitas por ele, podemos vislumbrar um ataque à cultura popular e às mulheres que a representavam - Gonzaga - ou que daquela se tornavam porta-vozes - Nair” (Galetti, Simili, 2013, p. 143). Nesse sentido, figuram tanto o inesperado quanto a amplificação enquanto critérios de noticiabilidade ao acontecimento da Noite do Corta Jaca, incluindo a figura da primeira-dama e sua posição social também enquanto aspectos fundamentais nesta construção (Traquina, 2008).

Dessa maneira, ao retratar “em termos de personalidades chave envolvidas naquilo que transpirou” (Traquina, 2008, p. 74), a personalização também surge enquanto um critério de noticiabilidade a tais acontecimentos, tornando centrais a figura da primeira-dama e do presidente, nesse caso. É possível observar, portanto, a partir de tais exemplos, a construção de diferentes narrativas e a ambiguidade presente nestas em relação à figura de Nair de Teffé que, ao ocupar a função de primeira-dama tornou-se alvo de críticas devido as suas ações e condutas enquanto esposa do presidente. A não correspondência aos padrões e comportamentos exigidos de uma mulher da elite à época pela personagem evidenciam diferenças em sua trajetória como os sentidos que Nair de Teffé deu à função de primeira-dama ao ocupar tal posição e àqueles já consolidados anteriormente por Orsina da Fonseca.

Ao compreender os acontecimentos em torno destas personagens é possível observá-los enquanto representações, como afirma Alsina (1989, p. 91), as quais transmitem o imaginário coletivo de uma sociedade, assim como o sistema de valorização dos acontecimentos que é adotado por esta. Dessa forma, a centralidade na figura de Nair de Teffé em relação aos preparativos e realização do casamento com o presidente da República, para além da novidade deste acontecimento enquanto critério de noticiabilidade, pode ser observada enquanto uma possível associação entre a instituição do casamento e a figura feminina, sendo este considerado à época um destino natural às mulheres e, portanto, um dos momentos em que estas teriam destaque.

Entretanto, é possível observar que, apesar disso, os destaques em relação à figura de Nair de Teffé na imprensa não se restringiram apenas aos aspectos que eram considerados naturalmente como femininos, a exemplo do casamento ou da maternidade. Sua trajetória também foi marcada por momentos em que suas condutas, ao serem consideradas inadequadas ou fugirem de um padrão imposto às primeiras-damas e, de modo geral, às mulheres, também fizeram com que Nair de Teffé se tornasse notícia. É possível observar, portanto, que suas representações e as descrições sobre a personagem na imprensa tiveram teores heterogêneos. Não tendo caráter exclusivamente elogiosas, tais narrativas refletem as movimentações da personagem e suas diferentes formas de se expressar em meio àquela sociedade que, até aquele momento, não parecia ver como possível tais posicionamentos e narrativas construídas por uma mulher e, principalmente, por uma primeira-dama.

Considerações finais

Ao falarem sobre as primeiras-damas, os jornais possibilitam a verificação de uma relação entre o contexto e o sistema em que se inserem os acontecimentos (Alsina, 1989, p. 102). A partir da observação de alguns dos momentos em que Orsina da Fonseca e Nair de Teffé foram notícia nas páginas da imprensa durante a Primeira República (1910-1914) é possível apontar para elementos constituintes das representações sobre estas mulheres. Importa salientar, em primeiro lugar, a inexistência do espaço de fala que, em ambos os casos, estas mulheres enfrentaram em relação às notícias veiculadas sobre elas nos jornais. Apesar de sua trajetória artística e formação intelectual, Nair de Teffé não foi encontrada em nenhum dos momentos aqui selecionados para análise, sendo convidada a dar uma entrevista ou tendo espaço nas páginas dos jornais para responder às críticas direcionadas também a ela. Tal aspecto reflete a inserção destas mulheres em relações de gênero e poder que, costumeiramente, definiam o ambiente privado como único possível para as suas atuações. Ao tornarem-se mulheres públicas (Perrot, 1998), portanto, determinadas condutas e ações lhes eram impostas como naturais e, caso não fossem atendidas, eram julgadas por discursos predominantemente masculinos que estampavam as páginas da imprensa.

Em relação aos momentos em que receberam destaque e tornaram-se notícia, semelhanças como a maneira elogiosa de referir-se às primeiras-damas em acontecimentos como o falecimento de uma e a realização do casamento de outra, são possíveis de serem observadas. De modo semelhante, a centralidade de suas figuras enquanto primeiras-damas também dialoga com os critérios de noticiabilidade relacionados a pessoas das elites (Traquina, 2008),

tornando-as personagens sobre as quais os olhares da imprensa e, de certa forma, da sociedade, direcionam expectativas, imposições sociais e esperam determinados comportamentos. Em relação a tais características na produção das notícias sobre estas mulheres, Alsina (1989) aponta para algumas das regras de seleção dos acontecimentos para a efetivação deste processo. Dentre as regras descritas pelo autor podem ser observadas nas notícias veiculadas sobre Orsina da Fonseca e Nair de Teffé a referência ao âmbito pessoal/privado, a novidade dos acontecimentos - especialmente em relação ao casamento entre Nair e Hermes - assim como a distinção entre normalidade e anormalidade - orientadas a partir das condutas pessoais e o valor de cada uma destas (Alsina, 1989, p. 109), as quais foram criticadas, valorizadas e classificadas pela sociedade e, da mesma forma, pela imprensa.

Assim, a partir da análise apresentada é possível apontar para a relação das notícias sobre as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé durante a Primeira República enquanto representações de gênero, as quais “estão muito presentes nas formas como as vidas das mulheres são significadas e narradas” (Silva, Marques, 2021, p. 456). Assim, seja a partir do destaque dado a elas em momentos como a morte e o casamento, ou as críticas direcionadas aos comportamentos e posicionamentos destas em diferentes contextos, as notícias sobre as primeiras-damas, ontem e hoje, ainda são construídas a partir de narrativas que reproduzem relações de gênero e poder.

Fontes

FONSECA, Nair de Teffé Hermes da. **A Verdade sobre a Revolução de 22**, 1ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1974.

FEDERAL, Annaes do Senado. **Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914**. Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

Hemeroteca Digital Brasileira

A Epoca, Rio de Janeiro, 18/09/1913, p. 1

A Epoca, Rio de Janeiro, 02/09/1913, p. 1

A Epoca, Rio de Janeiro, 31/10/1914, p. 1

A Imprensa, Rio de Janeiro, 25/11/1912, p. 1

A Imprensa, Rio de Janeiro, 01/12/1912, p. 1

A Lanterna, Rio de Janeiro, 26/11/1916, p. 1

A Noite, Rio de Janeiro, 30/11/1912, p. 3

A Rua, Rio de Janeiro, 06/11/1914, p. 1

Careta, Rio de Janeiro, 30/09/1911, p. 9

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 01/12/1912, p. 3

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10/11/1913, p. 3

Correio da Noite, Rio de Janeiro, 09/12/1913, p. 1

Il Bersagliere, Rio de Janeiro, 01/12/1912, p. 1

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 01/12/1912, p. 15

O Imparcial, Rio de Janeiro, 29/10/1913, p. 3

O Imparcial, Rio de Janeiro, 10/11/1913, p. 7

O Imparcial, Rio de Janeiro, 16/09/1913, p. 5

O Paiz, Rio de Janeiro, 28/07/1912, p. 3.

O Paiz, Rio de Janeiro, 13/08/1912, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 26/08/1912, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 19/06/1911, p. 6

O Paiz, Rio de Janeiro, 17/12/1910, p. 3

O Paiz, Rio de Janeiro, 17/12/1911, p. 3

Referências

ALVES, Teresa Vitória Fernandes. Os caminhos entrelaçados das docentes do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF). **Revista Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v. 7, nº2, 2021. p. 777-790.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. [tradução: Renato Aguiar]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. **Nair de Teffé: artista do lápis e do riso**. Curitiba: Appris, 2016.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, 1994. p. 100-113.

GALETTI, Camila Hildebrand. SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira-dama Nair de Teffé. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v. 26, n.1, jan./jun. 2013. p. 129-151.

GASPAR, Jorge Alexandre dos Santos; VILELA, Lucia Maria Aversa. O Ensino De Desenho No Instituto Profissional Feminino Orsina Da Fonseca: Os Livros De Luiz Dumont. **REAMEC. [S. l.]**, v. 2, n. 1, 2014. p. 60-76.

GRITTI, Jules. Uma Narrativa de Imprensa: os últimos dias de um “grande homem”. In.: BARTHES, R. et al. **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 163-173.

LUCA, Tania Regina de. A Grande Imprensa na primeira metade do século XX. In.: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 149-175.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. [trad. Roberto Leal Ferreira]. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

RODRIGO ALSINA, Miquel. El Acontecimiento. In.: RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989, p. 81- 105.

ALSINA, Miquel Rodrigo. Determinacion del acontecimiento por los mass media. In.: ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989, p. 107 - 112.

RODRIGO ALSINA, Miquel. Las Noticias. In.: RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989, p. 181 - 190.

SEPULVEDA, Denize Aguiar; ALVES, Teresa Vitória Fernandes. Três mulheres, três vidas em uma escola: a trajetória de docentes do instituto pro-

fissional feminino Orsina da Fonseca (IPFOF) **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 7, 2021. p. 72038–72049.

SILVA, Ivanete Paschoalotto da. SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Diálogos & Saberes**. Mandaguari, v. 7, n.1, 2011. p. 121-134.

SILVA, Bruno Sanches Mariante. MARQUES, Ivana Aparecida da Cunha. La razón de mi vida: Eva Péron e o protagonismo político por meio do discurso de coadjuvação. **Antíteses**. Londrina, v. 14, n. 27, jan.-jun. 2021. p. 450-480.

TRAQUINA, Nelson. Ser ou não ser notícia. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo II**. Florianópolis: Insular, 2ed. 2008, p. 61-101.

“É polvilho! Que envenena!?”

E rugem uns, riem outros”:

*a representação de libertas “criminosas” na Imprensa
e na Literatura de Pelotas/RS de 1880-1890*

GEZA CARÚS GUEDES

Embora este artigo se baseie em uma análise histórica, eventos recentes têm causado comoção e ajudam a reforçar o estereótipo de gênero socialmente construído há séculos de que as mulheres não são confiáveis e frequentemente utilizam venenos em seus homicídios. No dia 25 de dezembro de 2024, um crime ocorrido em Torres, causou comoção entre os moradores do Rio Grande do Sul, Deise Moura dos Anjos teria envenenado 3 pessoas da família com um bolo natalino que continha arsênio. Em outra ocasião a mesma mulher teria intoxicado o marido e o filho com um suco de manga e o sogro com leite em pó. Em virtude destes homicídios os jornais têm reforçado a imagem que somente as mulheres utilizam venefício para cometer homicídio. Neste sentido, a relevância na discussão desse artigo se justifica à medida que os jornais e a Literatura ainda constroem uma representação de gênero deveras paradoxal. Se de um lado pode ser a esposa que prepara a comida e cuida dos

filhos, por outro pode ser aquela que possui o poder de manipular os venefícios para família. Os casos analisados neste trabalho embora situados no século XIX, possuem conexão com eventos e discursos que se repetem na mídia contemporânea.

O artigo terá como tema central as abordagens literárias e ilustrações de jornais correspondentes a dois crimes que tiveram como réis e vítimas mulheres libertas, entre 1880-1890, em Pelotas -RS. Para isso será analisada a repercussão dos crimes em que Josefa Campos fora acusada de matar João Tupaveraba e o homicídio de Balbina, vulgo Capitão Balbino.

O primeiro crime resultou na criação de um *triole* intitulado Pobre Tupaveraba, escrito por Simões Lopes Neto, assinado com o pseudônimo de João Rimuito. Além do jornal ilustrado, o crime gerou artigos nos jornais: *A Pátria* (1887-1891) e o *Diário de Pelotas* (1876-1889). O segundo refere-se a uma crônica sobre os *Tipos Populares* em que é construída a representação do Capitão Balbino, escrita por Fernando Osório Filho publicada no *Diário de Pelotas* e no livro *A cidade de Pelotas*.

No que diz respeito ao referencial teórico será trabalhado o conceito de representação de Stuart Hall, o qual afirma que a representação é a parte primordial no processo pelo qual os significados são fundados e intercambiados entre os integrantes de uma cultura (2016, p.32). Representar é, portanto, descrever, retratar, trazer à tona e dessa forma reproduzir algo que está na nossa mente ou em nossos sentidos, como no caso utilizado explicativamente por Stuart Hall referente a obra do “assassinato de Abel por Caim” (2016, p.32) “as imagens na pintura *estão no lugar* da história de Caim e Abel” (2016, p.33), de forma que é esta história que foi escolhida para ser retratada, a história que se desejou contar.

Outrossim, para Stuart Hall “representar também significa

simbolizar uma coisa, pôr-se no seu lugar ou dela ser uma amostra ou um substituto” (2016, p.32). No caso em que é acusada Josefa Campos as caricaturas permitiram costurar entre os apontamentos teóricos do autor e o fazer do caricaturista do semanário *A Ventarola*, com o objetivo de compreender como foram construídas representações racializadas das mulheres criminosas na imprensa pelotense do século XIX.

Além disso, serão abordados conceitos como “imprensa política” e “jornais de opinião”, levando em conta o conceito defendido por Morel para definir “opinião pública” como uma estratégia para legitimar políticas em defesa de determinados setores, mascaradas de demandas gerais (2008, p.33).

A substituição do trabalho escravo pelo livre, estava em voga na maioria dos periódicos; a cidade de Pelotas não era diferente do restante do país, no que tange às discussões abolicionistas e conflitos políticos entre Liberais e Conservadores. Tanto o partido Conservador, quanto o Liberal mantinham sob seu poder a redação de vários jornais pelotenses. Para tanto, investigar os periódicos significa também compreender essa disputa política que se encontrava no alicerce da maioria das publicações.

Cabe destacar que não se tem a pretensão de analisar os gêneros literários do triolé e da crônica publicados, mas sim compreender como essas *criminosas* e vítimas foram representadas pelos redatores e escritores, e por conseguinte pela elite letrada Pelotense. Além disso, optou-se por analisar os recortes dos jornais e do livro *A Cidade de Pelotas*, construindo uma aproximação entre imprensa e literatura, sem perder de vista o olhar apurado para a “imprensa de opinião” que mantinha um discurso afiado sobre os populares da cidade.

O triolé e o crime de João Tupaberaba

Para a análise do triolé, *Pobre Tupaveraba*, se faz necessário um olhar sobre o semanário ilustrado, *A Ventarola*, de propriedade de Eduardo Chapon que circulou entre os anos de 1887 a 1890¹, criticou a violência do sistema escravista, mas não fez um discurso abertamente abolicionista, nem se declarava órgão do Partido Liberal ou Conservador.

Diferentemente do *Cabrion*, jornal caricato que também fora de propriedade de Chapon, *A Ventarola* “costumava mergulhar amiudamente naquilo a que se chamava à época lodaçal da injúria e da calúnia” (Damaceno, 1962, p.209). O periódico saía para circulação aos domingos e era composto de oito páginas: a primeira, geralmente um retrato, destinada a homenagear algum político da aristocracia da cidade; a segunda e a terceira páginas eram destinadas aos editoriais com contos, poesias, sonetos, romances, assinados apenas com pseudônimos, sendo esta a parte que interessa para a presente análise. As ilustrações ocupavam metade do jornal e ficavam nas páginas: primeira, quarta, quinta e oitava. As contendas políticas da cidade e do Império foram frequentemente retratadas nas ilustrações (Lopes Neto, 2006, p.39-41).

Menos desabrida que o *Cabrion*, *A Ventarola* anunciou, em versos, na sua primeira edição que punirá e criticará os comportamentos de forma satírica:

[...] Com açúcar seu crayon adocicado,
Em alfinete a pena convertendo,
A Ventarola segue este prolóquio

¹ Sobre o último exemplar do *A Ventarola*, existem divergências, de acordo com Aristeu Elisandro Lopes, baseando-se no acervo de jornais armazenados na Biblioteca Pública Pelotense o último exemplar a ser publicado foi em 1889. Entretanto, Athos Damaceno afirma que o último publicado foi em janeiro de 1890.

Bem velhinho: *Castigat mores ridendo ...* (Damace-
no, 1962, p.210)

Antes da análise do *Pobre Tupaveraba* publicado em 24 de junho de 1888 (*A Ventarola*, 1888, p.6), se faz necessário apresentar os caminhos percorridos por essas mulheres escravizadas e libertas, até chegarem à categoria de acusadas e condenadas nas páginas dos jornais. A singularidade da história de Josefa Campos traz à tona elementos da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, recortes da vida privada com assimetrias de gênero personificadas na figura de Josefa Campos e João Tupaveraba.

Josefa Campos nasceu na Bahia e foi trazida para Pelotas ainda criança; o fluxo de escravizados nascidos no Brasil e forçados a vir para o Rio Grande do Sul se ampliou nas décadas finais do século XIX, em virtude da indústria charqueadora da região. Zeferino José dos Campos adquiriu a escravizada para desempenhar trabalho doméstico, conforme descrito na carta de liberdade. Por seu turno, João Tupaveraba foi traficada do Congo^{II} (APERS, 2006: 547) para o Brasil e pertenceu a Manoel José de Oliveira, conhecido popularmente como Maneca chapeleiro^{III}, proprietário de uma fábrica de chapéus.

Mesmo na condição de escravizada, Josefa Campos mantinha uma certa agência e por desejar uma vida melhor, comprou um bilhete de loteria, sendo contemplada com a quantia de 64:285\$714, um valor elevado para os padrões de um escravizado (Loner, 2011). O dinheiro mudou profundamente a vida dessa mulher, não só no

^{II} A Carta de Liberdade de João Tupaveraba foi concedida mediante ao pagamento em: 20/04/1881. Sobre sua idade e condição física Firmino Menezes afirmou que “era um preto muito velho quase não podendo andar e com os olhos muito brancos, quase cego, cabelos todos brancos, parecendo ter perto de 90 anos”.

^{III} Esta notícia foi publicada no jornal *Auxiliador da Industria Nacional: Ou Collecção de memorias e Noticias interessantes (RJ)* 1877.

que diz respeito a sua situação de liberdade (APERS, 2006: 547)^{IV}, mas principalmente nas suas relações familiares. Em posse de sua fortuna, Josefa Campos, na época com 58 anos, comprou sua carta de alforria. Logo em seguida, pagou pela liberdade de seu amásio, João Tupaveraba, por um valor alto considerando a idade que tinha. Além de comprar a alforria de Esperança, possivelmente filha da liberta (APERS, 2006: 547).

Sete anos mais tarde, no dia 23 de abril de 1888, na Praça Conde D’Eu, n.º 9, atual Avenida Bento Gonçalves, em Pelotas-RS, João Tupaveraba faleceu. Segundo a denúncia crime que compõe o processo judicial:

Josefa Campos, residente nesta cidade, por ter essa em dia dos meses de março e abril do corrente ano propinado a seu marido João Tupaveraba, nos alimentos que este tomava, substância tóxica, de cuja absorção lhe resultou a morte em 23 de abril, [...] substância que a referida certidão supôs ser o carbonato de chumbo, o que foi posteriormente confirmado pelo exame químico das vísceras de João Tupaveraba (APERS, 1888).

O caso de Josefa Campos, acusada do homicídio de João Tupaveraba, envolve a suspeita de envenenamento por carbonato de chumbo, uma substância com alta toxicidade. As alegações indicam que o envenenamento ocorreu através da administração de “um pó branco” nos alimentos e bebidas de João, durante o período de março a abril. O carbonato de chumbo é particularmente perigoso devido à sua capacidade de acumulação progressiva no organismo humano, com efeitos tóxicos. Um dos aspectos neste caso

^{IV} A Carta de Liberdade de Josefa Campos foi concedida mediante ao pagamento em 03/03/1881 no qual foi informado: conforme a descrição a “preta; 58; Sr. Zeferino José de Campos [...] concedida mediante a importância constante de um documento que nesta data a libertanda a meu favor firmou.”

é o tempo de exposição ao veneno, um fator determinante para a gravidade dos danos à saúde. A exposição prolongada a este tipo de veneno pode levar a sintomas severos e, eventualmente, à morte. Para completar o quadro, alegava-se que João Tupaveraba teria sido exposto à substância por vários meses. De acordo com os peritos, para compreender plenamente a extensão e a veracidade dessas acusações, seria necessário um exame detalhado das evidências químicas nas vísceras de João Tupaveraba. Além da necessidade de investigar o acesso de Josefa Campos à substância tóxica e estabelecer um vínculo direto entre suas ações e a presença do veneno nos alimentos e bebidas, teoria que era constantemente levantada nos jornais e por todos aqueles que acreditavam que a liberta Josefa Campos era a culpada.

No depoimento dado à polícia ainda doente, João Tupaveraba reafirma as tensões constantes entre ele e sua esposa. Repetidas vezes, Josefa Campos acusou o amásio de “ladrão”. Segundo ela, Maneca Chapeleiro e João teriam se aliado para usurpar o dinheiro do prêmio e se apoderado de um *lanço* de casa. Mesmo sendo a ganhadora da fortuna, Josefa Campos não gozava de liberdade na gerência de seus bens. De outro lado, Zeferino Campos, antigo senhor de Josefa Campos, também articulava para obter mais poder sobre o capital da ex-escravizada.

Vale pormenorizar as relações de poder envolvidas nesse intrincado arranjo social que reúne um casal de libertos e dois senhores de escravizados. Se de algum modo os senhores Zeferino Campos e Maneca Chapeleiro exerciam seu poder amparados no sistema escravista, por outro lado, João Tupaveraba se aproveitava do domínio que tinha dentro do matrimônio, a despeito da condição de gênero que desfrutava. Mesmo com dinheiro e dona da fortuna, a liberta não possuía os mesmos direitos que o esposo.

Dessa forma, Josefa Campos estava imersa nas relações de poder que envolveram raça, classe e gênero, as quais não se manifestavam como entidades distintas e mutuamente excludentes, mas “de maneira que essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada” (Collins; Bilge, 2020, p.17).

Entretanto, não se pretende aqui discutir apenas as relações e eventos que cercaram a vida de Josefa Campos, muito pelo contrário, o mesmo sistema escravista que oprimiu, quando pressionado, gerou fissuras que foram aproveitadas por essas mulheres. Quem seria capaz de imaginar que uma escravizada ganharia na loteria? Quem poderia imaginar que esta mulher negra, compraria a liberdade de seu amásio, da filha e de algumas pessoas de suas relações de compadrio? (APERS, 2006: 458) A agência exercida por Josefa Campos nos primeiros anos de 1880 foi tencionada, resultando na acusação e condenação da liberta, com consequente perda da liberdade.

Para tanto, o que se pretende demonstrar é a impossibilidade de escrever uma história linear, como se a vida dessas mulheres negras fosse carregada de linearidade e negligenciar o revés de suas jornadas.

Natalie Zemon Davis (1997), ao investigar a história de três mulheres do século XVII, discute a capacidade de agência dessas personagens e, como as desvantagens visíveis em suas trajetórias, foram transformadas em protagonismo. Um trabalho pioneiro de microhistória que permitiu a partir de indícios compreender como, as mulheres analisadas, construíram suas histórias de forma singular.

Logo após o falecimento de João Tupaveraba iniciaram nos jornais de Pelotas um amplo debate sobre a necessidade da realização de exames periciais, para obter respostas sobre o *verdadeiro*

culpado da morte. O jornal *A Pátria* publicou sobre o interesse dos galenos^v: “Assumpção e o Requião fizeram autópsia no cadáver do preto africano João Tupaverá, falecido ontem, como noticiamos, por efeito de ingestão de carbonato de chumbo[...] ministrado por sua mulher a preta Josefa” (*A Pátria*, 1888: 2). Durante várias semanas eram noticiadas uma série de análises químicas nos restos mortais de João Tupaveraba.

Em meio a diversas interpretações da imprensa e da sociedade sobre o crime contra o “finado pretinho”, o jornal *A Ventarola* publica o *triolé* (1888, p.5-6) conforme o texto abaixo:

I

O pobre Tupaveraba
(Envenenado – sim ou não?)
Depois de morto retorna
Às luzes da discussão
O pobre Tupaveraba
(Envenenado – sim ou não?)

II

Vários Hipócrates gordos,
Vários galenos magros
Fulminam sem dó, nem pena:
É polvilho! Que envenena!?...
Vários Hipócrates gordos,
Vários galenos magros,

III

E rugem uns, riem outros,
Do – digo eu – dirás tu?
Tomou veneno o João!
Não diga tal heresia!
Senhores! Que gritaria!
Apoiado! Tens razão!

^v Sinônimo de médicos.

E rugem uns, ríem outros,
Do – digo eu – dirás tu?
Mas,
O outro coitado, dorme em paz.

Pelotas,
João Rimuito (*A Ventarola*, 1888, p.6)

Introduzido no Brasil pelos poetas modernos, o triolé (*triolet*) tem origem francesa e é “formado por oito versos, rimando: o primeiro com o terceiro e com o quinto; o segundo com o sexto, — e sendo o quarto e o quinto iguais ao primeiro, e o oitavo igual ao segundo” (Bilac; Guimarães Passos, 1905, p.163).

Um dos triolés mais difundidos e que inspiraram vários autores no Brasil foi a série de poemas *Balas de Estalo* de Machado de Assis, no periódico *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (Assis, 1994) título que foi também utilizado por João Simões Lopes Neto em suas crônicas no jornal *A Pátria*. A participação era seguida na maioria das vezes por um pseudônimo, de acordo com Chiappini, João Rimuito, se divertia ao narrar o cotidiano de forma cômica:

é possível perceber uma certa irreverência para com as autoridades políticas e religiosas, uma liberdade de espírito, uma certa identificação com o que chamava ‘Zé Povinho’ e seus problemas. Sátira leve aos fatos cotidianos, tipos e instituições da «Princesa do Sul». E, num certo sentido, um treino para seus contos de humor (como «O mate de João Cardoso», «Deve um queijo», ou mesmo os «Casos de Romualdo»), onde o riso corrige os costumes. (Chiappini, 1987, p.29)

Na referida passagem João Simões Lopes Neto, utilizando o

pseudônimo João Rimuito, desloca-se para uma posição de reivindicação e assume o discurso do ‘Zé Povinho’, mas sem deixar de ocupar seu lugar na aristocracia letrada que estava deveras, longe da realidade dos desafortunados. No que diz respeito a sua atuação, João Simões Lopes Neto, autor do *triole* Pobre Tupaveraba, escreveu para *A Pátria* entre os anos de (1888-1891), para o *Diário Popular* (1891), para o *Correio Mercantil* (1893), para o jornal *A Opinião Pública* (1896), tendo sido diretor do *Correio Mercantil* e redator d’*A Opinião Pública*. A atuação de João Simões Lopes Neto como escritor foi ampla e diversa, suas impressões sobre o povo ganharam espaço na imprensa escrita e na ilustrada, como no caso d’*A Ventarola*.

Como menciona Chiappin “o riso corrige os costumes” e assim o fez *A Ventarola*, ao abordar a situação urbana pelotense posicionando-se de forma crítica, quanto aos problemas de infraestrutura que afetavam a vida no município, ruas esburacadas, esgoto, sujeira e até mesmo cachorros vagando pelas ruas foram retratados nas caricaturas. No que tange à sociedade pelotense e os arranjos políticos, o periódico justifica como é difícil saber com precisão sobre “o que é que, na realidade, se identifica com a razão”, pois “nem sempre tivemos a ventura de ser esclarecidos, retos e justiceiros” (Damaceno, 1962: 214).

Em 1881, foram publicadas algumas caricaturas sobre os ganhadores da loteria do Ipiranga, nelas João Tupaberaba e Josefa Campos são retratados, conforme a Figura 1, na página a seguir.

Ao analisar tal imagem é necessário observar para além do que está explícito, ou seja, é preciso ver a margem. As caricaturas que eram compreendidas por aqueles que liam os jornais do período, para o pesquisador, fazem sentido à medida que são cruzadas diferentes fontes históricas para interpretação, como nos depoi-

mentos das testemunhas do processo crime de 1888 envolvendo o casal.

João trabalhava em uma fábrica de chapéus e Josefa era uma lavadeira, suas roupas certamente nada pareciam com as que foram retratadas nessa caricatura. Josefa está com um vestido muito bem cortado, trajada como uma *distinta* senhora pelotense do século XIX, João Tupavera-
ba está de *smoking*, sapato de bico fino e carrega uma jovialidade que não era a realidade



Figura 1: “Casal de pretinhos”
Caricatura de João Tupaberaba e Josefa Campos, ganhadores da loteria. Fonte: *A Ventarola*, 24/06/1888, p. 8.

de um liberto de 70 ou 80 anos de idade. Abraçados e com os rostos *colados*, João e Josefa se olham diretamente demonstrando afeto mútuo, comemoram com a mão no peito, uma demonstração da emoção que estavam vivenciando.

A alegria referia-se não somente ao prêmio da loteria, mas pela liberdade que Josefa conquistou para si, para seus familiares e para outros que mantinha relação de compadrio. Outro detalhe importante é que embora o prêmio, simbolizado pelo saco de dinheiro sobre a namoradeira, tenha sido ganho por Josefa, quem o guarda a seu lado é João. Sobre a casa, os móveis e a decoração, constituem-se como um sinal narrativo da ascensão social conquistada pelo casal. Com o dinheiro foi comprada uma casa espaçosa e arejada, com grandes janelas, situada na rua Conde D’ Eu, decorada com quadros, um deles parece ser um retrato de um homem, o

outro uma santa, signos incluídos estrategicamente pelo caricaturista, representações próprias da distinção social que naquele momento gozavam.

Herman Lima aponta o poder da caricatura como uma forte arma da imprensa, “pela universalidade de seu alcance” e pela representação de uma arte autêntica, que representa não só os costumes, mas da História e da Sociologia (1963, p.5).

De maneira satírica *A Ventarola*, lança que os “pretinhos” estavam vivendo no paraíso, com Deus e os anjos. Raramente os jornais publicavam notícias de mulheres negras associadas a riqueza, na maioria das vezes eram representadas em artigos de crimes ou em anúncios de corpos escravizados.

Quando ocorreu a acusação de homicídio contra Josefa Campos, o assunto da abolição estava em voga, com discussões políticas sobre o tema, sobre isso *A Ventarola* posicionou-se criticando o Barão de Cotegipe (07/08/1887, p.2) e chamando de “proeminente chefe do abolicionismo” Joaquim Nabuco (Lopes, 2006, p.185). A *simpatia* d’*A Ventarola* pela libertação dos escravizados ficou clara pelas várias *alfinetadas* feitas pelo semanário. Conforme se verifica no caso que ganhou grande repercussão e foi apresentado a partir de uma série de caricaturas referente ao assassinato de Porcia (*A Ventarola*, 1887, p.8). Sobre o fato, *A Ventarola* criticou a severidade dos castigos empregados por alguns senhores a seus escravizados, retratando uma versão do homicídio de Porcia, na qual a vítima foi espancada de forma contínua, por uma escravizada a mando de sua senhora.

Entretanto, ser abolicionista não era o mesmo que dizer que os libertos possuíam os mesmos direitos que os brancos nascidos livres. A ironia servia ali para colocar os “pretinhos” no seu devido lugar social.

Sobre as narrativas do crime é possível observar que o jornal mesmo abolicionista mantinha um ar debochado e principalmente racializado para aqueles indivíduos que ascendiam na vida como foi o caso de Josefa Campos e João Tupaveraba.

A ironia empregada pela *A Ventarola* mesmo depois da ascensão social do “casal de pretinhos” evidencia os estereótipos. Se tratava de uma representação racializada dos escravizados que compraram a liberdade e mesmo depois de libertos permaneciam acorrentados as representações, forjadas pela sociedade escravocrata e patriarcal.

Sobre representação racializada, Stuart Hall discutiu os conceitos e estereótipos construídos ao longo da história para negros e negras, partindo da escravidão para fundamentar as suas reflexões. Para explicar a agressividade dos homens negros, que denomina de “macho agressivo” defende que se trata de uma resposta as opressões a que era submetido o escravizado, respondendo de forma violenta nas relações de gênero que estava inserido. Sob o mesmo argumento, Stuart Hall defende que o escravizado permanecia, na maioria das vezes, afastado do papel de pai por estar residindo em casa ou senzala separada de sua parceira, esta conduta o infantilizaria. A infantilização pode ser considerada como uma maneira de “castrar simbolicamente o homem negro” (Hall, 2016, p.155-163). A forma como o autor justifica a conduta violenta associada ao escravismo, fundamenta-se na maneira como o mundo branco, usurpou do homem negro, o direito de exercer a sua performance de gênero. Já a mulher negra, nesta mesma lógica de representação, foi representada, como lasciva, causando temor e desejo na sociedade colonial (Hall, 2016, p.140)

A ambivalência da representação e do estereótipo geraram uma “hipermasculinidade e supersexualidade”, uma espécie de ca-

ricatura ao reverso que se manifesta de forma paradoxal na relação com outro, num “consciente e evidente e outro inconsciente e reprimido” (Hall, 2016, p.198-199). O resultado disto é um indivíduo amarrado ao estereótipo de gênero, João Tupaveraba, embora estivesse na mesma condição escravista, considerava-se em um papel social mais elevado que Josefa e se utilizou disso na tentativa de manejar a fortuna da loteria. Em resposta, a libertaria o envenenando, conforme a representação, do caricaturista Eduardo Chapon, em *A Ventarola* (Figura 2).



Figura 2. Caricatura d’*A Ventarola* sobre o suposto envenenamento de João Tupaveraba por Josefa Campos. Fonte: *A Ventarola*, 24/06/1888, p. 8. Caricatura de Eduardo Chapon.

No primeiro quadro o caricaturista apresenta o quarto, um lugar amplo e com apenas uma cama de solteiro em estilo rústico Imperial, nela um homem negro de cabelos brancos representa João Tupaveraba, o qual aparenta ter idade avançada. Coberto com uma manta, o enfermo olha para a segunda personagem da imagem. Uma mulher negra, de cabelos brancos, vestida com uma camisola que carrega uma tigela, com o que poderia ser um chá ou mesmo um caldo e entrega a João. O ambiente é representado sem detalhamento, não havendo quadros ou janelas.

O segundo recorte, trata-se de uma aproximação da primeira imagem, para que fosse possível observar o recipiente sendo deslocado da mão da acusada, Josefa Campos, para as mãos da vítima.

No terceiro quadro João parece já sofrer os efeitos do veneno ingerido, está com feições de espanto, com os olhos *esbugalhados* e com as pernas e braços erguidos, o cobertor cobre apenas parte do corpo satiricamente representado pelo caricaturista. Josefa é arquetipicamente representada como a mulher que finge ser cuidadosa e zelosa para alcançar seus objetivos, neste caso *A Ventarola* se posiciona muito claramente sobre que narrativa do evento deseja noticiar.

A personagem da cena, o enredo e estratégias do quadro narrativo foram dados de modo que neste processo, o conteúdo noticioso é um bom indicador da “pretinha” afortunada que desejam forjar e a percepção sobre os papéis de gênero. O “regime racializado da representação” ao longo de séculos tentou fixar significados a partir de estereótipos, como no exemplo aqui evocado na caricatura, mulher boa é mulher que cuida (Hall, 2016, p.175). Além de reforçar a maneira traiçoeira como as mulheres escravizadas utilizavam da confiança de sua presa, para ter acesso aos alimentos na casa de seu senhor, ou mesmo a comida de seus familiares para cometer o crime.

Ao “mandá-lo para o outro lado do mundo” (*A Ventarola*, 1888, p.2), Josefa teria a liberdade que tanto almejou, mas que, mesmo depois da carta de alforria, sendo detentora de uma fortuna, não havia gozado.

Ao analisar o discurso das mídias, Patrick Charaudeau, fornece caminhos para compreender a problemática das “representações [que] apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores” sobre uma dada sociedade (2015, p.47).

Dessa forma, o caricaturista Eduardo Chapon representou o que teria sido, o envenenamento de João Tupaveraba, crime que corria *a boca pequena* por todos os recantos da cidade. No início do inquérito, João ainda vivo foi interrogado, afirmou que por sofrer de hemorroidas fora cuidado por sua esposa com um pó branco que dizia ela, ser polvilho, mas que temia ser veneno. Mesmo diante da diegese de João, e posterior falecimento, na primeira análise pericial foi concluído que não se tratava de um envenenamento, o que na verdade, inocentava Josefa. Entretanto, novos exames foram feitos que fundamentariam a acusação que Josefa teria dado carbonato de Chumbo para o esposo.

Tânia de Luca (2012) utiliza Herman Lima para falar sobre a introdução da impressão de imagens, fator que deixou os jornais mais atraentes ao grande público, aumentando as vendas e por conseguinte, as tiragens. Além disso, em uma sociedade formada, por uma grande quantidade de analfabetos, a possibilidade de entender as notícias a partir das imagens, se tornou uma alternativa para os não letrados. Entretanto, Marco Morel alerta para que não seja feita uma interpretação reducionista sobre o acesso social a imprensa, conforme

A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteira sociais e

perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira e ficava em um circo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura da imprensa (Morel, 2012, p.163).

A Ventarola, tinha um perfil literário, consumido por um público de elite, mas que atingia também todos aqueles populares que conseguiam ler as imagens, bem como identificar os sujeitos retratados nas caricaturas. Um dos principais colaboradores literários d' *A Ventarola* foi João Simões Lopes Neto. Para essa análise suas escritas em diferentes jornais serviram não como referencial bibliográfico, mas como fonte histórica para a compreensão de como este autor a partir de suas produções, construiu um relato do seu tempo, “pistas” do contexto social que aparecem nas crônicas. Para isso, João Simões Lopes Neto usou diversos pseudônimos como João Rimuito,^{VI} que já dava pistas da comicidade que seria abordada pelo autor. Os pseudônimos eram utilizados de acordo com a temática que desejava apresentar, como na série de crônicas intituladas *Inquéritos em Contraste* publicada no Jornal *A Opinião Pública*, quando utilizou a alcunha de João do Sul.

Embora tenha sido publicada no início do século XX (1913), a série *Inquéritos em contraste* descreve muito das pessoas e dos lugares da cidade, como na crônica *Rusga no Boteco* na qual justifica: “em Pelotas não tem becos; é até uma anomalia”. O autor continua ao apresentar: “chamemos beco a quadra 11^a da rua Tiradentes”. Neste local há o monopólio da prostituição liderado por Catharina “uma decana dos balcões de pá virada” (Lopes Neto, 2016: 33).

^{VI} Os pseudônimos João Ribaixo, João Rialto, João Rifraco, João Riduro, João Risempre, João Rimuido, João Rimole, João do Sul dentre tantos outros também foram encontrados nos jornais pelotenses pesquisados.

Na crônica *A tia das encomendas*, o autor associa tia à feiticeira e encomenda à bruxaria. A forma pejorativa com que descreve as mulheres que tem como ofício à feitiçaria, são o termômetro do desprezo com a religiosidade. São elas, segundo o autor, “negra gorda com uma garage com capacidade para um caminhão ...Garford; e a negra magra, como cabo de vassoura; a branca mediana” (Lopes Neto, 2016, p.59). Nesta crônica sobre os procedimentos do ritual religioso, Simões Lopes Neto escreve: “a tia escuta e depois pede os preparos para encomenda e algum dinheiro para outras coisas particulares” (Lopes Neto, 2016: 60). Os *populares* da cidade foram descritos por João Simões Lopes Neto com uma sátira afiada, típica do estilo que se difundia com autores como, Ramalho Ortigão o qual se caracterizou por uma escrita que misturava crítica social com acidez irônica.

De acordo com Patrícia Lima (2016) o escritor Simões Lopes Neto (João do Sul) do início do século XX aventava inovações na forma, com uma atuação jornalística aproximada com a do também escritor João do Rio. De acordo com Lima, Simões Lopes Neto “foi as ruas interrogar” entrou em becos, ruelas e cortiços, e passou a palavra para que seus personagens falassem, abafando dessa forma a voz do narrador (Lima, 2016, p.132-133). João do Sul inspirou-se em Paulo Barreto (João do Rio), que no livro *A alma encantadora das Ruas* revolucionou a maneira de fazer crônica em jornais no Brasil “revelando mazelas dos personagens das cidades”.

Tipos Populares: O homicídio do Capitão Balbino

Ao abordar as crônicas de Simões Lopes Neto e de João do Rio, tem-se a intenção de estabelecer uma conexão com o também cronista Fernando Osório Filho que ao publicar sobre os *Tipos Po-*

pulares de Pelotas em suas crônicas descreveu, a seu molde, uma das mulheres libertas investigadas nesta pesquisa. *Capitão Balbino* assim conhecida nas ruas pelotenses, foi vítima de um crime que repercutiu na imprensa e na produção literária.

Assim como Simões, Fernando Osório Filho sofreu influências literárias de João do Rio. O livro *A alma encantadora das ruas* de João do Rio, publicado a partir de 1904 em forma de crônicas na *Gazeta de Notícias* e, compilado em 1908 como livro, constrói uma representação sobre o que é a rua. O autor diz que não são apenas fachadas de prédios alinhados, pois “ora, a rua é mais do que isso, a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma” (1987, p.1-8) E a alma destas ruas é feita de populares, “[...] como haveis de compreender então a razão por que os humildes limitam todo o seu mundo à rua onde moram, e por que certos tipos, os tipos populares, só o são realmente em determinados quarteirões” (1987, p.1-8).

Desse modo, a partir do olhar de Fernando Osório Filho na crônica *Tipos Populares*, do livro *A cidade de Pelotas* (Osório, 1998, p.313) tem-se a intenção de refletir sobre a representação de uma mulher liberta de nome Balbina, descrita como “preta como fogão tismado” que foi assassinada em 1887.

O homicídio da liberta Balbina, vulgo *Capitão Balbino* foi relatado na denúncia do processo criminal da seguinte forma:

A preta Balbina [foi] à casa de Malvina Gouvêa a rua sete de abril nesta cidade, esta a convidou para que entrasse e tocasse gaita, ao que aquela acedeu, longe de calcular o fim que teve. Mal transpôs a porta, a denunciada, e seu amásio Guilherme Louzada a agarraram e sob pretexto de que a ofendida proparlara que a ré [Malvina], vendera a filha, a esbordaram [Balbina] barbaramente com tranca e vergalho, sem atender aos gritos da vítima. (APERS,1887).

Mas o que cabe perceber dessas relações que findaram na morte de *Capitão Balbino*?

Malvina Gouvêa, uma liberta, costureira, esposa de Guilherme Louzada e irmã de Maria Trindade Conceição, *vulgo Maria Homem*, residiam na rua Sete de Abril, local em que *Capitão Balbino* circulava frequentemente. A *rixa* de Capitão Balbino e Malvina Gouvêa se iniciou quando a vítima feriu a honra da ré, ao acusá-la de vender sua filha, o que corresponderia a prostituir a menina. A ré considerou a ofensa grave e, evidentemente, guardou rancor do *Capitão Balbino*. Depois de um tempo, Malvina Gouvêa e Guilherme planejaram, atraíram e mataram a vítima. A participação de *Maria Homem*, como provável cúmplice é um indício que não pode ser negligenciado, ao que o *apelido* indica, provavelmente Maria fosse transgênero e poderia manter uma relação afetiva com *Capitão Balbino*, sendo este um provável motivo do conflito. Ambas poderiam ter proximidade maior que o descrito no processo crime. No dia seguinte ao espancamento *Capitão Balbino* foi encontrado vivo, mas não resistiu aos ferimentos. O espancamento realizado na vítima, denotam muita raiva infligida pelos autores com ferimentos nas costas, cabeça, braços, no rosto e no ombro esquerdo, resultando na morte de Balbino.

Um dos acusados do crime, Guilherme Louzada tinha como advogado Fernando Osório, sendo este pai do autor da crônica analisada nesse artigo. O mais interessante é como as memórias sobre *Capitão Balbino* foram se reelaborando ao longo do tempo para Fernando Osório (pai). A história da figura popular que tocava gaita nas ruas tinha tamanha singularidade que foi transmitida de uma geração a outra, até chegar a Fernando Osório Filho, resultando na crônica *Tipos Populares* escrito em 1922, conforme:

Esfumadas pela distância e pelo tempo, se diluem, na névoa das reminiscências, as sombras dos Tipos Populares que, alegrando as ruas de Pelotas, alvoroçaram, [tantas vezes], o rapazio inquieto... A galeria é vasta e nela desfilam a figura do ‘Pipa’ (pela essência e pela forma), do carcereiro ‘Paroba’, do pilhérico ‘Quadrado’, do ‘Inocência Adão’, do ‘Marquês de Loulé’, do ‘La Señora’, do ‘Deus-te-livre’ (rubro tribuno popular das ruas), do ‘Aguenta Lá’, do ‘Dominguinhos’, do ‘Zé Bedeu’, do ‘Roberto Macacão’, da ‘/,Perua’, da ‘Maria do Gato’, do ‘Capitão Balbino’ de saias... e dos velhos tipos pedintes que, de sacola e opa, percorriam, há 50 anos, aos grupos, as casas, de porta em porta, em intenção das almas (Osório, 1998, p.18)

Embora Fernando Osório Filho não tenha conhecido a maioria dos tipos populares, os quais representou em suas crônicas, alguns provavelmente se perpetuaram na memória coletiva. Outra hipótese é que Fernando Osório Filho tenha se deparado com a história do homicídio de *Capitão Balbino* em suas pesquisas nos jornais da Biblioteca Pública Pelotense, o que não era totalmente impossível, visto que o livro publicado por ele possui diversas citações dos jornais pelotenses do século XIX.

A subjetividade dos *Tipos Populares* foi motivo de sátira em seu tempo, sendo personagens que perduraram até o século XX. O autor pinta um retrato detalhado dessa figura, mesclando o humor provocativo com uma crítica afiada, conforme:

Mulher estranha, enorme, angulosa, da cor de um fogaõ tismado, que o rapazio inclemente denominara “Capitão Balbino”, simplesmente porque a desventurada criatura sabia defender com bravura e com denodo a beleza ideal das suas formas

helênicas, a graça juvenil do seu busto grego, de azeviche, a estonteante sedução das maçarocas da sua carapinha e a pudicícia lirial da sua cútis de alcatrão contra as irreverências dos garotos. Pois o “Capitão Balbino”, de saias, andava por essas ruas, há 40 anos, sobraçando um pequeno baú de lata e vendendo duas coisas heterogêneas, mas que se completavam: bilhetes de loteria e bonecas de pano, ambos, bilhetes e bonecos, sempre brancos. (Osório, 1998, p.22-23).

Balbino de saias, assim como outros *Tipos Populares* de sua época, serviam de espelho para a sociedade, refletindo suas contradições e preconceitos. As autoridades viam *Capitão Balbino* e seus semelhantes como indivíduos desvalidos, os quais eram ao mesmo tempo marginalizados e indispensáveis na construção da identidade cultural da cidade. Fernando Osório, ao relatar os acontecimentos e as figuras que compunham o cenário de Pelotas, ajuda a elucidar a visão e por conseguinte a representação, da elite intelectual sobre esses *Tipos Populares*. Ao descrever *Capitão Balbino*, a crônica não apenas reforça os estereótipos de inadaptabilidade e vagabundagem, mas também provoca uma reflexão sobre a natureza da exclusão social das libertas.

Desse modo, a crônica examina primeiramente a existência de “andantes”, “vagabundos”, no que o autor chama de “galeria vasta” de desvalidos, os coadjuvantes da cidade. Embora sejam retratados por Fernando Osório Filho como os “pobrezinhos, inconsoláveis, esfarrapados” (Osório, 1997), os personagens são parte da força de trabalho que fora assolada pelas desigualdades sociais do pós-abolição, exerciam ofícios como prostitutas, vendedores de doce, de loteria e tantos outros. Alguns dos personagens mencionados na crônica viveram no final do século XIX, como é o caso do *Capitão*

Balbino, e outros provavelmente contemporâneos do próprio autor, ou simplesmente eram moradores de sua imaginação.

Para além da crônica vale ressaltar a abordagem do jornal *Diário de Pelotas*^{VII}, órgão do Partido Liberal e *O Rio Grandense* do Partido Conservador sobre o crime. Os redatores direcionaram o protagonismo do evento para as autoridades envolvidas nos casos. No trecho selecionado *O Diário de Pelotas* responde ao *O Rio Grandense* a crítica da atuação da polícia, conforme:

O *Rio-Grandense* de hoje, infeliz como sempre em suas apreciações, dando a medida de sua acanhada compreensão, entendeu encontrar contradição na notícia que demos anteontem sobre o assassinato da preta Balbina, quando ali facilmente se percebe, sem esforço nenhum de espírito, o sentido de nossas palavras!

É inegável a culpabilidade de Malvina naquele assassinato, conforme dissemos e hoje o sustentamos. Mas dessa criminalidade resulta a punição de sua autora? É isso bastante para dizer-se que a morte da infeliz será vingada?

Não.

Estão bem conhecidos os autores do assassinato do capitão Melchior; está claramente provado quais os perpetradores da morte do infeliz Carvalho, no porto da cidade; e no entanto a polícia, em vez de prosseguir nas averiguações, trata de abafar os processos para proteger os criminosos.

É por isso e baseado em muitos outros escândalos cometidos pelas nossas autoridades que anteontem dissemos que, mesmo provada a culpabilidade de Malvina, ela não receberá o castigo que merece,

^{VII} Jornal importante que se manteve em circulação entre 1866 a 1889. O fundador e redator foi Ernesto Gerngross que contou com a colaboração de outros durante os períodos em que esteve afastado da direção do jornal, em virtude de licenças, oscilando nesse período entre o Partido Liberal e uma linha mais neutra.

devido à proteção que lhe dispensa a polícia, para satisfazer as vontades de seus superiores que tem as suas CONVENIENCIAS PARTICULARES em não aplicar a justiça à criminosa (*Diário de Pelotas*, 19/02/1887, p.2).

A crítica do *Diário de Pelotas* sobre a branda punição de Malvina Gouvêa, se referia mais a vertente partidária das autoridades policiais que de fato sobre o homicídio. Em 1887, o Partido Conservador havia obtido muitos cargos na polícia pelotense. Além disso, ao trazer para discussão outros crimes para além do homicídio do *Capitão Balbino*, o jornal deseja representar que tais mulheres não passavam de coadjuvantes do intrincado arranjo social em que estavam envolvidas.

Já no dia 24 de maio de 1887, o *Diário de Pelotas* publica o artigo *Escândalo Policial*. De acordo com o Diário o honrado Sr. Capitão Manoel Bento da Fontoura Casado, prendeu por má conduta, dois praças que teriam espancado na cadeia as filhas de Malvina Gouvêa. O *Diário de Pelotas* critica a posição do subdelegado Manoel da Silva Rosa o qual teria discordado da atuação de Casado, iniciando uma briga. Além disso, no mesmo artigo foram expostas as condutas corruptas do subdelegado. Ao final o redator do *Diário de Pelotas* ainda satiriza, o *Rio Grandense* não pode mencionar nada sobre o caso se “desgosta que meta a viola nas costas” ou que reclame para o chefe do partido, o Barão de Santa Tecla (*Diário de Pelotas*, 24/05/1887, p.2). De acordo com *A Federação* a contenda terminou com a renúncia de Manoel da Silva Rosa (*A Federação* 1/06/1887, p. 2).

Na maioria das vezes, o caráter político partidário das folhas noticiosas era tão explícito que nos artigos investigados sobre crime, os indivíduos envolvidos nos conflitos^{VIII} passavam a coadju-

^{VIII} O caso de Maria da Conceição presa por embriaguez e sua sobrinha Sebastiana provocou um

vantes. Tal dinâmica se efetivava em virtude da disputa entre Conservadores e Liberais que ocupavam cargos públicos, dessa forma, as críticas dos jornais eram direcionadas a conduta de juízes, promotores e delegados de acordo com o partido que defendiam. Dessa forma, se faz necessário um cuidado redobrado do pesquisador na análise de tais fontes, à medida que revelam muito mais da disputa pelo poder que sobre a repressão dos *criminosos e criminosas* que circulavam pelas ruas da cidade. De certo modo, o desafio está em manter o protagonismo da história dessas mulheres negras, sem perder de vista as disputas políticas que conduzem os discursos presentes nos jornais.

Se representar é falar em nome do outro, ou simbolizar algo que não está presente, em substituição (Hall, 2016, p.32), o silêncio dos marginalizados se fez no verso das crônicas de Fernando Osório Filho, ou nas impressões do *Diário de Pelotas* e do *Riograndense*. Se para Fernando Osório Filho essa “Mulher estranha, enorme, angulosa” (Osório, 1998, p.22) é edificada na imagem do leitor como alguém esteticamente monstruosa, se faz por uma validação do discurso do escritor, que se fundamenta em um maior conhecimento das letras e do mundo. Ao outro, o que é representado, a este lhe cabe o silêncio, se seu modo de dizer não serve, sua experiência é ignorada. O discurso legitimado tentava silenciar a força desta figura tão singular como *Capitão Balbino*, alguém que em 1887, travestia-se de homem e enfrentava o “rapazio” que a hostilizava. Para Foucault “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída

longo debate estabelecido entre os dois jornais, *Diário de Pelotas*, de vertente Liberal e o *Rio-Grandeense* órgão do Partido Conservador. Os artigos tiveram como foco a atuação da Polícia, mas finda por expressar a visão desses veículos sobre as negras libertas e a posição ideológica dos partidos que lhes davam sustentação e apoio. Acusada de embriaguez, solta através de um *habeas corpus* proposto pelo então redator do *Diário de Pelotas*, o jornal acusava o Delegado de possuir interesses sexuais na afilhada de Maria da Conceição, de nome Sebastiana.

por certo número de procedimentos que têm por papel conjurar seus poderes e seus perigos”. Desse modo, controlar o discurso é de certa forma, deter o poder nas relações sociais.

Outrossim, ao representar *Capitão Balbino* o escritor o classificou, por vezes como mulher, quando descreve seu corpo “anguloso”, por vezes como homem quando toca gaita da rua, performando o gênero masculino. O fato de *Capitão Balbino* ter, ao que se observou, um gênero fluído, exige uma maior complexificação da análise desta figura dentro da dinâmica social.

Conclusão

Ao encerrar este artigo espera-se que o exercício de análise da imprensa pelotense feita a partir de um triolé, publicado no jornal ilustrado *A Ventarola* e da crônica no livro *A cidade de Pelotas*, tenha sido possível graças a intrínseca relação entre História e Literatura. De modo que este cruzamento permitiu compreender, ao menos em parte, quem era Josefa Campos e *Capitão Balbino*.

O uso da literatura como fonte para referida análise, permitiu capturar indícios subjetivos das pessoas envolvidas em dois crimes em específico, sendo possível investigar os caminhos que percorreram estas mulheres até tornarem-se réis ou vítimas nos anos finais de 1880. A partir de uma prática de leitura pormenorizada de fontes literárias e caricaturas foi possível encontrar recortes de representações que escaparam do discurso jurídico presente nos processos crime.

O jornal ilustrado com as imagens de Josefa Campos possibilitou apreender as vestimentas, os ambientes, as expressões e reações representadas em uma extraordinária narrativa do crime. Seria o caricato “pretinho” que se assusta ao ingerir o veneno, ou a

(re)apresentação de todos aqueles homens que são enganados pelas esposas?

Ao longo dessa investigação a descrição do *Capitão Balbino*, particularmente, não serviu apenas como um retrato histórico de uma figura singular, mas como um documento revelador das tensões e das dinâmicas sociais de Pelotas no período. *Capitão Balbino* personifica o conflito entre o desejo de ordem e disciplina por parte das autoridades e a realidade mais flexível e caótica do cotidiano popular. Em suma, a análise de Fernando Osório desvela a complexa relação entre riso e exclusão, sublinhando a importância dos *Tipos Populares* na tessitura cultural da cidade. Eles eram afinal figuras que, de forma paradoxal, integravam e subvertiam a vida urbana, desafiando as normas estabelecidas, ao mesmo tempo em que se tornavam indispensáveis para a narrativa social e histórica do lugar.

A escolha teórica, fundamentada em Stuart Hall, contribuiu à medida que possibilitou um olhar para o “objeto” por uma perspectiva decolonial, permitindo complexificar essa “castração simbólica do homem negro” (2016, p.155-163) mencionada pelo autor e que emergira das representações de João Tupaveraba. Entretanto, a “castração simbólica do homem negro” serviu para compreender, mas não justificar a dimensão do poder de João junto ao capital econômico do casal.

Ao problematizar os rastros deixados por estas rés e vítimas é possível perceber suas posturas de luta contra um patriarcado determinista, afinal estavam a margem de uma de uma estrutura sociocultural masculina, a qual reservaria a elas uma vivência restrita. Entretanto, transgrediram, ganharam na loteria e enfrentaram o rapazio.

Não é sempre que se tem o privilégio de encontrar fontes com pessoas tão extraordinárias como *Capitão Balbino* de saias e uma ganhadora da loteria.

Fonte

A Federação. Porto Alegre, n. 123, 1 de jun. 1887, p. 2. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A Pátria. Pelotas, n. 93, 24 de abril de 1888. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV

A Ventarola, Pelotas, n. 36, 7 ago. 1887, p. 2. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV

A Ventarola, Pelotas, n. 65, 24 de jun. 1888, p. 6. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV

A Ventarola, Pelotas, n. 36, 11 de dez. 1887, p. 8. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV

APERS. Processo Crime número 1315, maço 39/59, na estante 36.

APERS. Processo Crime número 5438, maço 124, na estante 31.

APERS. *Carta de Liberdade*, vol. 1, 2006.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BILAC, Olavo; PASSOS, Guimarães. *Tratado de versificação Rio de Janeiro*: Francisco Alves, 1905

Diário de Pelotas, n. 192, 19 fev. 1887, p. 2. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV

Diário de Pelotas, n. 192, 24 maio 1887, p. 2. Acervo: Biblioteca Pública Pelotense-CDOV.

LOPES NETO, João Simões. *Inquéritos em Contraste: João Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Editora Adigal. 2016.

OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas. Pelotas*: Editora armazém literário. 1997.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

Referências

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Ângela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

- CHIAPPINI, Ligia. **No entretanto dos tempos**. São Paulo: Martins, 1987.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidades**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAMACENO, Athos. **Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX**. Porto Alegre: Editora Globo. 1962.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Nas Margens**. Três mulheres no século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GUEDES, Geza Lisiane Carús. **Criminalidade feminina: mulheres negras e os homicídios em Pelotas (1880-1890)**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2017.
- HALL. Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.
- LIMA, Patrícia. **Simões Lopes Neto jornalista: uma leitura da coluna inquérito em contraste**, 1913. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- LONER, Beatriz Ana. **Loteria como passaporte para liberdade: a sorte e seus eleitos no final do século XIX**. Anais Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p.1-18.
- LOPES, Aristeu Elisandro. **Traços da política: representações do mundo político na imprensa ilustrada e humorística pelotense do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- LUCA, Tânia R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. *In.*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. *In.*: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

UNIDOS PELO PROGRESSO DE PELOTAS



PARA PREFEITO

JOÃO C. GASTAL

PARA VICE

JOEL MONTEIRO

Partido Trabalhista Brasileiro



HOMENS NOVOS PARA NOVAS SOLUÇÕES

PREFEITO	VICE
	
OSCAR OSÓRIO RHEINGANTZ	CÂNDIDO LOPES NETO

PSD
PL
UDN
PDC



HOMENS NOVOS PARA NOVAS SOLUÇÕES



PARA PREFEITO
**OSCAR
OSÓRIO
RHEINGANTZ**

PARA VICE-PREFEITO
**CÂNDIDO
LOPES
NETO**

PARTE IV

Imprensa e Política



PSD -- PL -- UDN -- PDC

O jornal *Diário Popular* e a campanha eleitoral para prefeitura de Pelotas (1959)

ISABELLE CHAVES

O Rio Grande do Sul de 1950 teve seu cenário político profundamente marcado pela redemocratização que sucedeu o fim da ditadura de Getúlio Vargas. Esse período trouxe uma reestruturação dos partidos políticos e uma intensificação dos debates ideológicos, conforme diversas forças se posicionavam entre a defesa e a oposição às políticas varguistas. Segundo Pesavento (1980), a União Democrática Nacional (UDN) surgiu como uma aliança das forças contrárias a Vargas, promovendo um “liberalismo democrático” que atraía a classe média e figuras importantes como Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Borges de Medeiros. A UDN foi o ponto de encontro de uma burguesia liberal, com espaço inclusive para “elementos de esquerda não ligados ao comunismo”, mantendo essas características até 1946, quando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), voltado ao operariado, foi fundado (Flach e Cardoso, 2007).

Em contraste, o Partido Social Democrático (PSD) e o Par-

tido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram criados por Vargas para sustentar seu governo, mas cada um com um público e objetivos distintos. O PSD representava as elites locais e adotava uma visão liberal-conservadora, enquanto o PTB tinha como base os trabalhadores urbanos, que, insatisfeitos com o sindicalismo do Estado Novo, buscavam uma alternativa que, embora não socialista, atendesse aos interesses trabalhistas. Ambos os partidos simbolizavam interesses diversos durante o governo varguista (Flach e Cardoso, 2007).

Além desses, o Partido Liberal (PL) adotou uma estratégia de expansão nacional devido à proibição de partidos regionais, promovendo o parlamentarismo e alcançando uma posição de destaque, superando a UDN no Rio Grande do Sul ao unificar antigos aliados. Partidos de influência local também marcaram a política gaúcha, como destacam Flach e Cardoso:

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), [...] possuía estrutura fortemente centralizada. [...] atingiu o eleitorado dos principais centros urbanos, onde suplantou a votação obtida pelo PTB. O PRP [Partido Republicano Progressista], criado em 45, apresentava-se como herdeiro do integralismo da década de 30, representado pela Ação Integralista Brasileira, possuía bases eleitorais mais focalizadas em regiões de colonização alemã e italiana [...]. O Partido Democrata Cristão (PDC) tinha sua base nos centros urbanos do centro-sul. Já os partidos Republicano (PR), Libertador (PL) e o Social Progressista (PSP), possuíam suas bases eleitorais em praticamente um único estado cada um. (Flach, Cardoso, 2007, p. 60)

Ainda conforme Flach e Cardoso (2007), a organização par-

tidária gaúcha refletia o antagonismo entre as forças pró e contra Vargas, formando-se dois blocos predominantes: um bloco populista (PTB) e outro conservador-liberal (anti-PTB) (Flach e Cardoso, 2007, p. 61).

Cruz (2017) observa que as três correntes de formação do PTB no contexto regional estão interligadas com as orientações nacionais, destacando as “características mais amplas da transição (continuidade na mudança)” e a “dinâmica própria do partido (sua base getulista, trabalhista e sindical [...])” (Cruz, 2017). Além disso, ao absorver influências da política nacional em sua organização, o PTB gaúcho incorporou peculiaridades regionais que, em vários momentos, impactaram diretamente as diretrizes partidárias nacionais (Cruz, 2017).

Sobre as correntes internas do PTB, Cruz (2017), referindo-se a Bodea (1992), identifica a primeira corrente como sindicalista, constituindo o núcleo inicial do partido no Rio Grande do Sul e ligada ao setor trabalhista do PSD. A segunda corrente, doutrinário-pasqualinista, era formada por intelectuais progressistas inspirados no advogado Alberto Pasqualini. A terceira corrente, pragmático-getulista, reunia políticos profissionais com origem no PSD. Cruz (2017) ressalta que essas divisões iniciais caracterizam os primeiros anos do partido, mas não permaneceram estáticas ao longo do tempo.

Conforme Noll e Trindade (2004), a ascensão rápida do PTB, em conjunto com a fraca representatividade dos outros partidos de forma individual, revela um cenário eleitoral distinto no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1962. Cruz (2017, p. 36-37) aponta duas características principais dessa especificidade: a primeira é “a participação prematura de um grupo social reformista”; a segunda é que essa influência do grupo reformista “garantiu muito cedo

feições progressistas à atuação local da agremiação”. Dessa forma, o PTB no Rio Grande do Sul apresentava um perfil progressista antes mesmo de a ideologia trabalhista ganhar força em âmbito nacional, diferenciando-se das dinâmicas políticas de outros estados. A análise da corrente pragmática-getulista, segundo Cruz (2017), exigiria um exame mais detalhado após a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho.

A ideia de polarização partidária no Rio Grande do Sul, segundo Noll e Trindade (2004), reflete a “cultura política platina onde digladiavam-se, desde o século passado, ‘federales’ e ‘unitários’ na Argentina e ‘blancos’ e ‘colorados’ no Uruguai” (Noll, Trindade, 2004). A disputa entre o PTB e os grupos anti-PTB no Brasil após 1945 difere do padrão de conflito político nacional, pois reproduz uma polarização que, enraizada em eventos históricos como a Revolução dos Farrapos, transcende diferenças ideológicas e se associa a divisões regionais e históricas (Noll, Trindade, 2004).

Noll e Trindade (2004) também apontam que o fortalecimento do PTB teve um impacto determinante na reconfiguração das forças políticas regionais. Esse crescimento eleitoral do PTB mobilizou uma resposta dos grupos de oposição, que passaram a se reunir em torno do PSD, o qual, ao adotar um perfil semelhante ao da UDN, assumiu uma postura mais crítica ao governo central. Esse realinhamento fez com que o PSD gaúcho, já “udenizado”, rompesse com a política de aliança entre o PTB e o governo de Getúlio Vargas, assumindo uma posição de enfrentamento (Noll, Trindade, 2004).

Dentro desse contexto, temos como fator crucial a imprensa para as mudanças políticas e sociais brasileiras, como explica Barbosa¹ (2007),

¹ As análises de Barbosa (2007) e Eleutério (2011) referem-se a contextos distintos da Pelotas de

[o]s jornais [são] – a par da imagem construída a posteriori em relação aos ideais de objetividade e neutralidade, introduzidos com as reformas – lugares fundamentais para a tomada de posição política, onde o confronto se destaca. Por outro lado, no exercício do jornalismo permanecem se auto atribuindo o papel de único intermediário possível entre o poder público e o público (Barbosa, 2007, p. 163).

Como uma espécie de conversa entre o poder real e simbólico, Barbosa (2007) afirma que “[...] o valor da opinião é talvez a mais significativa. Há que se considerar nesse processo, o analfabetismo da sociedade, que favorece o aparecimento de práticas de leitura oralizada e a valorização da opinião como fundamental para a narrativa jornalística.” (Barbosa, 2007, p. 164) Para discutir o papel da imprensa no contexto social e político de Pelotas durante a campanha eleitoral do PTB em 1959, é essencial compreender como os veículos de comunicação da época iam além de noticiar os fatos. Como Eleutério (2011) explica, a mídia promovia uma visão de que o caminho rumo ao moderno – através do progresso material, era a melhor opção, funcionando como um instrumento que moldava as expectativas e os comportamentos da sociedade. Em meio a um período de desenvolvimento econômico e crescente industrialização, a imprensa incentivava o apoio popular a esses projetos de modernização, reforçando a ideia de que o progresso material estava intrinsecamente ligado ao bem-estar e à identidade nacional. Ao impulsionar essa agenda, os jornais e demais meios

1959, com Eleutério examinando a imprensa do Rio de Janeiro no início do século XX e Barbosa investigando os jornais cariocas na década de 1950. Apesar dessas diferenças contextuais, as reflexões das autoras são pertinentes ao estudo dos jornais pelotenses, pois oferecem abordagens teóricas e metodológicas valiosas para compreender o papel da imprensa como espaço de disputas simbólicas e instrumento político. Além disso, os paralelos entre os padrões editoriais e as estratégias de legitimação discursiva dos jornais analisados pelas autoras e os veículos da Pelotas de 1959 fortalecem as bases para a interpretação crítica da imprensa local.

de comunicação participavam ativamente na construção de uma narrativa que legitimava as mudanças políticas e econômicas em curso, influenciando os eleitores e orientando suas escolhas (Eleutério, 2011).

Eleutério (2011) explora como a mídia no Brasil atuava para moldar não apenas a percepção da realidade, mas também a direção do futuro. Ao adotar o discurso do progresso, a imprensa assumia uma função ideológica, promovendo a modernização como um valor central da sociedade. Em um país repleto de contradições sociais e regionais, esse discurso contribuía para uma coesão em torno de uma identidade nacional orientada para o desenvolvimento. No contexto pelotense, essa função era especialmente relevante, uma vez que a cidade era um centro econômico e cultural do estado, fazendo com que a imprensa local desempenhasse um papel fundamental na campanha política para prefeitura em 1959.

O jornal aqui pesquisado, *Diário Popular*, fundado em 27 de agosto de 1890, foi um dos mais tradicionais jornais do estado do Rio Grande do Sul, com sede em Pelotas. Surgiu em um contexto de intensa atividade política local, tendo sido inicialmente ligado ao coronel Pedro Osório, chefe do Partido Republicano Rio-grandense na região. Sob a direção de seu fundador, Theodozio de Menezes, o jornal consolidou-se como uma importante voz no cenário político e social pelotense, participando ativamente dos debates que marcaram o final do século XIX e o início do século XX, tendo em sua história um maior apoio aos partidos conservadores e liberais (Oliveira, 2024). O jornal, como muitos da época, importava suas principais notícias de outros jornais das capitais dos estados do sudeste, que por sua vez apresentavam notícias com foco na política internacional, principalmente no eixo América do Norte e Europa, tornando-se assuntos da primeira página do *Diário Popular*.

Sobre os candidatos do PTB

Na eleição municipal de Pelotas em 1959, os dois principais candidatos eram da coligação do PTB e do PDC (Partido Democrático Cristão), enquanto do PDC concorriam Oscar Rheingantz para prefeito e Cândido Lopes Neto para vice, do PTB os candidatos que pleiteavam eram João Carlos Gastal e Joel da Silva Monteiro, para prefeito e vice, respectivamente. Lemos (2020) descreve que João Carlos Gastal, nascido em Pelotas em 5 de fevereiro de 1915, e falecido em Porto Alegre em 1º de maio de 1986 devido a uma doença pulmonar, teve uma trajetória marcada pela educação e pela política. Estudou no Ginásio Pelotense (atualmente Colégio Municipal Pelotense) e, posteriormente, na Faculdade de Direito, que na época pertencia à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas hoje é vinculada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), formando-se em 1935.

Conforme Lemos (2020), Gastal foi um dos fundadores do PTB em Pelotas e exerceu diversos cargos pela legenda: vereador (1952-1955), deputado estadual (1958-1959) e prefeito de Pelotas (1960-1963) – da qual observaremos a campanha para eleição. Em seu mandato como prefeito, concluiu a construção do prédio do Colégio Municipal Pelotense, onde havia estudado. Depois de deixar o cargo, retomou sua carreira no Ministério Público e, posteriormente, advogou após aposentar-se. No início dos anos 1970, voltou à política como deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (1970-1974), chegando à presidência da Assembleia Legislativa.

Com fortes laços com o trabalhismo de figuras como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, Gastal tinha grande admiração por Alberto Pasqualini, considerado o principal teórico do

trabalhismo. Lemos (2020) destaca ainda sua atuação na Campanha da Legalidade em Pelotas, em 1961, enquanto ocupava a prefeitura. Ao longo de três décadas de vida pública, Gastal concorreu a diversos cargos eletivos, tanto pelo PTB, em seus primeiros anos, quanto pelo MDB após a imposição do bipartidarismo em 1965, devido ao Ato Institucional nº 2.

O vice do candidato João Carlos Gastal, Joel Monteiro, possui poucas informações disponibilizadas para consulta e pesquisa, porém, há um texto no jornal *Diário Popular* de 8 de novembro de 1959 que apresenta Monteiro como uma pessoa “vira-casaca”, na terceira página do jornal, em todo comprimento da parte direita da folha está escrito, sem autoria,

“A pedido: esclarecimentos aos eleitorados: ... sim, senhores. não é de ontem, é de hoje que o senhor Joel Monteiro mude ou de roupa partidária. Não é de anos, nem é de meses, mas é de dias essa mudança para um trabalhismo que nunca professou, que até mesmo combateu de porta em porta, quer adotando outros princípios programáticos, quer praticando atos contrários ao interesses das massas trabalhistas do Brasil [...] Joel e eu trabalhamos juntos como republicanos, com uma diferença que eu a favor de Brizola e Joel contra Brizola e o Partido Trabalhista Brasileiro. Eu estou coerente com o meu passado, enquanto que Joel não pode explicar a sua atitude. Eu era e continuo sendo contra o comunismo que invadiu o nosso Partido, meu e dele, Joel, enquanto que Joel Monteiro está ao lado dos comunistas muito embora não goste deles. [...] E nesta escolha devem merecer a preferência [ilegível] os nomes de Oscar Rheingantz e Cândido Lopes Neto, acompanhados dos candidatos a Vereadores que integram a chapa do Partido So-

cialista Brasileiro que os apoiam.” (*Diário Popular*, 08/11/1959, p. 3).

Mesmo que sem autoria, pode-se entender o “A pedido [...]” como uma parte da campanha da coligação do PDC, já que, como mostro a seguir, todos os textos que foram solicitados ao jornal criticam o PTB ou os candidatos em si, além de que, no final do texto sempre há apelação ao voto em Rheingantz e Neto. A coligação do PDC apresentava-se juntamente do Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Libertador, (PSD, UDN e PL, respectivamente). Já a coligação do PTB, era acompanhada do Partido Social Progressista e do Partido Republicano (PSP e PR respectivamente).

A campanha política no jornal Diário Popular

Segundo Loner (*apud* Bandeira, 2018), a proclamação da República provocou uma quase total renovação dos periódicos em Pelotas, restando apenas o *Correio Mercantil*. Nesse cenário, surgiram o *Diário Popular* (1890) e *A Opinião Pública* (1896), ambos alinhados ao ideário republicano, além de outros jornais que adaptaram os interesses das antigas elites ao novo regime. O periódico, disponível e aberto ao público para pesquisa na Bibliotheca Pública Pelotense, foi fundado em 27 de agosto de 1890 por Theodósio Menezes, o *Diário Popular* destacou-se como órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) até a década de 1930. Inicialmente, essa filiação era explícita, com menções diretas à chapa do partido e à defesa de seus princípios conservadores, mas tornou-se mais sutil a partir da década de 1910, desaparecendo por completo em 1938. Apesar de não haver evidências de atua-

ção política de Menezes, o jornal assumiu um papel ativo na defesa dos ideais republicanos e no apoio ao governo castilhista, o que garantiu sua relevância, maior tiragem e sobrevivência durante a República Velha. Contudo, tal posicionamento gerou conflitos com jornais opositores, como *O Rebate* e *O Libertador*. Após os anos 1930, a vinculação partidária do jornal tornou-se menos evidente, embora o *Diário Popular* continuasse a afirmar sua fidelidade aos princípios republicanos.

Para compreender a atuação do *Diário Popular* nas eleições municipais, especialmente no incentivo ao voto em partidos conservadores, é útil recorrer às teorias de Alsina (1989) sobre a construção da notícia. Alsina (1989) argumenta que os veículos de comunicação não apenas reportam os fatos, mas os constroem, moldando a interpretação pública dos eventos com base em critérios específicos de relevância e intencionalidade. No caso do *Diário Popular*, essa construção se manifesta na maneira como o jornal enfatizava as falhas dos partidos progressistas, usando sua cobertura para orientar a opinião pública contra esses partidos e reforçar o voto nos conservadores a partir de publicações “a pedido” da campanha do PDC – como explicado anteriormente.

Para a realização do estudo, foi investigada a presença de santinhos de campanha política no jornal *Diário Popular*, os quais foram posteriormente catalogados em quantidade para cada partido e classificados de acordo com o modelo (a ser detalhado posteriormente). A primeira aparição é um santinho do PDC em 6 de setembro de 1959, informando apenas o candidato a prefeito, Oscar Rheingantz, na coligação PDC-PSD-UDN-PL, e na mesma edição, na folha matutina vem o seguinte texto mencionando pela primeira vez durante o tempo de campanha o PTB,

O PT.B. de Pelotas Escolherá, Hoje, Em Convenção, Os Seus Candidatos Ao Próximo Pleito: Realizar-se-á, hoje, com início as 16 horas, a Convenção Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, a fim de escolher seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. Como se sabe, a Comissão Executiva deliberou indicar à Convenção, como candidato a prefeito, o deputado estadual João Carlos Gastal, que aceitou o convite para disputar o pleito de novembro próximo. Quanto ao posto de vice, a Liga da Juventude Trabalhista resolveu indicar à convenção o nome do vereador Mozart Bianchi Rocha, não podendo a reportagem apurar se outros nomes serão levados à reunião de hoje. Por outro lado, também serão hoje escolhidos os candidatos à vereança. (*Diário Popular*, 6/09/1959, folha matutina, p.1).

Já em 9 de setembro a notícia sobre a convenção aparece em uma matéria pequena, porém com maior destaque que a anterior, na folha matutina no canto inferior direito da página, falando que a “Convenção do PT.B. local escolheu seus candidatos: Dep. João Carlos Gastal, para prefeito e sr. Joel Monteiro para vice-prefeito – a chapa de vereadores – Sr. Adolfo Fetter² não indicou nem apoia a candidatura Joel Monteiro.” (*Diário Popular*, 09/09/1959, folha matutina, p. 1)

A partir de 13 de setembro de 1959 a impressão de santinhos do PTB passa a integrar as edições do jornal, o primeiro deles, na quinta página na parte inferior, com fotos dos candidatos Gastal e Monteiro, acompanhados do escrito “Unidos pelo progresso de Pelotas: Para prefeito João C. Gastal; Para vice Joel Monteiro. Partido Trabalhista Brasileiro”. Em 15 de setembro o santinho aparece

² Prefeito da cidade de Pelotas pelo PSD entre 1956 e 1960

depois da parte de anúncios econômicos, na terceira página com uma foto de cada candidato. Esse se torna o único padrão dos santinhos até dia 20 de setembro, quando os santinhos da coligação do PDC passam a aparecer no periódico. Em 17 de setembro há uma notícia na folha matutina trazida dos jornais do Rio de Janeiro em que fala sobre uma “forte tendência no PTB em prol da adoção do parlamentarismo” (*Diário Popular*, 17/09/1959, folha matutina, p.1). Em 23 de setembro do corrente ano, a folha matutina do jornal faz uma crítica sem autoria ao PTB sobre seu trabalho na câmara municipal por terem negado um pedido do executivo de suplementação de verbas.

A campanha do PTB sofre uma mudança significativa apenas quando o PDC passa a ocupar seu espaço no jornal, em 4 de outubro – quase um mês após o início da campanha do PTB –, especificamente na terceira página, logo após os anúncios econômicos. Esse deslocamento faz com que os santinhos do PTB sejam relegados para páginas subsequentes, sugerindo um curioso aspecto editorial. Parece evidente que o espaço anteriormente destinado ao PTB só fora garantido até então pela ausência da campanha do PDC. Assim que o PDC se inicia, ele prontamente assume o espaço onde o leitor já se habituara a encontrar uma pauta política, previamente ocupada pelo PTB.

A partir da identificação dos santinhos divulgados pelo jornal *Diário Popular* foi possível a criação de 3 modelos de santinhos:

Modelo 1: Santinho grande – “Unidos pelo progresso de Pelotas” (PTB) “Homens novos para novas soluções” (PDC) que ocupa toda largura inferior da folha. Seguem as Figuras 1 e 2 para exemplificar:



Figura 1. Modelo 1 de santinho do PTB. Fonte: Diário Popular, 13 de setembro de 1959.

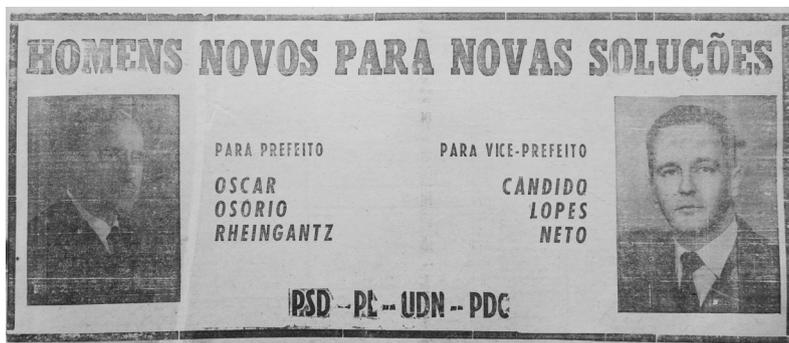


Figura 2. Modelo 1 de santinho do PDC. Fonte: Diário Popular, 27 de setembro de 1959.

Modelo 2: Santinho Médio – “PTB para prefeito Gastal para vice Joel” (PTB) “Nunca foi tão fácil escolher, Oscar Rheingantz e Lopes” (PDC) que ocupa os cantos direito ou esquerdo da folha. Para exemplificar trouxemos as Figuras 3 e 4.



Figura 3. Modelo 2 de santinho do PTB.
 Fonte: Diário Popular,
 15 de setembro de 1959.



Figura 4. Modelo 2 de santinho do PDC.
 Fonte: Diário Popular,
 6 de outubro de 1959.

Modelo 3: Santinho Pequeno – “PTB para prefeito Gastal para vice Joel” (PTB) “Nunca foi tão fácil escolher, Oscar Rheingantz e Lopes” (PDC) que também ocupa os cantos direito ou esquerda da folha. Abaixo as Figuras 5 e 6 exemplificam o modelo 3.

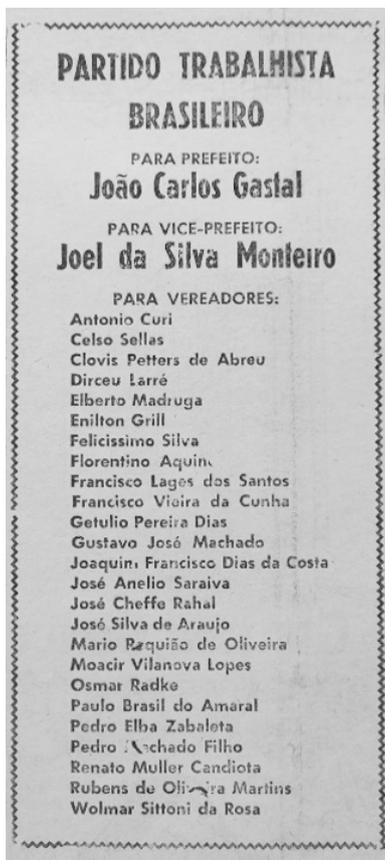


Figura 6. Modelo 3 de santinho do PDC. Fonte: *Diário Popular*, 1º de novembro de 1959.

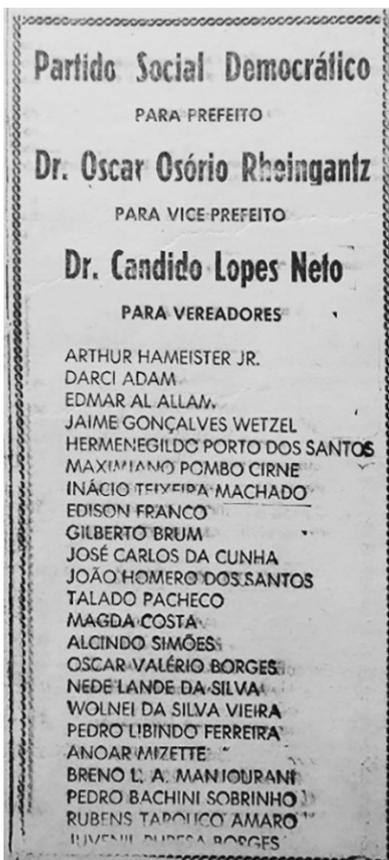


Figura 5. Modelo 3 de santinho do PTB. Fonte: *Diário Popular*, 31 de outubro de 1959.

A seguir está uma tabela que mostra a quantidade de santinhos encontrados no periódico entre 06 de setembro (data da primeira aparição de um santinho no periódico) e 08 de novembro de 1959, dia da eleição municipal.

Partido	Santinho	Posição na Página	Quantidade
PTB	Modelo 1	Toda largura inferior	10
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	34
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	4
PDC	Modelo 1	Toda largura inferior	5
	Modelo 2	Cantos direito ou esquerdo	24
	Modelo 3	Cantos direito ou esquerdo	14

Tabela 1. Quantidade e partido político dos santinhos no *Diário Popular*.

Por mais que a quantidade de santinhos do PTB seja maior que do PDC, é necessário apontar três momentos da campanha política e também lembrar que a publicação de santinhos no jornal não era uma iniciativa do próprio jornal, mas sim das coligações, envolvendo dinheiro. O primeiro deles é na edição de 18 de outubro do jornal, que publica na primeira página – que na grande maioria dos dias destinava-se a assuntos internacionais – uma convocação de eleitores de Rheingantz para colaborar na organização de comitês. Essa torna-se a primeira vez da campanha de 1959 que um partido ocupa a primeira página do periódico. O segundo momento vem em 1º de novembro, também na primeira página, “O comício de ontem: Omitiu-se o governador Leonel Brizola a respeito dos reais interesses de Pelotas” o texto, a pedido da campanha do PDC, fala sobre como a população está cansada das promessas do prefeito e candidato a governador,

“[...] naturalmente, o povo pelotense, como de resto, o Rio Grande todo, está habituado e, porque não dizer, cansado, de ouvir o sr. Brizola, de escutar suas promessas e as suas tiradas demagógicas, que não visam a nenhum objetivo sério e capaz de impressionar a quem quer que seja. [...] Mais adianta, o sr. Leonel Brizola referiu-se aos candidatos do seu partido a sucessão municipal. pediu voto dos pelotenses para aqueles candidatos e afirmou que, dessa maneira, Pelotas estaria prestigiando o seu governo. e, finalmente, asseverou, com ênfase que os eleitos Gastal e Joel, o governo do estado estabelecerá, com o do Município, um entrosamento e um esforço conjunto para superar as dificuldades e os problemas da comuna.[...] (Mandado publicar pela Campanha Democrática)” (*Diário Popular*, 1º/11/1959, p. 1)

O terceiro é em 5 de novembro, quando também na primeira página é publicado “Eles prometem... os preços sobrem”, um santinho que fala sobre a inflação durante o governo Brizola, “[...] enquanto o cabo eleitoral do candidato do PTB vem para praça pública e ‘vai ao ar’ as sextas-feiras, os preços ‘voam’ diariamente, mas não se desespere. Vote agora em Rheingantz e Cândido” (*Diário Popular*, 5/11/1959, p. 1).

Já nesse ponto, o *Diário Popular* atuava estrategicamente ao publicar artigos e editoriais que questionavam a capacidade dos partidos progressistas de trazer mudanças reais à cidade. Sob o ponto de vista de Alsina (1989), essa prática não é uma simples escolha editorial neutra, mas uma forma de construir uma narrativa que associa o progresso com promessas vazias e o conservadorismo com a estabilidade e a segurança. O jornal selecionava e organizava suas reportagens de maneira a promover uma visão negativa das alternativas progressistas, destacando promessas não cumpridas e

potencializando o discurso de que o progresso oferecido por essas legendas era ilusório. Assim, o *Diário Popular* não apenas relatava o cenário eleitoral, mas participava ativamente na definição do que significava votar em cada partido, construindo um enquadramento que favorecia os conservadores.

No final de outubro é publicada um trecho da palestra radiofônica do prefeito Adolfo Fetter (PSD) criticando o PTB – a partir dessa, passagens das palestras em que críticas ao PTB são expostas passam a fazer parte da folha matutina do jornal,

“Há uma afirmativa do candidato do PTB que está rigorosamente certa: O POVO NÃO ERRA DUAS VEZES. Sabemos que o povo já errou uma vez quando entregou ao PTB o governo de Pelotas, e por isso confiamos que o povo não vai errar de novo. Na ocasião em que se repetem tantas promessas convém recordar o que foi a administração trabalhista que o deputado candidato se propõe a imitar. [...] Foi o governo do PTB que prometeu resolver o problema da água do Fragata, mandando até que as senhoras quebrassem os barris por desnecessários. Foi o governo do PTB que deixou o município com déficit escolar e fechando escolas. [...] Onde o PTB mais se notabilizou foi na venda, nas doações e no agravante do patrimônio do município. Vendeu o Grande Hotel por um preço irrisório. E só não vendeu o mercado porque houve reação e porque o povo se opôs. Apesar de tudo ainda deixou uma dívida de mais de 80 milhões de cruzeiros. [...] Foi um governo, enfim, que não realizou uma única obra completa em pelotas no decorrer dos quatro anos de administração. Quem duvidar do que afirmo que aponte essa obra, ela não existe. Este é um quadro fiel, embora incompleto dos resultados negativos da administração do PTB em Pelotas. Tem razão o doutor Gastal,

nesse ponto o povo não erra duas vezes, o povo não pode errar duas vezes, já errou uma vez quando entregou o PTP a administração municipal. O povo precisa votar em Rheingantz e Cândido, porque esses moços já deram provas concretas de sua capacidade como administradores (*Diário Popular*, 31/10/1959, folha matutina, p.1).

Em 6 de novembro, a terceira página do jornal traz mais um texto “a pedido”, desta vez assinado pelo vereador Elberto Madruga, no qual faz um ataque incisivo ao eleitorado do PTB, classificando-o de “imbecil”. Além disso, o texto apresenta uma réplica ao comunicado do candidato Gastal, sugerindo que este acreditava estar imune a críticas tão próximas da data das eleições. O artigo reforça ainda o discurso de que as promessas feitas pelo PTB sobre diversas obras não haviam sido cumpridas, retomando uma retórica já conhecida entre os opositores do partido dentro do jornal, como mostro a seguir,

“Ainda vence o eleitorado pelotense ocioso do seu dever de votar, mas voltar bem conscientemente de certo não necessitaria de esclarecimentos tão detalhados, entretanto para que um ou outro eleitor não se deixe levar por conversas de véspera de eleições, aqui estamos mostrando onde está a verdade dos fatos. Onde está a sinceridade de suas ações e enfim, colocando os pontos nos ‘i i’. Para que nessa memorável campanha Pelotas inteira esteja perfeitamente esclarecida e possa se pronunciar nas urnas de 8 de novembro, em favor de candidatos capazes de realizar um governo sem demagogia e politicagem e com os olhos voltados ao interesse maior da coletividade” (*Diário Popular*, 6/11/1959).

Em 7 de novembro, mais um texto foi publicado contra o PTB, ressaltando que os eleitores já deveriam estar conscientes dos prejuízos causados pelo governo petebista à cidade e advertindo para que não permitissem a repetição desse cenário.

[...] Isso fez o partido trabalhista brasileiro em pelotas e seus prosélitos ainda têm coragem de pretender votar para prefeitura como se os pelotenses tivessem esquecido de tudo quanto o governo petebista não fez de bom e fez de mal em Pelotas. Eleger Oscar Luiz Rheingantz e Cândido Lopes não é só contribuir para que Pelotas continue, sim, seu surto de progresso, de realizações de empreendimentos com obras de cunho eminentemente popular porque o povo vive da realidade e não das fantasias e dos acenos daqueles que como os do PTB iludem as massas com falsas pregações e com promessas irrealizáveis enquanto o povo sofre [...] da vida cotidiana. Aí está o próprio governo do estado petebista, nunca tanto elegeram tantos para tão pouco por tantos. O PTB já perdeu o crédito da confiança que os pelotenses lhe deram na eleição de 1951.” (*Diário Popular*, 7/11/1959, folha matutina, p.1)

Seguindo a abordagem de Alsina (1989), entende-se que a repetição desses temas no *Diário Popular* — como a falta de resultados concretos dos partidos progressistas e o argumento de que esses partidos “prometeram muito e cumpriram pouco” — configurava uma prática de moldagem do acontecimento. A notícia, longe de ser uma narrativa espontânea ou imparcial, foi intencionalmente estruturada para influenciar os eleitores, criando um clima de desconfiança em relação aos progressistas. Essa construção discursiva não apenas refletia uma preferência conservadora, mas ativamente buscava converter essa preferência em uma “realidade” percebida,

em que o voto conservador era a opção mais segura e viável para o futuro da cidade.

Segundo Otazu (2014), é pertinente compreendermos o jornal também como uma mercadoria, ou seja, um produto inserido nas dinâmicas de mercado. A partir desse entendimento, torna-se possível observar as notícias que circulam em suas páginas dependem da aceitação por parte do público leitor, pois isso impacta diretamente em sua venda. Além disso, o conteúdo das matérias pode ser influenciado pelas relações entre a direção do jornal e seus patrocinadores. Para tanto, a escolha dos temas segue uma lógica de mercado, visando retorno financeiro, seja pela venda de exemplares ou dos produtos anunciados. Outrossim, existe a possibilidade de se estabelecer um jogo político, com o intuito de influenciar a opinião pública e assegurar determinadas alianças ou interesses.

No dia 8 de novembro, data das eleições municipais, o *Diário Popular* publicou, na sexta página, um texto assinado pelo PTB em que o partido se defende das acusações feitas pelo PDC ao longo do periódico. Intitulado “O nosso problema não é apenas vencer uma eleição”, o artigo buscava reafirmar seu posicionamento e responder aos ataques recebidos durante a campanha,

O que pretendem os trabalhistas, não é simplesmente vencer uma eleição e controlar o governo. O nosso objetivo é, também, e principalmente, criar uma mentalidade social que facilite o uso dos meios meios que o poder oferece para realizar o programa que defendemos. Sendo hoje tidas, novas eleições, eu oportuno necessário que recordemos os princípios trabalhistas, queremos nos definir, desejamos tornar claros os nossos objetivos. Por isso, para que ninguém se equivoque em respeito do PTB reafirmamos que os princípios de solidariedade social impõem aos que tem demais o dever de contribuir

para resolver os problemas dos que tem de menos. Os individualistas naturalmente não concordarão conosco, por isso é possível que se afastem ou não se aproximem de nós. Será lamentável, de qualquer maneira, mais importante que o voto, para nós é a aceitação das nossas ideias. O voto de quem ignora ou rejeita as ideias trabalhistas, para o PTB, não tem valor. Um voto assim, na realidade, é um voto para a nossa derrota e não para a nossa vitória. Mais importante que vencer uma eleição para nós, trabalhistas, é criar uma certa mentalidade social, porque só havendo uma mentalidade social que se baseie no princípio de que o trabalho deve ser sempre uma atividade socialmente útil, só assim, um partido trabalhista poderá, uma vez, não poder realizar realmente o seu programa. Nosso problema, portanto, não é apenas vencer uma eleição. O partido trabalhista preocupa-se, primeiramente, com a conquista das consciências, porque a considera mais importante que a simples conquista de votos. A principal função do PTB, como partido político, é congregar o maior número possível de brasileiros em torno das ideias trabalhistas, arregimentada na opinião pública em torno de um conjunto de ideias e soluções. O partido trabalhista procura, então, dar-lhe força decisória através de voto livre consciente. Imaginando dessa forma, o PTB está certo de contribuir para o aprimoramento da democracia brasileiro e que os trabalhistas não se esquecem que democracia além de ser o governo do povo para o povo é também o governo pelo povo, isto é, o regime em que o povo se governa a si mesmo. (*Diário Popular*, 8/11/1959, p. 6)

Para entender essas colocações do periódico, podemos encaixar aqui o conceito de dialogismo, desenvolvido por Bakhtin (*apud* Stam, 2010), que oferece uma perspectiva enriquecedora para ana-

lisar a atuação do *Diário Popular* durante a campanha eleitoral de 1959. Segundo Bakhtin (*apud* Stam, 2010), o dialogismo refere-se ao caráter interativo e polifônico da linguagem, onde vozes distintas coexistem e se confrontam, produzindo significados através de uma interação contínua. No contexto dos periódicos, esse conceito sugere que os discursos veiculados pela mídia não são simplesmente monológicos ou neutros, mas que resultam de um processo ativo de construção em que múltiplas vozes e pontos de vista se entrecruzam. O *Diário Popular*, ao escolher enfatizar as falhas dos candidatos progressistas e promover uma visão mais conservadora, cria um discurso que, dialogicamente, responde aos valores e expectativas da sociedade conservadora da época.

Aplicando o dialogismo ao estudo das publicações no *Diário Popular*, podemos perceber que o jornal não apenas relata a campanha eleitoral, mas incorpora uma voz que dialoga diretamente com o eleitorado, buscando moldar suas percepções sobre os candidatos e partidos – o que poderíamos considerar como esperado tendo vista que o jornal nasceu como uma representação do Partido Republicano Rio-grandense. As críticas constantes ao PTB e as associações do partido progressista com promessas não cumpridas criam um efeito de polifonia controlada, onde a voz conservadora domina e orienta o significado dos eventos, enquanto as vozes contrárias são marginalizadas, mesmo que ainda presentes. Esse fenômeno ilustra como o dialogismo pode ser utilizado estrategicamente para construir uma interpretação direcionada da realidade política, mantendo o controle sobre quais discursos e interpretações prevalecem no espaço público (Stam, 2010).

Portanto, sob a luz do dialogismo bakhtiniano (Stam, 2010), entende-se que o *Diário Popular* atuava não apenas como veículo de informação, mas como um participante ativo na construção do

discurso político. Ao estruturar uma narrativa negativa em torno do PTB e favorecer o PDC e outros partidos conservadores, o jornal participa de um diálogo implícito com seu público, reforçando valores conservadores e uma resistência às propostas progressistas. Dessa forma, o *Diário Popular* não representa uma visão objetiva ou neutra da campanha eleitoral de 1959, mas uma construção dialógica que visa influenciar e consolidar uma determinada visão de mundo junto aos seus leitores.

Encerradas as eleições, o resultado final não deve ter agradado muito os proprietários do *Diário Popular*. Saíram vitoriosos João Carlos Gastal e Joel Monteiro, ambos candidatos do PTB, que tiveram confirmação pelo Tribunal Superior Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS)³. Gastal conquistou a prefeitura com uma vantagem expressiva de quatro mil votos, enquanto Monteiro obteve o cargo de vice-prefeito por uma margem mais estreita, de cerca de 400 votos. Esses números revelam não apenas o triunfo do PTB, mas também a confiança depositada pela população nas propostas trabalhistas, apesar dos ataques enfrentados durante a campanha. Para exemplificar, segue uma tabela com os resultados das eleições.

Candidato para prefeito	Partido	Votos
João Carlos Gastal	PTB, PSP, PR	19.266
Oscar Luiz Osório Rheingantz	PDC, PSD, UDN, PL	15.179
Candidato para vice-prefeito	Partido	Votos
Joel Monteiro	PTB, PSP, PR	17.106
Cândido Lopes Neto	PDC, PSD, UDN, PL	16.730

Tabela 2. Resultado final das eleições para prefeito de Pelotas em 1959.

³ Os dados podem acessados em: https://web.archive.org/web/20160303171439/http://www.tre-rs.gov.br/upload/5/Municipais_Pelotas1959.PDF. Acesso em: 04/10/2024

Discussões finais

A análise da campanha eleitoral de 1959 em Pelotas, tendo como foco a atuação do jornal *Diário Popular* e a disputa entre o PTB e a coligação liderada pelo PDC, revela como a imprensa desempenhou um papel central na formação da “opinião pública” e na definição do cenário político local. Por meio de uma cobertura deliberadamente inclinada em favor dos partidos conservadores, o *Diário Popular* reforçou um discurso que associava o progresso material ao conservadorismo e desqualificava as propostas progressistas do PTB.

Sob a ótica do dialogismo bakhtiniano (Stam, 2010), a narrativa construída pelo periódico não se limitou a relatar os eventos eleitorais, mas moldou uma interpretação específica da realidade que favorecia os interesses políticos de seus aliados. Essa estratégia, evidenciada pela seleção criteriosa de temas e pela frequência de críticas ao PTB, consolidou a imagem do jornal como um agente ativo na disputa política, ao invés de um mediador neutro.

Apesar do forte apoio editorial ao PDC e seus aliados, o resultado eleitoral demonstrou a resiliência do PTB, cuja vitória refletiu a confiança da população nas propostas trabalhistas e na liderança de João Carlos Gastal e Joel Monteiro. Essa dinâmica revela não apenas a polarização política do período, mas também os limites da influência midiática diante de um eleitorado que parecia buscar alternativas progressistas para os desafios enfrentados pela cidade.

Portanto, o estudo da relação entre imprensa e política em Pelotas no final da década de 1950 reafirma a importância de se compreender os meios de comunicação como atores centrais nos processos democráticos. A campanha de 1959 evidencia como a imprensa pode tanto refletir quanto influenciar as tensões e as

transformações sociais, reforçando a necessidade de uma leitura crítica sobre o papel dos veículos midiáticos na consolidação de valores e projetos políticos.

Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. El Acontecimiento. *In.*: RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

BANDEIRA, Ana da Rosa. **Diário Popular de Pelotas, RS: a forma gráfica de um projeto editorial (1890-2016)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. 269 f.

BARBOSA, Marialva. “Cinquenta anos em cinco”: Consolidando o mito da modernização (1950 – 1960). *In.*: BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

CRUZ, João Batista Carvalho da. Aos trabalhadores do Brasil, um novo partido: a formação do PTB no Rio Grande do Sul. *In.*: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (Org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. Imprensa a serviço do progresso. *In.*: MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania de. **História da imprensa no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O Sistema partidário: a redemocratização (1945-64). *In.*: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 59- 82.

LEMOS, Daniel. O deputado João Carlos Gastal e a questão da democracia no Brasil. *In.*: ANGELI, Douglas Souza; VARGAS, Jonas Moreira (Orgs.) **Contribuições recentes sobre História e Política: uma coletânea dos trabalhos apresentados no III Seminário do GT História Política, Anpuh-RS [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio (coord.). **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823/2002**. Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Vanessa. Encerramento do Diário Popular de Pelotas: Um adeus a 133 anos de história. Pelotas: **Arte no Sul**, 2024. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/artenosul/2024/07/09/encerramento-do-diario-popular-de-pelotas-um-adeus-a-133-anos-de-historia/#:~:text=Fundado%20em%201890%2C%20o%20Diário,políticas%20e%20mudanças%20sociais%20significativas.>>. Acesso em: 1 nov. 2024.

OTAZU, Everton da Silva. “O QUE HÁ DE NOVO NA POLÍTICA?": O jornal *Diário Popular* (Pelotas-RS) frente à reabertura política de 1945. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS. Suplemento especial EPHIS/PUCRS, 2014. p.54-72. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/18951/12015>.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (org.). **Mikhail Bakhtin**: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro & João, 2010.

Das urnas ao governo:
*uma análise dos editoriais de O Libertador acerca da
presidência estadual de Getúlio Vargas (1927-1929)*

FERNANDO ANTÔNIO DE OLIVEIRA BROD

O presente trabalho tem por objetivo explorar a maneira como os editoriais de capa do jornal *O Libertador*, órgão oficial da Aliança Libertadora, e, posteriormente, do Partido Libertador (PL), do município de Pelotas, cidade localizada ao sul do Estado do Rio Grande do Sul, abordaram as características do governo estadual do presidente Getúlio Dornelles Vargas. Para isso, delimitou-se cronologicamente a análise desde o período de sua candidatura ao governo estadual, durante o segundo semestre de 1927, até a formação da Frente Única Gaúcha (FUG) em agosto de 1929, contexto que formaliza o apoio dos “libertadores”¹ à plataforma política da Aliança Liberal, encabeçada por Getúlio.

Ademais, evidencia-se que a pesquisa foi elaborada em torno do tripé conceitual dos “grupos sociais”, “polos editores” e “repre-

¹ Se optara por utilizar a nomenclatura “libertadores” entre aspas, apesar de ser a maneira histórica como esses indivíduos se identificavam, considerando o exposto por Rodrigo Dal Forno (2018), a fim de se evitar um juízo de valores e/ou interpretações enviesadas acerca deste termo.

sentenças sociais”, responsáveis por auxiliar na análise acerca da articulação existente entre uma parcela da elite político-econômica local, organizada em partidos políticos, juntos às linhas editoriais dos periódicos, percebendo-se os textos editoriais como uma construção social oriunda destas articulações. Afirma-se ainda que esta é uma abordagem inicial e que visa trazer um panorama sobre as possibilidades e usos dessas fontes, sendo necessário para uma análise mais complexa uma aproximação com as metodologias de análise de conteúdo e/ou análise de discurso, empreendimento que se almeja concretizar no desenvolvimento da dissertação de mestrado à qual a presente pesquisa se relaciona.

Nesse sentido, o trabalho se divide em dois momentos complementares que buscam explorar o complexo mosaico da relação entre a história social e política local, embasadas a partir do estudo da imprensa escrita. Inicialmente, aborda-se uma síntese da relevância político-econômica do município de Pelotas ao longo dos séculos XIX e XX, evidenciando seu processo acentuado de urbanização e o desenvolvimento de uma vida intelectual pujante na região. Em sequência se trabalha os parâmetros pré-textuais da análise dos impressos, como indicam Tania de Luca (2008), José D’Assunção Barros (2023) e Letícia Krilow (2019), compreendendo a inserção deste periódico no município, suas relações diretas com um dos grupos sociais político-partidários da elite local e a influência deste em sua linha editorial, a partir da coadunação dos seus interesses.

Por fim, realizou-se a análise dos editoriais de capa do impresso citado, se justificando esta decisão em razão deste formato textual ser responsável pela opinião formal do jornal, bem como devido ao espaço da capa ser o local privilegiado na hierarquia interna das folhas. Portanto, a partir de uma leitura atenta do corpus

documental, foi possível identificar um posicionamento característico do jornal oposicionista pelotense acerca do governo de Vargas, distinguindo-se de outros periódicos “libertadores” mais críticos, como no caso do bajeense *Correio do Sul*.

Dos saladeiros aos casarões: uma Pelotas em dois tempos

A povoação da região de Pelotas nos remete, inicialmente, à invasão espanhola da Colônia de Sacramento em 1763, período no qual refugiados e fugitivos do conflito se instalaram na localidade, nela permanecendo e constituindo os primeiros assentamentos. Logo, em 1812, atinge-se o estatuto de freguesia e, posteriormente, em 1832, torna-se vila¹¹, momento em que passa a ser independente politicamente da vila de Rio Grande, a partir da instalação de sua Câmara Municipal. (Magalhães, 1993, p.20-27).

Contudo, ainda na década de 1770, neste município, já havia em funcionamento as primeiras industriais de caráter saladeiril. Será então a partir de 1790, como indica Jonas Vargas (2016, p.29-30), que estas empresas alcançaram uma projeção nacional sólida nos mercados de carne-seca. Neste sentido, o apogeu político e econômico da cidade do doce, se daria com a produção do charque, principalmente durante as décadas de 1860 e 1870.

Outrossim, reflexo deste êxito em seu desenvolvimento se dá através do relato de viagem de Gastão de Orleans, o Conde D’Eu (1936, p.212-214), membro da família real, que aponta um desentendimento pelo fato de Porto Alegre ser a capital do estado, e não Pelotas, durante a sua excursão militar pela região em 1865. Em

¹¹ Tanto o estatuto de Freguesia, quanto o de Vila, são designações características do Antigo Regime. No primeiro compreende-se a autonomia religiosa, a partir da inserção de uma Igreja Matriz na localidade, e o segundo pressupõe a autonomia política.

similaridade, é preciso perceber o desenvolvimento da vida urbana e a expansão dos hábitos culturais relacionados à mesma durante o período áureo da economia local, tendo origem na cidade, ainda em 1851, o seu primeiro periódico (Magalhães, 1993).

Portanto, como indica Vargas (2020), o êxito econômico desta elite permitiu que sua influência se ramificasse por todo cosmos político, social e cultural da região, chegando mesmo a influir nos espaços decisórios da política estadual e nacional. Para isso, este grupo de charqueadores ricos precisou se articular a partir de uma

densa engenharia matrimonial, muitos também se ligavam a famílias de comerciantes, militares, juízes, médicos e advogados, isso quando não eram seus próprios filhos que exerciam tais ocupações. A Guarda Nacional, a burocracia local e a polícia também estavam sob a sua influência direta e todos esses cargos podiam ser usados politicamente para favorecer os seus interesses políticos”. (Vargas, 2020, p.14).

Nota-se, dessa forma, que o prestígio e sucesso econômico transbordaram para as outras dimensões da sociabilidade local, estadual e nacional. Cabe se apontar aqui, de forma introdutória, que as principais famílias a constituir fortunas na localidade se perpetuaram na esfera política para além do Império, ultrapassando a Primeira República^{III} e sendo participantes ativos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, como no caso de Francisco Antunes Maciel Junior, diretor-chefe de *O Libertador*, e membros da

^{III} Pode-se considerar ainda outros indivíduos da nova elite republicana, articuladas a negócios distintos, como o Banco Pelotense, que se destacaram economicamente e conseguiram manter sua influência nos espaços decisórios da cidade até os dias atuais. Exemplifica-se isto ao se pensar a família Mascarenhas, que foi a maior acionista do banco, como aponta Kevin Santos (2020), e que, não por coincidência, participou do Executivo local durante os anos de 2012 a 2024.

família Simões Lopes, ligados tanto aos republicanos, quanto aos “libertadores”. Evidencia-se, por consequência, que estas famílias souberam se adaptar às demandas do contexto republicano, fato perceptível ao se considerar os diversos cargos políticos que ocuparam ao longo da República¹.

Ademais, refletindo em torno dos estudos especializados em elites político-econômicas, é necessário traçarmos em aspectos gerais algumas das características que auxiliaram estes grupos sociais^{IV} a se perpetuarem e manterem tal prestígio. Inicialmente percebe-se a centralidade do bacharelismo para o período, a partir do estudo de Joseph Love e Bert Barickman (2006) a respeito da elite ampliada dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco (1889 a 1937), em que a formação nos cursos superiores desta parcela analisada alcançava a sigla de 93%, sendo 70% deles bacharéis em Direito. Outro dado pertinente é relativo à origem destes indivíduos, ligados diretamente ao êxito de seus familiares junto à economia agrícola e pecuária. Aponta-se ainda a prática comum de diversificação das atividades econômicas, almejando-se pluralizar os investimentos, a fim de não concentrar os capitais em determinado ramo suscetível a crises².

Com este panorama exposto, podemos avançar cronologicamente para o contexto da Primeira República, período em que se insere a análise aqui proposta. É preciso destacar que, diferentemente dos amplos estudos realizados sobre Pelotas durante o período Imperial, existe uma considerável escassez de estudos que aprofundem sua análise sobre a região durante a República. Contudo,

^{IV} Definição cunhada pelo cientista social Mancur Olson (1999, p.17-20), o Grupo Social se caracteriza pela organização dos indivíduos em decorrência de interesses comuns, privilegiando-os quando esses se encontram em espaços institucionais, de influência ou decisórios. Privilegia-se este conceito, em detrimento ao de “classe social”, visto que a atuação do grupo pode se caracterizar por um número menor de agentes.

podemos traçar determinadas balizas, propostas pela historiografia nacional, que certamente se aplicam ao contexto dessa localidade.

No Estado do Rio Grande do Sul, o movimento republicano³ se inicia nas cidades de Palmeira (1876), Porto Alegre (1878) e São Borja (1881), organizando-se enquanto Partido Republicano Rio-grandense (PRR) somente em 1882. Dentre seus principais nomes teremos Júlio de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros, José Gomes Pinheiro Machado e Francisco de Assis Brasil. O historiador Joseph Love (1975) associa à liderança e articulação desses indivíduos o sucesso e o crescimento do PRR, em detrimento do Partido Liberal de Gaspar Silveira Martins. Mesmo que este grupo não permaneça homogêneo até o fim da Primeira República, visto a dissidência de Assis Brasil e diversos outros nomes, cabe aqui expormos o ideário que orientou estes indivíduos. As principais bandeiras do republicanismo gaúcho seriam em torno do movimento abolicionista e a doutrina comtiana relativa ao positivismo. Via-se na perspectiva positivista, de acordo com o autor, a necessidade da ordem para o desenvolvimento do progresso, logo, se buscou a centralização do poder estadual junto à máquina político-partidária do PRR.

Nesse sentido, o principal instrumento para a perpetuação da ideologia positivista-castilhista, como se convencionou chamar, foi a outorga da constituição gaúcha de 14 de julho de 1891. Em suas linhas defendia os seguintes pontos:

“1) Legislativo unicameral com autoridade restrita a questões orçamentárias; 2) **Executivo com mandato de 5 anos e com poderes de legislar por decreto sobre questões não-financeiras**, a menos que a maioria das Câmaras Municipais rejeitasse uma lei determinada; 3) Nomeação do vice-Governador pelo próprio Governador; 4) **Reeleição consecu-**

tiva do Governador, contanto que obtivesse três quartos da votação total; e 5) ampla e estrita separação dos poderes ‘espirituais’ e ‘temporais’” (grifo nosso) (LOVE, 1975, p. 49)

De antemão se evidencia que a maior parcela dos ataques proferidos pelo periódico *O Libertador*, entre 1927 e 1929, foram relativos aos pontos 2 e 4 acima elencados, visto que tais prerrogativas permitiam ao Presidente do Estado governar por decreto e se reeleger de forma consecutiva pois, em síntese, os artifícios jurídicos que vetariam essas práticas, rejeição majoritária de determinada lei pelas Câmaras municipais ou obtenção de menos de $\frac{3}{4}$ da votação, não se aplicavam efetivamente, devido à articulação do sistema coronelista^v e a manipulação político-eleitoral do período.

Desta maneira, o autoritarismo político e a busca pela hegemonia dos republicanos gaúchos, fez com que o Estado se mantivesse imerso em tensões ao longo de toda Primeira República, tendo como ápice os conflitos civis de 1893-1895 e 1923. Direcionando nossa atenção para o segundo conflito, a dita “Revolução Libertadora”, evidencia-se desprestígio político que a gestão de Borges de Medeiros passava desde o princípio dos anos 1920, contexto que só foi solucionado com o Pacto de Pedras Altas e com a consequente

^v Não expandiremos o debate conceitual em torno do coronelismo neste artigo, cabe percebermos apenas que essa prática se deu em todo o Brasil, a partir da Política dos Governadores, de Manoel Campos Salles (1898-1902), na qual se complexifica a relação entre o poder público e os coronéis. Verificar-se-á a centralidade destes mandões locais para arrematar as bases eleitorais em troca de benefícios e privilégios, percebendo-se na relação dos governos estaduais com os coronéis a seguinte organização: “garante para baixo o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos enquanto o coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. No terceiro vértice, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento, por parte deste, de seu domínio no estado. (Janotti, 1981 *apud* Axt, 2007, p.89). Para um debate mais detalhado acerca do coronelismo ver: Victor Nunes Leal (2012), Joseph Love (1975), Lóiva Otero Félix (1996), José Murilo de Carvalho (1997), Gunter Axt (2007) e Kevin dos Santos (2020).

(...) reforma constitucional e a revisão dos procedimentos políticos. Borges de Medeiros [contudo,] garantira sua permanência na presidência do estado, mas a facção palaciana borgista saíra enfraquecida do episódio, tanto diante das oposições coligadas, quanto frente ao próprio partido dominante, o PRR. (Axt, 2002, p.119).

Finalmente, será devido ao estabelecimento deste acordo, e à impossibilidade de Medeiros concorrer em 1927, que o então Ministro das Finanças do governo de Washington Luiz, Getúlio Dornelles Vargas, ascendera como principal nome da geração de 1907 a pleitear a presidência do Estado. Mesmo que não fosse o nome preferencial do antigo líder “chimango” para a disputa, a centralidade da figura de Vargas e o seu potencial de mediador político já eram expressivos no período, como indica Luciano Aronne de Abreu (1996). Logo, as soluções e projetos políticos para o Estado do Rio Grande do Sul já não eram pensadas sem a participação do são-borjense.

A imprensa escrita e o governo Getúlio Vargas: possibilidade e limites de análise a partir de O Libertador

A história da imprensa no município de Pelotas teve início simultaneamente com o desenvolvimento urbano da região e a modernização dos hábitos de sociabilidade, como foi abordado anteriormente. Ao considerarmos as possibilidades de uso da imprensa como fonte, precisamos de antemão atentarmos-nos para as suas características e o amparo metodológico pré-textual necessário ao estudo. Inicialmente, como aponta Tania Regina de Luca (2005, p.115-117), foi a partir da expansão do arcabouço das fontes, com

o Movimento dos Annales em 1930, que os jornais passaram a ser considerados uma documentação utilizável para os estudos historiográficos, pois anteriormente eram tidos como tendenciosos e fragmentados.

Logo, a autora trabalha as balizas metodológicas para fazermos um uso profícuo dos impressos, ao estabelecer a necessidade de se evidenciar os agentes responsáveis por comporem as linhas editoriais, bem como a sua relação com as diferentes esferas sociais, analisar as características de produção e financiamento, além de perceber o seu espaço de inserção e público que busca contemplar. (LUCA, 2008, p.139-141). Em similaridade, Letícia Krilow (2019, p.3-4) elenca uma série de cuidados precisos à análise textual e pré-textual dos periódicos, dentre eles

(...) considerar o contexto histórico em que os impressos estão inseridos (...); identificar a linha editorial do jornal e/ou seu histórico de tomadas de posições passadas (...); identificar o(s) proprietário(s) do jornal (...); estabelecer quais os vínculos ou compromissos externos, especialmente com grupos políticos e econômicos e instituições públicas e privadas.

Estes apontamentos são imprescindíveis para podermos estabelecer a relação entre os polos editores^{VI} da imprensa político-partidária local e os grupos sociais da elite econômica.

Destarte, o recorte que se almeja analisar, caracteriza-se na história da imprensa gaúcha justamente na seara de transição entre

^{VI} Pensa-se o “polo editor”, em convergência com José D’Assunção Barros (2023, p.55), como “uma complexa hierarquia de interferentes que se superpõe efetivamente ao texto produzido pelo escritor-jornalista – incluindo-se aqui o diretor, o chefe de edição e os preparadores e revisores envolvidos no produto final”. No caso da imprensa político-partidária, soma-se aos interferentes o poder influência e persuasão dos partidos políticos.

o jornalismo político-partidário e literário independente, para o jornalismo moderno, como indica Francisco Rüdiger (1998, p.28-76), prevalecendo, contudo, as características das duas primeiras formas na análise em questão. Diferencia-se ainda os periódicos aqui citados do conceito de “grande imprensa”^{vii}, trabalhado por Tania de Luca (2008), uma vez que suas esferas de influência não perpassaram a região sul do Rio Grande. Por conseguinte, os principais jornais a disputarem político-partidariamente a vida intelectual de Pelotas⁴ foram o *Diário Popular*, fundado em agosto de 1890, pretendeu-se desde o princípio como um órgão para a propaganda republicana, vindo a se tornar o veículo oficial do Partido Republicano local, cabe ressaltar que o impresso se manteve ativo até o ano de 2024, o que demonstra seu êxito no processo de transição para o modelo empresarial e noticioso da imprensa contemporânea.

Seu principal opositor, e foco deste estudo, *O Libertador* foi fundado em fevereiro de 1924 como órgão oficial da Aliança Libertadora, e posteriormente do Partido Libertador, na localidade, exerceu a função de oposição direta ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), bem como manteve embates diários com o primeiro impresso, conciliando-se com os republicanos somente após a formação da Frente Única Gaúcha (FUG). (Loner; Gill; Maga-

^{vii} É preciso evidenciarmos a gama de trabalhos que analisam a Era Vargas a partir da “grande imprensa”, conceito cunhado por Tania de Luca (2008, p.149) em torno dos jornais que “(...) num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Vide, por exemplo: a análise de Marialva Barbosa (2007) a respeito das teorias de comunicação de massa e o controle político sobre a imprensa ao longo do Estado Novo; a síntese de Tania de Luca (2008) sobre os diferentes periódicos fluminenses e paulistas a prestarem apoio e/ou se oporem ao regime, expondo as tensões características do período; o estudo de Luís Carlos Martins e Mônica Karawejczyk (2021) que ressalta as pressões e controles à grande mídia, incluindo a imprensa escrita e radiodifusão, ao longo das décadas de 1930 e 1940; a obra de Maria Helena Capelato (2009) que explora a dimensão propagandística do Estado Novo e as possíveis relações entre o varguismo e o peronismo; finalmente, a produção de Thiago Juliani (2020) em torno do segundo governo Vargas (1951-1954) e as representações acerca da UDN nos periódicos da capital nacional.

lhães, 2010,p.95-96; 158; 187). Nesse sentido, Rüdiger (1998, p.43) aponta que as tensões políticas e bélicas viviam uma linha tênue neste Estado, uma vez que os impressos “constituíam um posto de combate e uma arma de crítica política, que podia ser substituída pela crítica das armas ao sabor das circunstâncias”. Ademais, considerando o aspecto empresarial destes periódicos, é preciso indicar que outros disputavam o público pelotense, entre eles o *Opinião Pública* e o *Correio Mercantil*. Contudo, nosso foco se direciona exclusivamente para os impressos caracterizados como órgãos políticos de seus respectivos grupos.

Portanto, trabalhar a imprensa como fonte central pressupõe atentarmo-nos às subordinações e “demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política”, (Luca, 2008, p.124), não sendo essas, porém, seu único interferente, tampouco uma determinante das suas produções e editoriais. Da mesma forma, considerando a relação dos textos jornalísticas com o “polo leitor”, conceituado por Barros (2023, p.53-54) como o público responsável por consumir o material impresso e interferir nele a partir dos seus interesses, é imprescindível destacarmos a capacidade dos jornais de “influenciar a opinião pública, e de, com isso, produzir novas demandas, ou mesmo interferir mais diretamente nos destinos de uma nação”. (Barros, 2023, p.56-57). Expõe-se ainda que a ideia de “leitor-modelo”, proposta por Umberto Eco (2002, p.37), na qual o texto “postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa”, ao se abordar um estudo com a imprensa político-partidária, acaba por direcionar o perfil deste leitor às camadas políticas da sociedade em análise, não sendo estas, porém, as úni-

cas a consumir a representação social^{VIII}, desenvolvida a partir dos periódicos.

Por conseguinte, direcionando-nos para os editoriais de capa^{IX} do periódico *O Libertador*, foram investigados textos desde o segundo semestre de 1927, a fim de compreender como o periódico repercutira a candidatura de Getúlio Vargas, estendendo-se até a formatação da Frente Única Gaúcha, totalizando um corpus documental de aproximadamente 42 editoriais. Contudo, este trabalho se apresenta como uma aproximação inicial das possibilidades e usos desta fonte, pois não se empreendera um estudo de categorização voltado para a análise de conteúdo, tampouco se analisara a articulação e construção dos discursos. Pensa-se, desta maneira, a elaboração destes textos como uma representação social, oriunda da articulação dos interesses entre os grupos sociais da elite político-econômica de Pelotas e o polo editor do respectivo jornal.

Refletindo em torno desta articulação, Fernando Antônio Brod (2024) demonstra a relação direta entre o herdeiro de uma das principais famílias da elite econômica pelotense, Francisco Antunes Maciel Junior, e seu posto de diretor-chefe do jornal de oposição na localidade. Pode-se pensar, de certa forma, que o arrendamento e desenvolvimento da tipografia para o órgão “libertador”, em uma cidade de caráter histórico republicano, acabaria por se conciliar ao financiamento privado de seu dono/redator-chefe. Ademais, Vargas (2013, p.439) aponta que a família Maciel seria um dos melhores exemplos de ascensão até a esfera de influência nacional, visto que o pai do redator supracitado foi

^{VIII} Pensa-se a “representação social” de acordo com o estudo de Roger Chartier (1989, p.182-185) que evidencia essa como uma forma de construção intelectual, identitária e institucional do mundo em que os diferentes grupos sociais, de uma determinada sociedade, estão inseridos.

^{IX} Considerando o debate proposto por Krilow (2019), indica-se que os editoriais são os textos responsáveis por carregar a opinião oficial de determinado impresso, bem como o espaço de capa ocupa um lugar privilegiado na hierarquia interna da folha.

advogado e charqueador, tornou-se ministro do Império do Gabinete Liberal de 1883. Tratava-se de uma pasta extremamente poderosa e que fornecia ao seu portador, por exemplo, o direito de intervir na nomeação dos Executivos provinciais. Na época, Maciel não apenas nomeou o seu parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande do Sul, como influenciou para que sua família recebesse mais 3 títulos de nobreza.

Da mesma forma, Brod (2024) advoga ainda que, não por coincidência, o único deputado estadual eleito pela sigla do PL na região será também de uma das famílias tradicionais, Ildefonso Simões Lopes Filho, descendente direto do Ministro de Estado e líder republicano local homônimo.

Isto posto, podemos compreender a complexidade das relações e as ligações existentes entre diversos agentes que compunham o cenário político e intelectual desta cidade. Portanto, de forma inicial, dois editoriais são pertinentes de serem salientados, visto dialogarem diretamente com as produções historiográficas em torno do período. De acordo com Rodrigo Dal Forno (2018, p.316-317) a assinatura do Pacto de Pedras Altas (1923) representou para a oposição gaúcha um avanço também no sentido da aproximação de setores plurais em torno da Aliança Libertadora, congregando “assististas”, “democratas republicanos” e “federalistas” sob uma mesma sigla.

Na corrente deste movimento de aproximação, os periódicos buscaram construir uma imagem positivada destas lideranças, ao que se nota no editorial de 26 anos do falecimento de Gaspar Silveira Martins, tido como “(...) tipo perfeito de dominador, de agremiador, príncipe dos tribunos brasileiros, estadista, chefe do partido desvelado, patriota excelso, (...) não teve quem o superasse

na galeria dos grandes filhos da nossa terra (...)”⁵, na sequência o texto aborda também o caráter tirânico da Constituição de 14 de Julho, considerada legitimadora das arbitrariedades republicanas.

Em sequência, como aponta Pedro Cezar Dutra Fonseca (1989, p.93),

a própria candidatura de Getúlio Vargas, vista geralmente como “solução natural” ao impedimento de Borges de Medeiros para cumprir novo mandato, dada a projeção já ocupada por Vargas dentro do PRR e na política nacional, não foi tão tranquila. Borges nunca se entusiasmaria com tal candidatura, e permaneceu por longo tempo indiferente à movimentação dos políticos e do próprio Washington Luiz, este visivelmente interessado em que Vargas assumisse o governo do Rio Grande.

Inicialmente, Vargas não fora cotado por Borges de Medeiros, ainda em 1926, nem mesmo para ser Ministro de Estado no governo Washington Luiz, uma vez que o cacique “chimango” tinha preferência por indicar o deputado Simões Lopes para a pasta da Agricultura. Percebendo as tensões que permearam a crise sucessória para a presidência do Rio Grande do Sul, frequentemente *O Libertador* enfatiza que Getúlio, visto seu perfil moderado e conciliador, não seria o candidato oficial do situacionismo republicano, contexto que lhes proporcionara uma considerável munção para atacar o autoritarismo da liderança política de Borges de Medeiros⁶.

É central no periódico “libertador” o combate à figura do antigo líder do PRR, bem como ao legado do positivista do castilhismo, representado principalmente através da Constituição de 1914. Entretanto, desde o momento da eleição de Getúlio, em fins de novembro de 1927, o periódico demonstra através dos editoriais

dar um voto de confiança ao perfil conciliador de Vargas e, acima de tudo, de suas supostas aspirações liberais. Logo, questionam-se em editorial: “devemos acatar as promessas do sr. Getúlio Vargas, à oposição, ou repulsá-las, ouriçando-nos de pessimismo?”. Concluindo da seguinte forma: “preferimos acolhê-las com simpatia, pelas julgarmos abeberadas de sinceridade (...)”.⁷

Nota-se também diversos editoriais buscando se apropriar da eleição do novo presidente do Estado, principalmente nos primeiros meses após sua vitória, como uma ação de causa e efeito, consequente da “Revolução Libertadora”.⁸ De acordo com o periódico, Vargas só pôde se eleger devido a vitória “libertadora” em impor a não reeleição de Medeiros, decorrente da assinatura do Pacto de Pedras Altas (1923). É característico ainda da imprensa oposicionista de Pelotas a percepção positivada da imagem de Getúlio. Em diversos discursos na Assembleia dos Representantes e em entrevistas para outros periódicos, Ildefonso Simões Lopes Filho defendeu o caráter jovem e moderado do presidente estadual, sendo estas matérias publicadas e/ou reproduzidas nas folhas do próprio *Libertador*, prática recorrente da imprensa escrita no período. Outro ponto defendido com frequência, é a não intervenção arbitrária de Getúlio nas eleições em que o PL teve vantagem, fato que será abordado em inúmeros editoriais, ao exemplo da questão de Dom Pedrito. Repercutiria, desta forma, a seguinte posição do periódico em torno do caso

Com seus atos, porém, o presidente do Rio Grande tem raleado o número de pessimistas que suspeitavam dos seus propósitos liberais e duvidavam dos seus compromissos com a oposição. Façamos-lhe justiça: sua excelência, como administrador, vem realizando algumas das máximas aspirações, de ordem material, do povo rio-grandense e, como

político, fechou, subitamente, um ciclo caliginoso, durante o qual uma ditadura nefária cruentava o solo gaúcho, e inaugurou uma era de concórdia”, (O Libertador, 27/07/1928, p.1).

Pode-se ainda pensar nas medidas político-econômicas adotadas por Vargas que repercutiram com maior intensidade nos períodos da região sul, havendo três pontos centrais da sua gestão que pareceram contemplar os interesses locais. O primeiro deles, sem dúvidas, a intercedência junto ao governo federal para a construção do porto de Pelotas, para o escoamento da produção e mercadorias. Vê-se assim publicado,

(...) o ilustre sr. dr. Getúlio Vargas ao encontro de uma velha aspiração não só de Pelotas como dos municípios limítrofes, que são tributários do seu porto - aspiração justíssima, que o ex-consul [Borges de Medeiros] se recusou a satisfazer, em cinco quinquênios de gestão, apesar do decantado prestígio do sr. Coronel Pedro Osório e a despeito de ser este município um dos que mais contribuem, em arrecadação, para o Tesouro do Estado.

É de justiça salientar os empenhos, no sentido do grande melhoramento, empregados pelo atual intendente junto ao sr. dr. Getúlio Vargas. O sr. Py Crespo foi nesse ponto, mais feliz que o seu antecessor, sr. dr. Augusto Simões Lopes, cujos esforços, no mesmo sentido, se desfizeram, diante da obstinação do ex-ditador, que sempre distinguiu esta zona com especial má vontade. [...]. (*Porto de Pelotas*, O Libertador, 13/09/1928, p.2)

A construção do porto foi, sem dúvidas, uma demanda histórica da elite local e que certamente contribuiu para o prestígio do presidente junto aos grupos sociais desta região, contudo, o que

a matéria expõe nas suas linhas finais pode ser tomada também como uma crítica direta a Medeiros.

Outra pauta central para este município foi relativa ao amparo do governo estadual junto ao II Congresso dos Criadores e o incentivo de Vargas às organizações associativas das classes produtoras. Dessa maneira, em seu discurso no palanque do Congresso, o presidente afirma o compromisso da intervenção do Estado junto às classes rurais, a fim de prover o crédito necessário ao amparo do agronegócio gaúcho, abordando que

(...) É esta a pedra de toque para o desdobramento das energias produtoras, num país novo, sem capitais disponíveis, vivendo entre as aperturas do numerário escasso e fornecido à juros da onzenário. Impunha-se a criação da organização de crédito, para permitir o fornecimento, aos proprietários rurais, de numerário a juros módicos e largos prazos.

(...) Só o poder público, com largas disponibilidades de crédito, poderia tomar aos ombros esta tarefa. Mas, o poder público federal, de cuja iniciativa muitos esperavam, dificilmente se abalançaria a tal empreendimento que se lhe apresentava demasiadamente complexo. [...]. (*II Congresso de Criadores, O Libertador*, 28/04/1928, p.1)

Em razão destes interesses, a eventual criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi vista também de forma positiva pelo periódico, visto a possibilidade de expansão do crédito agrícola para os produtores.

Entretanto, a partir da segunda metade de 1929 e principalmente durante 1930, o BERGS, atual BANRISUL, acabou por concentrar os capitais do Estado, bem como os funcionários das outras

instituições que foram gradativamente falindo. (Axt, 2002, 128-129). Este contexto, em torno da repercussão das políticas econômicas do governo estadual de Getúlio Vargas na cidade de Pelotas requer um estudo mais ampliado, principalmente entre os anos de 1930 e 1931, período em que o Banco Pelotense se encaminha para a falência e uma parcela da elite local é diretamente afetada.

Por fim, podemos perceber nesta postura do impresso oposicionista pelotense uma similaridade com o que aponta Marialva Barbosa (2007, p.103-104) para os anos compreendidos durante a chamada “Era Vargas”, em que haviam “mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”. Logo, é preciso refletirmos a respeito das estratégias dos próprios polos editores dos jornais aos construírem suas representações sociais sobre o governo, pois estas eram carregadas de interesses próprios da linha editorial, bem como se relacionavam aos anseios externos dos grupos sociais político-econômicos. Talvez um indicador pertinente disto, e que não acreditamos aqui ser mera coincidência, seja a ascensão política a nível nacional das famílias Antunes Maciel e Simões Lopes, ao longo do Governo Provisório^x (1930-1934).

Considerações Finais

Por mais complexo que seja compreender as diferentes dinâmicas em que a história social e política das elites se inserem, perceber a articulação destas, enquanto grupos sociais, junto aos polos editores da imprensa escrita no Brasil, pode nos auxiliar a produzir

^x Aponta-se que um estudo relativo à esta temática está em desenvolvimento pelo presente autor, a fim de se constituir como a dissertação de mestrado. Para mais informações a respeito dos cargos ocupados pelas famílias supracitadas ver: Fernando Antônio Brod (2024).

uma gama de estudos pertinentes à historiografia, rompendo com a simplificação das fontes jornalísticas como “espelho da realidade” ou mera cooptação.

Para tal, o presente trabalho focou em estudar a relação entre a constituição do patrimônio das famílias da elite econômica, bem como sua projeção e manutenção no mundo político, social e intelectual em decorrência da engenharia matrimonial à que se submeteram. Fato que se apresenta de forma imperativa uma vez que as mesmas famílias presentes no apogeu charqueador de 1860-70 mantiveram seu prestígio a nível nacional durante o Regime Vargas (1930-1945).

Finalmente, delimitar o lócus desta pesquisa em uma aproximação inicial com os editoriais de capa de *O Libertador* nos permitiu chegar à duas hipóteses que parecem contemplar de maneira profícua o contexto da história política local. Primeiro, diferentemente da postura adotada pelo jornal bajeense, *Correio do Sul*, os “libertadores” pelotenses mantiveram uma postura amena e respeitosa à imagem de Vargas, identificando no perfil do presidente estadual um caráter conciliador e moderado, se aproximando dos interesses tidos como liberais para esse grupo. Por fim, não podemos analisar de maneira ingênua o fato de um editor-chefe e proprietário do periódico oposicionista local alçar a uma projeção nacional durante o Governo Provisório, principalmente se levarmos em consideração a forma como o impresso retratou a gestão de Vargas à frente do governo gaúcho.

Referências Bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne. **Getúlio Vargas: A construção de um mito (1928-30)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

AXT, Gunter. O governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, nº 29, 2002, p. 119-139.

_____. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder *In*: GOLIN, T; BOEIRA, N. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v3. Cap.III, p. 89-128.

BARROS, José D'Assunção Barros. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BROD, Fernando Antônio. **“Grande entre os grandes, benemérito entre os beneméritos”**: Uma análise do governo estadual do presidente Getúlio Vargas à luz da imprensa escrita pelotense (1928-29). (Trabalho de Conclusão de Curso). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2024, 46f.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. Paris: **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, nº. 6, p. 1505-1520, nov.-dez. 1989.

ECO, Umberto. O Leitor-Modelo. *In*.: ECO, Umberto. **Lector in fabula**. A cooperação interpretativa no texto narrativo. Trad. Attilio Cancian, São Paulo, Perspectiva, 2002 – Cap. 3 (p.35-49).

DAL FORNO, Rodrigo. O processo de formação e atuação do Partido Libertador (décadas de 1920 e 1930): notas de pesquisa. *In*: DOMINGOS, Charles; BATISTELLA, Alessandro; ANGELI, Douglas (Orgs.). **Capítulos de História Política: Fontes, objetos e abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2018, p.314-334.

D'EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. 2ed.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KRILOW, Letícia. “Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: pro-

posta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960”. Porto Alegre: **Oficina do Historiador** - PUC/RS,v. 12, n.º. 1, jan.-jun. 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osório (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2010.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

_____; BARICKMAN, Bert. “Elites Regionais”. *In.*: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p,77-98.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In.*: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-154.

_____. “A grande imprensa na primeira metade do século XX”. *In.*: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.149-175.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PERES, Jéssica. **Abaixo a Monarquia: Liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880/1889)**. (Dissertação de Mestrado). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2021, 141f.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

RETZLAFF, Kevin. **Banqueiros e coronéis: um estudo sobre as relações políticas e econômicas das elites locais com o Banco Pelotense (1906-1931)**. Dissertação (Mestrado). Pelotas: Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020, 102f.

VARGAS, Jonas. “No tempo dos barões” a elite política pelotense no período do auge das charqueadas escravistas (1850-1889). *In.*: LOPES, Aristeu Elisandro; VARGAS, Jonas (Orgs.). **Capítulos de História de Pelotas**. Porto Alegre: Casa Letras, 2020, p.12-31.

_____. **Barões do charque e suas fortunas: um estudo das elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, Século XIX).** São Leopoldo: Oikos, 2016.

_____. **Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX).** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013, 505f.

Notas finais

¹ Para se analisar os cargos ocupados pelos indivíduos destas famílias charqueadoras ao longo da Primeira República ver: Brod, F. A. “Grande entre os grandes, benemérito entre os beneméritos: Uma análise do governo estadual do presidente Getúlio Vargas à luz da imprensa escrita pelotense (1928-29)”. (Trabalho de Conclusão de Curso). Pelotas: UFPEL, 2024, 46f.

² Novamente se indica o estudo de Santos (2020), em torno dos coronéis, donos de charqueadas, que participaram ativamente da fundação do Banco Pelotense.

³ Considerando movimento republicano e a sua respectiva propaganda, ressalta-se a importância do trabalho e Jessica Peres (2021).

⁴ Para um panorama mais amplo dos periódicos na cidade de Pelotas, ver: Mario Osorio Magalhães (1993), Beatriz Ana Loner (1998).

⁵ *O Libertador*, 23/07/1927, p.1. (CDOV-BPP).

⁶ Matérias detalham os embates em torno da sucessão de Borges de Medeiros: *O caso difícil*, *O Libertador*, 18/07/1927, p.1; *A sucessão*, *O Libertador*, 10/08/1927, p.1-2; *A sucessão*, *O Libertador*, 24/08/1927, p.1; *A sucessão*, *O Libertador*, 29/08/1927, p.1; *Proclamação*, *O Libertador*, 21/09/1927, p.1. (CDOV-BPP)

⁷ *Promessas*, *O Libertador*, 06/12/1927, p.1. (CDOV-BPP)

⁸ Exemplo central dessa apropriação foram os editoriais: *Os triunfadores/Vitória!*, *O Libertador*, 26/01/1928, p.1; *Primeiro ano*, *O Libertador*, 25/01/1929, p.1. (CDOV-BPP)

Trabalhadores jornalistas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul:

*histórias de trabalho e fotografias 3x4
nos anos 1930/1940^I*

ARISTEU ELISANDRO MACHADO LOPES

A carteira profissional de trabalho, criada em 1932, pelo governo provisório de Getúlio Vargas, previa em seu artigo primeiro “Fica instituída, no território nacional, a carteira profissional para as pessoas maiores de 16 anos de idade, sem distinção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados no comércio ou na indústria” (Brasil, 1932). Desde então, e até a atualidade, o ato de solicitar a carteira de trabalho se tornou importante para a classe trabalhadora brasileira.^{II} Os trabalhadores e as trabalhadoras do Rio Grande do Sul, a partir de 1933 – primeiro ano das solicitações do novo documento no estado – aderiram com afincos

^I O capítulo é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Histórias de trabalho e fotografias 3x4: trajetórias de trabalhadores a partir da DRT/RS” financiado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq/Brasil.

^{II} O estabelecimento da carteira profissional foi parte inicial e importante da legislação social para o trabalhador pois, como afirma Angela de Castro Gomes, foi uma “criação do pós-30 e documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e estado que se desejava construir”. (Gomes, 2005, p. 223). Dessa forma, tornou-se hábito “tirar” a carteira logo ao início da vida profissional.

e, aos milhares, encaminharam suas carteiras. As ocupações profissionais, como definido no decreto, eram variadas e os vínculos de trabalho igualmente os mais diversos.

O presente capítulo tem por objetivo analisar uma dessas ocupações, qual seja, a de jornalista. As informações sobre os trabalhadores jornalistas foram averiguadas no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul^{III}, no qual estão conservadas mais de 600.000 mil fichas de qualificação profissional. Essas fichas eram um formulário preenchido pelos solicitantes da carteira, que registrava os dados pessoais e profissionais, as digitais dos dedos das mãos e uma fotografia 3x4. Esse documento permite traçar um perfil profissional, identificando suas histórias de trabalho, além de dar a ver o rosto dos trabalhadores, homens e mulheres comuns que, em determinado momento de suas vidas, a partir da década de 1930, buscaram por seus direitos trabalhistas e requisitaram suas carteiras profissionais (Gomes, 2005; Lopes, 2023). Contudo, entre o grupo analisado neste texto, conforme será tratado adiante, ao mesmo tempo que são acessadas informações de trabalhadores que permaneceram anônimos no presente, alguns poucos se tornaram conhecidos, sendo suas trajetórias perenes.

Os trabalhadores jornalistas nos dados das fichas de qualificação profissional da DRT/RS

O Acervo da DRT/RS possui um banco de dados, o qual re-produz os mesmos campos da ficha física e permite o cruzamento das informações digitadas a partir da busca realizada com determi-

^{III} O Acervo da DRT/RS está salvaguardado no Núcleo de Documentação Histórica Prof^a Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas.

nadas palavras. A função primordial do banco é facilitar a pesquisa e, concomitante, colabora com a preservação das fichas:

pensou-se também na própria preservação da documentação, que está em suporte papel, já fragilizado pelo tempo e com marcas de ataques de pragas. Na medida em que a documentação é limpa, higienizada, transferida para novas caixas e posteriormente digitada, seu futuro manuseio será reduzido ao extremo, preservando-se, portanto, sua integralidade por mais tempo. (Loner, 2010, p. 21)

A pesquisa iniciada com o campo “profissão” resultou em 108 trabalhadores identificados como “jornalista”. Já a pesquisa no campo “cidade do estabelecimento” evidenciou a presença da atividade jornalística em praticamente todas as regiões do estado. A cidade de Porto Alegre concentrava a maioria da origem dos pedidos, com 47 fichas, e as demais foram realizadas em Pelotas (18), Bagé (5), Arroio Grande (4), Tupaciretã (4), Passo Fundo (3), Santo Ângelo (3), São Gabriel (3), São Leopoldo (3), Cachoeira do Sul (2), Jaguarão (2), Júlio de Castilhos (2), Quaraí (2), Santa Maria (2), Alegrete (1), Canela (1), Santa Vitória do Palmar (1), São Lourenço do Sul (1) e Uruguaiana (1). Outras duas fichas não registraram o local de trabalho e em uma está ilegível.

Esses dados, contudo, não podem ser considerados como um quadro completo do quantitativo de jornalistas e nem mesmo da presença de periódicos circulando no Rio Grande do Sul naquele momento. Apesar do número significativo de fichas que registraram trabalhadores jornalistas, não é possível considerar que esses eram os únicos que desempenhavam essa profissão. O acervo da DRT/RS não é completo na totalidade das solicitações, assim como não representa o universo de trabalhadores jornalistas, já que parte

das fichas se perdeu antes da sua salvaguarda no NDH/UFPel^{IV} e, também, pela possibilidade de outros profissionais não terem solitado suas carteiras no período compreendido pela pesquisa.

Entre as 108 solicitações de carteiras, apenas uma foi realizada em 1933 e todas as demais entre os anos de 1939 e 1944. Essa constatação está atrelada ao fato de que no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, a profissão de jornalista foi reconhecida somente através do decreto-lei nº 910 de 30 de novembro de 1938 promulgado por Getúlio Vargas em pleno Estado Novo. O documento dispõe “sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas” e tornava evidente quem poderia desempenhar a função de jornalista: “Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho” (Brasil, 1938). Dessa forma, a experiência profissional era o critério previsto para definir alguém como jornalista, tornando a experiência cotidiana no trabalho com e para os jornais fundamental para estabelecer o reconhecimento profissional.

A partir do conteúdo do decreto, é possível considerar que a busca de informações, a redação de notícias e artigos e a organização e direção são atividades atribuídas ao “trabalhador intelectual”, ao jornalista propriamente dito. A nova lei explicitava quem poderia ser considerado um jornalista e excluía outros profissionais que também atuavam nas redações, especificamente os trabalhadores de escritório, de portaria, os gráficos e os de estabelecimentos de natureza pública ou paraestatal, conforme constava no artigo segundo do decreto. A exclusão, no entanto, constava com a informação de

^{IV} Conforme Clarice Speranza, “O total de carteiras emitidas entre 1933 e 1945 no Rio Grande do Sul alcança, portanto, 221.518 segundo o IBGE” (Speranza, 2017, p. 111). No período entre 1933 e 1944 estão conservadas no acervo 48.615 fichas e não se tem informações sobre o destino do restante.

que as primeiras profissões eram reconhecidas através de decretos próprios.^V Assim, a profissão de tipógrafo, o trabalhador encarregado de organizar os tipos à impressão das notícias, não se equiparava com a de jornalista, sua ocupação se tornava distinta e não deveria ser confundida, o que era algo corriqueiro no século XIX quando o trabalho da redação era próximo daquele da tipografia.

A profissão de jornalista, no entanto, somente se tornaria uma formação superior com a criação do curso de jornalismo no Brasil, incluído no sistema de ensino superior brasileiro em 1943, outra vez, por um decreto-lei sancionado por Getúlio Vargas. A partir deste momento surgiriam os primeiros cursos de Bacharelado em Jornalismo, sendo o inaugural o da Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, em 1947 (Costa, 2002). No Rio Grande do Sul, o primeiro curso de jornalismo iniciou suas atividades em 1952, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul^{VI}. Os cursos, portanto, foram criados alguns anos depois dos pedidos de todos os jornalistas verificados nos dados da DRT/RS até o momento.

Ressalta-se, contudo, que a regulamentação da profissão e a posterior autorização para a criação dos cursos superiores estava relacionada com a política do seu tempo. Em outras palavras, o Estado Novo de Getúlio Vargas imprimiu uma censura aos meios de comunicação, autorizando ou não a veiculação das matérias e conteúdos na imprensa. Como afirma Maria Helena Capelato: “O uso dos meios de comunicação tinha como objetivo legitimar o Estado Novo e conquistar o apoio dos trabalhadores à política varguista” (Capelato, 2009, p. 78). Dessa forma, a ação do governo e as atitu-

^V Conforme o artigo segundo: “Não se compreendem no regime deste decreto-lei: a) os empregados de escritório e de portaria aos quais se aplica, em matéria de duração do trabalho, o disposto no decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932; b) os gráficos sujeitos ao regime do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932; c) os empregados de estabelecimentos de natureza pública ou paraestatal” (Brasil, 1938)

^{VI} Curso de Jornalismo da PUCRS completa 70 anos de história. Disponível em: <https://portal.pucrs.br/noticias/ensino/curso-de-jornalismo/> Acesso em: 17/04/2025.

des políticas dos trabalhadores da imprensa legitimavam quem era, ou poderia ser, jornalista deixando os desafetos do estado desabrigados pela regulamentação e, portanto, tornando-os irregulares no desempenho de suas atividades jornalísticas.

O decreto que regulamentou a profissão de jornalista igualmente previa, em seu décimo segundo artigo, a obrigatoriedade de registro profissional^{VII} e tornava a carteira profissional de trabalho parte desse processo: “Aos profissionais devidamente registrados será feita a necessária declaração na carteira profissional” (Brasil, 1938). Essa é uma das justificativas para o número considerável de pedidos de carteiras profissionais no Rio Grande do Sul a partir de 1938. Contudo, como será averiguado adiante, há outra hipótese para explicar esse movimento.

Retornando aos dados das fichas sobre os jornalistas, é possível perceber que a atividade jornalística no estado foi intensa no período correspondente às décadas de 1930 e 1940. Uma gama variada de impressos como jornais diários, semanais, periódicos e revistas, sendo Porto Alegre a cidade com o maior número de títulos, entre os quais: *Correio do Povo*, *Folha da Tarde*, *Diário de Notícias*, *A Nação*, *Jornal do Estado*, *Terra Farroupilha*, *Revista Universitária*, *O Echo*, *Brasil Novo*, *Revista do IHGRGS*, *Revista Médica*, *Vida rural e econômica*, *O Repórter*, *Estrela do Sul*, *Brasil Novo*, *O Gaúcho*, *O intelectual*, *O Apóstolo*, *Obra Prima do Brasil*, *O Momento e Revista do Ensino*. Ainda, dois títulos em alemão, *Deutsche Volksblatt* e *Neue Deutsche Zeitung*, e um em italiano, *Voce D'Italia*.

O *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*, dois entre os mais importantes jornais diários no período, empregavam nove jornalistas

^{VII} “Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exibirem prova de sua inscrição no Registo da Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.” (Brasil, 1938).

cada um. No entanto, é provável que nas redações desses jornais o número de trabalhadores fosse maior, mas as suas fichas não foram conservadas ou, por razões diversas, as carteiras não foram sequer solicitadas, conforme explicado acima. Um dado relevante é a presença de duas fichas com o registro “*Correio do Povo/Folha da Tarde*” e “*Folha da Tarde*”, sendo que este segundo jornal pertencia a mesma empresa do *Correio do Povo*, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, o que a tornava a empresa mais demandada nos pedidos. O quadro 1 identifica os 19 trabalhadores jornalistas desses jornais diários^{VIII}:

Jornalista	Jornal
Amadeu Caselgrandi	Correio do Povo
Gabriel Mena Barreto	Correio do Povo
Osvil Ernesto Dieterich	Correio do Povo
Renato Costa	Correio do Povo
Ruy Fortini	Correio do Povo
Sérgio de Gouvea	Correio do Povo
Túlio de Rose	Correio do Povo
Serafim (ilegível)	Correio do Povo
Alcides de Oliveira Gomes	Correio do Povo/Folha da Tarde
João Bergmann	Folha da Tarde
Amilcar Sousa da Silveira	Diário de Notícias
Bernardo Simões Fernandes	Diário de Notícias
Caetano Rossi Berbese	Diário de Notícias
Francisco Maneghello	Diário de Notícias
Francisco Talaia O’Donell	Diário de Notícias
Ivéscio Pacheco	Diário de Notícias
Luiz Corrêa	Diário de Notícias
Narciso Berlese	Diário de Notícias
Salvador Bruno	Diário de Notícias

Quadro 1. Trabalhadores jornalistas nos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Diário de Notícias*. Fonte: Elaboração do autor, 2025. DRT/RS-NDH-UFPel.

^{VIII} É possível que a grafia dos nomes não esteja correta, uma vez que as fichas foram preenchidas com letra cursiva nem sempre de fácil leitura.

Entre esses nomes, é provável que Túlio de Rose (1900-1981) e João Bergmann (1922-1960) sejam as pessoas mais memoráveis. Ao longo de suas carreiras no jornalismo, o primeiro se dedicou às coberturas esportivas, enquanto o segundo, escreveu crônicas sobre a cidade de Porto Alegre. Túlio de Rose foi “repórter de expressivos jornais sul-rio-grandenses, destacou-se como grande incentivador do esporte amador” (Assmann, Zarpo, Hatje, 2018, p. 76). Ruy Carlos Ostermann destaca:

Túlio de Rose trabalhou mais de 40 anos nos jornais da Caldas Júnior, empresa que o tratava com distinção: era o único repórter que tinha um carro à disposição 24 horas por dia, juntamente com o fotógrafo. Deslocava-se de clube em clube, sem deixar de passar pelas federações, todas as noites (Ostermann, 1994 apud Assmann, Zarpo, Hatje, 2018, p. 77).

Já João Bergmann, iniciou sua trajetória no jornal *Folha da Tarde*: “Após uma rápida entrevista com o então diretor de redação do diário, Arlindo Pasqualini, futuramente seu colega na faculdade de jornalismo, Bergmann, então com 19 anos, começou a trabalhar como repórter, cobrindo as editorias de Geral e Nacional” (Linhares, 2014, p. 31). Tanto de Rose como Bergmann, ao solicitarem suas carteiras profissionais, se identificaram como jornalistas, conforme o previsto no decreto que criou a profissão, ou seja, como trabalhadores intelectuais, sem formação superior, a qual, como abordado acima, ainda estava em seus percursos incipientes. O pedido de Túlio de Rose foi encaminhado em 1939, no ano seguinte ao decreto de Getúlio Vargas que regulamentava a profissão, e o de João Bergmann foi realizado em 1942. As duas solicitações se coadunam com a quase totalidade dos 108 encaminhamentos de carteira realizados entre os anos de 1939 e 1944. Essa ausência sig-

nificativa nos anos anteriores, especialmente nos primeiros anos nos quais houve uma campanha massiva do governo pela carteira profissional, pode ser um indício de que, os profissionais da imprensa, que já se reconheciam como jornalistas, não se sentiam contemplados com o decreto que criou o novo documento. Embora constasse que era para todos os trabalhadores, sem distinções, a falta de um reconhecimento profissional por parte do estado, fez com que eles não encaminhassem as solicitações, mesmo em um momento no qual a campanha pela carteira foi associada ao “quem tem ofício, tem benefício” (Gomes, 2005, p. 178).

A possível resistência desses trabalhadores – uma vez que no conjunto das informações registradas no banco de dados não constam registros de solicitações anteriores, com outras profissões – demonstra o quanto estavam conscientes de sua situação. Se, por um lado, desempenhavam uma atividade que tinha o reconhecimento da sociedade, ao informá-la sobre os acontecimentos cotidianos a partir das páginas dos jornais, por outro, a regulamentação era um aspecto negligenciado pelo estado. Ao conquistarem esse reconhecimento, o ato de solicitar suas carteiras profissionais de trabalho se tornou uma necessidade para, finalmente, também acessarem os direitos trabalhistas apregoados naquele momento. Essa é a segunda hipótese para explicar o número considerável de pedidos a partir do final dos anos 1930. Não se desconsidera, no entanto, que as exigências do decreto que regulamentou a profissão tenham mobilizado os trabalhadores jornalistas, mas, eles poderiam ter solicitado antes e identificando-se com outras ocupações ou formações.

No ano em que a ficha de Túlio de Rose foi preenchida, ele completou 41 anos, enquanto João Bergmann, em 1942, tinha 20 anos, ou seja, sua solicitação ocorreu um ano depois do início da sua trajetória profissional no jornal *Folha da Tarde*, conforme in-

dicado por Bruna Linhares. Ele era o mais jovem entre os 108 solicitantes, e outros 77 nasceram no século XX, sendo que ele foi o único nascido nos anos 1920. Já entre os mais idosos, constavam cinco nascidos na década de 1870. O mais velho, Emilio Francisco Schenk, nascido em 1871, trabalhava no periódico *Neue Deutsche Zeitung* e completou 66 anos em 1939, ano registrado na sua ficha. Na sequência: Carlos Cavalcante Mangabeira (1873), no jornal *Correio do Sul*, de Bagé, Jose Fredolino Prunes (1873), na *Gazeta de Alegrete*, de Alegrete, José Veríssimo Alves (1876), no jornal *Folha do Povo*, de Pelotas, e Joaquim Gadret Filho, no *Correio do Sul*, de Bagé. Essas informações permitem reforçar a constatação anterior sobre certa resistência a carteira. Ao contrário de Bergmann que estava começando a sua carreira no jornalismo quando o seu pedido foi realizado, vários outros já atuavam como jornalistas antes da promulgação do decreto em 1932, mas somente solicitaram o documento após o reconhecimento da profissão em 1938.

Em relação ao grau de instrução, foi verificado que, entre os 108 trabalhadores jornalistas, 31 possuíam o ensino superior, 60 o ensino secundário, 13 o ensino primário e um sem informação. As fichas de outros três registraram a ausência de diploma, mas todos eram alfabetizados.^{IX} A ficha não registrava em quais cursos de ensino superior os solicitantes haviam cursado, mas nenhum tinha a formação em jornalismo, uma vez que, conforme comentado anteriormente, os cursos de ensino superior nesta área eram incipientes, surgidos praticamente concomitantes com essas solicitações de carteira. O número de graduados permite considerar que, apesar de possuírem uma profissão de formação, que poderia ser exercida paralelamente àquela de jornalista, os solicitantes optaram por

^{IX} Em um certo momento, as fichas tiveram alguns campos alterados, entre os quais os registros sobre a instrução. No novo modelo, ao invés do campo “grau de instrução”, foram criados os campos “Sabe ler”, “Sabe escrever”, “Assina o nome” e “Tem diploma”.

valorizar esta última, o que pode, também, ser interpretado a partir do prestígio e visibilidade obtidos com o desempenho nas páginas dos jornais. Essa era uma recorrência desde o século XIX e que permaneceu nas primeiras décadas do século seguinte quando “médicos, advogados, escritores, valiam-se do título de jornalistas para diversificar as esferas em que poderiam se inserir e atuar tanto profissionalmente como politicamente” (Petarca, 2007, p. 59). Por fim, esse campo da ficha reforça a hipótese da escolha por solicitar a carteira somente após o reconhecimento da profissão em 1938.

Outros dois dados quantitativos apurados pela pesquisa foram cor e gênero anotados, respectivamente, nos campos “cor” e “sexo” das fichas. No que se refere ao primeiro, a predominância foi do registro “branca”, sendo, do total das 108 fichas, apenas uma com registro de cor como “preta”. Como destacado por Beatriz Loner, ao estudar a presença de trabalhadores negros no pós-abolição em Pelotas, as pessoas não brancas atuavam “em todo o tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes” (Loner, 1999, p. 03), ou seja, a ascensão social era limitada para elas, inclusive em determinadas profissões consideradas mais nobres, por exemplo, nas redações dos jornais. Já em relação ao segundo, apenas três mulheres como jornalistas, o que evidencia a profissão de jornalista atribuída aos homens, embora a presença de mulheres em determinadas folhas fosse verificada desde o século XIX.^x

Essas informações, somadas com as demais, permite traçar o perfil do jornalista nos anos 1930 e 1940: homem branco, predominantemente jovem, com idades entre 20 e 40 anos, alfabetizado e,

^x Jaqueline Rosa da Cunha destaca a atuação das mulheres que colaboravam com a imprensa de Pelotas nas décadas finais do século XIX: “Nesse período, a cidade de Pelotas era cenário de discussões das idéias republicanas, abolicionistas, positivistas e evolucionistas divulgadas, sobretudo pelos periódicos nos quais mulheres, como Julieta Monteiro, Revocata de Mello, Cândida Fortes, Luiza Cavalcanti, Cândida Isolina de Abreu, Honorina Torres e Antonieta Cezar Dias, seguindo o exemplo das partenonistas Luciana de Abreu e Amália Figueiroa de Mello registravam seus pensamentos” (Cunha, 2009, p. 117).

embora não a maioria, com ensino superior. Como já destacado, os dados não são completos, mas, certamente, esse perfil é uma amostragem da realidade das pessoas que trabalhavam nos periódicos do Rio Grande do Sul.

Além de Túlio de Rose e João Bergmann, foram localizadas outras duas fichas de trabalhadores jornalistas que tiveram mais proeminência em suas trajetórias tendo suas vidas biografadas. O primeiro é o imigrante italiano Celeste Gobbato (1890-1958), que foi intendente de Caxias do Sul, entre 1942 e 1928 (Monteiro, 2011; Valduga, 2012). Katani Monteiro, que escreveu sua biografia, destaca que ele, “nas décadas de 1940 e 1950”, teve uma “constante e regular participação na imprensa, em especial com o jornal *Correio do Povo*” (Monteiro, 2011, p. 157). No entanto, sua ficha registrou o jornal italiano *Voce d'Itália* como seu local de trabalho^{XI}. Também constava como seus dependentes a esposa, Berta, e quatro filhos.

O segundo é o imigrante português Maximiano Pombo Cirne (1910-1992), que atuou no jornal *Diário Popular* de Pelotas. Em sua trajetória, além do trabalho como jornalista, foi vice-cônsul de Portugal, vereador e advogado (Jaques, 2020; Jaques, 2021). Conforme destaca Biane Jaques: “Em 1934, depois de um período em Portugal e de volta a Pelotas, iniciou sua atividade profissional com pequenas colaborações voluntárias no jornal. Maximiano Cirne possuiu, até seu falecimento em 1992, uma estreita ligação com o *Diário*” (Jaques, 2020, p. 37). Conforme sua ficha, ele tinha 29 anos quando solicitou a carteira em 1939, casado e sem filhos.

A história dos trabalhadores jornalistas do Rio Grande do Sul perpassa pelas atuações de figuras que se tornaram mais conhecidas, como Túlio de Rose, João Bergmann, Celeste Gobbato e Maximiano Pombo Cirne, mas, também, por outros profissionais que

^{XI} Não foram encontradas informações sobre esse jornal.

não tiveram suas trajetórias tão visibilizadas nos períodos em que atuaram, restando poucas informações sobre eles. Na sequência, o texto vai dar continuidade à alguns dos demais trabalhadores jornalistas, para os quais poucas menções restaram no presente.

Ao contrário do *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo* que concentravam um número significativo de jornalistas, praticamente todos demais jornais e revistas de Porto Alegre contavam com um ou dois trabalhadores. Emilio Otto Francisco Schenk, o jornalista mais idoso, conforme comentado anteriormente, também era imigrante, vindo da Alemanha, e trabalhava no *Neue Deutsche Zeitung*. Conforme sua ficha registrou, ele chegou no Brasil em 1896, quando tinha 25 anos e, ao solicitar sua carteira, também apresentou seu título de naturalização. Em sua ficha constava como dependente sua esposa, Lucia, e nove filhos. Luiz Gonzaga Jaeger também solicitou sua carteira em Porto Alegre. Ele trabalha na Revista *O Echo*, sendo que a adjetivação como “revista” constava no campo “espécie do estabelecimento”. Ele nasceu em São Leopoldo, no ano de 1889, solteiro e sem dependentes. Antonio Soveral era jornalista no jornal *Brasil Novo*. Nascido em Pelotas, em 1897, ao solicitar sua carteira em 1939, era casado e sua esposa, Olinda, e três filhos, foram registrados como seus dependentes. Mario Franco Medeiros, nascido em 1905, em Lorena, estado de São Paulo, atuou como jornalista em *Obra Prima do Brasil*. A ficha anotou seu estado civil como “solteiro” e sem dependentes.

As fichas de qualificação profissional foram produzidas com um objetivo específico: a coleta das informações pessoais e profissionais à emissão da carteira profissional de trabalho de quem solicitou. Após o encaminhamento, o documento era arquivado nas caixas da Delegacia Regional do Trabalho e lá ficavam guardadas e esquecidas. Entretanto, ao adjetivar esses documentos como

históricos, é possível averiguar as histórias de trabalho das pessoas cujas informações foram registradas nos campos das fichas. Assim, analisar esses dados no presente é uma forma de dar novamente visibilidade para quem teve no passado uma vida pública a partir das páginas dos periódicos em que trabalharam. Essa possibilidade se torna ainda mais relevante ao apresentar as fotografias 3x4, as quais são analisadas de acordo com a premissa de Ulpiano de Meneses que considera que os registros fotográficos “não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (Meneses, 2003, p. 28). Em outras palavras, as pequenas fotografias se tornam condutoras para acessar as trajetórias dos jornalistas individualizando-os e revelando suas fisionomias, mas, concomitante, permitem averiguar uma parte da história da imprensa no Rio Grande Sul.

As figuras 1 e 2 apresentam parte dos jornalistas identificados no quadro 1, dos jornais *Correio do Povo*, *Folha da Tarde* e *Diário de Notícias*. Na figura 1, a primeira fotografia 3x4 é de Túlio de Rose (*Correio do Povo*) e a segunda é o registro de João Bergmann (*Folha da Tarde*). Na sequência (fotografias entre 3 e 7) os demais jornalistas do *Correio do Povo*: Serafim (ilegível), Gabriel Mena Barreto, Sergio de Gouvea, Osvil Ernesto Dieterich e Alcides de Oliveira Gomes. Os demais registros (fotografias entre 8 e 12) são dos jornalistas do *Diário de Notícias*: Bernardo Simoes Fernandes, Luiz Corrêa, Caetano Rossi Berbese, Amilcar Sousa da Silveira e Narciso Berlese. Já a figura 3 apresenta os jornalistas Celeste Gobbato (*Voce d'Itália*), Emilio Francisco Schenk (*Neue Deutsche Zeitung*), Luiz Gonzaga Jaeger (*O Echo*), Antonio Soveral (*Brasil Novo*) e Mario Franco de Medeiros (*Obra Prima do Brasil*)^{xii}.

^{xii} A fotografia de Maximiano Pombo Cirne não foi localizada.



Figura 1.
Acervo
DRT/
RS-NDH-
UFPEl.



Figura 2.
Acervo
DRT/
RS-NDH-
UFPEl.



Figura 3. Acervo DRT/RS-NDH-UFPeL.

As fotografias 3x4, como era previsto no decreto^{XIII}, enquadraram a cabeça dos trabalhadores jornalistas permitindo ver seus semblantes sérios, as roupas que escolheram para o registro e os cabelos alinhados, sendo que em algumas das fotografias o reflexo da iluminação artificial destacava, provavelmente, a brilhantina usada no penteado. Ao visualizar os rostos, as fotografias possibilitam uma análise com maior sensibilidade, já que evocam não apenas uma determinada história da imprensa no Rio Grande do Sul, como também das pessoas que atuavam nas suas redações. As fotografias, como enfatiza Ana Mauad, atestam uma “materialida-

^{XIII} “As fotografias que figurarão na carteira deverão reproduzir a imagem da cabeça tomada de frente, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido feitas, não se admitindo fotografias tiradas mais de um ano antes da sua apresentação”. (Brasil, 1932)

de de um passado” e são consideradas “Um indício, um fantasma, talvez uma ilusão que, em certo momento da história, deixou sua marca registrada numa superfície sensível” (Mauad, 2008, p. 47). Assim, os registros em pequeno formato atestam a materialidade de pessoas do passado e permitem observar, no presente, os indícios de suas vidas, tornando as suas faces eternizadas no papel fotográfico novamente visíveis. Tais considerações se adequam às demais fotografias 3x4 apresentadas na sequência, dos trabalhadores jornalistas de Pelotas e de Bagé.

As duas cidades concentravam as maiores demandas por carteiros no interior do estado, respectivamente, 18 e cinco fichas. Em Pelotas, foram localizados mais de um título, enquanto em Bagé somente um, conforme o Quadro 2.

Jornalista	Jornal	Cidade
Armando Leite Goulart	Gráfica Diário Popular LTDA	Pelotas
Claúdio Gularte Candiata	Gráfica Diário Popular LTDA	Pelotas
Luiz de Oliveira Vaz	Gráfica Diário Popular LTDA	Pelotas
Maximiano Pombo Cirne	Gráfica Diário Popular LTDA	Pelotas
Pedro Campos	Gráfica Diário Popular LTDA	Pelotas
Álvaro Ávila Escobar	Folha do Povo	Pelotas
Carlos Leopoldo Casanova	Folha do Povo	Pelotas
Guerreiro Victoria	Folha do Povo	Pelotas
Jose Veríssimo Alves	Folha do Povo	Pelotas
Vicente Russomano	Folha do Povo	Pelotas
Álvaro Alves Carvalho	A Opinião Pública	Pelotas
Mario Dias de Moura	A Opinião Pública	Pelotas
Victorino Patzer	A Opinião Pública	Pelotas
Gracinda Santos de Oliveira	O Monitor	Pelotas
Astrogildo Marques Pacheco	Luz nas Trevas	Pelotas
Waldemar Coufal	Diário de Notícias	Pelotas
Alcebiades Augusto da Silva	A Palavra	Pelotas
Djalma Paulino de Mattos	Diversos jornais da cidade	Pelotas
Carlos Cavalcante Mangabeira	Correio do Sul	Bagé

Jornalista	Jornal	Cidade
Francisco Portella	Correio do Sul	Bagé
João A. Ribeiro	Correio do Sul	Bagé
Joaquim Gadret Filho	Correio do Sul	Bagé
Manoel Álvaro Reis	Correio do Sul/Diário de Notícias	Bagé

Quadro 2. Trabalhadores jornalistas por jornais nas cidades de Pelotas e Bagé.

Fonte: Elaboração do autor, 2025. Acervo: DRT/RS-NDH-UFPel.

Ao lado de Maximiano Pombo Cirne, trabalhavam mais quatro jornalistas na redação do *Diário Popular*, jornal fundado em 1890 como órgão republicano e que encerrou suas atividades em 2024, sendo um dos jornais mais longevos do Brasil. Já o jornal *A Opinião Pública* iniciou sua circulação em 1896, por iniciativa de alguns ex-integrantes do *Diário Popular*, sendo lançado como “órgão dos interesses gerais”, tornando evidente sua desvinculação partidária no começo de sua circulação. Em seguida, se tornou propriedade de João Moura, entretanto, conforme Beatriz Loner “em 1913 começou uma trajetória de sucessivos arrendamentos, intercalados por períodos em que representantes da família Moura assumiram sua redação” (Loner, 2010, p. 187). O encerramento do jornal ocorreu em 1962.

O jornal *A Palavra* pertenceu a Diocese de Pelotas e circulou entre os anos de 1912 e 1959: “A criação deste jornal foi iniciativa do primeiro bispo da Diocese de Pelotas, D. Francisco de Campos Barreto, tendo por objetivo a divulgação do apostolado católico e o combate aos “inimigos do catolicismo”. (Amaral, Vicente, 2019, p. 04). É possível que o jornal *Luz nas Trevas* também fosse religioso, embora nenhum dado sobre seu escopo tenha sido encontrado.

Sobre os demais jornais de Pelotas, não foram localizadas outras informações. A Biblioteca Pública Pelotense possui quatro anos de exemplares do *Folha do Povo*, entre 1938 e 1941, mas não

foram encontrados trabalhos sobre esse jornal. A não existência de pesquisas sobre este e os demais jornais – certamente devido à ausência da salvaguarda dos números que foram lançados –, torna a análise dos dados dos trabalhadores jornalistas ainda mais relevantes. Como já destacado, é possível que as fichas de qualificação profissional sejam um dos poucos vestígios tanto das suas trajetórias como dos jornais em que trabalharam.

Assim, se torna relevante averiguar os atestados que foram fixados em algumas das fichas dos trabalhadores jornalistas de Pelotas. Esses documentos foram entregues no momento da solicitação e comprovavam a sua profissão, algo que foi previsto no decreto, mas, se era uma prática de quem solicitava, a maioria das fichas não os conservou.

No caso de Armando Leite Goulart, o documento fornecido pelo *Diário Popular* asseverava que ele era “funcionário remunerado desta empresa, desempenhando as funções de repórter e revisor”. No atestado de Luiz de Oliveira Vaz constava que ele executava “as funções de redator, remuneradamente, no jornal Diário Popular”, enquanto o de Pedro Campos certificava que “é funcionário da Gráfica Diário Popular desempenhando as funções de secretário de redação, remuneradamente”. Os jornalistas da *Folha do Povo* também entregaram certificados. No entanto, o documento de Álvaro Ávila Escobar foi fornecido pela Associação Rio-Grandense de Imprensa que informava que ele “exerce as funções de jornalista, sendo há mais de dois anos colaborador remunerado”. O atestado foi assinado por Vicente Russomano, que era colega de Escobar na *Folha do Povo*, e apesar de Russomano assinar como “delegado” da Associação em Pelotas, o documento, escrito à mão, foi feito em uma folha timbrada do jornal. Já Russomano também entregou uma declaração, desta vez datilografada e assinada pelo diretor

da *Folha do Povo*: “Declaro, na qualidade de redator da Folha do Povo, vespertino que se publica diariamente nesta cidade, que o Dr. Vicente Russomano é redator remunerado, do referido jornal, desde a sua fundação há dois anos, tendo exercido também funções editoriais no extinto Diário Liberal.”

Carlos Leopoldo Casanova também recebeu uma declaração da *Folha do Povo* que comprovava que ele era “redator desta folha desde a sua fundação, tendo vindo do jornal vespertino Opinião Pública, onde trabalhou por mais de vinte anos”. O documento era assinado, “na qualidade de diretor e gerente” por Guerreiro Victoria e José Veríssimo Alves, respectivamente, sendo que as fichas destes não possuem documentos anexados. A ficha de Vitorio Patzer, do jornal *A Opinião Pública*, também anexou uma declaração: “Declaro que o Sr. Vitorio Patzer, é funcionário deste jornal, onde ocupa o lugar de gerente”. A ficha de Álvaro Alves de Carvalho também anexou um documento emitido pelo mesmo jornal afirmando que ele “exerce as funções de redator de A Opinião Pública desde o ano de 1918”. O responsável por ambos os documentos foi o colega deles Mario Dias de Moura, que assinou como “Diretor-gerente”.

Na ficha de Alcebiades Augusto da Silva, do periódico *A Palavra*, também constava uma declaração que atestava que ele “exerce a função de gerente do jornal diocesano A Palavra, há vinte anos, com critério, dedicação como homem de caráter e de comprovada honradez”. O documento foi assinado pelo Padre José Antonino de Queiroz, que ocupava o cargo de diretor do jornal. Já Waldemar Coufal era correspondente do *Diário de Notícias* em Pelotas. A informação consta na declaração que foi anexada com sua ficha atestando seu vínculo: “Atestamos que o Sr. Waldemar Coufal é funcionário remunerado, na redação desta folha, exercendo a sua atividade em Pelotas, onde é correspondente”. Já a ficha de Djalma Paulino de Mattos

não apresentava uma declaração, mas registrou no campo “estabelecimento” que ele trabalhava em “diversos jornais da cidade”. Ele não possuía vínculo específico com nenhum dos jornais, entretanto, poderia desenvolver trabalhos para todos, possivelmente um trabalhador independente, conhecido na atualidade como *freelancer*.

Todas essas informações registradas nos atestados fornecidos pelos jornais e, também, o que foi anotado na ficha do último trabalhador que denota sua atuação diversificada na imprensa pelotense, demonstram que apesar de em todas as fichas constar, no campo “profissão”, “jornalista”, suas ocupações eram diversificadas exercendo outras funções na redação das folhas. As declarações igualmente remetem ao que era previsto no decreto que reconheceu a profissão de jornalista. Conforme abordado acima, na nova legislação se definiam quais as ocupações do “trabalhador intelectual” eram reconhecidas como componentes da atividade jornalística, assim como, eram apontadas aquelas não integradas ao trabalho da redação. Dessa forma, os atestados detalhavam qual o cargo, o tempo de trabalho, destacavam a experiência em outros jornais e eram devidamente assinados por colegas que asseguravam a competência do solicitante – e em uma delas também o caráter e a honradez do trabalhador. Esses documentos podem ser considerados como integrando uma rede de solidariedade entre eles, já que parte de quem assinou o documento, igualmente encaminhou o pedido de sua carteira.

As informações dos trabalhadores jornalistas do jornal *Correio do Sul*, de Bagé, vão ao encontro das constatações atribuídas aos de Pelotas. As fichas dos cinco trabalhadores registraram “jornalista” no campo profissão e, no campo “estabelecimento”, incluíram adjetivos junto ao título do jornal, identificando suas respectivas funções. Cada um dos jornalistas desempenhava uma atividade: um era o “diretor”, outro o “redator”, dois pertenciam a “redação” e o

último era “colaborador”. Um deles, da “redação” fez questão de colocar que igualmente desempenhava a mesma ocupação no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre; provavelmente ele era um correspondente, da mesma forma que foi verificado para o trabalhador jornalista de Pelotas. Semelhante aos trabalhadores dos jornais de Pelotas e do jornal bageense, certamente outros jornalistas também desempenham atividades específicas dentro dos demais jornais. No entanto, somente a partir das declarações anexadas nas fichas dos solicitantes de Pelotas e os adjetivos anotados naquelas dos de Bagé, permitem perceber nuances de como o trabalho de uma redação era distribuído.

Entre as 18 fichas dos trabalhadores jornalistas de Pelotas, 16 possuem as fotografias 3x4 afixadas e as cinco fichas dos jornalistas do Correio do Sul também. As figuras 4, 5 e 6 apresentam as 16 fotografias e a figura 7 os cinco jornalistas de Bagé. Na figura 4 constam os vinculados ao *Diário Popular*: Armando Leite Goulart, Luiz de Oliveira Vaz e Pedro Campos (fotografias 1, 2 e 3) e *Folha do Povo*: Álvaro Ávila Escobar, Carlos Leopoldo Casanova e Guerreiro Victória (fotografias 4, 5 e 6). Na figura 5 mais dois vinculados a *Folha do Povo*: José Veríssimo Alves e Vicente Russomano (fotografias 1 e 2) e a *Opinião Pública*: Álvaro Alves Carvalho, Mario Dias de Moura e Victorino Patzen (fotografias 3, 4 e 5). Na figura 6 a jornalista de *O Monitor*: Gracinda Santos de Oliveira (fotografia 1), e os jornalistas Astrogildo Marques Pacheco, do *Luz nas Trevas* (2), Waldemar Confal, do *Diário de Notícias* (3), Alcebiades Augusto da Silva, do periódico *A Palavra* (4) e Djalma Paulino de Mattos, cuja ficha registrou “Diversos jornais de Pelotas” (5). Na figura 7, os jornalistas do Correio do Sul: Carlos Cavalcante Mangabeira, Francisco Portella, João A. Ribeiro, Joaquim Gadret Filho e Manoel Álvaro Reis.



Figura 4 (conjunto acima) e Figura 5 (conjunto abaixo). Acervo DRT/RS-NDH-UFPeL.



Figura 6. Acervo DRT/
RS-NDH-UFPel.



Figura 7. Acervo DRT/
RS-NDH-UFPel.

Na figura 4 destaca-se a fotografia de Luiz de Oliveira Vaz (segunda fotografia) com o enquadramento que permite ver não apenas a cabeça, como também parte do seu torso, que está levemente inclinado, ressaltando o registro realizado de uma forma diferente dos demais e permitindo ver o lenço no bolso de seu casaco. A fotografia foi realizada sem a placa com a data, o que era uma exigência do decreto. Dessa forma, para resolver o problema, o fotógrafo acrescentou o dia no negativo, permitindo, assim, que o trabalhador pudesse aproveitá-la à solicitação, sendo que o mesmo ocorreu com a fotografia do terceiro da figura 6.

Na figura 6 destaca-se a fotografia de Gracinda Santos de Oliveira, uma das três mulheres jornalistas localizadas nas fichas. Ela trabalhava na revista *O Monitor*, sendo que a única informação encontrada consta em uma página de leilões, que comercializou um exemplar, cuja única fotografia disponível é da capa na qual consta a cidade de publicação como sendo Pelotas e a data de setembro de 1948, referente ao número 4 do ano X.^{XIV} Se for a mesma revista que Gracinda Santos de Oliveira trabalhou, isso significa que no momento da solicitação de sua carteira, 1939, a revista estava no seu segundo ano de circulação.

Em relação aos trabalhadores jornalistas de Bagé, na figura 7, a placa com as datas dos seus registros é igual, permitindo inferir que foram realizados no mesmo estúdio em um curto espaço de tempo nos dias 08, 09 e 11 de maio de 1939. As cinco fichas estão em um mesmo livro, da mesma forma como ocorreu com os trabalhadores jornalistas de Pelotas, o que indica que em ambas as cidades o preenchimento dos documentos ocorreu, provavelmente, no mesmo dia. A fotografia do primeiro, mostra um lenço no bolso

^{XIV} Disponível em: <https://www.albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=21778388>. Acesso em 20/04/2025.

do casaco, o segundo optou por manter os óculos e os dois últimos exibiam o mesmo adereço, semelhante a um pequeno broche, em seus casacos.

Considerações finais

O encerramento do jornal *Diário Popular*, em 12 de junho de 2024, tomou os seus leitores de surpresa. O fim da circulação dos exemplares impressos chegou sem aviso prévio, em um dia o jornal circulou com uma despedida e, no outro, desapareceu. Seu ocaso foi tão drástico que na atualidade nem mesmo a sua página na internet existe mais. Da mesma forma que o *Diário Popular*, fundado após 133 anos, vários outros jornais do Rio Grande do Sul igualmente não circulam mais, sendo apenas o *Correio do Povo*, dentre todos os citados neste texto, que continua com suas operações. Dessa forma, as informações registradas nas fichas de qualificação profissional sobre os trabalhadores jornalistas são relevantes tanto para compreender um viés das trajetórias de quem compunha as redações, como também a própria história dos impressos.

O número expressivo de títulos de periódicos verificados nos dados da DRT/RS permite considerar que a imprensa que circulou no Rio Grande do Sul no final dos anos 1930 e no começo da década seguinte era diversificada, com jornais diários, pequenos periódicos e revistas. Alguns jornais, como *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *Correio do Sul* podem ser classificados como empresas, conforme a afirmação de Francisco Rüdiger (2003) quando trata da transformação do jornalismo a partir das primeiras décadas do século XX^{xv}. Entretanto, é possível considerar que

^{xv} O desenvolvimento da imprensa e das atividades jornalísticas no Rio Grande do Sul não difere

outros, tanto da capital como dos municípios do interior, ainda se assemelhavam às características anteriores, com circulações locais, presença de equipes menores e, possivelmente, em alguns casos, com a continuação de uma forma artesanal da produção dos seus impressos, semelhante àquelas do século XIX.

O resultado mais relevante da pesquisa, contudo, foi a possibilidade de evidenciar as histórias de trabalho de algumas das pessoas que integravam a imprensa no Rio Grande do Sul nos anos 1930 e 1940. Os dados permitem traçar um perfil dos trabalhadores jornalistas – e das trabalhadoras jornalistas –, alguns conhecidos, mas a maioria, esquecidos pelo tempo. Este capítulo torna parte das histórias dos 108 solicitantes de carteira evidentes novamente, individualizando-os, apresentando alguns a partir de seus nomes e rostos. No passado, as trajetórias desses profissionais estavam vinculadas aos jornais nos quais trabalharam, o que poderia trazer notoriedade a partir do desempenho na redação das notícias e artigos. No presente, seus nomes e fisionomias se tornam notáveis outra vez nas páginas desse texto. Ao buscarem por suas carteiras profissionais, possibilitaram salvaguardar um momento único de suas existências e, especialmente, tornaram suas fotografias 3x4 condutoras para acessar um vislumbre de suas histórias de vida no presente.

daquele ocorrido no restante do país conforme exemplifica o trabalho de Marialva Barbosa (2007) no qual a autora analisa nos primeiros capítulos um grande número de jornais que circularam nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro. Uma parte desses jornais passavam a se dedicar a notícias do cotidiano envolvidas com assassinatos, acidentes, prostituição e violência, ou seja, publicações caracterizadas como sensacionalistas. Entre outros, ver: (Ottoni, 2007) e (Mattos, 2008). Além disso, a imprensa se diversifica nos temas, apresentação e abordagens (Luca, 2006).

Referências

AMARAL, Giana Lange do; VICENTE, Magda de Abreu. O jornal católico A Palavra e os preceitos para a educação rural não formal na Diocese de Pelotas-RS (décadas de 1940 e 1950). **Rev. HISTEDBR On-line**, v. 19, p. 1-27, 2019.

ASSMANN, Alice Beatriz; ZARPO, Janice Zarpellon; HATJE, Marli. Jornalismo esportivo no Rio Grande do Sul: tecendo narrativas de protagonistas. **Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde**, Campinas: SP, v. 16, n. 1, p. 70-84, jan./mar. 2018.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 21/10/2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938. Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 14/04/2025.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009.

COSTA, Beth. Diploma em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade. In: **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. Federação Nacional dos Jornalistas. Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/03/livro11.pdf> Acessado em: 23/04/2025.

CUNHA, Jaqueline Rosa. **A formação do sistema literário de Pelotas**: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

JAQUES, Biane Peverada. **“Eis, aí, como tomei contato com o Diário”**: Ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas 1922-1949. Porto Alegre: Editora Fj, 2020.

JAQUES, Biane Peverada. **Rede social, memória e identidade**: a elite imigrante portuguesa em Pelotas-RS, 1910-1992 - análise biográfica de Aníbal de Oliveira Vidal e Maximiano Pombo Cirne. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LINHARES, Bruna Natasha Bernardes. **Crônica e cidade**: um retrato de Porto Alegre nas colunas de Jotabê no Correio do Povo (1955-1959). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

LONER, Beatriz Ana. Negros: Organização e luta em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v.5, p. 01-17, dezembro de 1999.

LONER, Beatriz. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: SCHMIDT, Benito. (Org). **Trabalho, justiça e direitos no Brasil**. Pesquisa histórica e preservação das fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010, p.09-24.

LONER, Beatriz. Opinião Pública, A. In: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2010, p. 187-188.

LOPES, Aristeu. **Trabalhadores da carne e do couro em 3x4**: histórias de trabalho e fotografias nas solicitações de carteira profissional em frigoríficos e curtumes no Rio Grande do Sul, anos 1930/1940. Porto Alegre: Casaletras, 2023.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos Periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p.111-153.

MATTOS, Rômulo Costa. **Pelos pobres!** As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: UFF, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, n. 45, v. 23, p. 11-36, 2003.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política**: uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Porto Alegre, 2011.

OTTONI, Ana Vasconcelos. **Flores do vício**: imprensa e homicídios de meretrizes no Rio de Janeiro (1896-1925). Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PETRARCA, Fernanda Rios. **“O jornalismo como profissão”**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: 3ª ed. Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, n. 1, v.21, p.100-124, 2017.

VALDUGA, Gustavo. **Para além do coronelismo**: italianos e descendentes na administração dos poderes executivos da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1924-1945). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

INCONSTITUCIONALIDADE

Em setembro de 2023, o STF declarou o **Marco Temporal** inconstitucional, afirmando que os direitos indígenas são originários e não dependem de ocupação em 1988.

Arrasta para o lado

ENTENDA A LUTA CONTRA O MARCO TEMPORAL E A INCONSTITUCIONALIDADE



MÍDIA INDÍGENA

Arrasta para o lado

PEC 48/2023

A PEC 48 tenta fixar o Marco Temporal na Constituição, **desconsiderando a decisão do STF**.

Arrasta para o lado



8/8

CONTAMOS COM VOCÊ!

Juntos podemos proteger os **direitos indígenas** e nosso planeta.

MÍDIA INDÍGENA

O QUE PODEMOS FAZER?

- Vote **NÃO** na consulta pública do Senado.
- Pressione os Senadores do seu estado.
- Compartilhe e fortaleça o movimento e a comunicação

7/8



2/8

O QUE É O MARCO TEMPORAL?

O Marco Temporal **limita a demarcação de terras indígenas** às que eram ocupadas na promulgação da Constituição em 1988.

Arrasta para o lado



6/8

O QUE ESTÁ EM JOGO?

A aprovação de PEC 48 ameaça os **direitos indígenas** e a **proteção do meio ambiente**.

PARTE V

Mídias Digitais

Arrasta para o lado

A aplicação da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios (*Two-Step Flow*) na disseminação de mensagens negacionistas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil

MARIA PORTILHO BAGESTEIRO

O presente trabalho busca aplicar a Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios (*Two-Step Flow*), de Paul Lazarsfeld (Matterlart, 2006), ao analisar a disseminação de mensagens negacionistas durante a pandemia do coronavírus no Brasil. A pesquisa busca identificar como o ex-presidente e seus apoiadores atuaram como líderes de opinião, promovendo a desinformação sobre as vacinas, as medidas de proteção e ao tratamento precoce. Através da utilização da teoria, espera-se compreender como tais mensagens de Bolsonaro foram filtradas e interpretadas por determinados mediadores, que amplificaram seu discurso no jornal *Gazeta do Povo*.

Este artigo é um recorte da minha pesquisa de mestrado, desenvolvida na linha de pesquisa “Culturas: entre ensino, linguagens e formação de sentidos” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. O texto nasce de preocupações que atravessam minha investigação atual, com foco princi-

pal em compreender como os usos do passado para fins políticos foram evidenciados durante o governo Bolsonaro (2019-2022). A pesquisa que desenvolvo no mestrado busca analisar como esses usos contribuíram para a construção de uma cultura histórica característica do período, marcada pela legitimação de discursos negacionistas em relação a determinados eventos históricos.

Nos últimos anos, eventos históricos como a pandemia da Covid-19 foram amplamente utilizados como ferramentas para impulsionar discursos ideológicos. O governo de Jair Bolsonaro, por si só, destacou-se ao utilizar das redes sociais e outras mídias para a disseminação de desinformação, ao fomentar a contestação das vacinas, ao contrariar as medidas protetivas determinadas pelas instituições científicas e promover o tratamento precoce com a utilização de medicamentos não comprovadamente eficazes contra o vírus.

A partir disso, a Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios, desenvolvida por Paul Lazarsfeld, oferece uma perspectiva valiosa para compreender como essas mensagens foram disseminadas durante o período. Para tal investigação, o presente trabalho buscará articular a questão da relevância das publicações dos líderes de opinião (neste caso, Bolsonaro e alguns de seus apoiadores) no contexto da pandemia da Covid-19 e a maneira em que seu público reinterpreto tais mensagens, condicionando contestações que permeiam o negacionismo científico.

A aplicação da teoria na investigação, buscará explorar o papel que esses líderes de opinião tiveram ao consolidar mensagens controversas e negacionistas, justificando-se assim, pela necessidade de compreender o impacto das estratégias de comunicação do governo sobre a sociedade e saúde pública, destacando a importância de sujeitos intermediários em ampliar tais narrativas.

Two-Step Flow e articulações com o negacionismo científico no governo Bolsonaro

A teoria *Two-Step Flow* desenvolvida por Paul Lazarsfeld e Robert Merton nos anos 40 e 50, surgiu como uma espécie de resposta à Teoria da Agulha Hipodérmica (proposta por Harold D. Lasswell), no qual a mídia era vista enquanto uma “agulha” ao qual tinha a capacidade de “injetar” informações diretamente nos receptores sem resistência. Dessa forma, a teoria *Two-Step Flow* propunha um modelo mais dinâmico e complexo de compreender a comunicação, em que as mensagens emitidas não são absorvidas de imediato pelo público - ainda mais de forma passiva -, passando por intermediários antes de enfim chegar as “massas”.

A primeira pesquisa significativa que utilizava da teoria, *The People's Choice* (1944), buscou investigar a mídia como influenciadora nas eleições de Erie County, em Ohio, voltando seu olhar aos seiscentos eleitores aptos a votar nas eleições presidenciais de 1940. Em seguida, no ano de 1955, Lazarsfeld e Eliju Katz produziram o trabalho intitulado como *Personal Influence*, aprofundando o estudo da análise de processos de decisão, em particular, das decisões de consumo, identificando a importância dos grupos primários para a disseminação de informação (Mattelart, 2006, p. 48).

A ideia central que a *Two-Step Flow* propõe, é de que a comunicação não seguiria um caminho direto entre a mídia para o público geral. Em vez disso, ela passaria por uma etapa intermediária, em que os líderes de opinião são mais expostos e informados por ela, transmitindo as informações recebidas para outros membros do público, que por sua vez, teria um contato menor aos meios de comunicação do que esses indivíduos. Como afirma Mattelart “no primeiro degrau, estão as pessoas relativamente bem informadas, porque estão diretamente expostas à mídia; no segundo, há aquelas

que frequentam menos a mídia e dependem dos outros para obter informação” (2006, p.48). Lazarsfeld (1964) explica que os líderes de opinião não pertenciam necessariamente às elites intelectuais ou sociais, mas eram indivíduos mais engajados e expostos à mídia:

Verificamos que certas pessoas que denominamos ‘líderes de opinião’ têm especial propensão para exercer essa influência pessoal. Ao contrário do que se pensava, tais líderes não se encontravam particularmente nas classes mais cultas ou entre as pessoas de maior prestígio da comunidade, mas distribuíam-se de forma bastante equilibrada por todas as classes e profissões. Eram, entretanto, pessoas mais interessadas pelas eleições do que os cidadãos normais e consideravelmente mais expostas ao rádio, jornais e revistas. Admitiu-se então que o fluxo das comunicações seguia dois estágios: do rádio e imprensa aos líderes de opinião e destes aos membros menos ativos da população (Lazarsfeld, 1964, p. 89 *apud* França; Simões, 2017, p. 69)

Dessa maneira, a teoria proposta, tem um impacto profundo na compreensão de como as mensagens se disseminam e influenciam comportamentos coletivos, especialmente se pensarmos em contextos políticos e sociais. Embora essa teoria tenha sido formulada na década de 1940, em um contexto de mídia tradicional e sociedade sem internet, sua aplicabilidade permanece relevante no mundo digital contemporâneo.

A mediatização da sociedade reconfigurou o papel desses líderes de opinião, que agora, em plataformas digitais, atuam como figuras centrais na difusão e amplificação de mensagens. Segundo Lauro Aires, “a mediatização nos permite olhar o segundo estágio do modelo de Lazarsfeld como um fenômeno mediático”, destacan-

do que, mesmo em ambientes digitais, as mensagens ainda passam por filtros intermediários, agora representados por influenciadores digitais e figuras públicas (2008, p. 7)

Na era digital, as redes sociais, blogs e outras plataformas online permitiram uma intensificação da relação entre os líderes de opinião e seus seguidores, ao oferecerem interatividade constante e imediata. O público, que antes dependia de meios tradicionais como jornais e rádio para se informar, agora segue influenciadores digitais que atuam como mediadores de conteúdo.

Esses novos líderes de opinião reinterpretam, moldam e amplificam as mensagens para seu público-alvo. O autor destaca que “os líderes de opinião reconfigurados pelos meios de comunicação não fariam mais a função de filtro, mas se apresentariam como referência de ideias, posicionamentos e até comportamentos” (Aires, 2008, p. 7).

Essa mudança de papel reflete a transformação de uma sociedade analógica para uma digital, onde a influência desses líderes não se limita mais a pequenos grupos locais, mas pode se espalhar globalmente através das redes sociais.

Além disso, a pertinência da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios no contexto digital está profundamente ligada às transformações das relações sociais mediadas pela tecnologia. Hoje, todas as interações sociais estão inseridas em um ambiente mediático, o que reforça a relevância da teoria na análise de fenômenos contemporâneos de comunicação e influência. Conforme afirma Aires (2008, p. 8), “todas as relações sociais passariam a estar em um ambiente mediático”.

Isso significa que, embora as comunicações digitais possam parecer diretas, elas são constantemente mediadas por plataformas e influenciadores que moldam as mensagens de acordo com seus

interesses e contextos específicos. Dessa forma, a teoria de Lazarsfeld, mesmo criada na metade do século XX, continua sendo um modelo poderoso para compreender como as mensagens são difundidas e influenciam a opinião pública no contexto das mídias digitais atuais.

Ao investigarmos a disseminação de informações e *fake news* nas redes sociais durante o governo Bolsonaro, poderíamos identificar essa relação entre o ex-presidente e seus apoiadores (que passam a ser líderes de opinião devido sua influência digital) inseridos no primeiro estágio da teoria. Carreiro, Silva e Freire (2021) evidenciam a potencialidade do contexto permitir que esses indivíduos alcancem um público maior:

(...) o atual contexto digital abriga fenômenos com forte interdependência entre a ação de usuários comuns, líderes de opinião e novos modos de disseminação de informação política. É destacado o papel de determinados perfis na forma como o conteúdo circula em diferentes redes, além de assinalar uma certa articulação e organização nessas campanhas (Carreiro, Silva e Freire, 2021, p. 62).

Ainda, suas análises voltaram a perfis do *Twitter* de deputados dos estados de Rio de Janeiro (Carlos Jordy, Hélio Lopes e Major Fabiana, integrantes do partido PSL) e São Paulo (Carla Zambelli e Eduardo Bolsonaro do PL e Marco Feliciano do partido Republicanos). Deste modo, ao analisar 6590 *tweets* durante o período de explosão da crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 (entre os meses de março e maio de 2020) foi possível perceber na comunicação desses apoiadores o caráter propagandístico da argumentação em relação ao negacionismo histórico do então presidente.

Ao explorar tais materiais, Carreiro, Silva e Freire (2021), che-

gam a uma categorização das mensagens publicadas por esses indivíduos durante o período selecionado, chegando assim em seis categorias descritivas como: 1) contra o isolamento, 2) em defesa da cloroquina, 3) desconfiança da doença, 4) ataque às instituições, 5) defesa das ações do governo e 6) outros (2021, p. 66). Os resultados demonstraram que a partir do período, a produção e disseminação das *fake news* contribuíram para a propagação do negacionismo científico, desacreditando a ciência e projetando o discurso de seu líder (este no primeiro degrau).

Vale ressaltar, que a produção dessa investigação nos evidencia a necessidade de olhar tais indivíduos, de uma maneira que possibilite “compreender a circulação de informação política em meios digitais, uma vez que essas contas condensam pensamentos, informações, ideias e argumentos em mensagens organizadas e com grande alcance” (Carreiro, Silva e Freire, 2021, p. 76).

Nesse sentido, a pesquisa de Recuero e Soares (2021) ao buscar compreender os mecanismos de circulação da desinformação, a partir da caracterização desse conteúdo e da maneira em que se espalham, torna evidente a influência dos influenciadores como atores centrais no debate acerca de uma possível cura ainda no primeiro mês de pandemia.

Ao caracterizar esses indivíduos, Recuero e Soares (2021, p. 7) defendem dois aspectos para os identificá-los, dentre eles: 1) usuários com grande visibilidade e algum tipo de reputação que podem direcionar as discussões e afetar o posicionamento de outros usuários e 2) usuários muito ativos na rede, que influenciam as discussões por meio de suas ações ao dar visibilidade a certas temáticas e opiniões.

Para os autores, a hipótese do “*Two-Step Flow*” de Lazarsfeld pode ser aplicada neste contexto, ao atribuir esses usuários como

fundamentais no processo do fluxo de comunicação. Nesse sentido, ao definir algumas categorias de influenciadores, a que mais contribui para o presente trabalho é a de líderes de opinião, os quais se caracterizam por

usuários que influenciam devido sua reputação social baseada nas suas opiniões ou práticas sociais. Na maioria das vezes esses usuários são pessoas públicas como políticos, jornalistas, celebridades, blogueiros e etc (Recuero e Soares, 2021, p.8)

O discurso de Bolsonaro e a ampliação a partir do jornal Gazeta do Povo

A *Gazeta do Povo* é o jornal mais antigo em circulação no Paraná, fundado em 1919 por Benjamin Lins. Desde o início, propôs-se a ser um “jornal combativo, que ‘quebrasse a unanimidade da imprensa oficiosa do jornalismo curitibano de então”” (*Gazeta Do Povo*, 2009a, s/p). Apesar de se declarar independente, teve sua fundação financiada por grandes famílias conservadoras do estado, especialmente ligadas à erva-mate e à madeira (Oliveira Filha, 2006).

Em 1962, o jornal foi adquirido por Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski, fundadores do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). A nova gestão impulsionou sua modernização, tornando-o referência no Paraná. Inovador, foi pioneiro na impressão *offset* nos anos 1970 e na digitalização nos anos 1990, consolidando-se como o principal jornal do estado.

Em 2017, a *Gazeta do Povo* passou por uma reconfiguração editorial, encerrando sua edição impressa diária e adotando um modelo digital alinhado a uma perspectiva politicamente orienta-

da. Esse movimento marcou uma “guinada à direita”, tornando-se “um veículo de posição e representante do conservadorismo brasileiro” (Tavares, 2020, p. 118). A mudança ampliou seu alcance nacional, atraindo um público alinhado à sua nova linha editorial. Para exemplificar trouxemos uma imagem dos principais colonistas e jornalistas do periódico, atualmente.

Opiniões fortes para os debates mais importantes

Nosso time de colonistas reúne nomes consagrados como J.R Guzzo, Rodrigo Constantino, Guilherme Fiúza, Daniel Lopez e Alexandre Garcia.

São colunas exclusivas com os melhores jornalistas conservadores e liberais do país.



Alexandre
Garcia



Roberto Motta



Diogo Schelp



Francisco
Razzo



Guilherme de
Carvalho



Guilherme
Fiúza



J. R. Guzzo



Leonardo
Coutinho



Paulo Cruz



Paulo
Polzonoff



Daniel Lopez



Rodrigo
Constantino

Figura 1. Lista de colonistas jornalistas do jornal *Gazeta do Povo*. Fonte: *Gazeta do Povo - Por que assinar?*, Janeiro de 2025.

A escolha pelas matérias do jornal *Gazeta do Povo* se dá pelo expressivo posicionamento do grupo após a Operação Lava Jato, que adotou um comportamento antipetista no contexto fervoroso da polarização política em que o país estava inserido, como apontado por Tavares (2020)

Aproveitando a onda de polarização que tomou conta do país e do surgimento do ‘novo populismo de direita’, grupo que tem como identidade o conservadorismo neoliberal, punitivo, que rejeita políticas públicas de mobilidade social e fortemente antipetista (Gallego, Ortellado & Moretto, 2017), a Gazeta se tornou um veículo com discurso visando esse público (Tavares, 2020, p. 177).

Buscaremos evidenciar brevemente o discurso de Bolsonaro em relação à vacina, ao *lockdown* e ao tratamento precoce em seu perfil no *Twitter* e assim, exemplificar o processo de ampliação e interpretação dessas mensagens a partir de três reportagens da *Gazeta do Povo*, no qual seus articulistas endossavam as ideias do então presidente. Para isso, apresentamos uma descrição geral de tais materiais, sendo a tabela 1 direcionada a três *tweets* e a tabela 2 em relação às produções jornalísticas.

A utilização das redes sociais como um dos objetos a direcionar nosso olhar justificam-se em ser uma das maiores ferramentas políticas, como a utilização do *Instagram*, *Twitter* e *Facebook* - caracterizadas pela fácil e rápida disseminação de conteúdo - oferecendo um caráter interativo, um espaço de comunicação direta entre políticos e eleitores. No caso do ex-presidente, elas desempenharam um papel crucial na construção da identidade de líder patriótico, anticomunista e de uma questionável desconfiança quanto as medidas de prevenção durante a pandemia, escancarando um negacionismo científico.

Tweets em @jairbolsonaro		
Temas central do conteúdo	Tweet	Data
Hidroxicloroquina; COVID-19;	“Cada vez mais o uso da Cloroquina se apresenta como algo eficaz. Dois renomados médicos no Brasil se recusam a divulgar o que os curou da Covid-19. Seriam questões políticas, já que um pertence a equipe do Governador de SP?” ¹	08/04/2020
João Dória; Vacina chinesa.	“A vacina chinesa de João Dória. Para o meu governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser comprovada cientificamente pelo ministério da saúde e certificada pela ANVISA. O povo brasileiro não será cobaia de ninguém” ²	21/10/2020
Lockdown; Reino Unido; Sistema de Saúde.	“No Reino Unido, o Departamento de Saúde estima que 16 mil pessoas morreram das mais diversas formas, por não terem acesso ao sistema de saúde, devido à pandemia, enquanto 25 mil morreram de covid” (A postagem ainda conta com uma imagem printada de notícia do jornal Daily Mail com o título “Lockdown killed two people for every three that died of coronavirus” ³	09/08/2020

Tabela 1. Tweets em @jairbolsonaro.

Reportagens do jornal Gazeta do Povo			
Autor	Título	Tema	Data
Guilherme Fiuza	Vacina? Que vacina? ⁴	O texto critica a decisão de proibir a volta às aulas até a vacinação, questionando a lógica do lockdown e a confiança nas instituições de saúde e na vacina.	11/09/2020
Rodrigo Constantino	Tratamento precoce: e se ficar provado que funciona? ⁵	O texto discute o tratamento precoce contra a Covid-19, apontando a falta de consenso científico, mas defendendo a autonomia dos médicos para decidir seu uso com os pacientes. O autor critica a politização do tema e a demonização do tratamento, ressaltando que a ciência ainda não concluiu sua eficácia ou ineficácia.	25/01/2021
Gazeta do Povo	Fome, repressão, censura: 13 milhões de pessoas sob lockdown em Xi'an, na China ⁶	O texto trata dos impactos e dificuldades causadas pelo lockdown rígido em Xi'an, China, devido à política de Covid zero, incluindo escassez de alimentos, abusos e censura.	04/01/2022

Tabela 2. Reportagens do jornal Gazeta do Povo.

Os *tweets* de Bolsonaro durante a pandemia refletem o comportamento do ex-presidente durante todo o período, utilizando estrategicamente das redes sociais e tornando o debate ideológico, ao disseminar narrativas que são consideradas, em sua maioria,

de caráter negacionista científico. A ampliação de seu pensamento acerca da vacina, *lockdown* e tratamento precoce pode ser evidenciada a partir de alguns paralelos com reportagens do jornalista Guilherme Fiuza, do comentarista Rodrigo Constantino e uma que não acusa um produtor, mas sim, a redação da Gazeta do povo.

Vale ressaltar que Guilherme Fiuza é um escritor e jornalista brasileiro, destacando-se pela produção da biografia “*Meu nome não é Johnny*” e por seus diversos artigos de cunho desmoralizante aos governos petistas. Entre 2022 e 2023 teve suas redes sociais – como *Youtube*, *Twitter*, *Facebook*, *Telegram* e *Instagram* – foram suspensas pelo ministro Alexandre de Moraes, além de compor o seletivo grupo de investigados em “inqueritos relacionados a *fake news*, ao financiamento de milícias digitais e aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023”⁷.

Enquanto isso, Rodrigo Constantino é economista, escritor e comentarista político, muito conhecido por suas posições conservadoras e liberais. Além de mostrar amistosidade e apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro desde o ano de 2018, Constantino foi alvo de demissões devido a falas que indicavam um incentivo ao estupro e desmoralização da vítima. Posteriormente, ao lado de Fiuza, integrou ao grupo investigado por apoiar os atos golpistas⁸.

O primeiro paralelo que podemos apontar tem relação com a desconfiança da eficácia da vacina “chinesa”. Em um *tweet* datado em 21 de outubro de 2020, Bolsonaro criticou a posição do então governador de São Paulo, João Dória, sugerindo que a vacina só fosse liberada após aprovação da ANVISA e do Ministério da Saúde – os principais órgãos reguladores e mediadores na crise sanitária do Brasil – dando a entender que a população brasileira não seria feita de “cobaia” do produto chinês. E, desta forma, fez, como apontado por Monari, Araújo, Souza e Sacramento (2021):

Há também a legitimação pela autoridade impessoal, quando Bolsonaro se utiliza da lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para afirmar que, apesar do escrito na norma, não irá recomendar a vacinação compulsória da população contra a Covid-19 (Monari, Araújo, Souza e Sacramento, 2021, p. 11)

Ao levar a discussão, Bolsonaro semeava dúvidas em relação à segurança e eficácia da vacinação, se aproximando da reportagem de Guilherme Fiuza publicada em 11 de setembro de 2020, um mês antes da crítica presidencial direta devido aos trâmites, que até então não passavam de uma possibilidade em relação a compra das vacinas pelo governador.

Podemos evidenciar outra convergência nas falas de Bolsonaro e nas reportagens da *Gazeta do Povo* em defesa do tratamento precoce com medicamentos sem comprovação científica, como a hidroxicloroquina. Na data de 8 de abril de 2020, o então presidente afirmava que o uso deste medicamento se mostrava eficiente, sugerindo que, por disputas políticas, dois médicos ocultaram sua eficácia. Desse modo, Rodrigo Constantino, em 25 de janeiro de 2021, mantinha a defesa presente, mesmo próximo à chegada do período de distribuição das mesmas, reforçando o caráter ideológico na recusa do tratamento.

Encerrando os exemplos apresentados paralelamente, abordaremos como tais indivíduos expressavam seus posicionamentos em relação ao *lockdown*. No dia 9 de agosto de 2020, em seu perfil no *Twitter*, Jair Bolsonaro tecia críticas em relação às medidas de *lockdown*, chegando a apresentar um recorte de uma reportagem do jornal *Daily Mail* para induzir aos seus apoiadores de que pessoas haveriam morrido por não poderem acessar o seu sistema de saúde, e não propriamente, em decorrência pela Covid-19. Dessa

maneira, passam a ser banalizadas falas do gênero, como apontado por Cioccarì, Marques e Ezequiel (2022):

Em meio à crise, Jair Bolsonaro disse que lockdown era o “caminho para o fracasso”. O presidente proferiu outras frases de impacto: “Está morrendo? Tá. Lamento, lamento, lamento, mas vai morrer muito, mas muito mais, se a economia continuar sendo destroçada por essas medidas” (informação verbal); “Tem que reabrir. Nós vamos morrer de fome. A fome mata” (informação verbal), acrescentou. Uma das frases de maior impacto foi proferida quando o presidente foi perguntado sobre o fato de o número de mortes no Brasil ter superado o da China, o presidente respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?” (informação verbal) (Cioccarì, Marques e Ezequiel, 2022, p.109)

O *tweet* de Jair Bolsonaro sugere que as medidas restritivas adotadas durante a pandemia causaram mortes indiretas devido à dificuldade de acesso ao sistema de saúde. Essa perspectiva crítica os *lockdowns*, argumentando que as restrições podem gerar impactos tão severos quanto a própria Covid-19. A matéria do *Gazeta do Povo* segue uma linha semelhante ao destacar os efeitos colaterais do confinamento em Xi’an, como a escassez de alimentos e a repressão policial. Ambos os materiais apontam para os danos sociais e econômicos dessas políticas, questionando sua eficácia e consequências.

Além disso, tanto Bolsonaro quanto a reportagem enfatizam a insatisfação da população diante das restrições impostas pelos governos. O *tweet* menciona dados do Reino Unido para reforçar sua crítica, enquanto a matéria relata protestos e censura na China como resposta ao *lockdown*. Dessa forma, ambos os discursos

se alinham ao destacar os efeitos negativos das políticas rígidas de contenção, sugerindo que elas podem prejudicar a população tanto quanto a pandemia.

Considerações finais

O ciclo de desinformação iniciado nos *tweets* de Bolsonaro e amplificado pela *Gazeta do Povo* oferece um estudo de caso interessante da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios (*Two-Step Flow*). Na primeira etapa tem Bolsonaro, como líder de opinião, transmitindo sua mensagem ao público, principalmente através de seu perfil no *Twitter*, enquanto o segundo tem apoiadores e influenciadores de mídia (neste caso, jornalistas da *Gazeta do Povo*) ajudando a amplificar a mensagem, ainda fomentando maiores discussões acerca dos temas em relação à eficácia da vacina, do *lockdown* e da defesa no tratamento precoce.

A disseminação de desinformação por Bolsonaro e seus apoiadores ilustra a atualidade da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios, pois suas mensagens foram filtradas e amplificadas por mediadores estratégicos. Esses intermediários adaptaram o discurso para diferentes públicos, enquanto os algoritmos das redes sociais potencializaram sua disseminação, reforçando bolhas virtuais (Bagesteiro, 2023, p. 26). Assim, mesmo no contexto digital, a intermediação na comunicação política reafirma a relevância da teoria de Lazarsfeld.

A distância temporal entre os *tweets* de Bolsonaro e as publicações dos articulistas da *Gazeta do Povo* mostra como seus discursos foram mantidos ativos no debate público. Enquanto os *tweets* tinham impacto imediato, os artigos ampliaram essas mensagens,

reforçando suas ideias ao longo do tempo. Isso evidencia uma estratégia de continuidade e ressonância de suas narrativas através da atuação dos líderes de opinião.

Essa dinâmica confirma a relevância da Teoria dos Fluxos de Comunicação em Dois Estágios. A aplicação da teoria no contexto dessa pesquisa buscou evidenciar não só a disseminação desses discursos em dois estágios, mas sim, problematizar a atuação dos líderes de opinião que se mantém no centro da relação recepção x filtração, o que se sustenta a partir da “configuração de meios de comunicação resultantes da articulação entre dispositivos tecnológicos e condições específicas de produção e recepção” (Verón, 1997, p. 13 *apud* Aires, 2008, p. 6). Esse processo nos apresenta a ampliação do impacto da desinformação, o que a torna mais duradoura e influente.

Vale ressaltar, que o período pandêmico em que se iniciou em 2020 no Brasil e no mundo, caracterizou-se pela escancarada argumentação ideológica em prol de um negacionismo científico. O impacto desses líderes e mediadores repercutiram danos irreversíveis à saúde de pessoas que foram contaminadas, provocando a morte de mais de 714.078 pessoas⁹ e influenciando a não vacinação de mais de 11 milhões de brasileiros¹⁰. A utilização desses meios e ampliações de discursos, nos fazem perceber que nos últimos anos, o maior vírus também se inseriu nas redes sociais.

Referências

AIRES, Lauro. Re-significação dos Líderes de Opinião pelo ambiente midiático: uma abordagem teórica no campo da comunicação. In.: **Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, XXXI, Natal, 2008.

BAGESTEIRO, Maria Portilho Bagesteiro. **Narrativas revisionistas e negacionismos históricos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022):** uma análise a partir das mídias digitais. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

CIOCCARI, Deysi; MARQUES, Rodolfo Silva; EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Bolsonaro e a pandemia covid-19: discurso, imagem e poder. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 17, n. 30, 29 Dez 2022. p. 106–122. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cambias-su/article/view/19999>. Acesso em: 14 jan 2025.

CARREIRO, Rodrigo; SILVA, Rodrigo Daniel; FREIRE, Thiago. #FechadoComBolsonaro: líderes de opinião e reforço de discurso durante a pandemia do Coronavírus no Brasil. **Compólitica**, v. 11, n. 2, 2021. p. 55-80.

FERRAZ, Luiz Marcelo Robalinho. Saúde e política na crise da Covid-19: apontamentos sobre a pandemia na imprensa brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, 2020.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Autêntica, 2017.

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MONARI, A. C. P.; ARAÚJO, K. M. de; SOUZA, M. R. de. Legitimando um populismo anticiência: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre a vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Revista LIINC em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e5707, maio, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5707/5268>.

RECUERO, Raquel da Cunha; SOARES, Felipe Bonow. O Discurso Desinformativo sobre a Cura da covid-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Brasília, DF. Vol. 24 (2021), 2021. p. 1-29.

TAVARES, Camilla Quesada. O papel político do jornalismo: as “convicções” da Gazeta do Povo e a produção da notícia. **Compólitica**, v. 10, n. 2, 2020. p. 167-192.

Notas finais

¹ Disponível em: <https://x.com/jairbolsonaro/status/1247841886917791745?t=I45yGc8BoRnCoF-thOyFOWA&s=19>.

² Disponível em: https://x.com/jairbolsonaro/status/1318909799505985537?t=ELAx4LH8Qi_OU-PRcKJD5rA&s=19.

³ Disponível em:

https://x.com/jairbolsonaro/status/1292522930279260160?t=yNjz7KqByJt_7wifGp9Aw&s=19.

⁴ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/guilherme-fiuza/vacina-que-vacina/>.

⁵ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/tratamento-precoce-e-se-ficar-provado-que-funciona/>.

⁶ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/fome-repressao-censura-13-milhoes-de-pessoas-sob-lockdown-em-xian-na-china/>.

⁷ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guilherme_Fiuza.

⁸ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rodrigo_Constantino.

⁹ De acordo com o painel interativo e veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>.

¹⁰ ‘Medo’ e ‘desconfiança’: 11 milhões não se vacinaram contra covid no Brasil. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2024/05/24/medo-desconfianca-vacinacao-covid-ibge-pnad-continua.htm?cmpid=copiaecola>.

O mal da terra:
a luta indígena frente a repercussão midiática

JANINE BARTHIMANN

A cultura ancestral dos povos originários está pautada em uma filosofia de vida, como um grande ensinamento, em tempos imemoriais. Sabendo viver e se relacionar com a Mãe Terra. Prestando pelo respeito, carinho, amor e zelo. A terra é um lugar de se viver.

O líder indígena Ailton Krenak em sua obra “Ideias para adiar o fim do mundo”, diz de maneira poética e encantadora a relação dele com a natureza:

Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou para conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal

fala: “Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser” (Krenak, 2020, p.18).

Infelizmente, ainda em tempos atuais, a sociedade não-indígena não compreende esta ancestralidade. Ao longo de toda história brasileira, a imagem do povos originários esteve moldada por uma visão distorcida de sua realidade cultural. Esses povos, continuam sendo vistos como “selvagem”, alheios ao convívio com a “humanidade”. A visão etnogênica acerca dos seus costumes e modo de vida, gera violência em todos os âmbitos.

Houve sempre uma batalha discursiva que se inscreveu na produção das identidades indígenas. Ao mesmo tempo em que se introduzia um discurso racista, desde o início, a resistência a esta hierarquia de racionalidades esteve presente, quer fosse agenciada pelos próprios europeus

Nesse sentido, as diferentes mídias, com todas as suas transformações, mediaram muitos dos processos de contato, a princípio agenciados pelos europeus, depois pelo Estado brasileiro e hoje, também envolvendo os próprios indígenas, presentes nas redes sociais. Este processo contínuo e difuso foi sempre marcado pela resistência e entre outros efeitos, produziu nas sociedades latino-americanas uma condição de “estar ou sentir-se entre”.

Dessa forma, a diferença colonial cria condições para situações dialógicas, nas quais se encena, do ponto de vista subalterno uma enunciação fraturada como reação ao discurso e à perspectiva hegemônica. Assim, o pensamento liminar é mais do que uma enunciação híbrida. É uma enunciação fraturada em situações dialógicas com a cosmologia territorial e hegemônica. (Mignolo, 2003, p.11).

A obra “A invenção do índio e narrativas orais Tupi” (Neves, 2009) faz uma intensa incursão nas formas como a história ociden-

tal e cinco sociedades indígenas, a partir de suas narrativas orais, produziram diferentes identidades e dá início a uma série de trabalhos desenvolvidos na pós-graduação sobre a identidade dos povos indígenas.

De acordo com Luca (2011) a imprensa é responsável pelo envolvimento dos sentidos e significados gerados na sociedade. Sendo um veículo de comunicação que influenciam um grande número de pessoas e refletem as correntes de pensamento dominantes.

Além disso, como cita Mattelart (2006), a produção intelectual disseminadas nos meios de comunicação correlacionam entre os produtos culturais e interesses econômicos pertencentes a uma produção industrial destes produtos culturais – transformados, pois, em mercadorias, categoria cara à tradição marxista, com todas as suas implicações e desdobramentos: os processos de alienação e reificação, entre outros.

Conflitos diante do mal da terra em Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul está situado na região centro-oeste do Brasil. Um estado rico em seu solo e fértil na disputa agrárias. E traz dados chocantes acerca da violência aos povos originários. O período de 2003 e 2019, por exemplo, concentrou 39% dos 1.367 assassinatos de lideranças indígenas ocorridos no Brasil, de acordo com Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Só em 2019, o estado registrou 10 mortes, o maior número entre as 35 mortes observadas nacionalmente.

No ano de 2024, ano de votação da PEC 48, os conflitos aumentaram devido ao projeto do “**marco temporal**”. A reivindicação dos ruralistas na posse das terras fez a violência contra os povos indígenas crescer mês a mês.

A exemplo disso, em julho de 2024, indígenas do povo Guarani Kaiowá foram baleados em ataques feitos por homens em caminhonetes. Posteriormente, em agosto de 2024, os ruralistas tentaram expulsar os indígenas Guarani Kaiowá da Terra Panambi-Lagoa Rica, em Douradina. Em seguida, no mês de setembro de 2024, um indígena foi assassinado em um confronto entre as duas partes, na divisa com o Paraguai. A Polícia Militar atuava na região por ordem judicial. No entanto, apenas em caráter pacificador.



O “marco temporal”. Fonte: Site Brasil de Direitos¹.

A imagem acima se refere ao protesto realizado por indígenas e apoiados indigenistas, após a decisão dos Parlamentares aprovarem projeto de lei que ameaça demarcação de terras indígenas. A tese do marco temporal ainda será discutida no Senado e no Supremo Tribunal Federal.

No dia 20 de outubro de 2023, foi publicada a Lei Nº 14.701, “Marco Temporal”, que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nº 11.460, de 21

de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (BRASIL, 2023).

O marco temporal tem como objetivo a demarcação de terras indígenas condicionado a Lei 14.701/ 2023 e basicamente estabelece que os povos indígenas têm direito apenas às terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

O levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) é publicado no momento em que chega a sua quarta e decisiva semana o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que pode definir o futuro das Terras Indígenas (TIs) no país.

O “marco temporal” é uma interpretação ruralista que restringe os direitos dessas populações ao estipular que só poderiam ser demarcados territórios sob a sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. Alternativamente, elas precisariam comprovar que haviam sido expulsas à força de suas terras, o chamado “renitente esbulho”, por meio de disputa judicial ou em campo.

Segundo o jornal *online* publicado no *site* Instituto Socioambiental (ISA), reportagem escrita e editada pelo jornalista Oswaldo Braga de Souza (ISA, 2021)², a tese é injusta porque desconsidera as remoções forçadas e outras violências sofridas por esses grupos até 1988. Também ignora que, até essa época, eles eram tutelados pelo Estado e não podiam entrar na Justiça de forma independente. Na época, nenhuma comunidade estava preocupada em produzir provas sobre sua ocupação ou o conflito por uma área.

Parte importante do esforço ruralista para contestar a continuidade da oficialização das TIs vem do Mato Grosso do Sul. Representantes de associações de produtores rurais do estado parti-

cuparam das sustentações orais na segunda semana do julgamento para defender o “marco temporal”.

Conforme apurada na reportagem, para pressionar os ministros do STF, o presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) sugeriu que poderia não acatar uma eventual decisão contra os ruralistas no julgamento e repetiu que ela poderia comprometer a produção agropecuária e o estoque de terras disponíveis no país, o que não é verdade. (ISA, 2021).

“Naquele dia [5 de outubro de 1988], grande parte das populações indígenas estava expulsa de suas terras, ou num canto de suas antigas terras ou simplesmente tendo sido removidas”, argumenta o geógrafo Dan Pasca. (ISA, 2021).

Num determinado momento, se a terra não tem indígenas, isso não quer dizer que ali não é o espaço tradicional deles. Eles querem reaver essas áreas, se elas ainda têm florestas e recursos naturais de que precisam, como espaço tradicional. Não querem invadir fazendas de soja para produzir soja. Esse discurso é totalmente construído [por não indígenas]. A demanda não é por ocupar todas as terras que tinham em 1500”, complementa o geógrafo (ISA, 2021).

É possível notar nesta reportagem o posicionamento em uma perspectiva analítica de que dos parlamentares justificam argumentos rasos acerca do Marco Temporal, a favor da banca ruralista no Senado. Esta lei vai na contramão da consciência ambiental.

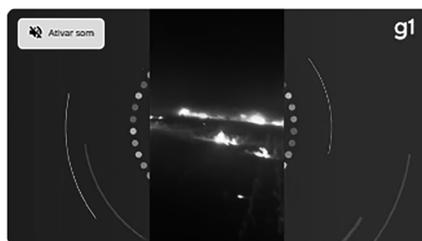
A Mídia diante do cenário de luta: reféns do medo

Para compreender acerca do impacto da luta pelas terras e em defesa da natureza, será apresentada reportagem, referente ao ano de 2024, que se refere ao cenário de luta em Mato Grosso do Sul.

Novo confronto entre indígenas e fazendeiros deixa 6 feridos em área de disputa fundiária em MS

No sábado (3), indígenas guaraní kaiová foram atacados por produtores rurais, na área de disputa, em Douradina. Ao todo, 11 pessoas ficaram feridas em confrontos no fim de semana. Uma indígena segue internada no Hospital da Vida, em Dourados.

Por José Câmara, Morara Ribeiro, g1 MS
05/08/2024 10h01 - Atualizado há 3 meses



Conflito entre indígenas e fazendeiros deixa novos feridos em Douradina (MS)

Há mais de 20 dias, conflito fundiário entre indígenas e produtores rurais tem deixado moradores da área rural de Douradina (MS) sob tensão. Em novo confronto, durante a noite desse domingo (4) e a madrugada desta segunda-feira (5), outras seis pessoas ficaram feridas na disputa armada pela terra chamada de Panambi-Lagoa Rica. [Veja o vídeo acima.](#)

Figura 1. Fonte: Site do G1 de Mato Grosso do Sul³.

A cena vista na Figura 1, ocorreu no dia 05 de agosto de 2024 e de acordo com a reportagem de G1 de Mato Grosso do Sul,

Há mais de 20 dias, conflito fundiário entre indígenas e produtores rurais tem deixado moradores da área rural de Douradina (MS) sob tensão. Em novo confronto, durante a noite desse domingo (4) e a madrugada desta segunda-feira (5), outras seis pessoas ficaram feridas na disputa armada pela ter-

ra chamada de Panambi-Lagoa Rica. Dos feridos mais recentes, cinco são produtores rurais e uma vítima é indígena. As vítimas sofreram ferimentos superficiais e não quiseram ser encaminhadas ao atendimento médico. No sábado (3), cinco indígenas da etnia guarani kaiowá foram feridos com tiros de armas letais e de munição de borracha. Os atacados no sábado foram encaminhados ao Hospital da Vida, em Dourados. Ao g1, a instituição informou que apenas um indígena segue internado aguardando avaliação neurológica (JORNAL ONLINE – G1, 2024).

O que se sabe sobre o conflito agrário entre fazendeiros e indígenas que deixou 11 feridos em MS

Conflito entre indígenas e produtores rurais dura mais de 20 dias e segue sem acordo em Douradina (MS). Ministra Sonia Guajajara visitou área de confronto nesta terça-feira (6).

Por José Câmara, g1 MS
06/08/2024 02h00 - Atualizado há 3 meses



Indígenas em área de conflito, em Douradina (MS). — Foto: Reprodução

Figura 2. Fonte: Site do G1 de Mato Grosso do Sul⁴.

Outra situação chocante expressa na reportagem da Figura 2, do dia 06 de agosto de 2024 pelo jornal *online* G1 de Mato Grosso do Sul:

Há 24 dias, indígenas e produtores rurais estão em conflito por uma terra na área rural de Douradina, a 245 km de Campo Grande. No último fim de semana, a escalada de violência aumentou e 11 pessoas ficaram feridas após confronto entre ruralistas e indígenas do povo guarani kaiowá. A área ocupada pelos indígenas tem 12.196 hectares e foi delimitada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em 2011, mas ainda não houve demarcação porque o processo foi judicializado. (JORNAL ONLINE – G1, 2024).

Após ataques no MS, indígenas temem ‘atropelo’ em debate sobre marco temporal no STF

No último fim de semana, três ataques a bala deixaram 11 indígenas feridos em área disputada com fazendeiros em Douradina (MS); Tensão cresce enquanto STF cria comissão para resolver impasse sobre aprovação da lei do marco temporal pelo Congresso Nacional

POR ANA CAROLINA AMARAL | EDIÇÃO CARLOS JULIANO BARROS

07/08/2024



Figura 3. Fonte: Site do Repórter Brasil⁵.

Também, no dia 07 de agosto de 2024 houve outro confronto como mostra abaixo a reportagem da Figura 3, conforme a descrição do jornal Repórter Brasil,

Ataques a indígenas no MS usaram munição exclusiva de forças policiais. Em Douradina, o que está em disputa é a Terra Indígena Panambi – Lagoa Rica, em um imbróglio criado pela União. Na década de 1950, os indígenas foram removidos do local e o território, repassado a fazendeiros. Já em 2011, boa parte da mesma área foi delimitada como terra indígena pela Funai.

No último dia 14, indígenas Guarani Kaiowá montaram um acampamento para retomar 150 hectares, abrangendo trechos de pelo menos três propriedades rurais. A ocupação foi, então, cercada por caminhonetes com homens armados pelos fazendeiros. Um primeiro ataque ainda em meados de julho deixou dois indígenas feridos, mas o confronto foi controlado por equipes da Força Nacional e também do Ministério Público Federal (MPF), que passou a organizar reuniões para mediar o conflito – sem, no entanto, chegar a um consenso (JORNAL *ONLINE* - REPÓRTER BRASIL, 2024).

Nestas três reportagens é possível ver, que geralmente os confrontos agrários em terras indígenas provocados a mando de fazendeiros, ocorrem sequenciados em regiões diversas do estado de Mato Grosso do Sul.

Essa triste realidade mostrada nas reportagens, é apenas uma parte do cenário de medo que vivem diariamente os povos originários em defesa da natureza e insistência em manter viva e permanente a cultura indígena.

É importante notar que a mídia nesse caso, traz a população um panorama ainda que superficial acerca dos conflitos. Mas, se faz presente nas discussões social e políticas. No entanto, não endossam a fundo o conflito e especialmente, a bandeira de luta

pela existência dos povos originários desde 1500, ano de “descobrimento” do Brasil.

A Rede Social (Instagram): possibilidades de ensinamentos

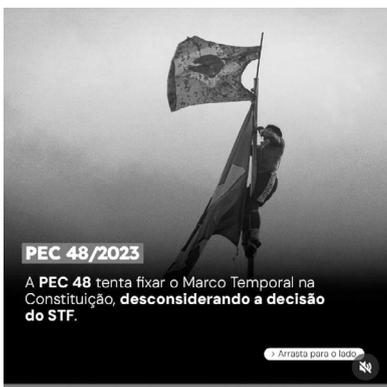
Atualmente, a rede social *Instagram*, vem sendo uma ferramenta didática e democrática acerca da defesa dos povos originários. Pois, é possível ilustrar discussões que antes eram apenas repercutidas pela mídia jornalística de maneira formal e rasa. Por ser uma plataforma pública e de livre conteúdo, há perfis que lutam e defendem a causa indigenista¹.

Um exemplo é da Deputada Federal Célia Nunes Correa (PSOL), também conhecida como Célia Xakriabá, é uma professora ativista indígena do povo Xakriabá em Minas Gerais, faz uso de sua rede social para conscientizar e ensinar acerca da luta séria e permanente dos povos originários. Como mostra nas imagens abaixo de sua página particular da plataforma *instagram*.

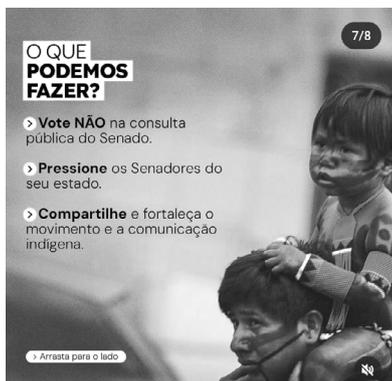


Figura 4. Fonte: Página do Instagram de Célia Xakriabá.⁶

¹ O termo indigenista é uma ideologia que se preocupa com o estudo e valorização das culturas indígenas, bem como com a luta contra a discriminação e o etnocentrismo. O indigenismo também busca a inclusão social e política dos povos indígenas, e o reconhecimento de seus direitos culturais e linguísticos.



Figuras 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Fonte: Página do *Instagram* de Célia Xakriabá.⁷



Figuras 11 e 12. Fonte: Página do *Instagram* de Célia Xakriabá.⁸

Essas divulgações infográficas dos posts na página da deputada são um meio de promovermos linguagem consciente. De acordo com o filósofo Bakhtin, um estudioso da linguagem, acreditava que a comunicação ocorre por meio do diálogo recíproco, que é essencial para a produção de sentidos na leitura e na escrita. Para ele, a língua é um produto da interação social e dos interlocutores, e não pode ser considerada uma estrutura abstrata ou um mero reflexo da realidade. É importante dizer, que o contexto trazido pelo autor não se refere ao redes sociais. No entanto, é interessante pensar, a aplicação da linguagem comunicativa por meio dessas redes, inclusive o impacto positivo que se pode gerar na disseminação da informação a diversos públicos acerca da luta, direitos e deveres da sociedade e do poder público em relação a luta indígena.

Nesse sentido, a linguagem nas redes provoca a expressão de suas opiniões, nos comentários e inclusiva no compartilhamento do conteúdo. Castells (2010) afirma que, nas duas décadas passadas, aprendiam-se as novas tecnologias das telecomunicações usando-a. A mesma autora segue o argumento:

A comunicação, decididamente, molda a cultura porque, como afirma Postman “nós não vemos...a realidade...como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura” (CASTELLS, 2010, p. 414).

Portanto, a criação de conteúdo de cunho indigenista é mais uma ferramenta de busca da comunidade indígena para aproximar o restante da sociedade da realidade vivida por quem sofre ou vive diariamente a luta. Para Kellner (2001, p.9)

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade.

Nesse sentido, o uso das redes é a “nova” forma de cultura e principalmente, a maneira de aproximar o outro de sua história. Especialmente, uma ferramenta de tempo real em que rompe com os paradigmas “índio^{II} selvagem” ou mesmo do “índio desinformado”. Em suma, acredita-se que há bons frutos a serem alcançados a partir do uso da página do *instagram*, em nosso caso, da deputada Célia Xakriabá.

Ademais, podemos verificar como as reportagens oferecem

^{II} Para designar o indivíduo, use o termo indígena; não use o termo índio. Indígena significa “originário, aquele que está ali antes dos outros” e valoriza a diversidade de cada povo. Para se referir ao dia 19 de abril, use Dia dos Povos Indígenas (com iniciais maiúsculas) (SENADOR – BRASIL, 2024). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

duas possibilidades de entendimento. A primeira em um caráter positivo e a favor dos povos originários, ao retratarem uma parte de seu cotidiano. E a segunda, de forma negativa pela superficialidade das informações acerca dos fatos na sua integralidade. Pois, como foi observado, o número de mortes e as preocupações relatadas pelos indígenas, nos possibilitam compreender as tensões constantemente vividas.

Outrossim, as postagens da deputada oferecem informações e influências positivas acerca do papel midiático, ao permitir o engajamento na defesa das causas indigenistas. Além disso, suas redes sociais podem ser utilizadas para receber apoio social e *feedback* significativos para repercutir fatos e não *fakes*.

Considerações finais

A intenção da reflexão deste texto, no “mal da terra”, se refere aos rurais e fazendeiros, como sendo o mal da terra. As disputas territoriais entre os povos originários e os ruralistas, são de longa data. No estado de Mato Grosso do Sul, as tensões aumentam a cada ano e, cada vez mais, as terras aos povos indígenas, se tornam menores e sendo alcançados após muita violência e medo.

A repercussão jornalística como foi explanada, apesar de uma fonte de visibilidade, ainda é superficial nas informações. É possível notar nos textos jornalísticos informações explícitas e sendo possível de serem entendidas pelo leitor leigo. Já na rede social da deputada, há um recurso didática e multimodalⁱⁱⁱ capaz de fornecer

ⁱⁱⁱ Que se faz ou apresenta de diversos modos; multimodo, diz-se da comunicação em que coexistem diversas modalidades comunicativas (fala, gestos, texto, processamento de imagem, etc.) (INFOPEDIA). Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/multimodal#:~:text=diz%2Dse%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20em,processamento%20de%20imagem%2C%20etc.>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

maior compreensão acerca das disputas de poder e deturpação das informações.

Contudo, é imprescindível saber, que assumir que a rede social será a garantia de esclarecimento e profunda no conhecimento, seja, um tanto, quanto ilusório. Mas, talvez, seja um processo de alteração na ordem do olhar em relação as lutas dos povos originários e de sua cultura. Isto pode acontecer ou não, pois não depende apenas de quem posta ou compartilha o conteúdo. Mas também, de quem acessa a ele e quais bagagens histórico-culturais esta pessoa possui.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei Nº 14.701, de 20 de outubro de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARTINS, Ana Luíza. Imprensa em tempos de Império. In.: MARTINS, Ana Luíza.; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. – 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 45 – 80.

MATTELART, Armand. História das teorias da comunicação. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006 - Cap. 2 e 3 (p. 29 – 72).

_____, Armand. História das teorias da comunicação. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006 – Cap. 4 (p. 73 – 112).

MIGNOLO, Walter. Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Sa-

beres Subalternos e Pensamento Liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NEVES, I. A invenção do índio e as narrativas orais Tupi. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

STAM, Robert. Bakhtin e a crítica midiática. In.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e SACRAMENTO, Igor (org.). Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro & João, 2010. (p. 331 – 357).

Notas finais

¹ Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/marco-temporal-avana-na-cmara-dos-deputados-sob-protestos-em-todo-o-pas/>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

² Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mato-grosso-do-sul-e-campeao-de-conflitos-com-indigenas-mas-tambem-em-concentracao-de-terras>. Acesso em: janeiro de 2025.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/08/05/novo-confronto-entre-indigenas-e-fazendeiros-deixa-6-feridos-em-area-de-disputa-fundiaria-em-ms.ghtml>. Acesso em 05 de novembro de 2024.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/08/06/o-que-se-sabe-sobre-o-conflito-agrario-entre-fazendeiros-e-indigenas-que-deixou-11-feridos-em-ms.ghtml>. Acesso em 05 de novembro de 2024.

⁵ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/08/apos-ataques-no-ms-indigenas-temem-atropelo-em-debate-sobre-marco-temporal-no-stf/>. Acesso em 05 de novembro de 2024.

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/celia.xakriaba/>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/celia.xakriaba/>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/celia.xakriaba/>. Acesso em: 06 de novembro de 2024.

Sobre os autores e autoras

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado IV do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Coordenador do Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, salvo-guardado no Núcleo de Documentação Histórica Prof^a Beatriz Loner da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: aristeuufpel@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3563086398486737>

Bethânia Luisa Lessa Werner

Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Licencianda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bacharela em História pela Universidade Federal de Pe-

lotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre a história das primeiras-damas durante a Primeira República no Brasil, em diálogo com as áreas da História Social da Política, História das Elites, História das Mulheres e Estudos de Gênero.

E-mail: bethaniawerner@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8496514495805341>

Darlan de Mamann Marchi

Pós-Doutor (2024) em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em História Licenciatura pela URI-Santo Ângelo. Bacharel em Psicologia (UCPel). Mestre (2014), Doutor (2028) e Pós-Doutor (2020) em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente pesquisa sobre os usos políticos do passado, memória social, processos de patrimonialização e políticas públicas para o patrimônio cultural.

E-mail: darlanmarchi@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8197594647849111>

Eduarda Wille Zarnott

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre o imaginário de morte tardo-medieval, com foco na alegoria artístico-literária da “Dança da Morte”.

E-mail: zarnottduda@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8808550887238299>

Euler Fabres Zanetti

Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre a História do Brasil no final do século XIX e início do XX, especificamente as comemorações da abolição da escravidão através da imprensa.

E-mail: euler.fzanetti@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3370034000563439>

Fernando Antônio de Oliveira Brod

Mestrando em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduado em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente pesquisa sobre política no Rio Grande do Sul no período do século XX.

E-mail: fernando_brod@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8121948392363229>

Geza Lisiane Carús Guedes

Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre a História de Pelotas no Século XIX, Mulher negra no Século XIX e Criminalidade.

E-mail: gezaguedes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7693945823554343>

Isabelle Brancão Chaves

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduanda em Formação Pedagógica em História pelo

Centro Universitário Internacional (Uninter). Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Atualmente pesquisa sobre política no Rio Grande do Sul no período do século XX.

E-mail: isabelle.ufpel@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9490354043869622>

Janine Barthimann

Doutoranda em História na Universidade Federal Pelotas (UFPel). Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco. Graduada em Filosofia e História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente pesquisa sobre os saberes construídos por meio da cultura indígena sul-mato-grossense em interface com a relevância da educação patrimonial

E-mail: janinebarthimann@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2795736785563960>

Letícia Sabina Wermeier Krilow

Pesquisadora junto ao Programa de Pós-graduação em História (PPGH/UFPel) através de bolsa do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Pós-Doutorado Estratégico da Capes. Professora da Rede Municipal de Guaíba. Pós-Doutora (2024), Doutora (2022), Mestra (2018) e Graduada (2015) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É coordenadora do GT História Política da ANPUH-RS no biênio 2024-2026. É secretária do GT História e Mídias da ANPUH-RS no biênio 2024-2026. Integra o Grupo de Estudos Jogos e Ensino (JOGAE) da PUC-RS. Atualmente pesquisa sobre imprensa, Histó-

ria do Pensamento Político (especificamente nos jornais cariocas) e representações sobre o Centenário da Independência do Brasil (1922).

E-mail: leticia.krilow@acad.pucrs.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5003757460703010>

Mara Inês Alflen

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre a Imprensa escolar na primeira metade do século XX.

E-mail: maraalflen@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4350240431155607>

Maria Portilho Bagesteiro

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente pesquisa sobre Ensino de História, Didática da História e História Digital, assim como, questões relativas ao tempo presente.

E-mail: mariabagesteiro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6826993127523625>

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION PRO
PELA ACERVUS EDITORA



ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99676-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

